

Universidade de Brasília - UnB
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

LIZIANE SOARES GUAZINA

JORNALISMO EM BUSCA DA CREDIBILIDADE:
A cobertura adversária do Jornal Nacional
no Escândalo do Mensalão

Brasília
2011

**Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

**JORNALISMO EM BUSCA DA CREDIBILIDADE:
A cobertura adversária do Jornal Nacional
no Escândalo do Mensalão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

**ORIENTADOR:
PROF. DR. LUIZ GONZAGA MOTTA**

**LIZIANE SOARES GUAZINA
Matrícula 07/59783**

**Brasília
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Guazina, Liziane Soares.

Jornalismo em busca da credibilidade: a *cobertura adversária* do *Jornal Nacional* no
Escândalo do Mensalão/Liziane Soares Guazina, 2011.

Orientador: Luiz Gonzaga Motta.

Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2011.

1. Jornalismo Político
 2. Jornal Nacional
 3. Escândalo do Mensalão
- I. Título.

CDU 070.431

LIZIANE SOARES GUAZINA

**JORNALISMO EM BUSCA DA CREDIBILIDADE:
A cobertura adversária do Jornal Nacional
no Escândalo do Mensalão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta
Orientador
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Profª. Dra. Alessandra Aldé
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Flávia Biroli
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Profª. Dra. Zélia Leal Adghirni
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira
Suplente
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

Para Jacira e Luiz Bruno, meus pais.

Por terem me ensinado,
antes do poeta,
que sou do tamanho do que vejo,
não do tamanho da minha altura.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília – UnB, *alma mater*. Ao sábio orientador desta aventura acadêmica, Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta. Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Profa. Dra. Zélia Leal Adghirni, Profa. Dra. Flávia Biroli, Prof. Dr. Pedro Russi, Profa. Dra. Alessandra Aldé, Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto e, em especial, Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira.

Aos jornalistas Cristina Serra, Delis Ortiz, Zileide Silva, Rodrigo Vianna, Marco Aurélio Mello, Carlos Tibúrcio e Denise Mantovani, e aos professores da Universidade de São Paulo – USP Bernardo Kucinski e André Singer, que gentilmente aceitaram dedicar uma parte de seu tempo para responder a tantas perguntas e enriqueceram o trabalho com suas reflexões.

A Lucilly Danielly Gomes de Araújo, pelo levantamento e revisão de dados. A Michelle Ribeiro Martins e Kátia Elizabeth de Lima Hamada, pela transcrição das entrevistas. A Viviane Tanner, Arlete Milhomen e Max de Freitas Muniz, da Globo Universidade, pelo auxílio imprescindível com os profissionais da TV Globo. A Pedro Aquino Noleto Filho e ao Prof. Dr. Mauro Porto, da Tulane University, pelas informações na hora certa. A Helena Jansen, pela revisão de texto. E a Bruno Schürmann, pela Cronologia.

Aos colegas e amigos da Faculdade de Comunicação, especialmente os professores Fernanda Martineli, Kátia Belisário, Samuel Lima, Gustavo de Castro, Fabíola Calazans, Wagner Rizzo, Mauro Giuntini, Luiz Martins, Tiago Quiroga e Janara Sousa, por fazerem da Universidade um lugar de alegria e solidariedade.

A Venício A. de Lima, pelo diálogo intelectual de tantos anos. Seu inconformismo diante do mundo continua a ser uma inspiração. A Silvia Valadares, Cláudia da Costa Guimarães e Carlos Eduardo Carrion, pelo fundamental apoio nos momentos em que tudo pareceu não valer a pena.

Às amigas mais queridas que alguém pode ter: Anelise Borges (que fez a revisão das entrevistas), Liziane Rodrigues (Gigi), Raquel Madeira e Monica Bisi, por cuidarem de mim. A Istvan Takacs, por ter me lembrado que *dreams do come true*.

A Laize e Bruno, mais que irmãos, companheiros de travessia – mesmo em dias de desassossego.

**O essencial é saber ver.
Fernando Pessoa**

RESUMO

Neste estudo, buscamos compreender em que medida a desconfiança em relação à política, um dos valores característicos da cultura política brasileira dominante, relaciona-se com a prática jornalística e a subcultura profissional. Analisamos a cobertura do *Jornal Nacional* sobre o chamado Escândalo do Mensalão, acontecimento marcante do cenário político brasileiro em 2005. Nossa hipótese é que o *Jornal Nacional* praticou uma “cobertura adversária” à política e aos políticos (conjunturalmente adversária ao governo Lula e aos partidos que apoiavam o governo, em especial o PT). Esta cobertura foi constituída pela oposição (bipolaridade) entre *jornalismo e política*, por meio da ênfase (enquadramento) nas denúncias de corrupção e na desqualificação da política e dos políticos. Consideramos que a “cobertura adversária” foi o momento de busca da credibilidade e de garantia de um lugar de “autoridade” e “legitimidade” ao telejornalismo da Globo, identificada como fiscalização e contraposição ao governo e aos políticos. Isto é, uma cobertura que buscou deixar clara a “bipolaridade” jornalismo *versus* política.

Palavras-chave: jornalismo político, Jornal Nacional, Escândalo do Mensalão

ABSTRACT

This study aims to understand the extent to which distrust in politics, one of the values of a dominant political culture in Brazil, is related to journalistic practice and professional subculture. For the research we analyze the coverage of *Jornal Nacional*, the most popular Brazilian television news, about the corruption scandal of the Lula government, called Mensalão, which marked the political scene in 2005. Our hypothesis is that the *Jornal Nacional*' political coverage was characterized by opposition to the politics and the politician - in a certain conjunctural way to Lula's government and the parties that supported him, especially the worker's party (PT). We called that coverage as "*cobertura adversária*" (*opposing coverage*). This *opposing coverage* was created by opposition between journalism and politics through the frame on charges of corruption and disqualified from politics and politicians. We believe that *opposing coverage* was the time of seeking credibility and guarantee a place of authority and legitimacy of *Globo* television news, identified as a watchdog and opposition to the government and politics. This is a coverage that sought to clarify the bipolarity journalism *versus* politics.

Keywords: political journalism, Jornal Nacional, Mensalão' scandal

LISTA DE SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EPM – Escândalo Político Midiático
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IRB – Instituto de Resseguros do Brasil
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
JN – Jornal Nacional
MPU – Ministério Público da União
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SID – Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República
SIP – Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República
STF – Supremo Tribunal Federal

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	27
Gráfico 2.....	34
Gráfico 3.....	53
Gráfico 4.....	53
Gráfico 5.....	54
Gráfico 6.....	105
Gráfico 7.....	114
Gráfico 8.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	35
Tabela 2.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	95
---------------	----

LISTA DE SÍMBOLOS (identificação de tempo de matérias)

- ' corresponde a minuto ao acompanhar um número arábico
- " corresponde a segundo ao acompanhar um número arábico

Exemplo:

1' 20" corresponde a 1min e 20s

SUMÁRIO

Introdução	15
a) A hipótese de cobertura adversária.....	18
Capítulo I – O <i>ethos</i> jornalístico	24
a) O “verdadeiro” jornalismo é de oposição: a chave da credibilidade	24
b) Telejornalismo: o lugar privilegiado do político	35
Capítulo II - Cultura política e subcultura jornalística: tudo a ver	43
Capítulo III – Corrupção e escândalos políticos	60
a) Compreendendo a corrupção no âmbito do Estado.....	60
b) O escândalo político-midiático.....	67
Capítulo IV – A cobertura de escândalos de corrupção	73
a) A cobertura de escândalos de corrupção no <i>Jornal Nacional</i>	76
Capítulo V – Construção da realidade	80
a) Definições conceituais de enquadramento.....	80
b) O conceito de campo: jornalismo <i>versus</i> política.....	90
Capítulo VI – Escolhas metodológicas no caminho de pesquisa	97
a) Contextualização: refazendo o percurso de uma ideia	97
b) Definições metodológicas.....	103
b.1) Primeira etapa.....	103
b.2) Segunda etapa.....	115
Capítulo VII – As transformações do <i>Jornal Nacional</i>	121
a) O <i>Jornal Nacional</i> por ele mesmo.....	128
Capítulo VIII – Jornalismo <i>versus</i> política: a cobertura do <i>Jornal Nacional</i> ao Escândalo do Mensalão	132
a) A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos perus bêbados.....	134
b) O mensalão existiu.....	154
c) É preciso investigar e punir.....	166
d) Jornalismo <i>versus</i> política.....	171
e) Explicadores do mundo da política.....	177
Capítulo IX – Jornalismo <i>versus</i> política: a narrativa dos jornalistas	182
a) Os jornalistas.....	182
b) A subcultura profissional.....	185
b.1) As rotinas produtivas.....	185
b.2) Os critérios de noticiabilidade.....	190
b.3) A "cara" do <i>Jornal Nacional</i>	191
b.3.1) A busca de reconhecimento entre os pares.....	194
b.3.2) As rotinas produtivas durante o Escândalo do Mensalão.....	196

c) As relações entre jornalismo e política.....	200
d) Compreendendo a narrativa dos jornalistas.....	205

Capítulo X - Jornalismo *versus* política: a narrativa dos

assessores.....	209
a) Os assessores.....	209
b) A comunicação do governo Lula.....	212
b.1) As relações entre jornalismo e política.....	215
c) Compreendendo a narrativa dos assessores.....	221

Um fim de caminho, início de outros.....	223
---	------------

Referências.....	232
-------------------------	------------

ANEXOS.....	243
--------------------	------------

Introdução

Max Weber apostou, no início do século XX, que a carreira jornalística permaneceria como uma das vias mais importantes da atividade política profissional (2000, p. 83). Para Weber, o jornalista era um tipo de político que já possuía um passado atrás de si, ao contrário dos políticos de partidos e dos próprios partidos políticos, que recém constituíam-se naquela época. Ao analisar o surgimento dos partidos na Inglaterra do século XIX, Weber assinalou que somente o Parlamento britânico e a imprensa poderiam ser considerados como “organização política dotada de algum sentido de continuidade” (p. 86).

Interessante observar que, no caso brasileiro, a imprensa do país surgiu comprometida com um processo de transformação política que começou com a chegada da Corte Portuguesa em 1808. Naquele momento, a imprensa oficial iniciou seus trabalhos, obviamente sem as características do que seria uma imprensa livre e independente do então governo régio, e bem longe da tradição britânica que deu origem ao jornalismo “objetivo”.

Porém, a partir de 1820, depois da chamada Revolução Constitucionalista em Portugal, políticos e intelectuais dos mais diversos matizes se lançaram ao ofício de jornalista para escrever panfletos e jornais em debate acirrado na defesa da separação entre os interesses brasileiros e portugueses. Era o tema da Independência que trazia ao país os primórdios de um debate público, por meio da imprensa, ainda que restrito aos leitores elitizados da época. E o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, considerado o primeiro jornal “independente” brasileiro, caracterizou-se como combativo e participante da política de então. Portanto, também no Brasil, política e jornalismo confundiam-se em relação germinal, ainda que fora dos parâmetros do jornalismo atual (LUSTOSA, 2000).

Aliás, ao longo da história política brasileira, o jornalismo e os jornalistas têm desempenhado papel fundamental, seja de combate ou de denúncia, seja de alinhamento aos diferentes governos ou grupos políticos, mas sempre de catalisadores da vida política nacional. Basta lembrarmos de períodos históricos como os governos de Jânio Quadros, João Goulart, Getúlio Vargas, a ditadura militar, as Diretas Já, a eleição de Fernando Collor à presidência, entre outros.

O que se torna mais claro, à medida que se percorre a história da imprensa brasileira, é a característica de “atividade política” do jornalismo, como afirmou

Weber, que se faz presente nas coberturas jornalísticas sobre política. Ainda que, a partir da década de 1950, os jornalistas venham se profissionalizando e aperfeiçoando suas práticas, as notícias continuam a ser construídas a partir da subjetividade, de valores e ideias expressos em determinados “enquadramentos”¹, mesmo que de forma sutil, diluída em um processo cada vez mais complexo de produção.

A adoção do paradigma da objetividade, dos valores da imparcialidade, da separação entre informação e opinião, do entendimento da missão do jornalismo como de interesse público, e da inserção do jornalismo dentro dos padrões industriais das empresas de mídia possibilitou os procedimentos de rotina de apuração e narração “impessoais”². Também tornou possível o uso de fórmulas estruturadas reconhecíveis como o lide, no que Tuchman (1972/1993) chamou de “rituais estratégicos”.

Porém, os padrões industriais e rituais consolidados não garantem um noticiário objetivo no sentido estrito do “dever da verdade” (outra missão jornalística). Vide os inúmeros estudos relacionados à sociologia da profissão, que apontam para as limitações impostas pelo *deadline*, pelos constrangimentos organizacionais, as políticas editoriais, as rotinas produtivas, as relações entre fontes e jornalistas, as tensões entre os diferentes jornalistas na hierarquia de trabalho, e o grau de autonomia dos profissionais (TRAQUINA, 1993 e 2001).

Tais limitações são particularmente relevantes no caso do jornalismo político de âmbito nacional, uma vez que os profissionais envolvidos nas coberturas estão em permanente relação com suas fontes em um espaço físico relativamente restrito a Brasília, em lugares como o Congresso, o Palácio do Planalto ou ministérios. E assim, delas recebem um *feedback* em tempo real. Os políticos também estão cada vez mais treinados para falarem dentro das regras jornalísticas – no caso do jornalismo de televisão, expressar uma posição em poucos segundos e de forma clara.

Além disso, jornalistas e políticos, no caso de Brasília, compartilham do mesmo espaço social (restaurantes, clubes, etc.) e desenvolvem relações que, muitas vezes, transcendem o profissional e avançam para os bastidores da vida privada, em situações que propiciam vazamentos, fofocas e balões de ensaio.

Se o senso comum (aqui entendido como o universo cultural em que os jornalistas estão imersos) desempenha um papel importante na avaliação do conteúdo

¹ Conceito que veremos mais adiante, no capítulo V.

² Schudson (2010) mostra como a própria adoção da objetividade nos Estados Unidos, por exemplo, tem relação com o momento de desconfiar nas autoridades democráticas que marcava o início do século XX naquele país.

que será ou não publicado, como afirma Tuchman (*idem*), conhecer a subcultura jornalística e a cultura política em que estão inseridos estes profissionais na construção diária de notícias é tarefa relevante para se entender como se estabelece uma cobertura. Especialmente, a cobertura política em casos de escândalos ou crises.

Com a sofisticação do processo de produção jornalística, em particular o de televisão, em que colunas ou editoriais são mais raros e predominam as *hardnews*, é menos perceptível ao público os pressupostos em que se baseia a construção da cobertura de um determinado tema, isto é, dentro de quais enquadramentos (ou pontos de vista) as matérias são construídas. Um olhar mais atento do pesquisador, porém, pode “desconstruir” tais coberturas e revelar os princípios gerais que as norteiam.

Por outro lado, é cada vez mais evidente o poder do jornalismo no Brasil, aqui entendido como uma sociedade democrática *media centered* (LIMA, 2004). Poder este que é político e econômico, mas também decorrente da capacidade dos jornalistas de dar visibilidade, mediar, agendar, selecionar e enquadrar temas, salientando ou omitindo acontecimentos, fontes, informações. Portanto, um poder de representar está presente na mídia em geral, e em particular no jornalismo, compreendido como "construção da realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana" (*idem*, p. 113).

Todas essas questões tornam-se relevantes quando se pretende estudar a cobertura de um momento específico da vida nacional: a crise política vivida em 2005, conhecida como Escândalo do Mensalão³. Neste período, denúncias de que o principal partido da base do governo, o Partido dos Trabalhadores – PT, fazia pagamentos a parlamentares, em troca de apoio no Congresso, e que teria praticado “caixa dois” na campanha presidencial de 2002 dominaram o noticiário do telejornal de maior audiência no país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

Durante o Escândalo do Mensalão, em que as denúncias de corrupção tornaram-se frequentes no noticiário, instituições fundamentais para a democracia (governo, partidos, Congresso) sofreram críticas generalizadas por parte da mídia. A atuação destas instituições foi posta na berlinda, agravando a corrida, entre as

³ Adotamos aqui a expressão criada por Roberto Jefferson e utilizada de maneira generalizada pela mídia como uma espécie de rótulo, uma retranca que englobava todas as matérias relativas às denúncias de corrupção.

principais empresas jornalísticas, pelo furo e pelo escândalo, a qualquer preço, o que retroalimentou uma dinâmica circular de informações⁴.

A hipótese de “cobertura adversária”

Neste contexto, chamou-nos a atenção que, após momentos de coberturas reduzidas sobre a política e de alinhamento com o Governo Federal (GUAZINA, 2001), o *Jornal Nacional* tenha oferecido à audiência uma cobertura política explicitamente dedicada ao Escândalo do Mensalão, onde grande parte das edições mostrou as denúncias de corrupção contra o PT, o Governo Lula e os partidos aliados.

Aos olhos atentos de observadores sistemáticos do telejornal, no entanto, esta transformação não começou em 2005 (LIMA e GUAZINA, 2006; PORTO et al., 2004). Desde a cobertura das eleições presidenciais de 2002, o *Jornal Nacional* tem anunciado modificações editoriais que, segundo seus próprios editores, apontariam para um caminho de fortalecimento dos critérios profissionais, da objetividade jornalística e da opção declarada pelo *ethos* jornalístico (identificado na adoção da missão clássica de investigação dos atos ocultos do governo)⁵.

A observação empírica de uma mudança na cobertura política do *Jornal Nacional* nos levou ao problema desta pesquisa. A partir da compreensão dos jornalistas como um grupo social específico que compartilha valores da subcultura profissional e também da cultura política brasileira dominante (caracterizada, principalmente, pela desconfiança na política e nos políticos), perguntamo-nos: em que medida os valores relativos a esta desconfiança, presentes tanto na cultura política quanto na subcultura profissional, relacionam-se na prática jornalística e na busca por credibilidade no jornalismo?

Para responder a nossa pergunta, temos como objetivos neste estudo:

(01) analisar quais valores/ideias organizadoras sobre política estão presentes nos enquadramentos dominantes da cobertura da crise política feita pelo *Jornal Nacional* nos meses de junho, julho e agosto de 2005, período inicial do que ficou conhecido

⁴ Segundo Bourdieu (1997, pp. 32-34), uma característica do trabalho dos jornalistas é a obrigação de saber o que os outros (jornalistas) disseram para se escolher o que entrará na edição do jornal ou telejornal. É o que ele chama de “circulação circular”, uma espécie de jogo de espelhos, uma vez que escolher o que publicar implica em deixar de publicar outras informações.

⁵ Veremos estes aspectos com mais detalhes no capítulo I.

como Escândalo do Mensalão;

(02) identificar quais valores/ideias organizadoras sobre jornalismo, *vis-à-vis* os valores da política, estão presentes de forma predominante no discurso dos jornalistas do *Jornal Nacional* e no discurso dos principais jornalistas assessores do Governo Lula à época, que faziam a interlocução com o *Jornal Nacional*;

(03) discutir o valor da credibilidade (compreendido enquanto fiscalização e oposição ao governo) como critério jornalístico fundamental.

Tendo em vista estes objetivos e o contexto geral de atuação do *Jornal Nacional* no período que queremos estudar, propomos como hipótese que:

(H) o *Jornal Nacional* praticou uma “cobertura adversária” à política e aos políticos (conjunturalmente adversária ao Governo Lula e aos partidos que apoiavam o governo, em especial o PT). Esta cobertura foi constituída pela oposição (bipolaridade) entre jornalismo e política, por meio da ênfase (enquadramento) nas denúncias de corrupção e na desqualificação da política e dos políticos.

Entendemos aqui como *cobertura adversária* aquela que se caracteriza por ter como finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental da cena pública⁶. Tal cobertura baseia-se na oposição entre os campos jornalístico e político, através da desqualificação intensa da política, seus principais atores e instituições representativas.

Esta desqualificação ocorre, geralmente, por partir do princípio da desconfiança da política e dos políticos como norteador da prática profissional, o que leva à veiculação de denúncias em períodos de escândalos sem a devida comprovação e sem o compromisso com a referencialidade da verdade.

Para se compreender a possibilidade de prática de uma “cobertura adversária” no *Jornal Nacional* daquele período, é necessário observar a história do telejornal e a organização de um discurso vinculado ao fortalecimento da subcultura profissional, que atribui aos jornalistas do *JN* uma missão investigativa e fiscalizadora do governo.

⁶ Compreendendo a noção de legitimidade a partir do que aponta Bobbio (2000): uma justificativa de necessidade expressa por meio de valores e regras. Nenhum poder político é um puro poder de fato se não for legitimado por meio de valores. É assim que se torna efetivo.

Esta oposição momentânea ao poder oficial federal constitui fato raro até então na história do mais importante telejornal brasileiro (GUAZINA, 2001).

Assim, os valores da política expressos nos enquadramentos do *Jornal Nacional* são resultantes dos valores daquela comunidade interpretativa específica sobre seu próprio papel, inclusive moral, como jornalistas⁷. É justamente este aspecto um dos mais interessantes a ser compreendido, pois o compartilhamento de ideias e valores sobre a política faz parte da prática que define o que é ser jornalista. Portanto, uma *cobertura adversária*, ao mesmo tempo que expressa a luta por uma autonomia do campo jornalístico, mostra sua absorção pelos valores da política.

Entendemos que a *cobertura adversária* foi o momento de busca da credibilidade e de garantir um lugar de “autoridade” e de “legitimidade” ao telejornalismo da Globo. A busca da credibilidade foi equacionada como fiscalização e contraposição ao governo e aos políticos, isto é, pela oposição do jornalismo *versus* a política.

Para além do poder econômico decorrente da histórica concentração da propriedade de vários meios de comunicação, as Organizações Globo também almejavam o reconhecimento de se praticar um jornalismo (de mercado) com credibilidade. E aqui, poderíamos dizer, configura-se o “equilíbrio instável” em que se encontra a credibilidade e a própria autonomia dos jornalistas, oscilando dentro da subcultura profissional, da cultura política, do mercado, da concorrência, de seus condicionantes econômicos e estruturais.

E, ao contrário de outros momentos históricos recentes de cobertura política, como o do governo de Fernando Henrique Cardoso, o *Jornal Nacional* praticou uma “*cobertura adversária*” à política e aos políticos (em especial, ao Governo Federal e ao PT), ao aderir, formalmente, ao cânone da profissionalização.

Recorremos à citação de Weber, no início desta Introdução, para enfatizar a política inerente ao fazer jornalístico. Apesar do mito da objetividade ainda nortear o mundo das empresas jornalísticas, e a despeito das condições de produção, na contemporaneidade, serem muito diferentes do período histórico em que o autor viveu, quando o jornalismo se resumia aos jornalistas de opinião da imprensa escrita, jornalismo hoje também é política, ainda que com outra roupagem.

⁷ Esta subcultura, por óbvio, não é compartilhada somente pelos jornalistas do *Jornal Nacional*, mas por todos os jornalistas profissionais. No entanto, vamos nos ater aos profissionais do JN para fins deste estudo. Cf. Traquina (2005).

Compreendemos que jornalismo é construção social. Os postulados clássicos da profissão não conseguem dar conta da complexidade do jornalismo atual ao reduzi-lo a características técnicas como forma de pairar acima da realidade vivida e não como parte dela (MORETZSOHN, 2002).

É, portanto, a partir de uma visão de que o jornalismo faz parte do jogo político que pretendemos desenvolver este estudo. E é utilizando uma análise baseada no conceito de enquadramento, um de nossos principais referenciais teórico-metodológicos, que se pode revelar o universo de valores relativos à subcultura jornalística e à cultura política em que os jornalistas estão imersos diariamente. Entendemos que o ato de enquadrar revela o pensamento sobre o mundo – ao mesmo tempo que orienta uma interpretação sobre ele (cf. desenvolveremos no capítulo V).

Como nos lembra Aldé (2004), os enquadramentos são estruturas cognitivas que organizam o pensamento, compostas de crenças, atitudes, valores e preferências. São construções culturais que se realizam nas narrativas jornalísticas. Assim como os mitos, os estereótipos e os arquétipos, as notícias fazem a conexão entre os valores e explicações estruturais (sobre a política) e a realidade cotidiana das pessoas (p. 47).

Ressaltemos, entretanto, as múltiplas variáveis que se inter-relacionam na dinâmica dos processos políticos em uma democracia, e que dificultam o trabalho de isolar os fatores mais relevantes para esta pesquisa. Estudar as relações entre jornalismo e política no contexto dos valores compartilhados da cultura política dominante e da subcultura profissional, a partir de uma cobertura jornalística sobre escândalo de corrupção, implica em passar por uma série de questões por si só importantes e complexas, tais como a confiança na democracia, o papel dos políticos e das instituições políticas (inclusive no jogo político entre governo *versus* oposição, poder Executivo *versus* poder Legislativo), da mídia e do jornalismo (inclusive como atores políticos, na construção das imagens públicas, na visibilidade, etc.) nas sociedades contemporâneas.

Como afirma Gomes (2004), é necessário isolar os fenômenos sociais para estudá-los, porém, como eles se dão no interior de redes contínuas de nexos de toda natureza, para bem compreendê-los, também é necessário re-situar o objeto em alguns de seus nexos vitais. Assim, nos próximos capítulos, vamos perseguir nossos objetivos de estudo, tendo em mente que, ao escolhermos o caminho de pesquisa,

definimos também seus limites para, mais adiante, tentarmos pensar sobre os resultados obtidos dentro de um contexto maior.

No capítulo I, faremos um breve resgate sobre a constituição do *ethos* jornalístico, ressaltando os diferentes elementos constituidores do jornalismo e a importância da credibilidade neste contexto. Além disso, destacaremos algumas das principais características do telejornalismo que vão nos auxiliar na compreensão de como se constitui uma cobertura jornalística de televisão.

No capítulo II, discutiremos alguns aspectos comuns à relação entre subcultura profissional jornalística e cultura política brasileira dominante, buscando compreender como se estabelece a influência entre ambos.

Na sequência, vamos buscar elementos da história política brasileira, da democracia, do papel do Estado e da própria definição de corrupção e de escândalo político a fim de contextualizar os acontecimentos relativos ao Escândalo do Mensalão fora do âmbito estritamente jornalístico.

No capítulo IV, vamos fazer um levantamento dos estudos dedicados às coberturas jornalísticas sobre escândalos de corrupção, incluindo as realizadas por diferentes meios de comunicação sobre o Escândalo do Mensalão.

No capítulo V, mostraremos as transformações editoriais pelas quais o *Jornal Nacional* vinha passando nos últimos anos a fim de contextualizar a cobertura sobre o mensalão dentro das perspectivas editoriais oficiais do telejornal.

Em seguida, vamos definir as bases teóricas que fundamentam a pesquisa, notadamente os conceitos de enquadramento e de campo, *vis-à-vis* a relação com a hipótese de “cobertura adversária” praticada pelo *Jornal Nacional*.

No capítulo VII, descreveremos os aspectos metodológicos envolvidos no estudo, com especial destaque para as etapas de trabalho, a constituição da amostra e a análise propriamente dita.

No capítulo VIII, vamos desenvolver a análise sobre a cobertura do mensalão no *Jornal Nacional*, a partir dos cinco enquadramentos observados.

Nos capítulos IX e X, trataremos das entrevistas com os jornalistas do *Jornal Nacional* e com os assessores da Presidência da República que trabalhavam naquele momento como responsáveis pela comunicação de governo para tentarmos compreender o ponto de vista de ambos sobre as relações entre jornalismo e política.

Ao final, retomaremos os resultados de análise *vis-à-vis* nossa hipótese e o contexto da pesquisa. Discutiremos a concepção de credibilidade presente na cobertura analisada e teceremos algumas sugestões para aprofundamento.

Capítulo I – O *ethos* jornalístico

a) O “verdadeiro” jornalismo é de oposição: a chave da credibilidade

O que caracterizaria o jornalismo, além dos sempre referenciados parâmetros da objetividade, da busca pela isenção, pela exatidão factual, e diversidade de fontes? De acordo com Traquina (2005), as principais características do jornalismo contemporâneo são constituir-se como cultura profissional compartilhada e como um modo de ver o mundo específico que privilegia uma visão bipolar (bem x mal, pró x contra, governo x oposição) (p. 47).

No caso específico do jornalismo político, é necessário ressaltar a característica de seleção e organização dos acontecimentos de maneira a dar sentido à realidade política, o que possibilita orientar as interpretações sobre o mundo da política. Mas o que sempre vem à mente de qualquer profissional quando se faz esta pergunta é a frase conhecida de Millôr Fernandes: "jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados".

Investigar os atos ocultos do governo tem sido o alicerce no qual se construiu a profissão jornalística, e faz parte do seu *ethos*, constituindo-se como um verdadeiro DNA do campo⁸. Aliás, é a forma mais tradicional de relação entre a chamada imprensa e a cidadania, de acordo com Martins (2002). A imprensa ocuparia uma instância de fiscalização do Poder Público, como uma forma civil de poder, delegada pela sociedade e pelos cidadãos, dando visibilidade à coisa pública (idem).

Esta corrente de pensamento, nascida ainda no século XIX, foi aplicada com sucesso na construção do papel da imprensa nas sociedades capitalistas, notadamente nos Estados Unidos, e fincou suas bases nos valores da objetividade, da independência, da transparência e do chamado “interesse público”, em que os jornalistas são definidos como *watchdogs*, guardiões dos valores morais, da ética e dos interesses da população⁹. Está também vinculada ao caráter histórico da antiga imprensa comercial burguesa, articulada sob premissas de que empresas privadas não

⁸ Compreendendo *ethos* aqui a partir do sentido que é dado por Geertz (2008) que engloba os aspectos morais, estéticos e valorativos, isto é, o tom, o caráter, o estilo, a expressão de uma determinada cultura (p. 92).

⁹ Cf. Schudson (2010). Um dos fatores que influenciaram a definição do papel da imprensa norte-americana, segundo o autor, foi a cultura crítica (ou cultura adversária) advinda dos movimentos sociais dos anos 60, que contribuiu para aumentar a desconfiança da população (especialmente, os jornalistas que cobriam política nacional) na atuação do governo.

dependeriam do governo para existir e, por isso, teriam sua independência assegurada pela venda de exemplares e pela publicidade.

Sob o aspecto de fiscalizador, faz sentido a frase *bad news is good news*, pois o enquadramento da cobertura política, *a priori*, parte da desconfiança em relação aos atores políticos - notadamente, aos governos. Esta concepção, no entanto, se prevalece entre o jornalismo político de mercado e dá o tom dos debates atuais acerca da importância da profissão em um ambiente de liberdade de imprensa e de expressão, responde pouco a respeito da prática e do poder do jornalismo. Pois, mesmo dentro da mídia comercial, não se aplica a todas as formas de jornalismo. Em um mesmo jornal impresso, por exemplo, as editorias de política e de economia podem partir deste pressuposto para executarem suas coberturas, mas, provavelmente, o caderno de turismo, de gastronomia ou de entretenimento, o que dirá de esportes, não terá o mesmo enquadramento.

Curiosamente, ao assumir o papel de porta-voz do “interesse público” como um contrapeso ao poder dos governos nas democracias – um porta-voz que o público não elegeu e com o qual se relaciona de forma mediada, com base em uma relação de consumo – o jornalismo se legitima e ganha credibilidade, isto é, assegura seu lugar de poder dentro da sociedade.

Neste ponto, é importante mencionar que o jornalismo de televisão alterou a maneira como os atores políticos conseguem obter ou não visibilidade, modificando a própria ideia do que seja um “evento público”, ao prescindir da presença física de um público, e assim, misturando os conceitos de público e privado. Isso trouxe implicações importantes para as democracias liberais que têm como definição clássica ser o “governo do poder visível” ou o “governo do poder público em público”. Esta última definição faz um jogo com a palavra público, que tanto tem o significado de contraposição ao “privado”, como também se contrapõe ao “secreto” (BOBBIO, 1992), remetendo ao que entendemos hoje como “republicano”.

O sentido de “privado” – que frequentemente aparece nas narrativas jornalísticas como “interesses privados” – raramente é identificado com um sentido positivo. Normalmente, de acordo com esta visão do jornalismo, é igualado a “interesses escusos” ou individuais, em detrimento da coletividade. No entanto, chama a atenção que na relação entre o “público” *versus* o “privado”, este último também tenha, historicamente, um sentido econômico, ligado a corporações, a empresas

privadas, que vem desde o século XIX, e que, como aponta Schudson (apud TUCHMAN, 1978), não carrega a mesma conotação negativa.

Isto porque os conglomerados jornalísticos, reconhecendo-se historicamente como parte do mercado, e, portanto, funcionando dentro da lógica comercial do “*big business*”, estão mais “aptos” a fazer reportagens para desvelar o que há de oculto e em oposição a instituições públicas do que em grandes instituições privadas que hoje perpassam os poderes constituídos dos países. A diferença entre estas empresas e as outras vem da articulação histórica de uma missão e do poder que o jornalismo se atribui de fiscalizar o “público”, deixando o que diz respeito ao “privado” (no sentido de mercado) de fora desta fiscalização¹⁰.

A definição do jornalismo político como fiscalizador de poderes, em oposição ao “chapa-branca” ou qualquer outra forma de praticá-lo, insere-se em uma visão liberal e racionalista, articulada fortemente pelas teorias norte-americanas sobre imprensa no século XX, a partir de uma visão de mercado. O caráter público de um governo democrático obrigaria a uma maior visibilidade dos atos administrativos dos chefes do governo. Todos os atos devem ser feitos “à luz do dia”, para serem de conhecimento do público e, portanto, transparentes – o que é o contrário de um governo despótico ou autoritário. E esta visibilidade, hoje, depende em grande parte da mídia, que assumiu o poder de concedê-la ou não aos atores políticos.

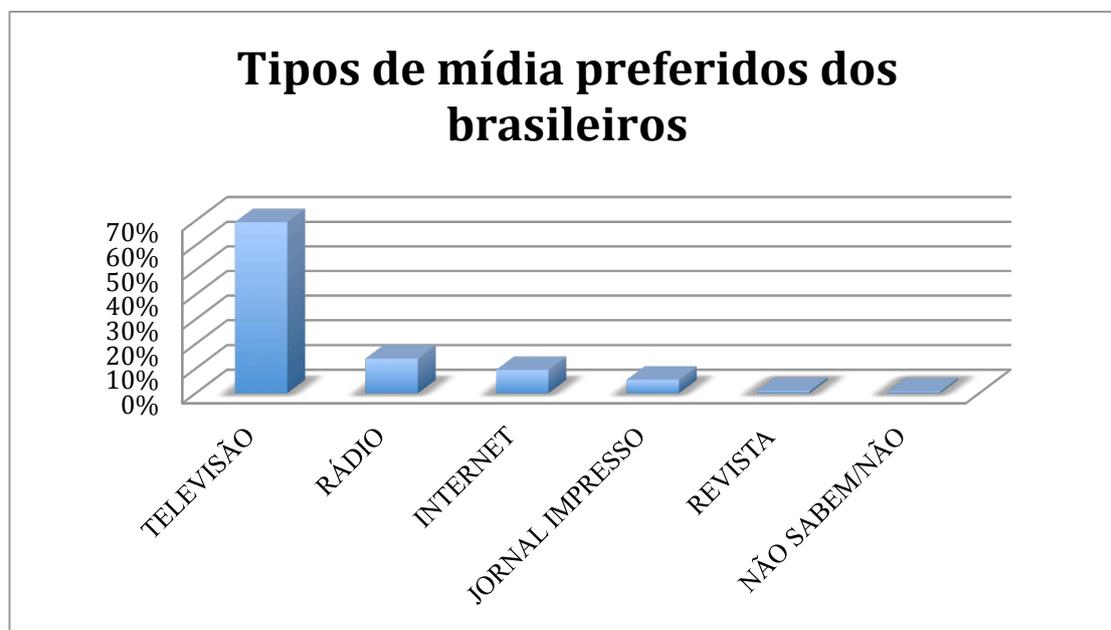
Na mídia, a visibilidade aos atores políticos é concedida, muitas vezes, pelo jornalismo, notadamente o de televisão. Este está relacionado aos critérios de noticiabilidade mais fundamentais ligados à sua própria profissionalização: relevância, interesse público, impacto, etc. (ou pelo menos assim são justificadas pelas emissoras). Portanto, o próprio ato de tornar algo público (ou conceder visibilidade a alguém) em um país democrático e com dimensões como o Brasil depende basicamente do acesso e da lógica da mídia, especialmente a televisão, que ainda é o meio de comunicação de preferência nacional (THOMPSON, 2002; LIMA, 2006), como nos mostra o Gráfico 1, a seguir.

Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Transportes – CNT e o Instituto Sensus (CNT/Sensus) em 2007, com 2.000 pessoas em 136 municípios de 24 estados indicou que a televisão ainda é o tipo de mídia preferido dos brasileiros, com 69,3% das preferências, seguido do rádio, com 14%, internet, 9,4%, jornal

¹⁰ Cf. Waisbord (2000) e Gomes (2004).

impresso, 5,4% e revista, 0,9%. Os restantes 0,7% não sabem/não responderam e 0,5% indicaram outros.

Gráfico 1



FONTE: CNT/SENSUS, 2007

Exatamente a mudança que a mídia trouxe para a natureza da visibilidade e para as relações entre o que é público e o que é privado exacerbou sua influência nas democracias *media-centered*. Além disso, fortaleceu o papel de *watchdog* do jornalismo político e dos jornalistas como fiscalizadores do governo e dos poderes constituídos. Recuperam-se, ainda, suas raízes históricas norte-americanas ligadas à defesa utópica da liberdade de imprensa, da independência, da autonomia e do apartidarismo do jornalismo frente aos governos (THOMPSON, 2002; WAISBORD, 2000).

Sob este prisma, como nos lembra Motta (2005), a mídia, em particular o jornalismo de televisão, tornou-se a arena e a ferramenta para o confronto político na luta pela visibilidade e na busca pelo poder. Portanto, credibilidade, reputação, aprovação e visibilidade dos atores políticos e do próprio jornalismo são os elementos em jogo na política atual.

Para muitos autores, a principal responsabilidade moral dos jornalistas advém do papel de *watchdogs*, o que atinge seu ápice em momentos de crises ou escândalos. Waisbord (2000), por exemplo, identifica quatro fatores que encorajam a investigação jornalística no jornalismo de mercado: 1) a busca pelo lucro financeiro; 2) objetivos políticos (a luta pelo poder entre os diferentes grupos e o alinhamento das empresas de mídia a eles); 3) auto concepções profissionais (o *ethos* e a missão de *watchdogs*) e 4) as rivalidades competitivas (na busca pela audiência e pelos leitores). Em casos de crises ou de escândalos, especialmente, os fatores 2 e 3 rivalizam-se, paradoxalmente, numa verdadeira corrida pelo “furo”, gerando uma roda-viva que, no caso da cobertura do Escândalo do Mensalão no *Jornal Nacional*, levou ao deslocamento de equipes inteiras para sua cobertura.

A confluência de fatores como o fortalecimento da democracia e da economia de mercado; a mudança da base econômica da imprensa, com emergência de grupos de mídia concorrentes; a alteração na relação entre mídia e os partidos políticos; assim como a crescente profissionalização do jornalismo; levou, em algumas situações históricas específicas, à formação daquilo que Thompson (2002) chamou de Escândalo político-midiático, uma luta social travada não somente no campo simbólico, mas também uma característica da vida nas sociedades modernas.

Portanto, não é sem razão que os períodos em que as disputas e contradições da política estão mais em evidência, como no caso de denúncias de corrupção, encaixem-se na lógica de funcionamento do jornalismo político *watchdog* nas democracias. É nestes momentos que o jornalismo pode realizar sua missão mais paradigmática, com a vantagem de considerar-se com mandato para tanto.

Durante o Escândalo do Mensalão, por exemplo, a divulgação de denúncias de corrupção e a revelação de atividades suspeitas de políticos foram justificadas publicamente pelos editores do *Jornal Nacional* como missão a ser cumprida na *busca pela credibilidade*. No discurso dos profissionais do *Jornal Nacional*, os critérios utilizados para designar a prática de um “bom jornalismo” são fundados nos valores da isenção, correção e imparcialidade, além do interesse público¹¹. No entanto, se o discurso dos profissionais sobre seu próprio trabalho organiza-se em torno das ideias constituidoras de um jornalismo acima das complexidades da vida, a prática diária é

¹¹ Cf. Kamel, em resposta pública às acusações de que a Rede Globo não cobriu a campanha das Diretas Já (O Globo, 24/09/2003).

muito mais paradoxal e dinâmica, como veremos nos capítulos de análise da cobertura.

Por outro lado, o Escândalo do Mensalão foi justamente a grande crise do Governo Lula. Se, tempos antes, o governo do Partido dos Trabalhadores - PT, havia enfrentando denúncias de corrupção em relação às ações do então assessor da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, e suas possíveis ligações com o jogo do bicho no Rio de Janeiro, o episódio detonado pelo ex-presidente do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Roberto Jefferson, serviu para muitos jornalistas como o elemento que faltava para mostrar que todos os partidos e governos são corruptos, inclusive ou especialmente, os de esquerda e os do Partido dos Trabalhadores¹².

Reis (2007) aponta, ao estudar os dilemas da democracia brasileira contemporânea, como, neste período, tanto o PT quanto o governo Lula tiveram seu capital político corroído. Forjados historicamente na bandeira da ética e do compromisso social, o partido e o Presidente tiveram suas identidades políticas questionadas naquele momento¹³.

Sob este aspecto, é interessante observar os resultados de uma pesquisa realizada pela empresa Macroplan em dezembro de 2005, ainda sob o impacto do escândalo com jornalistas dos principais meios de comunicação do Brasil. A pesquisa contou com a participação de cem (100) profissionais que trabalhavam na elite da mídia nacional. Os jornalistas – entre diretores de redação, editores, colunistas, comentaristas e repórteres – responderam a questionários semiestruturados a respeito dos principais atributos do Governo Federal à época, indicando avaliações que iam do muito bom ao muito ruim e ao sem opinião. No questionário, estavam as categorias gestão política, gestão econômica, política externa, política social, política de meio ambiente e comunicação. Destacamos aqui apenas a relativa à política – gestão política

¹² No caso da Globo, a cobertura jornalística sobre o Governo Lula teve momentos de tratamento favorável, como por exemplo, logo após o resultado das eleições de 2002. De modo geral, no entanto, as relações entre as empresas de mídia e os partidos de esquerda e seus representantes na América Latina foram tensas nos últimos anos. A emergência de lideranças do campo da esquerda no mais alto cargo de governo em vários países - como Bolívia (com Evo Morales), Argentina (com Cristina Kischner), Venezuela (com Hugo Chavez), além de Lula, no Brasil - apesar da oposição explícita de vários meios de comunicação em seus respectivos países, tem levado alguns analistas a apontar uma ruptura no padrão histórico de relação entre a mídia e a política eleitoral. Este fenômeno foi especialmente identificado no Brasil, após a vitória de Lula em 2006, mesmo depois de ter enfrentado as denúncias no Escândalo do Mensalão. Sobre isso ver Ruiz (2010) e Lima (2007a e 2007b).

¹³ Lima (2007a e 2007b) desenvolve o argumento de que a cobertura dos principais meios de comunicação, naquele período, caracterizou-se por uma presunção de culpa, consolidada por meio de uma narrativa em que se omitiu e se enfatizou determinados fatos para mostrar que o governo Lula e seus membros eram culpados *a priori* pelos desvios. Esta interpretação se faz presente nas entrevistas com os assessores, como veremos no capítulo X.

– que diz respeito mais diretamente ao argumento que estamos tentando construir nesta tese, a partir de nossa hipótese de *cobertura adversária*.

A avaliação dos jornalistas foi particularmente crítica para a gestão política: 93% avaliaram como ruim ou muito ruim a coordenação geral do Governo Federal. Além disso, 97% julgaram como ruim ou muito ruim as alianças e as negociações políticas realizadas pelo governo. Por último, 95% consideraram como ruim ou muito ruim a ação do Governo Federal na solução de crises políticas.

Já em relação à política econômica, considerada pela maioria dos especialistas na área como conservadora e baseada na manutenção de altas taxas de juros que proporcionavam ganhos consideráveis ao sistema financeiro em geral, as avaliações foram extremamente positivas. Convidados a avaliar a gestão da política macroeconômica, 91% dos jornalistas a julgaram como boa ou muito boa. Tal entendimento se reflete nas coberturas jornalísticas também do *Jornal Nacional*.

Moreira (2007), ao estudar a cobertura do telejornal da Globo ao tema da economia durante o primeiro governo do presidente Lula, mostra que a grande maioria das matérias apresentou enquadramentos alinhados com a visão liberal da economia. Portanto, a cobertura compartilhava do ideário expresso nas políticas econômicas implementadas naquele momento.

Obviamente, os dados aqui relacionados não são mais do que indicadores momentâneos do que os profissionais pensavam naquele período a respeito da ação do Governo Federal. Porém, também servem como elemento para nos ajudar a compreender a lógica de funcionamento do jornalismo que se entende como de oposição no âmbito político, mas que, dinamicamente, pode compartilhar do ideário econômico dominante nas mesmas situações históricas.

Mas não só isso. No caso do jornalismo político, alguns fatores especiais também se impõem e aumentam ainda mais a complexa relação entre jornalismo e política. Estamos falando da busca dos jornalistas por *status* entre as fontes oficiais (o capital simbólico dos jornalistas aumenta entre seus colegas e entre as fontes oficiais com as quais eles se relacionam quando são reconhecidos como autores de denúncias¹⁴), e o capital simbólico das empresas de mídia também aumenta em relação à sua própria audiência e ao governo (WAISBORD, 2000).

¹⁴ O exemplo clássico foi a ascensão e fama dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do *Washington Post*, após a cobertura do Escândalo de *Watergate*, que se tornou modelo de investigação jornalística. É comum que os jornalistas se refiram à própria história como profissionais a

Além do mais, o profissionalismo funciona como uma “garantia” corporativa para os jornalistas, uma forma de se defender das eventuais interferências ou pressões editoriais diretas, internas ou externas, na produção da cobertura jornalística. Isso acontece uma vez que os critérios de noticiabilidade da isenção, objetividade, diversidade, relevância, impacto, conflito são aceitos como valores que orientam o trabalho dos profissionais do jornalismo¹⁵.

Some-se ao cenário complexo o fato de que, no jornalismo político, o conflito, aqui identificado como valor-notícia que privilegia a oposição (ou bipolaridade) entre atores ou grupos políticos dentro das narrativas jornalísticas, está sempre presente. Isto acontece não só porque a política é uma atividade que envolve disputas e tensionamentos, mas também pelo entendimento do próprio modo de funcionamento do jornalismo, estruturado a partir do contraditório (“ouvir os dois lados”)¹⁶.

Mas se o jornalismo detém poder, por um lado, de detonar escândalos, por outro, como nos lembra Sousa (2000), carece da legitimação democrática que caracteriza outras instâncias de poder, pois não é obtido a partir do sufrágio popular – isto é, não passa pelas várias instâncias que estabelecem a representatividade de grupos e/ou pessoas, como acontece com os representantes eleitos para ocuparem cargos no governo ou no parlamento.

Por isso, os jornalistas têm interesse em obter um outro tipo de legitimação, que passaria pelo seu papel de fornecedor de informações *não deturpadas (grifo nosso)* de interesse público, isto é, informações passíveis de credibilidade. Como qualquer profissional, eles precisam ser aceitos e reconhecidos como bons profissionais, quer junto aos colegas, quer junto ao público. Isto é, baseiam seu poder na representação “verdadeira” do mundo e da vontade do público.

Portanto, como argumenta Hallin (1986), “a ideologia” dos jornalistas como guardiões da ética e da moral é um mito, um sistema de consciência mantido no mais fundo de cada um, que afeta a prática do jornalismo no dia a dia. O jornalista não é um

partir da participação em cobertura de escândalos ou grandes crises. Faz parte de sua identidade profissional, tanto quanto a menção às empresas em que trabalharam. Ainda hoje, entre jornalistas, a menção a empresas como *Globo*, *Folha de São Paulo* ou *Estado de São Paulo* em currículos profissionais é fator relevante na hora de políticos e ou órgãos públicos contratarem profissionais.

¹⁵ Biroli (2010) mostra como o controle, o disciplinamento e a normatização trazidas pela profissionalização do jornalismo brasileiro ajudaram a configurar o que se entende por jornalista moderno na concepção das empresas jornalísticas e dos próprios profissionais.

¹⁶ Motta e Guazina (2010) propõem, em estudo exploratório, que o conflito é mais do que um valor-notícia; fundamenta o noticiário político ao enquadrar a realidade de maneira bipolar (governo *versus* oposição, por exemplo) a fim de torná-lo mais dramático e sedutor para a audiência.

observador passivo, pois toda a verdade é interpretada (ADGHIRNI, 1997). A questão-chave, aqui, envolve a prática jornalística e o resultado dela (a cobertura jornalística sobre um tema) dentro das condições e contradições do dia a dia. Os critérios do que é notícia só adquirem sentido completo quando combinados com a realidade objetiva, os valores e a visão de mundo dos jornalistas.

Assim como os jornalistas de televisão produzem diariamente um telejornal, por exemplo, a partir de uma imagem compartilhada de seu público; presumindo a audiência, como mostrou Vizeu (2005), também escrevem suas matérias, editam e selecionam o que é “mais importante” sobre política a partir da relação entre a subcultura profissional e a cultura política em que os profissionais estão imersos. Esta relação se expressa nos enquadramentos da política (GUAZINA, 2006).

Tal como médicos ou políticos carregam uma imagem pública com a sociedade, os jornalistas também compartilham de uma subcultura formada por um conjunto de normas e valores profissionais específicos que os distinguem não só de outras categorias profissionais, como permitem uma autonomia relativa decorrente de um saber especializado que é reconhecido, dentro da democracia, como um “serviço público” ou um contra-poder (TRAQUINA, 2005).

Sob este prisma, os jornalistas seriam, como tipos ideais, os guardiões da democracia, em permanente postura de desconfiança e mergulhados em uma cultura adversária ao poder político. Estariam, portanto, comprometidos com informações objetivas a serviço da opinião pública e em constante vigilância da defesa da liberdade e da democracia (idem). Estes indivíduos super-heróicos carregariam consigo os valores da liberdade, da independência, da objetividade e da credibilidade.

Traquina (ibidem) e Pereira e Maia (2011) apontam para uma associação histórica entre jornalismo, liberdade de imprensa e a busca da verdade (aqui entendida como um pilar da credibilidade)¹⁷. Este conjunto de referências simbólicas e culturais permearia suas atitudes, seu prestígio, seu lugar hierárquico e social, e sua própria identidade profissional.

Os médicos, por exemplo, ainda guardam, no imaginário social, suas antigas ligações simbólicas com os xamãs, e se apresentam como os “doutores” em combate permanente pela saúde e contra a morte. Os jornalistas, por outro lado, trazem consigo não somente os valores relacionados à cultura política em que foram socializados,

¹⁷ Sobre as questões relativas à relação histórica do jornalismo com a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, ver Lima (2010).

como uma subcultura profissional que os coloca em oposição aos políticos, em uma extensão da oposição entre público *versus* privado.

Portanto, as notícias refletem e, ao mesmo tempo, constituem o *ethos* especializado da comunidade jornalística. Assim, reforça Traquina (2005), os jornalistas compartilham uma "comunidade interpretativa" e têm uma maneira específica de agir, falar e ver, isto é, "hábitos mentais" próprios, inclusive em relação à política, que condicionam a forma como as notícias são construídas¹⁸.

De acordo com Zelizer (1993), os jornalistas podem ser definidos como uma "comunidade interpretativa" unida por meio de suas interpretações coletivas dos eventos públicos. Neste caso, para além da concepção de jornalismo como profissão, a autora propõe a compreensão do jornalismo como uma comunidade que compartilha e reforça o sentido de sua atuação por meio da memória, das práticas diárias, mas, principalmente, pelo discurso sobre si mesma. Este discurso enfatizaria, por exemplo, a autoridade derivada da autenticidade, a partir da presença física (o testemunho sobre os eventos), e a autoridade de os jornalistas serem historiadores da própria história do jornalismo¹⁹.

As notícias podem ser consideradas como o exercício do poder sobre a interpretação da realidade (GANS, 1979). E, desta maneira, também se constituem em poder simbólico²⁰, que se traduz nas produções simbólicas, que por sua vez podem servir como instrumentos de dominação na medida em que "as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem à definição do mundo social conforme seus interesses" (...) (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Interessante resgatar ainda a definição que Bourdieu fez do jornalista, não por acaso, em relação ao político. Para ele, o jornalista é detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão, o que lhe daria poder sobre toda espécie de capital simbólico, inclusive o de fazer ou desfazer reputações, e o de controlar o acesso dos políticos ao reconhecimento e ao crédito (p. 189).

¹⁸ Travancas (1992) chama atenção para o fato de que o jornalismo, como profissão, exige uma adesão – no sentido dado por Howard Becker –, que muitas vezes impede que outras atividades da vida desses sujeitos tomem dimensão.

¹⁹ Sob este aspecto, é interessante acompanhar o esforço que a Rede Globo tem feito para organizar a produção e a própria história do *Jornal Nacional* a partir da ideia de que é o lugar em que se conta a história brasileira. Ao fazer isso, define seu próprio papel e o que considera ser jornalismo, como veremos mais adiante.

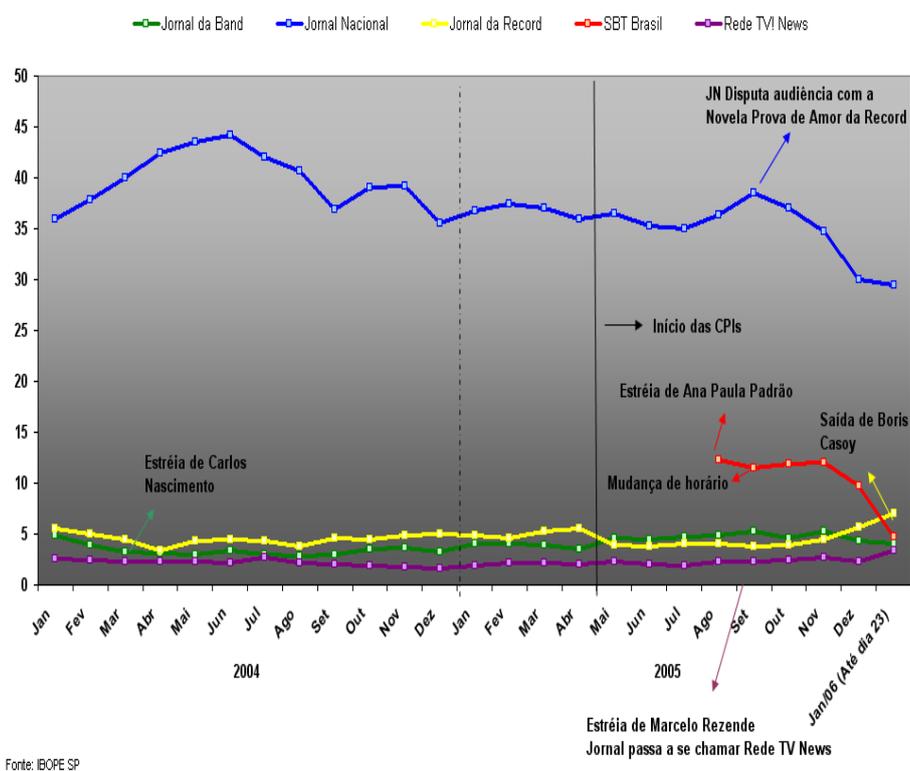
²⁰ Compreendido aqui a partir da definição clássica de Bourdieu, como um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo, em particular do mundo social. (2007, p. 9)

Este poder simbólico se expressa, em particular, no jornalismo praticado na televisão, que é o principal meio de informação da população brasileira, e em especial, no principal telejornal do país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, local privilegiado de realização e de construção da política brasileira.

É importante trazer alguns dados em relação à audiência e ao perfil dos telespectadores do *Jornal Nacional* no período analisado e dentro do contexto dos programas de televisão da época. Como pode ser verificado no Gráfico 2, o principal telejornal da Globo oscilou, durante os meses de junho, julho e agosto de 2005, na faixa dos 35 a 40 pontos percentuais de audiência, conforme o IBOPE. Mesmo que não obtenha mais os índices de décadas passadas, o *Jornal Nacional* ainda é o telejornal mais assistido.

Gráfico 2

Evolução de Audiência – *Jornal Nacional*



Ainda de acordo com o IBOPE, seus telespectadores, em 2005, eram homens e mulheres adultos (mais mulheres), de todas as classes (mas, principalmente a classe C), com mais de 25 anos de idade (cf. também Tabela 1, a seguir).

Tabela 1

**Perfil de Audiência do *Jornal Nacional* em 2005
(em %)**

EMISSORA	PROGRAMA	SEXO		CLASSE			IDADE				
		HH	MM	AB	C	DE	04/11	12/17	18/24	25/49	50+
GLO	Jornal Nacional	41	59	28	43	28	11	8	11	37	33
SBT	SBT Brasil	43	57	25	48	27	15	12	10	34	29
BAN	Jornal da Band	50	50	27	41	31	6	5	12	33	44
REC	Jornal da Record	48	52	23	40	37	12	7	14	35	32
RTV	Rede TV news	53	47	43	38	20	7	5	12	41	35

FONTE: IBOPE

Ressalte-se também que a mídia, particularmente a televisão, a partir de sua programação jornalística (telejornais), assumiu algumas das tradicionais funções desempenhadas pelos partidos políticos, como a construção de uma agenda pública, a fiscalização das ações do governo ou a canalização de demandas populares (mediando a relação entre os governos e os cidadãos), além da alteração da forma de se fazer campanhas eleitorais (LIMA, 2011).

Portanto, tentamos problematizar até aqui, a partir de alguns aspectos mais amplos, a constituição mais fundamental do jornalismo como fiscalizador de governos como uma condição inerente à profissão e elemento norteador da credibilidade. Para além de um poder de fiscalização, que procura assegurar seu lugar no complexo mundo contemporâneo, o jornalismo detém poder simbólico de interpretar a realidade e explicá-la, e de conceder visibilidade aos atores políticos e suas narrativas. Vamos ver como este poder se estabelece e funciona no jornalismo de televisão.

b) Telejornalismo: lugar privilegiado do político

O telejornalismo tornou-se, em nosso país um lugar privilegiado do político, modificando e interferindo no ato de governar ao agendar temas, criticar atitudes, sugerir alternativas, produzir imagens e, no limite, afetar "a governabilidade, uma vez

que esta não pode prescindir e nem se realizar sem a visibilidade pública dos atos do governo, que agregam e garantem a legitimidade social ao governo, e em consequência, aos governantes" (RUBIM, 2000, p. 75).

O acesso à visibilidade dos atores políticos, na televisão, está vinculado aos critérios jornalísticos inerentes ao meio, principalmente à possibilidade de se garantir uma boa imagem e a noção de imediatismo. Gomes (2004) aponta que o mundo da política precisa basicamente fazer com que suas prioridades e enquadramentos se transforme nas prioridades e enquadramentos da audiência. Para isso, necessita que a pauta de interesse dos políticos seja também de interesse para o jornalismo (pp. 158-159). Isto é particularmente relevante no caso do telejornalismo, uma vez que atinge um público significativo. Portanto, no processo político contemporâneo, o próprio ato de tornar algo público depende dos telejornais, muito especialmente, *o Jornal Nacional* – quando se fala de política nacional e Governo Federal.

Um telejornal é um produto audiovisual multimodal que conta com o uso complementar de texto e imagem. Esta estrutura reforça o caráter de objetividade, de imparcialidade e de verdade, pois os acontecimentos são mostrados nas imagens e narrados por repórteres e apresentadores como um todo, ainda que o trabalho de edição altere a sequência cronológica dos acontecimentos e a embaralhe, a partir do resultado coletivo alcançado pela cadeia produtiva envolvida: pauteiros, produtores, repórteres, fontes (Piccinin in FELIPPI, SOSTER e PICCININ, 2006, p. 139).

Por outro lado, como nos lembra Weaver (1993), uma das características mais importantes do noticiário de televisão é justamente a de que o telejornal seja concebido e organizado como um pacote coerente e integrado, como um conjunto de elementos de imagem, som e informação, que tem de ser entendido no momento em que está sendo veiculado. Ainda que alguém possa acessar a internet em busca de uma matéria específica, como é possível, por exemplo, no caso do *Jornal Nacional*, a matéria fará mais sentido dentro do conjunto da edição do dia, com seus blocos, a escalada²¹, e outros indicadores de interpretação sobre o mundo. Como afirma o autor (idem), o noticiário de televisão tende a apresentar uma visão unificada dos acontecimentos, concedendo uma identidade temática e uma unidade de estrutura.

Por isso, muitas vezes, os jornalistas que trabalham em televisão se tornam operários de um processo de produção compartimentado e coletivo, apegado a

²¹ Sequência de manchetes de abertura do telejornal.

fórmulas narrativas, estruturais e de enquadramentos que funcionem dentro de prazos exíguos. Não é por acaso a extrema padronização da estrutura das matérias, de seu modo de produção, e da própria estrutura do telejornal, dividindo “as notícias mais importantes do dia” em blocos, reportagens ou notas hierarquizadas, ao vivo ou gravado, *hardnews* no início e *softnews* ao final, etc. Ainda que a escalada ou os blocos, em tese, possam ser alterados até o último minuto, a hierarquia de assuntos é semelhante em qualquer telejornal diário.

Aliás, Machado (2000) destaca que o telejornal é um “*front* onde se travam batalhas decisivas e muitos conflitos são ganhos ou perdidos mais na televisão do que nos campos de batalha” (p. 111). Ele argumenta que o jornalismo de televisão, ainda que não construa relatos coerentes, detém a possibilidade de fornecer a visão sobre os eventos. Neste aspecto, salienta o autor, a questão da verdade está fora do sistema significante do telejornal, pois o que se trabalha é com a enunciação dos vários porta-vozes que aparecem ao longo do noticiário. Portanto, o que é narrado são as versões sobre os acontecimentos.

O autor não acredita, ao contrário do que trabalharemos neste estudo, que o telejornal possa construir visões organizadas dos eventos. No entanto, ao falar do formato telejornalístico, mostra como o gênero telejornal é rigidamente codificado. Utilizando um exemplo, Machado (2000) aponta que independentemente da cultura ou região do mundo, os telejornais se constroem basicamente da mesma maneira, endereçam-se da mesma forma ao telespectador e utilizam os mesmos repertórios de imagens sob qualquer regime político, tutela ou patamar cultural ou econômico (p. 110).

Basicamente, o formato de um telejornal envolve a participação de apresentadores que fazem a ligação entre as várias reportagens e notas sobre os temas do dia. Os repórteres normalmente estão nos locais dos acontecimentos, uma vez que é exatamente esta presença que os torna narradores autorizados dos eventos.

O jornalismo de televisão também está submetido à pressão do tempo e ao imediatismo, além de poder contar com o recurso do “ao vivo”. Esse recurso reforça a sensação de onisciência da própria televisão; e de urgência, de apresentadores e repórteres. Também possibilita a impressão de “participação” nos telespectadores ao acompanharem o desenrolar dos fatos na sua cidade ou em um país distante no mesmo momento em que eles acontecem.

O aspecto operacional é, portanto, um forte componente em relação aos demais aspectos editoriais em um telejornal, porém, não explica todas as escolhas. A televisão convida à dramatização por estar condicionada à concorrência, espetacularização, a busca pelo efeito, pela emoção, pelo melodrama, que traz identificação, fascinação ou reação²².

A audiência tem de criar laços de empatia com apresentadores e repórteres, estabelecer uma relação afetiva, uma vez que o telejornal, todo o dia, à mesma hora, entra na casa das pessoas e interfere na rotina familiar. Esta experiência não pode ser desprovida de sensações, drama e prazer, até por que a linguagem do telejornal, ainda que diferente do restante da programação, é parte deste conjunto televisivo e está submetida à mesma lógica (VIZEU, 2005, HAGEN, 2008).

O alcance do noticiário de televisão, especialmente do *Jornal Nacional*, também altera a forma como os profissionais lidam com as informações durante o processo de captação e produção, e o modo como a audiência e as fontes se relacionam com o telejornal.

Além disso, o jornalismo de televisão exige o uso de linguagem mais direta, o que facilita a compreensão de uma audiência heterogênea, ao mesmo tempo que cumpre o ritual da objetividade, que garantiria distanciamento e credibilidade. Por outro lado, proporciona aos apresentadores e repórteres a condição de “explicadores” do mundo da política ao estruturar a cobertura em matérias (notas ou reportagens) fundamentadas basicamente em um argumento, um mote – “enquadramento” – que organiza os acontecimentos em um texto narrativo, onde a imagem e as sonoras dos atores políticos ganham sentido²³.

As sonoras, por sua vez, são editadas à essência, para fins de ilustração de pontos de vista – os lugares que os personagens cumprem na matéria. Especialmente nas coberturas políticas, estes lugares ocupados pelos atores/personagens “ilustram” as posições em termos de oposição *versus* governo, sempre a partir de fontes

²² Bourdieu (1997), pp. 25-27. Sobre dramatização nas narrativas jornalísticas, ver também Motta (2010). Em relação às questões que envolvem a espetacularização da política pelo jornalismo, conferir Gomes (2004).

²³ Um exemplo foi o episódio relatado por Laurindo Leal Filho (“De Bonner para Homer”, 2005), em que William Bonner identifica o telespectador médio do telejornal como o personagem Homer Simpson.

autorizadas e institucionais (presidente da República, presidente do Congresso, Câmara e Senado, líderes partidários, líderes da oposição, etc.²⁴

Mas se a política é mostrada em termos de oposição, as coberturas dos telejornais são construídas a partir de um tom editorial predominante, conduzido por repórteres e, principalmente, apresentadores. Este tom é expresso tanto nas matérias quanto no conjunto de um bloco de reportagens ou notas sobre política e enquadra a participação das fontes dentro de uma narrativa.

Vale lembrar aqui dados de estudo realizado por Hallin (1994), que traça um histórico do percentual de tempo dedicado às sonoras de políticos nas matérias veiculadas nos telejornais americanos. Da média de 43,1 segundos registrados em 1968, passou para 8,9 segundos em 1988, sem que a duração média das matérias se alterasse substancialmente no mesmo período. No Brasil, Gomes (2008) mostrou que, em 2007, a média de tempo das sonoras de políticos no *Jornal Nacional* foi de 12,16s.

Como aponta Aldé (2004), a condição de explicadores é, inclusive, percebida pelo cidadão comum, na medida em que a audiência identifica o jornalista de televisão como alguém que pertence a uma “elite cognitiva”, especialmente habilitada para formar a opinião dos demais, por saber mais sobre o assunto, notadamente por aqueles que se consideram ignorantes ou desinformados em relação à política.

O jornalismo de televisão oferece, a uma ampla e variada audiência, um repertório de exemplos para explicação da política que são incorporados na vida cotidiana. Em estudo sobre como a mídia influencia a conduta política do cidadão comum, a autora (idem) afirma, com base em entrevistas com telespectadores, que o noticiário é fundamental para o uso de um repertório de exemplos recorrentes, vistos pela audiência como autorizados, que legitimam as explicações estruturais dos indivíduos sobre o mundo político. Muitas notícias passam a ser usadas como chaves explicativas, com as quais as pessoas ilustram suas ideias sobre instituições, comportamento dos políticos, de grupos organizados ou jornalistas (p. 176).

Assim, os jornalistas são percebidos como responsáveis pela transparência da administração pública e pela denúncia e vigilância do poder político, por meio da

²⁴ Esta oposição característica das narrativas jornalísticas sobre a política, onde os acontecimentos políticos são mostrados como um mundo bipolar de antagonismos sucessivos, defende Motta (2010), é decorrente da necessidade do jornalismo de conquistar audiência, seduzir, vender. Se há oposições latentes na política, diz o autor, o jornalismo as promove. Se não as há, incita antagonismos e enfrentamentos por meio da dramatização e uso de recursos narrativos que instigam o conflito (p. 149).

incumbência que lhes atribuem os espectadores de fornecer-lhes a “essência dos fatos” políticos (p. 178).

Os verdadeiros protagonistas dos telejornais, portanto, são os narradores, isto é, os repórteres e apresentadores que narram as notícias e dão a elas um sentido de conjunto do que deve ser conhecido para se considerar bem informado. Weaver (1993) afirma que as notícias de televisão são organizadas de forma mais integrada do que as publicadas em jornal impresso. Isso acontece, em boa medida, porque são concebidas para serem entendidas em sua totalidade e são narradas por uma voz pessoal: a dos apresentadores e repórteres que impõem sua “corporalidade” (rosto, postura, voz) e personalidade às narrativas (p. 301).

Os apresentadores, em particular, constituem-se a própria “cara” do telejornal, sendo depositários da confiança dos telespectadores e envolvidos na construção da credibilidade do noticiário de televisão. Diferentemente dos profissionais que desempenham este papel em outros gêneros, eles constroem sua imagem numa constante tensão entre a propalada exigência de “objetividade” e imparcialidade da prática jornalística e a autopromoção e glamorização inerentes à televisão (FECHINE, 2008, p. 1; HAGEN, 2008).

E se apresentadores e repórteres constituem-se os protagonistas principais, os atores políticos que aparecem nas notícias, que à primeira vista, seriam os atores-sujeitos, na verdade tornam-se objetos das narrativas dos telejornais²⁵. Como explica Chauí (2006):

“Os protagonistas da notícia falam à câmera, dando assim veracidade à televisão como sujeito único do noticiário. Em contrapartida, o locutor (ou âncora) e o repórter se dirigem a nós, explicando e interpretando o que o protagonista diz, uma vez que este é o objeto – portanto, nada sabe – e a TV, o sujeito – portanto, sabe tudo” (p. 53).

Ao apontar características definidoras de diferentes *ethos* dos apresentadores de telejornais, Fachine (2008) demonstra a tendência de personalização dos

²⁵ Para tornar este raciocínio mais claro, tomamos emprestado da Teoria da Narrativa a categoria de narrador, que neste caso, consideramos como o conjunto do telejornal, que se constitui como “o texto” narrativo. Desta forma, fica implícito que é o narrador quem está autorizado a relatar sua narrativa e quem detém legitimidade para conduzir os papéis atribuídos às personagens em conflito (MOTTA e GUAZINA, 2010, p. 16).

apresentadores, que alçados à categoria de “estrelas” ou celebridades, como no caso de William Bonner e Fátima Bernardes, passam a ser percebidos pela audiência como alguém mais próximo e familiar. Alguém, inclusive, de quem se conhece até alguns aspectos da vida, as opiniões e preferências pessoais, e de quem se espera ser capaz de defender seus interesses e manifestar suas posições, apto a expressar às autoridades, aos políticos ou a representantes da sociedade civil aquilo que ele próprio gostaria de falar (p. 2).

Na transição entre os campos da política e do jornalismo²⁶, vale lembrar alguns exemplos de profissionais do jornalismo de televisão que construíram carreiras políticas a partir de sua experiência e da exposição de sua imagem de profissionais “sérios” e “competentes”, tais como o ex-apresentador, ex-porta-voz de Tancredo Neves e ex-governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, e o ex-repórter e ex-ministro das Comunicações, Hélio Costa.

É importante mencionar outro aspecto do jornalismo de televisão, sob o ponto de vista da organização de um sistema brasileiro de comunicações. É notória a histórica concentração da propriedade dos grandes grupos de mídia, a ausência de um marco regulatório na área de radiodifusão e a hegemonia das Organizações Globo, que controlam jornais, revistas, canais de televisão aberta e paga, rádios, provedor de internet, etc. Somente no caso da televisão, a Rede Globo produzia, em 2002, cerca de 70% de toda a sua programação e mantinha participação média de 55% do mercado televisivo (LIMA, 2006).

Também é conhecida a vinculação dos grandes grupos de mídia, que são administrados por famílias, com as elites políticas locais e regionais, e as nefastas consequências entre este coronelismo eletrônico na perpetuação de formas clientelísticas de prática política (SANTOS e CAPPARELLI, 2005). Além disso, inúmeros deputados e senadores têm desafiado a lei e se mantido como concessionários de rádio e televisão, ainda que exerçam seus mandatos, e atuem, inclusive, em comissões que legislam diretamente sobre a área (LIMA, 2006).

Na prática, a tendência para os políticos profissionais tem sido de conseguir concessões de suas próprias emissoras regionais como forma de garantir a visibilidade em seus redutos eleitorais, uma vez que é difícil garantir a mesma visibilidade na programação jornalística de emissoras como a Rede Globo. O jornalismo de televisão

²⁶ Entendido aqui conforme define Bourdieu (2007). Ver capítulo V.

faz parte de um negócio que envolve entretenimento, busca pela audiência e interesses comerciais e corporativos.

Neste capítulo, procuramos compreender como se constitui o *ethos* jornalístico, a partir de alguns de seus elementos característicos, tais como: a profissionalização, a definição do campo pela oposição, o papel de fiscalizadores (*watchdogs*) e a busca por legitimidade e credibilidade – a partir do poder de narrar, interpretar e organizar o mundo da política.

Também descrevemos como o telejornalismo tornou-se historicamente um lugar privilegiado do político, modificando e interferindo no mundo da política. Tendo em mente estes elementos, poderemos entender melhor a atuação dos jornalistas do *Jornal Nacional*, especialmente nas coberturas políticas. A seguir, vamos desenvolver aspectos relativos à subcultura jornalística e à cultura política brasileira dominante, mostrando como os valores compartilhados por ambas definem um e outro campo em interação permanente.

Capítulo II – Cultura política e subcultura jornalística: tudo a ver

Para compreendermos melhor como os conceitos de cultura política e de subcultura jornalística se relacionam, precisamos definir o que entendemos por cultura neste estudo. Interessa-nos, particularmente, apontar os aspectos que dizem respeito diretamente à nossa pesquisa e que elucidam os termos nos quais nos debruçaremos.

Para tanto, vamos buscar um autor que retrçou a trajetória do conceito. Raymond Williams dedicou boa parte da vida para pesquisar as diferentes facetas da noção de cultura. Ele fazia parte de uma geração de intelectuais britânicos que queria romper com a ideia de que cultura era algo de elite – isto é, um conceito idealista, que pairasse como uma esfera preservada de conflitos e materialidade. Como filho de trabalhadores que conseguiu uma bolsa para estudar em uma das mais prestigiosas universidades da Inglaterra (Universidade de Cambridge), Williams estava preocupado em pensar a crítica intelectual aos mais diversos produtos culturais a partir de uma origem marxista de pensamento: as conexões com a política e a economia, e com o compromisso de mudança real da sociedade (Velasco in WILLIAMS 2007, MATTELART e NEVEU, 2006).

É neste contexto que ele se propõe a recompor a trajetória do conceito na língua inglesa, recuperando seus significados atribuídos pelas mais diversas correntes europeias de pensamento. Ao mesmo tempo, entende o conceito dentro de uma posição teórica definida, que chama de teoria da cultura ou materialismo cultural. Para o autor, a cultura tem de ser compreendida como um processo material e social, em que a produção de significados e valores acontece dentro de formações sociais específicas, tendo a centralidade da linguagem e da comunicação como forças formadoras e de interação tanto das instituições quanto das relações sociais e das convenções (2007, p. 19)²⁷.

²⁷ Como afirma Velasco in Williams (2007), o autor estava falando aqui em propor uma abordagem vinda do marxismo; portanto, diferente dos partidários do giro linguístico, que tomavam a linguagem em seu sentido absoluto. Não cabe estender esta discussão aqui, apenas contemplar as questões em que o autor estava envolvido. Williams compreendia, portanto, que a linguagem é tanto veículo das determinações da vida social que nos constituem quanto espaço que articula as mudanças que podem ocorrer na história (p. 19). Por outro lado, como Hall (1997) lembra bem, a velha distinção entre base

Desta forma, ele percorre o caminho dos significados, reconhecendo de antemão a complexidade de se referir a um dos conceitos mais utilizados em sistemas teóricos muitas vezes incompatíveis. Um dos significados decorre da ideia de civilidade ou de civilização, no sentido de que é um processo progressivo do ser humano em melhorar suas habilidades intelectuais e sociais. Assim, a palavra implicava em uma relação com o que se entendia como culto, polido ou refinamento do indivíduo na Inglaterra do século XVIII. Esse significado vinha da ideia original contida no verbo em latim *colere*, que significa coletar, cultivar. Metaforicamente, passa-se do cultivo agrícola para o cultivo das mentes e gostos.

Mas os intelectuais românticos alemães, no século XIX, reelaboram o conceito de cultura, que passa a ser entendido como crítica, ligado ao espírito e aos princípios espirituais. Ainda compreendiam cultura como civilização, porém com contornos relacionados à própria ideia de constituição de nação ou de um conjunto de nações (por exemplo, a cultura europeia). Paradoxalmente, mesmo no século XVIII, cultura também podia ser considerada como modo de vida, com o reconhecimento de que não existia apenas uma cultura, mas várias, específicas e variáveis, que se referiam a grupos sociais e econômicos em uma nação. Desta ideia, derivam os conceitos de cultura popular e folclore. Portanto, cultura – na Europa dos séculos XVIII e XIX - podia ser pensada tanto do ponto de vista da caracterização de grupos específicos quanto da humanidade em geral.

Uma outra forma de pensar a cultura, aponta Williams, diz respeito à produção artística, sentido que ainda hoje é bastante difundido, inclusive no Brasil. Entende-se como cultura a produção na música, na literatura, nas artes visuais. Assim, cultura não é somente um processo de desenvolvimento intelectual, mas o resultado prático em uma obra de arte.

Mas, o conceito de cultura também passou a significar, com o avanço dos estudos antropológicos (ou da antropologia cultural, principalmente a norte-americana) no século XX, algo que expressa as relações entre o material e o simbólico, a conexão entre a produção cultural, seja ela qual for, e o sistema simbólico no qual as pessoas estão inseridas. E é neste sentido antropológico que trabalhamos a ideia geral de cultura.

Geertz (2008) também discute o conceito (a partir dos vários autores da

econômica e superestrutura não tem mais sentido em um mundo em que a mídia é, ao mesmo tempo, quem sustenta os circuitos globais de trocas econômicas, informação, conhecimento e ideias (p. 17).

antropologia norte-americana), mas propõe uma definição que podemos utilizar aqui como base, na linha do que Williams apontou anteriormente: cultura é um contexto, um complexo sistema de costumes, tradições e hábitos²⁸. Além disso, diz ele, também é um aglomerado de regras, receitas, planos e instruções. Isto é, um conjunto complexo de mecanismos de controle (p. 32).

Assim, em menor ou maior grau, cultura expressa o sistema simbólico no qual os seres humanos estão inseridos; portanto seu contexto, onde os valores, ideias, tradições, hábitos, e também regras e outros mecanismos de manutenção deste próprio sistema são compartilhados. Está no centro de nossas vidas, dos grupos sociais e é uma das condições constitutivas de toda e qualquer prática social (HALL, 1997). É tão constitutiva da política ou do jornalismo quanto da articulação entre ambos.²⁹

Este compartilhamento acontece nos mais diferentes grupos sociais e é o que os caracteriza como grupos. Resta em aberto, em uma perspectiva Gramsciana, pensar as possibilidades de combinação entre o que é manutenção dos valores, tradição e regras, e o que pode ser a inovação e/ou circulação de novos valores ao longo da história.

Isto significa dizer que as construções simbólicas compartilhadas na vida cotidiana (inclusive os valores de uma subcultura profissional como a jornalística) articulam-se em um processo hegemônico. Hegemonia, nos termos definidos por Gramsci, é a capacidade de direção política e cultural de um grupo ou classe social sobre os demais, a partir do consentimento, e não da força, criada e recriada por quem desempenha papel organizativo na sociedade (BOCAYUVA e VEIGA, 1992).

Mais do que isso, de acordo com Williams (1979), é constituída em um sistema vivido de significados e valores, que ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Como processo, a hegemonia tem de ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Portanto, a cultura, como sistema simbólico, entendida de um ponto de vista hegemônico, está sempre em "equilíbrio instável"³⁰.

Exatamente por derivar da noção de algo que é cultivado na natureza, cultura

²⁸ Guardadas as devidas diferenças teóricas entre os autores, que se dedicaram a compreender e definir cultura, muitas vezes chegando a elaborações convergentes, partindo de pontos de vista distantes.

²⁹ Concordamos com Hall (1997) que toda prática social tem condições culturais de existência; são portanto, discursivas, mas não se restringem somente à dimensão do discurso.

³⁰ Lima (2004a e 2004b), ao construir o conceito de Cenário de Representação da Política (CR-P), chama a atenção para dois aspectos importantes relativos à hegemonia: a de que implica na possibilidade de construções simbólicas contra-hegemônicas e a de que é um processo, ao mesmo tempo, constituído pela e constituidor da realidade social.

traz em si a ideia de que se pode alterar a natureza, da mesma forma que, contraditoriamente, pode-se ser moldado pelo ambiente em que se vive. Assim, contribui Eagleton (2000), o conceito de cultura implica em tensões e contradições, constituindo-se como algo ideal e, ao mesmo tempo, real, cotidiano, material – isto é, dizemos nós, constitui-se de maneira dialética nas práticas sociais.

Portanto, tendo como pano de fundo a ideia geral de cultura como compartilhamento dinâmico (ativo e passivo) do simbólico e do prático, isto é, dos valores, costumes e hábitos que se estabelecem na vida cotidiana dos grupos sociais, é que vamos definir os dois conceitos aplicados ao nosso estudo: cultura política e subcultura jornalística.

Abordar cultura política dentro da ideia geral de cultura como compartilhamento dinâmico do simbólico e do prático significa transcender a compreensão tradicional de cultura política, como geralmente é considerada nos estudos de Ciência Política, especialmente a norte-americana. A teoria da cultura política, nesta tradição, tem como interesse central compreender a existência de valores relacionados à (1) confiança ou desconfiança na política e nos políticos, à (2) igualdade ou hierarquia nas sociedades, à (3) liberdade ou coerção, e ao (4) comprometimento com princípios universais (ideais) de sociedade ou a interesses privado-paroquiais. Tais estudos são realizados a partir de técnicas de *surveys*, testes empíricos e estatísticos que buscam controlar variáveis dependentes e independentes na investigação sobre a relação entre cultura política e o comportamento político dos cidadãos.

O conceito de cultura política na Ciência Política está diretamente ligado, em seu desenvolvimento, à questão da construção da democracia nos países ocidentais desenvolvidos, notadamente Estados Unidos e Inglaterra. Partiu-se da noção de que a própria democracia necessita que haja valores positivos associados a ela; caso contrário, seria difícil mantê-la como regime sem apoio da sociedade e das instituições, como a própria mídia, os partidos e governos.

Um dos conceitos mais conhecidos de cultura política desta linha de pensamento no Brasil é o de Moisés (1992), que entende a cultura política como a generalização de um conjunto de valores, orientações e atitudes políticas que resulta tanto dos processos de socialização como da experiência concreta dos membros da comunidade política.

Isto significa que cultura política, sob esta perspectiva, envolve a formação de um consenso mínimo a respeito de instituições, valores, crenças, ideias, atitudes e comportamentos que permeiam o funcionamento da democracia e os processos políticos. Este consenso não necessariamente é permanente; pode ser dinâmico e alterável ao longo do tempo.

Além disso, se a cultura política expressa consensos em torno de valores ou ideias que estão presentes no debate político em um *continuum* histórico, este consenso não necessariamente está relacionado a valores positivos. O consenso em relação a determinadas ideias ou valores pode estar em conflito com outros consensos, que se combinam ou entrecrocamos, em um contexto de interesses contraditórios e de subculturas, que vai construindo a vida social, e, em última instância, a hegemonia.

De outro lado, como nos lembra Rennó (1998), na teoria tradicional dos estudos sobre cultura política, há um aspecto normativo, ou um viés bastante criticado em pesquisas mais recentes, de relacionar a democracia e o desenvolvimento de uma sociedade ao ideal expresso em valores de igualdade, liberdade, confiança e comprometimento com princípios universais. Isto é, ao modelo liberal anglo-saxão, independentemente das tradições e história dos diferentes países.

Portanto, os estudos sobre cultura política têm o mérito de enfatizar a importância dos valores, sentimentos e crenças sobre política no comportamento dos cidadãos e na manutenção da democracia – especialmente as pesquisas sobre confiança e desconfiança na política e nos políticos, aspecto central de nosso trabalho. Porém, devem ser pensados como ponto de partida para nossa reflexão, não como caminho absoluto.

Parafraseando Burke (2000) quando afirma que as diferenças entre a escola norte-americana e a escola britânica de antropologia caíram em colapso, entendemos que após os estudos de inflexão mais culturalista e qualitativa sobre as relações entre os sujeitos e as práticas sociais nos últimos anos, devemos pensar a cultura política para além de consensos, mas como um conjunto de valores, ideias, hábitos, tradições, sentimentos e crenças que podem ser constantemente renovados, reconstruídos e/ou realimentados na prática cotidiana.

Isto significa dizer que, ao mesmo tempo que a cultura política não pode ser considerada como um conjunto de valores sedimentados somente alteráveis ao longo de muito tempo (nem mesmo pode ser considerada como uma única cultura), implica

no reconhecimento de um elemento ativo na construção e no compartilhamento da cultura sobre política. É preciso, portanto, reconhecer, acima de tudo, a cultura política dentro do âmbito das relações entre o simbólico e o prático, a partir das tensões e das contradições da vida cotidiana da política.

O reconhecimento é especialmente relevante na medida em que, como veremos mais adiante, os valores e ideias presentes de forma hegemônica na cultura política brasileira também estão presentes na subcultura profissional dos jornalistas. E mais importante se torna, no contexto contemporâneo, na medida em que a construção, renovação ou manutenção destes valores passa pela mídia e pelo jornalismo.

No entanto, o elemento ativo embutido no conceito de cultura política, da forma como o entendemos, não exige que os sujeitos (particularmente os políticos e os jornalistas) simplesmente atuem de forma a manter os valores mais característicos de uma cultura política dominante (como veremos mais adiante, em relação à cultura política brasileira dominante). Assim, se o conceito de cultura política, tal qual o compreendemos, traz em si a possibilidade de alteração de seus valores constitutivos (isto é, traz a possibilidade de construção contra-hegemônica), não implica que esta possibilidade possa se concretizar no contexto da vida social. Significa, isto sim, que é possível apreender a cultura política a partir de abordagens qualitativas, que foquem sua atenção na forma como estes valores se relacionam em nível do discurso dos atores políticos – especialmente nas narrativas dos jornalistas sobre a política.

Aliás, Bourdieu (2007), ao refletir sobre a representação política, alerta para a cultura política (em estreita relação com o campo político), como sistema simbólico onde se trava a luta entre agentes ativos (os próprios políticos e os jornalistas) e passivos (a população em geral), e de conflitos entre classes e facções políticas. Uma vez que a produção das formas de percepção e expressão sobre a política está entregue aos profissionais que definem o que é cultura política e quem tem entrada no campo político (excluindo-se quem não tem “competência”), o poder de renovar, reconstruir ou manter os valores dominantes da cultura política está, em grande parte, concentrada nos atores políticos (os agentes ativos, para usar a terminologia do autor). Isto significa que a construção ou alteração da cultura política passa, necessariamente, pelo jornalismo e pelos jornalistas.

De outro lado, compreendemos a subcultura jornalística como a cultura de um grupo bastante específico em relação a quem compartilha os valores da cultura política

– isto é, a sociedade em geral –, mas que, inserido dentro desta, mantém um entendimento próprio de si mesmo, *vis-à-vis* os valores que transcendem seu campo. Ou de maneira mais clara, entendemos subcultura a partir da definição sociológica do conceito: uma cultura dotada de autonomia parcial, inserida em um todo de maior porte (BURKE, 2000).

Esta subcultura profissional é caracterizada, como vimos no capítulo I, por um modo específico de ver o mundo da política, que privilegia a desconfiança nos políticos, ao mesmo tempo que assume uma missão de investigar os atos ocultos do governo (numa relação de bipolaridade com o campo da política).

Mas também é constituída pela crença em determinados valores relacionados à objetividade, profissionalização, imediatismo, ao poder de fiscalização e vigilância dos poderes. Possui um *ethos* específico, uma identidade profissional aliada a um modo próprio de ver o mundo como testemunha, e ao mesmo tempo, narrador dos fatos. Funciona dentro de uma organização de trabalho e um processo de produção, com funções, rotinas e hierarquias definidas. É, portanto, uma comunidade interpretativa que compartilha história, mitos, ideologia, linguagem e formas narrativas próprias, além de critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 1993 e 2005; WOLF, 2003).

A ênfase na relação entre subcultura jornalística e a cultura política advém de dois aspectos essenciais para o argumento de nossa pesquisa. O primeiro é ressaltar a importância do jornalismo na formação e reafirmação de valores e ideias que fazem parte da cultura política brasileira dominante. O segundo é apontar que valores presentes na cultura política de nosso país são compartilhados e também estão presentes na subcultura jornalística.

Grosso modo, poderíamos pensar em um negativo de uma foto (antes do advento da digitalização de imagens, é claro): a desconfiança na política é um dos valores caracterizadores da política – sob um ponto de vista negativo – e um dos caracterizadores da subcultura jornalística – sob um ponto de vista positivo (para os jornalistas). Vamos buscar compreender como esse compartilhamento pode reforçar a prática de uma “*cobertura adversária*”.

O primeiro aspecto está diretamente relacionado ao crescente poder da mídia e do jornalismo, que já mencionamos anteriormente. Em contrapartida a este poder, o sistema político brasileiro tem se caracterizado pela perda histórica de força dos partidos como instituições representativas e canalizadoras das demandas populares e

por uma cultura política de desqualificação da política e dos políticos em geral (CAMPELLO DE SOUZA, 1988).

Nas democracias contemporâneas, cientistas políticos têm reconhecido que a mídia emerge como elemento preponderante na “emancipação” dos candidatos em relação às estruturas partidárias, graças a sua capacidade de ligá-los simbolicamente com os eleitores, dispensando a manutenção de custosas estruturas de enraizamento e mobilização dos partidos de massa. Esta constatação independe das avaliações positivas ou negativas das transformações da representação política no sentido dado pela Ciência Política, de representatividade. Assim, estaria em curso uma reconfiguração da representação política, onde a mídia é uma nova instância de mediação a desempenhar parcialmente papel outrora reservado apenas aos partidos e a outras instituições como os sindicatos (LAVALLE, HOUTZAGER e CASTELLO, 2006, p. 70).

Os cientistas políticos que estudam as teorias de cultura política identificam, entre os elementos que formam o conjunto de orientações subjetivas dos cidadãos ao longo da vida, a socialização na infância, a educação, a exposição à mídia, as experiências concretas com os governos, com a sociedade e com o desempenho econômico do país (Almond apud RENNÓ, 1998).

Os estudos sobre cultura política brasileira, particularmente aqueles relacionados à avaliação da qualidade da democracia, reconhecem que a mídia joga um papel central na manutenção ou mudança dos valores políticos e que pode reforçar determinadas atitudes e comportamentos (ainda que não levantem dados empíricos sistemáticos sobre a relação direta entre o conteúdo dos telejornais, por exemplo, e o grau de confiança de determinada audiência sobre a política).

Nas teorias relacionadas à cultura política, entende-se que todo julgamento a respeito dos governos e das instituições por parte dos cidadãos está associado e pode ser caracterizado dentro dos marcos e repertórios oferecidos pelos valores e pela cultura política (MOISÉS, 2008, p. 18), e que a mídia tem papel relevante neste processo.

Aldé (2004), por exemplo, lembra que “as pessoas recorrem consistentemente a um repertório de explicações e analogias, usadas para ilustrar temas, esclarecer conceitos um pouco abstratos, resumir cenários complexos” (p. 135). Cada indivíduo, diz a autora, se utiliza de quadros de referência (advindos da socialização, das

diversas esferas da vida) para elaborar um conjunto coerente de explicações e analogias que vão orientar a compreensão sobre o mundo da política. E a mídia ocupa um lugar de destaque neste processo, uma vez que oferece não somente uma homogeneidade discursiva como uma diversidade limitada de enquadramentos (pp. 135-136).

Mas, se de um lado, é consenso que a mídia e o jornalismo detêm lugar de destaque na construção da cultura política, de outros, as razões para a existência de uma crise de confiança nas elites políticas do mundo são constantemente debatidas. Tal problema é analisado por Miguel (2010), de forma comparativa, a partir de três vertentes teóricas que explicam o fenômeno, tendo como elemento central a influência da mídia nos processos políticos.

Das três vertentes sistematizadas por Miguel (*idem*), e ainda que o autor aponte caminhos alternativos de explicação do fenômeno, em que a desconfiança não é somente em relação à política, mas a qualquer discurso de poder, inclusive o discurso da mídia, gostaríamos de ressaltar aqui a hipótese que considera a teoria da espiral do cinismo (JAMIESON e CAPPELLA, 1997).

Neste caso, a confiança na classe política teria declinado em virtude da influência da mídia em disseminar valores negativos relacionados aos políticos, por meio da ideologia profissional, do escândalo e dos erros que são inerentes às notícias. A desconfiança, portanto, seria uma espécie de efeito colateral do predomínio da imagem negativa dos políticos e da contradição entre o conflito como valor jornalístico e a busca de consenso como valor político. Neste caso, inclusive, a forma narrativa das notícias favoreceria a corrida pelo poder e as disputas políticas.

Ainda que esta explicação tenha suas limitações, devemos levar em conta que, no caso da política nacional, as experiências que a maioria dos cidadãos têm em relação aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas mais altas instâncias e em casos de denúncias de corrupção, por exemplo, passam, necessariamente, pela mediação dos meios de comunicação.

Se a construção dos valores políticos se dá na dimensão simbólica ou no terreno da experiência subjetiva, como apontou Gramsci, fica evidente a centralidade da mídia e do jornalismo nos processos políticos ao construir a agenda pública, fiscalizar as ações do governo, canalizar as demandas populares, organizar os

acontecimentos, dar sentido à realidade e orientar as interpretações sobre a política, legitimando ou deslegitimando valores (LIMA, 2004).

É por meio do jornalismo, especialmente de televisão, por seu impacto na audiência e por sua capacidade de dar visibilidade, omitir, salientar, agendar e, principalmente, propor uma “organização autorizada dos eventos”³¹, que se realizam as disputas políticas e se (re) constroem e (re) afirmam os consensos e valores sobre a política brasileira contemporânea. Neste sentido, as coberturas jornalísticas sobre política expressam, por meio de seus enquadramentos, valores presentes na cultura política nacional.

Miguel e Biroli (2010) chamam a atenção para o fato de que a centralidade da mídia na experiência contemporânea de entender a política modificou o exercício da autoridade e, ao mesmo tempo, fragmentou as representações mentais do mundo. Por outro lado, a mesma mídia reforça compreensões hegemônicas da política que envolvem a confirmação de atores e posições que dela fariam parte de maneira legítima (p. 7).

Dentre os valores presentes em nossa cultura política dominante, está o autoritarismo hierárquico, a personalização da política, a insatisfação com o governo e a desconfiança em relação à política e aos políticos³². Moisés (2008), por exemplo, ressalta que no caso brasileiro, ainda sobrevivem traços de concepções autoritárias e ambivalentes em relação à democracia, uma vez que parte da socialização dos cidadãos foi feita durante períodos de ditadura.

Segundo pesquisa do autor, o Brasil é o campeão, na América Latina, de baixos índices de identificação partidária, de avaliação negativa do Congresso Nacional e da incapacidade dos eleitores de se lembrarem dos políticos em quem votaram nas últimas eleições. Outra característica marcante é a insatisfação de parcelas representativas da população com a própria democracia, na medida em que esta não responde a problemas como corrupção e mau funcionamento das instituições. Se de um modo geral, como em outros países, no Brasil a população apoia a democracia, quando se levantam dados sobre confiança nas instituições políticas, é a desconfiança que se sobressai³³. Levantamento do IBOPE Opinião, em 2005, também

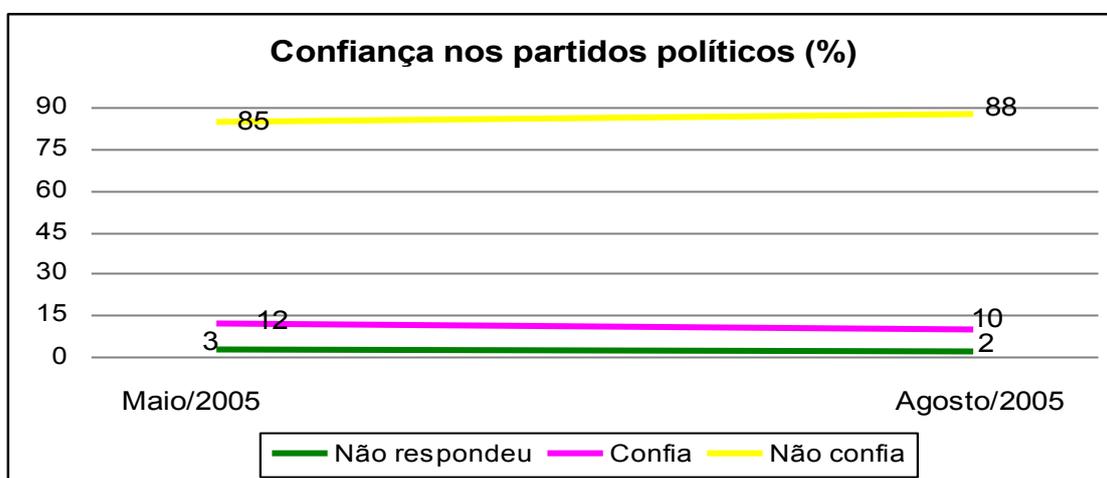
³¹ Aldé (2004).

³² Cf. Lima (2004a e 2004b).

³³ De acordo com dados levantados em 1996 (Inglehart, 2003 in NOLETO FILHO, 2009), 85% dos brasileiros declararam apoiar a democracia, mas ao mesmo tempo, 61% apoiariam um líder forte que não tenha de se preocupar com parlamento e eleições.

mostrou que o índice de desconfiança nos partidos políticos brasileiros chegava a 88% (cf. Gráfico 3, a seguir).

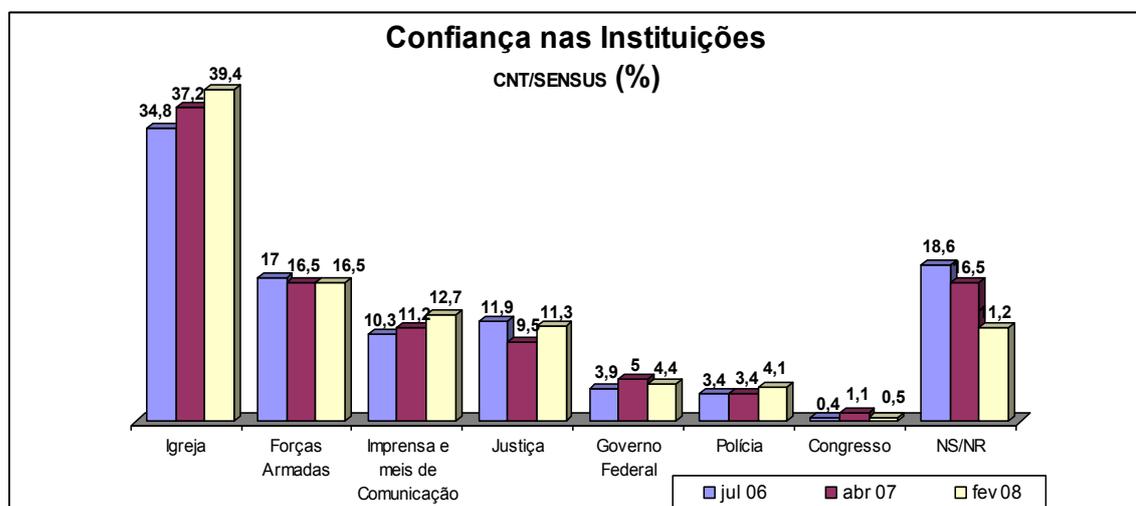
Gráfico 3



FONTE: IBOPE OPINIÃO, 12 a 22/08/2005.

Dados consolidados a partir de pesquisas realizadas pela Confederação Nacional de Transporte – CNT, em parceria com o Instituto Sensus (CNT/Sensus) nos anos de 2006, 2007 e 2008 sobre as instituições em que os brasileiros mais confiam, mostram a Igreja, as Forças Armadas e os Meios de Comunicação como as instituições nos primeiros lugares do *ranking*. Já a confiança no Governo Federal, por exemplo, girou em torno de 3,9% em 2006 para 4,4% em 2008. O Congresso Nacional obteve sua avaliação mais alta em 2007, atingindo apenas 1,1% (cf. Gráfico 4, a seguir).

Gráfico 4



Quando a televisão aparece como uma das instituições avaliadas, em levantamento realizado pela USP em 2006, aparece como uma das mais confiáveis, junto com o presidente da República (ver Tabela 2, adiante).

Tabela 2

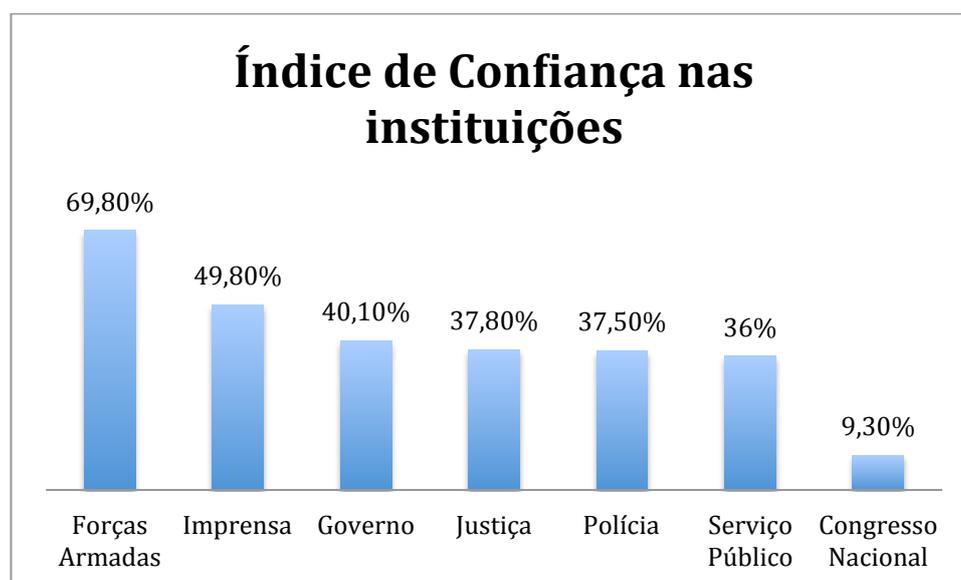
A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas

Instituição	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita
Televisão	7,9%	34%	45,9%	11,9%
Congresso	26,4%	45,5%	22,4%	4,6%
Partidos	36,6%	44%	16,9%	2%
Governo	24,9%	40,7%	28,4%	5,8%
Presidente	23%	33,7%	31,1%	12%

FONTE: Survey realizado pela USP, 2006.

Em 2010, uma nova pesquisa CNT/Sensus apontou para a Imprensa como segunda instituição mais confiável no país, com 49,8% da aprovação dos brasileiros. Em primeiro lugar, continuam as Forças Armadas, com um índice de 69,8% de confiança. Em terceiro lugar está o governo (Federal), com 40,1%. O Congresso Nacional continua em último lugar com 9,3% (Cf. Gráfico 5, a seguir).

Gráfico 5



FONTE: CNT/SENSUS, 2010.

Noletto Filho (2009), por exemplo, ao estudar a imagem pública do Congresso Nacional, mostra como, ao longo da história brasileira, todo o esforço de construção de um ordem política liberal e democrática foi marcada pela desconfiança. A própria república foi implantada a partir de um golpe militar, e ditaduras fizeram parte de nossa história recente, inclusive com apoio da imprensa e, na década de 1960, da Rede Globo.

Estamos falando especificamente da relação entre os donos das grandes empresas jornalísticas e a elite que apoiou o golpe de 1964, legitimando-o dentro de seus próprios termos, como reforma emergencial de uma democracia em perigo, para depois, com o enfrentamento da censura, voltar a apoiar as forças progressistas que lutaram pela redemocratização (ABREU e LATTMAN-WELTMAN, 2006).

Mas não podemos perder o fio de Ariadne. O que nos interessa aqui não é discutir a problemática relativa aos valores presentes na cultura política brasileira dominante, do ponto de vista da cidadania. Existe vasta literatura na Ciência Política analisando estas questões a partir do funcionamento da própria democracia, suas crises de legitimidade e de representatividade, ou responsividade e *accountability* das instituições políticas (inclusive quanto à redução do campo político ao papel de solucionador de problemas e prestador de serviços)³⁴.

Claro que o contexto da democracia é importante para pensarmos sobre a cultura política e como a mídia interfere no processo de construção, renovação ou manutenção de seus valores constitutivos. Porto (2011), por exemplo, estudou sobre o impacto do contexto político na representação que a mídia faz sobre a política. Para isso, realizou extenso levantamento a respeito das principais teorias sobre democracia (basicamente sobre as tradições teóricas de consolidação democrática – com base em SCHUMPETER, 1976; DAHL, 1971; LINZ e STEPAN, 1996) e sobre sociedade civil - AVRITZER, 2002 e outros), suas limitações e avanços nos estudos norte-americanos e latino-americanos. Também dedicou-se a compreender, em detalhes, como a representação fundamenta e delimita a democracia. Sem perder de vista, porém, de que este é um complexo e multifacetado processo que vai além dos mecanismos de representação e prestação de contas (*accountability*).

³⁴ Sobre esta discussão, conferir Noletto Filho (2009). Sobre o conceito de representação na teoria política – desde sua origem latina até sua transformação no sentido que conhecemos hoje – e suas implicações para a democracia, ver Pitkin (2006) e Manin, Przeworski e Stokes (2006).

O autor trabalhou com a hipótese de que o contexto político interfere no que é representado pela mídia nas democracias. De acordo com seu modelo de contexto político de transformação da mídia (*political context model of media transformation*), se o contexto político em determinada democracia conta com instituições políticas fortes, sociedade civil forte, e profundas ligações entre o Estado e a sociedade, além de sistemas de acompanhamento de mídia estruturados (*media accountability movements – MAMs*), a tendência é de que a mídia seja mais aberta, e apresente coberturas mais equilibradas e plurais, numa espécie de círculo virtuoso.

Porém, se o contexto político apresenta instituições políticas fracas, assim como uma sociedade civil com baixa participação ou fragmentada, e débeis conexões entre Estado e sociedade (além de poucos meios de acompanhamento e crítica da própria mídia), por consequência, a tendência é de que as coberturas sejam menos plurais e haja menos independência em relação ao governo, levando a um círculo vicioso.

Concordamos com a ideia de Porto de que o contexto político e o sistema de mídia são variáveis que se relacionam diretamente. Isto implica dizer que a mídia pode afetar, por meio de suas coberturas e outras formas de atuação (como empresas), o fortalecimento ou não da democracia dentro de um determinado contexto.

Acreditamos, entretanto, que estas relações não são estáveis, mas se realizam de maneira fragmentada, dentro de uma dinâmica de disputa de poder entre os campos da política e do jornalismo e, ao mesmo tempo, de compartilhamento de valores culturais entre ambos, isto é, compartilhamento da cultura política.

Se o contexto político é um aspecto relevante para se compreender a atuação da mídia, como ressalta Porto (2011), os efeitos de uma cobertura política sobre a audiência também chamam a atenção dos pesquisadores. Vários trabalhos têm como objetivo estudar os potenciais efeitos da cobertura do *Jornal Nacional* na audiência, na tentativa de estabelecer relação direta entre conteúdo e comportamento. Travancas (2007), Porto (2007) e Mesquita (2008) tentam explicar como isso acontece em casos específicos.

No entanto, nenhum desses aspectos constituem nosso foco principal. Trazemos todos estes elementos no sentido de desenvolver um raciocínio do ponto de vista de um grupo social específico – editores, repórteres e produtores do principal

telejornal do país –, que é, ao mesmo tempo, produtor de conteúdo e que compartilha duplamente dos valores presentes na cultura política e na subcultura profissional.

Como vimos na Introdução, nosso interesse está em investigar de que maneira os valores relativos a desconfiança em relação à política e aos políticos, presentes na nossa cultura política, relacionam-se com a prática jornalística e a subcultura profissional. Ao contrário do que os jornalistas normalmente supõem, a desconfiança expressa como oposição aos políticos poderia comprometer a credibilidade jornalística (equacionada como busca da verdade), e, no limite, enfraquecer a democracia em períodos de escândalo político, ao fortalecer o jornalismo por meio de uma *cobertura adversária*.

Um indício de resposta para nosso estudo está no estudo clássico de Campelo de Souza (1988), sobre a transição democrática brasileira e o período da Nova República, que discute a credibilidade da democracia e a eficácia do regime em responder aos anseios e necessidades da sociedade. Na época, a autora identificou nas coberturas da mídia (imprensa, rádio e televisão), um “discurso adversário” à frágil democracia que nascia e uma acentuação da descrença sobre a representação partidária, à política e aos políticos. Os noticiários baseados em denúncias, sem fontes devidamente identificadas, e a homogeneização das críticas sobre corrupção, cinismo e desmandos como monopólio dos políticos, dos partidos e do Congresso, “avaliavam” os políticos em oposição aos militares, que seriam “eficientes”, respeitariam a “ordem” e teriam gosto pela hierarquia.

A desqualificação da política e dos políticos, revelados na cobertura política da época, resultavam das características patrimonialistas³⁵ do Estado e da ação das elites econômicas e políticas, que faziam do espaço público uma arena para a manifestação das necessidades privadas (p. 590), inclusive da mídia. Esta, por sua vez, atuava de maneira partidária ao procurar deslegitimar o então governo Sarney e outros grupos.

Vale lembrar ainda que, a despeito do discurso jornalístico tomar como referência os modelos estrangeiros consagrados – notadamente o norte-americano, como discutiremos no capítulo I –, em sua prática, o jornalismo brasileiro apela para as raízes mais profundas da cultura política. Albuquerque (2010) mostra, por exemplo, como os jornalistas se apropriam da ideia de Quarto Poder de uma maneira bastante

³⁵ O conceito de patrimonialismo, originalmente presente na obra de Weber, envolve a ideia de confusão entre público e privado. Seria uma forma de dominação na qual não haveria separação entre o público e o privado, os meios de administração e funcionários ou governantes do Estado (DOMINGUES, 2008).

peculiar. No lugar de cão de guarda (*watchdog*), o jornalismo se propõe a atuar como um Poder Moderador, remetendo à experiência, de origem positivista muito em voga nos idos de 1820/30 entre os intelectuais brasileiros, de constituição de um poder que se caracterizaria acima da política.

A figura do Poder Moderador esteve presente na primeira Constituição Brasileira, de 1824, e se caracterizava como um poder de exceção, vinculado diretamente ao imperador, que permitiu à Corte brasileira governar acima das facções políticas e como árbitro entre os partidos. Esta experiência histórica terminou com a República. No entanto, afirma o autor, a necessidade de um poder neutro como garantia de estabilidade no sistema político brasileiro permaneceu, sendo reivindicado por outros atores ao longo da história política brasileira, como por exemplo, as Forças Armadas.

É fato que a democracia brasileira se consolidou, mas a falta de confiança nos representantes políticos, especialmente a desconfiança *a priori* no governo, por parte dos jornalistas, permaneceu. E, de tempos em tempos, reaparece nas coberturas políticas. Portanto, desconfiar do governo e dos políticos é um valor que não está relacionado somente aos *ethos* e à missão jornalística e à legitimação de suas práticas e de sua identidade no mundo, mas também faz parte da história política brasileira por razões bem menos “nobres”, com seu histórico de autoritarismo, ditaduras, práticas patrimonialistas, elitismo, escravismo e desigualdade (REIS, 2008).

Compreender como a desconfiança da política e dos políticos se expressa como valor da cultura política e como valor da subcultura jornalística em determinada cobertura – sobre o Escândalo do Mensalão – torna-se particularmente relevante uma vez que toca em um paradoxo central do jornalismo. Somente na medida em que reivindica e é reconhecido como politicamente desinteressado (ou neutro em relação a posições e interesses em disputa) é que o jornalismo pode mediar os poderes constituídos e atuar politicamente. Ou dito de outra maneira: o papel político ativo do jornalismo, na experiência brasileira contemporânea, é conciliado com a reivindicação do exercício de um lugar transcendental em relação às forças políticas particulares, característica típica do modelo norte-americano de jornalismo objetivo (ALBUQUERQUE, 2010).

Pois é esta interação entre o jornalismo e as instituições política estabelecidas, como o governo, que se constitui uma das atividades centrais do jornalismo atual

(MIGUEL e BIROLI, 2010). E é a desconfiança na política e nos políticos o valor central compartilhado pela cultura política e pela subcultura profissional, que, acreditamos, expressa-se, em uma “*cobertura adversária*” e se constitui como atividade política do jornalismo, apontada por Weber, ainda no início do século XX.

A seguir, vamos discorrer sobre a relação entre a corrupção, Estado e a democracia brasileira. Este capítulo vai nos ajudar a compreender o que é, afinal, o fenômeno da corrupção e porque ele está no eixo das conexões entre cultura política e a subcultura jornalística, entre jornalismo e política. A partir do contexto destas relações, também vamos tratar, de maneira mais detalhada, o conceito de escândalo político-midiático, definido por Thompson (2002).

Capítulo III – Corrupção e escândalos políticos

a) Compreendendo a corrupção no âmbito do Estado

Se a desconfiança na política e nos políticos é um traço da cultura política brasileira dominante e da subcultura jornalística, como vimos no capítulo anterior, a história política também mostra que a descrença foi um elemento presente nos primórdios da constituição de nossa democracia. Ainda no século XIX, afirma Lamounier (2005), intelectuais, políticos e jornalistas costumavam questionar o modelo da democracia representativa como uma ideia fora de lugar, uma superestrutura importada a serviço da elite latifundiária.

Em que pese a consolidação da democracia em nosso país, hoje muito distante do que pensava a elite daquela época, persiste o incômodo de que o regime democrático responde precariamente às demandas da sociedade. Este incômodo advém, em parte, do fenômeno da corrupção (aliado ao sentimento de impunidade), outro elemento sempre presente na história política nacional (inclusive a contada pelos meios de comunicação).

Neste capítulo, vamos tentar compreender o que é corrupção, suas múltiplas definições e implicações, trazendo elementos fora do senso comum de modo a entender a corrupção dentro do contexto da nossa história política e aclarar as relações entre jornalismo e política no âmbito deste estudo.

Em primeiro lugar, quando se fala em corrupção é necessário situar a que exatamente estamos nos referindo. O conceito de corrupção não é imutável; pelo contrário, tem sido constantemente redefinido ao longo dos séculos, inclusive na experiência brasileira. Além disso, os padrões de percepção e reação ao fenômeno mudam no tempo e espaço³⁶.

Apesar da prática da corrupção ser um fenômeno global, como aponta Silva (2010), não há consenso, do ponto de vista dos estudos de Ciência Política, sobre os impactos de tais práticas no sistema político e na democracia. Segundo o autor (*idem*), alguns estudiosos defendem que a corrupção pode ser benéfica para o sistema político, pois "desata os nós da burocracia estatal", especialmente em países subdesenvolvidos, enquanto outros ressaltam o efeito negativo nos sistemas políticos,

³⁶ Sobre o fenômeno da corrupção no Brasil, ver Fleischer (2002).

em particular, quando se encontram associações entre altas taxas de corrupção e baixos níveis de confiança nas instituições.

Em segundo lugar, para se compreender a corrupção dentro do contexto atual de escândalos e denúncias, é preciso entender que o conceito se configura no centro das relações entre interesse público e privado. Corrupção nem sempre esteve associada de forma inerente ao funcionamento do Estado e dos governos, mas sim à fronteira entre o que é público e o que é privado, e à ambição do lucro³⁷.

Mas vamos por partes. Desde a Antiguidade, o problema da corrupção tomou o tempo dos pensadores. Platão, Aristóteles, Maquiavel, Espinoza, Hobbes, Weber. Todos, em maior ou menor interesse, refletiram sobre o tema, partindo do ponto de vista geral de que é algo inerente à humanidade. Hábitos que levam à corrupção existem em todas as sociedades que prezam o fenômeno do lucro e da acumulação de riqueza como valor importante³⁸.

No Brasil, o debate sobre a corrupção perpassou os governos republicanos. O fato é que Getúlio Vargas foi derrubado sob acusações de corrupção, assim como Jânio Quadros usou a vassoura como símbolo para varrer, justamente, a corrupção. Mais tarde, o golpe militar de 1964 foi justificado como combate à corrupção e à subversão (o perigo comunista). Anos depois, a ditadura chegou ao fim sob acusações de que praticava aquilo que deveria combater: a corrupção (além de torturas, censuras e outras formas de desrespeito aos direitos humanos).

Isto sem falar nas denúncias contra o ex-presidente Fernando Collor de Melo, que o levaram ao *impeachment*, às denúncias de compras de votos de parlamentares no governo Fernando Henrique Cardoso em troca da possibilidade de reeleição e, finalmente, às denúncias que constituíram o Escândalo do Mensalão no primeiro governo Lula.

No entanto, do ponto de vista conceitual, diferentes definições foram se sobrepondo, deixando como marca permanente o fato de que, na tradição do pensamento político ocidental, não há consenso sobre o que seja definitivamente a

³⁷ Compreendendo Estado no sentido de uma estrutura ou organização formal, social, política e jurídica garantidora dos direitos da sociedade, e governo como um conjunto de pessoas que exercem poder político e o controle do Estado em determinada sociedade. Ressalve-se que esta diferença não é consensual, e em muitos estudos de origem anglo-saxã os dois termos se confundem (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1994).

³⁸ Cf. Santos (2008).

corrupção (FILGUEIRAS, 2008). Esta variação de perspectivas ocorreu, inclusive, na experiência política brasileira.

No Brasil Colônia, por exemplo, os servidores da Coroa ganharem mal e conseguirem algum dinheiro fora do âmbito de seus serviços oficiais era algo visto como tácito ou natural. Qualquer ideia de irregularidade ou falta de transparência, naquele momento histórico, é uma análise descontextualizada, uma vez que não existia sociedade civil, muito menos um Estado que pudesse representar a todos os cidadãos – ele representava os interesses da Coroa portuguesa³⁹. A questão em debate, à época, era não ferir os direitos dos súditos nas situações cotidianas da vida (algo mais concreto como não ser humilhado por fiscais da Coroa). No Brasil Império, o termo corrupção raramente foi utilizado, pois assim como no Brasil Colônia, ainda não existia a lógica da igualdade de direitos e de transparência de governo (FIGUEIREDO, 2008; SCHWARCZ, 2008). Quando aparecia em acusações, dizia respeito ao sistema ou à administração que seria corrupta. Esta noção, que remetia à ideia de sistema despótico, oligárquico e que não promovia o bem público, persistiu até a década de 40 do século XX (CARVALHO, 2008).

A partir de então, a corrupção passou a ser entendida como um fenômeno ligado ao indivíduo, não ao sistema como um todo, expresso nas acusações dos políticos udenistas ao presidente Getúlio Vargas. Aqui, os indivíduos (tanto o próprio Vargas quanto seus correligionários) eram corruptos porque roubavam dinheiro público para enriquecer a si e a seus amigos.

Entre os anos de 1954 e 1964, a corrupção no Brasil foi considerada como malversação dos recursos públicos – algo que dizia respeito a favorecimento a empresas privadas. Diversas denúncias foram o centro do debate político neste período, atingindo os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Durante a ditadura militar, a noção de corrupção estava atrelada ao furto de dinheiro público que ia parar nas mãos de quem deveria cuidá-lo (MOTTA, 2008; CARVALHO, 2008)

Esta noção é mais próxima do entendimento do senso comum contemporâneo e remete a uma forma de pensar o governo: a de que a sociedade necessita de um bom governo, compreendido como aquele que apresenta gestão correta, eficiente e honesta do bem público. O outro lado desta moeda seria um governo corrupto. Mas esta não é

³⁹ Administrativamente, o modelo era descentralizado, uma vez que o Estado português não alcançava a maior parte do território brasileiro. Esta descentralização foi denominada por Buarque (1997) como personalismo, isto é, privatização do espaço público.

a única forma de se pensar. Pode-se, por exemplo, seguir a ideia de que um governo tem de constituir-se como instrumento de promoção e realização da igualdade, sem maior preocupação com a correção dos meios adotados (algo próximo do bordão de Ademar de Barros: rouba, mas faz; ou na apropriação contemporânea da frase os fins justificam os meios, ou ainda no célebre jeitinho brasileiro) (MOTTA, 2008).

O fato é que sempre se remete à relação Estado/governo e corrupção, na história política brasileira - em grande medida, dizem vários autores, porque o Estado (vamos usar a nomenclatura corrente na literatura) é um ator central na constituição da democracia e no desenvolvimento do capitalismo nacional. A própria construção política do Estado, iniciada ainda no Império, foi sendo consolidada muito cedo. Já nos anos 1930, o Estado era o principal agente de desenvolvimento e do capitalismo nacional (Bresser Pereira in LOUREIRO, ABRUCIO e PACHECO, 2010). De lá para cá, foi se transformando em uma complexa e articulada burocracia que cada vez mais se profissionaliza e engloba as diferentes representações da sociedade⁴⁰.

Esta centralidade acarretou em algumas características relevantes para se entender o fenômeno da corrupção, como por exemplo, as práticas clientelistas entre partidos e Estado. Estas práticas estabelecem uma cumplicidade entre os atores político-partidários e os atores vinculados ao governo na troca de benefícios públicos, seja na forma de empregos, isenções fiscais ou apoio político por meio do voto.

Tais práticas foram apontadas por Campello (1976 apud LOUREIRO, OLIVIERI e MARTES, 2010) como uma das causas da fragilidade dos partidos na democracia brasileira. No reverso da mesma moeda, o Estado forte toma para si as atribuições dos partidos ao dominar, com sua burocracia especializada, a arena das decisões sobre as políticas públicas. O clientelismo constituiria, para a autora, uma forma de controle dos recursos políticos utilizados pelos partidos para gerar poder para si mesmos e tentar se consolidar como instituição.

Por outro lado, existe o problema da governabilidade. O sistema político brasileiro é caracterizado por um presidencialismo de coalizão, na qual o Executivo, na figura do presidente da República, depende das alianças partidárias para governar (Abranches, 1988, apud LOUREIRO, OLIVIERI e MARTES, 2010). É neste movimento de negociação de apoios que partidos e burocracia precisam se articular, e

⁴⁰ A profissionalização crescente da burocracia do Estado, a partir da exigência de concursos públicos e da organização de carreiras permanentes, levou alguns autores a mostrar que os estereótipos comuns da ineficiência, normalmente identificados por excesso de funcionários públicos e salários baixos, não corresponde mais ao conjunto da burocracia estatal (MARCONI, 2010).

onde, muitas vezes, cargos são usados como moeda de troca. Quanto mais necessidade de articulação, mais a base de apoio vai reivindicar benefícios ou simplesmente a manutenção do *status quo*, a ponto de se criar, por exemplo, monopólios de poder de diferentes grupos no interior da burocracia – o que pode motivar a ocorrência da corrupção.

Ainda é preciso mencionar que o Estado também é um grande contratador de pessoas e serviços. Em alguns locais, é o garantidor de circulação de dinheiro na economia. A disputa de empresas privadas em licitações, por exemplo, é sempre acirrada, o que leva, muitas vezes, à combinação de interesses privados – de empresas privadas – com políticos em cargos de confiança ou funcionários aliados a grupos de interesse. A lógica aqui é a da ambição do lucro.

Dentro deste contexto histórico, como se compreende a corrupção, hoje? Para além do senso comum que relaciona corrupção como suborno, propina, roubo ou favorecimento, Filgueiras (2008) afirma que o entendimento sobre o fenômeno tem de passar pelo aspecto moral, uma vez que só existe corrupção quando uma norma é transgredida. Por isso, a medida da corrupção é dada pela norma que não foi cumprida, isto é, pelo desvio⁴¹. No entanto, é necessário que existam normas e valores definidos sobre o que pode ou não ser feito em qualquer instância – seja de âmbito público ou privado, no Estado ou na vida cotidiana.

O autor vai mais longe, ao propor que a corrupção é um fato inerente ao campo da política porque só a partir do momento em que ela existe é que se pode averiguar a legitimidade dos valores e normas consensuais que organizam as instituições (p. 21). E em momentos de crises políticas, por exemplo, as concepções sobre os valores e normas são postos à prova. Nas situações que envolvem mudanças políticas e sociais, as instituições e a sociedade entram em rota de colisão. É aí que os valores ou normas seriam avaliados, numa espécie de balanço da sociedade a respeito de seus próprios valores e interesses normativos.

Porém, esta perspectiva, para Filgueiras (2008), não é consensual. A abordagem mais comum ao problema na teoria contemporânea da corrupção é compreendê-la sob o aspecto econômico-liberal. Nesta ótica, a corrupção é resultado de uma natural e estrutural ineficiência do Estado e de sua burocracia, que somente pode ser corrigida com punições drásticas, diminuição de seu tamanho e redução do

⁴¹ Sobre as implicações a respeito da ideia de desvio, ver Becker (2009).

papel do Estado na sociedade. A política seria um espaço inerentemente atrelado aos vícios e a corrupção seria sua prática mais corriqueira. De outro lado, o mercado seria o melhor espaço institucional para a construção dos bens públicos, pois seria regido eminentemente pela eficiência.

Esta abordagem é compartilhada pelos jornalistas ao desempenharem o papel de *watchdogs*, que leva à busca por denúncias de corrupção, especialmente as praticadas pelo Estado. Este ponto de partida pode ser compreendido por vários dos elementos que temos elencado neste trabalho: nossa história política, a bipolaridade entre jornalismo e política, a desconfiança em relação aos políticos, o julgamento moral de quem se entende como representante do interesse público, o profissionalismo aliado à adoção de uma concepção liberal do mundo como mercado (WAISBORD, 2000).

Outros aspectos, no entanto, estreitamente ligados às regras jornalísticas também são relevantes: o primeiro é a concepção de que notícia é o desvio, algo que está fora da normalidade, portanto, algo que quebra as normas vigentes. O segundo é a competição, a busca pelo furo, que faz com que a corrupção seja um tema premente nas coberturas jornalísticas. Um terceiro aspecto está relacionado às fontes de informação. Geralmente, as fontes oficiais – principalmente as do governo – são relevantes para o processo de produção da notícia sobre política. Muitas vezes, o noticiário sobre política é basicamente um noticiário sobre as ações do governo e suas repercussões (*idem*).

Portanto, trazer à tona denúncias de corrupção pode servir para o aprimoramento da sociedade, para a constante fiscalização da transparência na aplicação do dinheiro público e da vigilância do que se compreende como interesse público (ainda que este conceito seja fugidio e possa variar conforme os vários grupos sociais). Mas, por outro lado, a simples visibilidade dada às denúncias de corrupção não é garantia de contribuição para a democracia.

Filgueiras (2008) alerta justamente para o risco de que compreender a política e o Estado como inerentemente cheios de vícios e corruptos é, em certo sentido, esvaziar a política, isto é, tirar do campo político sua legitimidade como espaço do consensual e do contraditório nas sociedades, e esvaziar o poder do Estado de representar a sociedade. A despolitização da política pode levar para a persistências

de crises que se acumulam, sem que haja tempo e reflexão necessários para a implementação de efetivos mecanismos de controle.

De outra maneira, a mera visibilidade da corrupção por parte da mídia a partir de denúncias mal apuradas ou apressadas também pode contribuir para as crises de legitimidade da própria democracia. Isto acontece porque no processo de tornar pública uma denúncia em escândalos de grandes proporções como os escândalos políticos midiáticos (conforme veremos a seguir), normalmente, quem denuncia a infração das normas é uma força política que não participa ou deixou de participar do esquema (*idem*).

Em grande medida, é um ato de medição de forças e recuperação de poder utilizando como instrumento a visibilidade proporcionada pela mídia. A revelação do que está oculto serve, muitas vezes, para uma re-acomodação das forças políticas e passa ao largo do que aconteceu na realidade⁴².

As denúncias de corrupção podem, assim, servir de instrumento de disputas internas ao campo político, ao mesmo tempo em que geram a expectativa de punição que não se concretiza de modo imediato (o tempo da mídia é diferente do tempo dos processos administrativos e jurídicos), levando a uma sensação de impunidade generalizada e de, no limite, descrédito nas instituições democráticas⁴³.

É a partir deste pano de fundo, onde as denúncias de corrupção tornam-se o centro da cobertura política e dos acontecimentos políticos, mostrando a

⁴² A corrupção pode não ser apenas o objeto de denúncia do jornalismo, como pode ser praticada pelos próprios jornalistas e pela mídia. Como lembra Kucinski (2004), ela pode se manifestar na relação entre as fontes e os profissionais da notícia. Um caso de relações mal explicadas na cobertura econômica foi descoberto durante a crise financeira internacional de 2002, onde comprovou-se que a empresa Enron e outras companhias norte-americanas pagavam quantias consideráveis a jornalistas de prestígio nos Estados Unidos, como Larry King e Peggy Noona, em troca de sua complacência na cobertura. O autor também lembra de casos de cooptação e de favorecimento na história do jornalismo brasileiro. A Constituição de 1946, por exemplo, isentava os jornalistas de pagamento de impostos. O lendário empresário de mídia Assis Chateaubriand chantageava empresários e políticos, e até hoje, após a profissionalização do jornalismo, e a definição de código de ética da profissão, discute-se o recebimento dos famosos jabás, com distribuição de brindes, passagens aéreas, ingressos para shows e outras formas de ações de boa vizinhança entre empresas privadas e jornalistas. Isto sem falar em outros tipos de relações promíscuas como a compra de matérias de capa e preparação de dossiês por parte de jornalistas que são vendidos a grupos políticos adversários e que impactam diretamente em resultados eleitorais ou nas disputas de poder de grupos políticos vinculados ao Estado.

⁴³ O Estado brasileiro conta com inúmeros órgãos e mecanismos de controle e fiscalização das ações públicas. Podemos citar aqui a Controladoria Geral da União – CGU, os Tribunais de Contas vinculados aos Parlamentos, o Ministério Público e a Secretaria de Controle Interno do Executivo Federal. Nos últimos anos, iniciativas de E-governo têm ampliado as ações de transparência ao publicar na internet dados sobre os gastos e investimentos governamentais, em uma ação pública de prestação de contas.

vulnerabilidade dos políticos na cena política, que vamos avançar para a compreensão da ocorrência dos escândalos políticos, de acordo com Thompson (2002).

b) O escândalo político midiático

Escândalo é uma palavra de origem moral. Tradicionalmente ligada a uma conotação religiosa, a palavra começou a ser utilizada com frequência, ainda na Europa do século XVI, no sentido de deslize ou queda moral. Com o passar dos anos, também foi utilizada no sentido de conduta que ofendesse sentimentos morais ou o senso de decência; ou ainda, uma transgressão dos códigos morais – fossem eles religiosos ou não. Entre os séculos XVI e XVII, escandaloso foi um termo empregado na tradição de panfletos irônicos, humorísticos e de crítica social aos governantes, principalmente, na França. É aí o embrião da relação entre escândalo e o que viria a se chamar mídia muito tempo depois.

A partir do século XVIII, o termo passou a designar a revelação de atividades ocultas que poderiam trazer prejuízo aos envolvidos, chegando ao sentido de hoje, que pode ser definido como ações ou eventos que envolvem a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais (THOMPSON, 2002).

Mas foi somente no fim do século XVIII e início do século XIX, de acordo com Thompson, que se desenvolveu uma forma específica de escândalo, o chamado escândalo midiático. Com o desenvolvimento da imprensa, que alterou as relações entre o público e o privado e criou uma nova visibilidade; o surgimento do jornalismo investigativo, fundamentado em sua missão de revelar os segredos do poder (e de busca de sustentabilidade ao vender mais jornal⁴⁴) e a difusão de novas tecnologias, surgiu o escândalo midiático, uma forma específica de escândalo, caracterizada pela participação central da mídia em sua ocorrência.

A confluência de fatores como o fortalecimento da democracia e da economia de mercado, as mudanças nas relações entre a mídia e os partidos políticos, assim como a crescente profissionalização do jornalismo levou, em algumas situações históricas específicas, à formação de escândalos políticos, que hoje em dia, só se realizam a partir da mídia.

⁴⁴ Aqui incluído o importante papel da *penny press* na definição do que é notícia como interesse humano.

Portanto, o que temos hoje é a ocorrência de escândalos político-midiáticos. Um escândalo político-midiático constitui-se em "um evento que implica a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores" (THOMPSON, 2002, p. 82).

Os escândalos midiáticos se estendem para além das transgressões originais, e a apresentação do desenrolar dos fatos e a repercussão deles pela mídia são parte constitutiva do próprio evento midiático. Porém, apesar de não ter um tempo de duração certo, os escândalos midiáticos se desenrolam num processo marcado pelo ritmo e necessidades da mídia, fora do controle dos atores políticos envolvidos, e dentro de um padrão de sequências ou fases.

Assim como a corrupção, todo escândalo, segundo o autor, envolve alguma forma de transgressão, cuja ação implica em segredo ou ocultação, que após revelado ao público, pressupõe um certo grau de desaprovação. Esta desaprovação, por sua vez, deve ser expressa (pela sociedade ou por grupos sociais) e leva à vergonha e ao embaraço dos envolvidos⁴⁵. E, característica mais fundamental, todo escândalo implica no risco de perda da reputação de alguém (indivíduo, grupo ou instituição). Portanto, todo escândalo envolve poder simbólico.

Deste ponto de vista, os escândalos e até mesmo as ameaças de escândalos político-midiáticos têm importância fundamental na disputa política. É justamente o escândalo político midiático que pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder depende, atingindo as fontes concretas de poder (idem, p. 137), e se tornar uma luta por poder simbólico que é travada basicamente na mídia⁴⁶.

Durante um escândalo reputações são questionadas e a desconfiança nos atores políticos envolvidos em denúncias atinge seu ápice por parte da mídia e da sociedade. Portanto, no centro das tensões entre o campo do jornalismo e da política é que o escândalo, nos termos da Teoria Social de Escândalos de Thompson, estabelece suas raízes. E é também no eixo das relações entre a cultura política e a subcultura profissional, uma vez que, de um lado, o *ethos* jornalístico está ligado à revelação de segredos ocultos (como discorreremos no capítulo I), e de outro, a cultura política

⁴⁵ Sobre vergonha ou embaraço como uma forma de coerção social, cf. Goffman (1975).

⁴⁶ Na argumentação de Thompson, não necessariamente os escândalos político-midiáticos se referem a denúncias de corrupção. No entanto, vamos nos ater a este tema para fins deste trabalho.

baseia-se na relação de confiança-desconfiança nos políticos e nas instituições políticas (como mostramos no capítulo II).

Dessa forma, os escândalos político-midiáticos são o momento catalisador de expressão das interações e tensões entre o jornalismo e a política, tornando-se uma espécie de teste de credibilidade para a política e os políticos, diz Thompson. E também para o jornalismo e os jornalistas, diríamos nós, à medida que se torna o espaço de legitimação de seu próprio poder (ao atuar dentro da concepção paradigmática da profissão).

Quando ocorre um escândalo político-midiático, a tendência é que prevaleça na cobertura noticiosa uma espécie de corrida pelo furo e pela novidade entre as empresas jornalísticas, onde o que importa é sempre avançar com novas denúncias⁴⁷. Assim, de acordo com Lima (2006), a exacerbação da missão das empresas jornalísticas e dos profissionais do jornalismo em cenário de escândalos político-midiáticos pode levar a sérios desvios das regras elementares da prática jornalística e da ética profissional (p. 12 e 13).

Nessa linha, Thompson (2002) afirma que quanto mais escândalos político-midiáticos ocorrerem, mais provável será a ocorrência de novos escândalos. A razão é que a dinâmica do imprevisível de um escândalo, o interesse da mídia e a política baseada na relação confiança-desconfiança constitui-se no que ele chama de efeito catraca (p.150).

Por outro lado, escândalos político-midiáticos envolvendo denúncias de corrupção constituem-se como uma espécie de associação completa. Da mesma forma que o conceito de corrupção implica na violação de regras ou normas, especialmente quando ligadas às funções públicas e ao papel do Estado, um escândalo também decorre necessariamente de uma transgressão. A questão é que a corrupção pode dar origem ao um escândalo político-midiático quando tais atos, especialmente ligados ao exercício público do poder, são tornados visíveis pela mídia.

Muitas vezes, na base de um escândalo político midiático com denúncias de corrupção está a disputa interna entre grupos que usam informações privilegiadas, principalmente sobre o funcionamento do Estado, para combaterem-se mutuamente e reconfigurarem seus poderes políticos (como vimos anteriormente).

⁴⁷ Cf. Waisbord (2000).

Fomentando o crescimento de um escândalo pode estar o que Kucinski (2004) chamou de jornalismo de dossiê, em que as investigações não são feitas sob critérios jornalísticos e dentro de um rigor na apuração, mas a partir de um conjunto de documentos e gravações de escutas providenciado pela polícia, ou outros agentes do Estado, para ser vendido e publicado sem a devida checagem das informações, apenas para influenciar no jogo do poder. Na corrida pelo furo, as empresas jornalísticas podem depender deste tipo de informação para abastecer a desenfreada produção de notícias sobre a pauta do dia.

Nascimento (2010) mostra, na mesma linha de Kucinski, que cada vez mais, as denúncias não são resultado de investigações jornalísticas, mas de informações resultantes de investigações oficiais. Se a partir dos anos 1980, depois da redemocratização, houve uma tendência de fortalecimento do jornalismo investigativo que apontava irregularidades relacionadas a autoridades ou funcionários do governo, ao longo dos últimos anos houve uma explosão do que ele chama de jornalismo sobre investigações: reportagens que trazem denúncias levantadas no trabalho de investigação das próprias autoridades, numa espécie de "terceirização".

É importante ainda mencionar que os escândalos midiáticos se caracterizam por quatro fases: o pré-escândalo, quando fofocas, boatos ou alguma revelação feita em meio a uma investigação da polícia ou de jornalistas ocorre. Na segunda fase, do escândalo propriamente dito, uma ação específica detona o processo de afirmações e contra-afirmações, alegações, denúncias, negativas, acusações de sensacionalismo que constituem um escândalo e aumentam a pressão em cima dos atores envolvidos. Na terceira fase, o clímax ou desenlace acontece, resultando em confissão, renúncia, demissão ou instauração de processo criminal. Em seguida, na quarta-fase, há o processo de reflexão sobre as consequências, feita por jornalistas, analistas e envolvidos nos acontecimentos (THOMPSON, 2002, pp. 102-107).

As denúncias de corrupção que caracterizaram a cobertura jornalística do período estudado do Escândalo do Mensalão se encaixam nas definições de escândalo político-midiático. As fases podem ser identificadas: desde a primeira, quando da divulgação das imagens de pagamento de propina ao funcionário dos Correios (em maio), passando pelas denúncias de “mensalão” do ex-deputado Roberto Jefferson, e pelas denúncias de “Valerioduto”. Houve também a instalação das CPIs (CPI do Mensalão, CPMI dos Correios, e CPI dos Bingos).

Em seguida, veio a fase das negativas, alegações e acusações contra a imprensa, quando até mesmo o presidente da República fez discursos e declarações críticos à “imprensa”, e acusações de que a “crise” era, na verdade, fruto da cobertura da mídia e esta, portanto, era “golpista” (julho).

Depois, constituiu-se o clímax, quando o presidente fez um discurso televisionado em que se disse “traído por práticas inaceitáveis” e a oposição estudou a possibilidade de pedir seu impeachment (12 de agosto).

Também pode ser identificada a quarta fase, de reflexão sobre os acontecimentos, quando houve, até mesmo, a publicação de editoriais em grandes jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* em defesa da liberdade de imprensa e de expressão, e alguns poucos intelectuais “de esquerda”, entre eles, Marilena Chauí e Wanderley Guilherme dos Santos, criticaram a cobertura feita pela mídia, inclusive a do *Jornal Nacional*, mas principalmente a publicada pelos grandes jornais impressos e seus mais destacados colunistas.

Não vamos descrever os pormenores relativos ao Escândalo do Mensalão propriamente dito neste capítulo⁴⁸. Retomaremos o conjunto de características deste escândalo, em específico, nos capítulos VI e VII. Trouxemos o conceito de Thompson a fim de nos ajudar a compreender as condições de ocorrência de uma *cobertura adversária*, a partir do pano de fundo da discussão sobre corrupção na história política brasileira.

Neste capítulo, procuramos resgatar as diferentes definições de corrupção ao longo do tempo, e contextualizar este fenômeno dentro da discussão sobre as principais características da história política brasileira: a forte presença do Estado, a desconfiança na política e a descrença na democracia, as relações de cumplicidade e clientelismo entre governo e políticos.

Do mesmo modo, buscamos caracterizar alguns elementos relativos à centralidade do jornalismo e da mídia nos processos políticos (tais como o furo, o papel de vigilância e de fiscalização, a visibilidade e a reputação) tornam os escândalos políticos, entendidos de acordo com o conceito de Thompson (2002), cada vez mais frequentes.

⁴⁸ Sobre o Escândalo do Mensalão, cf. Senne (2009) e Giraldi (2008).

A seguir, vamos levantar os principais estudos sobre a cobertura de escândalos de corrupção nos últimos anos a fim de contextualizar nossa pesquisa na literatura recente.

Capítulo IV – A cobertura de escândalos de corrupção

A profissionalização do jornalismo, o fim da ditadura militar e a consequente redemocratização do país nos anos 80 do século XX fortaleceram os direitos civis e aumentaram a liberdade de imprensa e expressão. Da mesma forma, marcaram o avanço e a consolidação da mídia e do jornalismo, tal como entendemos hoje, como atores fundamentais no processo político.

Além disso, o fortalecimento e a participação da sociedade civil nos rumos de uma nova democracia alteraram o ambiente político, tornando-o mais aberto à crítica e à fiscalização da atuação do Estado. Por outro lado, a Constituição de 1988 garantiu a estruturação de novas instâncias de fiscalização do poder público, como o Ministério Público (CHAIA, 2001; SENNE, 2009; NASCIMENTO, 2010).

O escândalo político-midiático mais emblemático da história política recente foi o que levou ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1992, primeiro presidente eleito após a redemocratização. As denúncias que acabaram implicando na constituição de uma CPI e, em seguida, em seu julgamento pelo Congresso e renúncia, foram divulgadas por vários meios de comunicação, com especial destaque para as revistas *Veja* e *Isto É* e para o jornal *Folha de S. Paulo*, que chegou a publicar um editorial na capa explicitando sua posição (LIMA, 2004).

De lá para cá, os escândalos político-midiáticos relacionados a denúncias de corrupção têm feito parte da história política brasileira. Persici (2003), por exemplo, mostra como as revistas *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital* cobriram o escândalo que levou ao fim da pré-candidatura de Roseana Sarney, do então PFL, à presidência da República em 2002. Após construir uma imagem de nova alternativa no cenário político, com o apoio dos principais meios de comunicação, e ocupar o primeiro lugar nas intenções de votos no período pré-eleitoral, a candidatura da então governadora do Maranhão foi implodida pela invasão da Política Federal na empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade conjunta da governadora e de seu marido Jorge Murad (naquela época, Secretário de Planejamento do governo maranhense). Na ocasião, grande quantidade de dinheiro foi encontrada. O escândalo levou ao rompimento da governadora com o governo de Fernando Henrique Cardoso e o fim de suas pretensões à presidente da República.

Em estudo dedicado às coberturas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* a três escândalos políticos recentes, inclusive o do Mensalão, Senne (2009) mostrou que, em um período de dez anos, entre 1997 e 2006, onze casos de grande proporção foram apresentados como manchete principal na *Folha de S. Paulo*, por mais de dez edições. Outros 21 casos de menor proporção também foram publicados na capa do jornal⁴⁹.

Durante este período, foram publicadas denúncias contra o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 2002), envolvendo, por exemplo, a atuação do secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge (2001-2002), durante a articulação das votações no Congresso.

Também foram alvo de cobertura pela *Folha*, de acordo com Senne, o episódio da violação do painel do Senado (2001), o caso Sudam (2001), os grampos no BNDES durante o processo de privatização do sistema Telebrás (1998), implicando o então ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, o caso Sivam (1995) e a suposta compra de votos para a aprovação da Emenda da Reeleição no Congresso (1997)⁵⁰.

Já durante a campanha presidencial de 2006, houve o escândalo do Dossiê ou *Dossiegate*, no qual um delegado da Polícia Federal divulgou imagens de pilhas de dinheiro que seriam utilizadas por membros do PT para comprar um dossiê que incriminava o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin⁵¹.

Uma das conclusões mais interessantes do trabalho de Senne (2009) é que, nas coberturas analisadas, as fontes de informação não determinam diretamente os enquadramentos das notícias. Em outras palavras, significa que, mesmo quando as fontes se utilizam da mídia como instrumento de disputa de poder, a cobertura não se constituiu em uma mera revelação. Em grande parte dos textos que têm a presença majoritária de enquadramentos de acusação, afirma Senne, a mídia se mostrou ativa na escolha da ideia organizadora que prevaleceu, uma vez que as fontes que poderiam ter esta atitude não apareceram. Portanto, nos textos estudados, os dois jornais assumiram a acusação como ponto de vista predominante.

⁴⁹ Os outros episódios estudados foram a compra de votos para aprovação da emenda da reeleição durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1997) e o escândalo do Dossiê ou *Dossiegate*, ocorrido em 2006.

⁵⁰ Sobre escândalos político-midiáticos do governo Fernando Henrique Cardoso ver Chaia e Teixeira (2001).

⁵¹ Mais detalhes sobre este episódio no capítulo VII.

Em análise sobre a cobertura do Escândalo do Mensalão, Lima (2006) apontou alguns elementos característicos que constituíram o que ele chamou de “presunção da culpa”, enquadramento predominante em várias das notícias veiculadas.

O primeiro elemento característico foi o surgimento de uma narrativa “midiática” e a consequente incorporação de novas expressões que marcaram as coberturas, simplificando situações complexas e ambíguas em uma espécie de rótulo demarcador sinalizador de “enquadramentos”. Na lista de novas palavras, entre outras, o autor elenca não só “mensalão”, como “mensaleiros”, “valerioduto”, “doleiro do PT”, “partidos do mensalão”. Outros elementos característicos do conjunto da cobertura foram a utilização da palavra “suposto”, e a omissão de fatos positivos, como as investigações em curso, ou exagero de fatos negativos.

Rubim (2007), ao analisar o papel da mídia nas eleições de 2006, faz referência à postura crítica da grande mídia tradicional ao governo Lula, principalmente em casos de coberturas de denúncias de corrupção. O autor aponta que a mídia apostou, em sua cobertura, na dimensão moralizante (ética na política) ao invés de avaliar ou possibilitar a avaliação das políticas do governo (ética da política).

Em artigo sobre a cobertura da mídia ao Escândalo do Mensalão, Aldé e Vasconcelos (2008) discutem como, ao longo dos acontecimentos, os critérios de noticiabilidade mais utilizados estavam voltados para a personalização e dramatização (inclusive a responsabilização de pessoas). Além disso, os atores políticos utilizaram-se de oportunismo midiático, aumentando a competição por aparições na mídia, levando a um excesso de visibilidade do tema a partir das CPIs, com coberturas ao vivo de blogs e canais de TV não comerciais como a TV *Senado*.

Já Silva (2009) analisou a cobertura das revistas *Carta Capital*, *Época*, *Isto é* e *Veja* sobre o “Escândalo do Mensalão”. No estudo, a autora identificou consenso a respeito da responsabilidade do PT no escândalo e uma predominância do presidente Lula como uma das fontes mais presentes no noticiários. Porém, de acordo com Silva, o percentual de críticas e enquadramentos negativos a respeito de Lula foi diferente entre os veículos, destacando-se as revistas *Veja* e *Carta Capital* em polos opostos: “anti-Lula” e “pró-Lula”.

Motta (2010), por sua vez, identifica como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* utilizaram-se de enquadramentos lúdico-dramáticos para tentar explicar como se estabeleciam os conflitos de poder entre os personagens (da acusação e da defesa)

no Escândalo do Mensalão. Ao trazer as disputas para o centro das narrativas jornalísticas, ambos os jornais usaram recursos gráficos, jogos de xadrez, batalhas, corridas de cavalos, etc. na tentativa de delimitar os campos de cada ator ou grupo político.

Na contramão da maioria dos analistas, Azevedo (2010) defende que, no caso do Escândalo do Mensalão, a mídia atuou como deveria: foi capaz de manter um jornalismo informativo e competitivo. Para a maior parte dos pesquisadores, no entanto, a mídia definiu, em seus próprios termos, a dinâmica dos acontecimentos de todos os escândalos analisados. Ao mesmo tempo que atuou decididamente na revelação de segredos e atos de corrupção, retroalimentou um círculo vicioso de dramatismo, oportunismo político e disputas de poder personalista, sem levar a uma discussão mais profunda sobre a própria democracia, os limites do processo político e seu próprio papel na história⁵².

Miguel e Coutinho (2007), por exemplo, ao estudar os editoriais dos grandes jornais brasileiros (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*) sobre o Escândalo do Mensalão, mostraram um paradoxo. Se, de um lado, a mídia foi incendiária nas acusações pontuais (mostrando que governo, parlamentares e o PT eram culpados), de outro, atuou como “bombeiro”, mantendo-se conservadora ao não discutir questões de fundo como a relação entre a democracia e a economia capitalista.

a) A cobertura de escândalos no *Jornal Nacional*

Se tomarmos o livro “*Jornal Nacional: a notícia faz história*” (2004) como fonte oficial da trajetória do telejornal, podemos afirmar que desde a cobertura do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, o principal noticiário televisivo da Globo não apresentava cobertura de escândalo político baseada em

⁵² Estes são exemplos de cobertura apenas em nível nacional. Uma lista de escândalos políticos ocorridos desde a década de 1970 no país está disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_escândalos_pol%C3%ADticos_no_Brasil. No caso de escândalos políticos envolvendo denúncias de corrupção em nível estadual, outros episódios podem ser citados. Chaia (2001), por exemplo, estuda a cobertura realizada pela *Rádio Eldorado*, de São Paulo, sobre o escândalo da chamada Máfia dos Fiscais.

denúncias de corrupção envolvendo o presidente da República e os principais auxiliares com a ênfase e o tempo de duração dedicados ao Escândalo do Mensalão.

E a cobertura do caso Waldomiro Diniz, então subchefe de Assuntos Parlamentares do Ministério da Coordenação Política do governo Lula, em 2004, é tratada como “a primeira crise” do governo. Homem de confiança do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, Diniz foi exonerado do cargo depois que a mídia divulgou vídeo em que ele pedia dinheiro ao empresário Carlos Augusto Ramos, chamado Carlinhos Cachoeira. O dinheiro seria entregue para as campanhas estaduais de Geraldo Magela, em Brasília, e Rosinha Matheus, no Rio de Janeiro. À semelhança do que ocorreria depois no Escândalo do Mensalão, a denúncia de corrupção também ganhou cobertura do *JN* a partir de uma gravação (fita de vídeo) vazada para o telejornal.

No tópico propriamente dito “Investigação e Denúncia”, do item Jornalismo: Comunidade e Economia, da parte V, as principais coberturas de denúncias de corrupção destacadas no livro como “marcos” do jornalismo investigativo praticado pelo telejornal estiveram vinculadas, principalmente, às administrações municipais de São Paulo. Também são mencionados os casos de contrabando envolvendo as Forças Armadas, em 1997, e a série de denúncias sobre irregularidades na administração de clubes de futebol em 2001.

Mas ganha destaque o chamado Escândalo dos Precatórios, em 1996, que envolveu denúncias de má administração e desvio de dinheiro público por parte do então prefeito de São Paulo, Celso Pitta; as denúncias de existência de contas milionárias do ex-prefeito Paulo Maluf no exterior, em 2004; e o caso da Máfia dos Fiscais, em 1998, com denúncias de que funcionários da prefeitura de São Paulo cobravam propinas para não fiscalizar irregularidades no comércio, construções e outras áreas que desobedecessem as normas do município.

Foi registrado ainda o Escândalo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e as denúncias de corrupção contra o juiz Nicolau dos Santos Neto e o então senador Luís Estevão. Em âmbito nacional, é mencionado o caso do Escândalo da Previdência e as denúncias contra a advogada Jorgina de Freitas. Ambos os casos ficaram conhecidos em todo o país, e seus personagens principais foram incorporados ao folclore político nacional (vide o “juiz Lalau”).

Por outro lado, casos de denúncias de corrupção ocorridas no governo Fernando Henrique, por exemplo, e que foram alvo de cobertura da mídia nos anos 90, como as denúncias relativas ao caso da Pasta Rosa ou das privatizações das companhias telefônicas não foram elencadas, talvez em razão de pouca ou irrelevante cobertura, na avaliação da própria Globo.

Mais do que uma sequência, porém, das coberturas anteriores de escândalos, o relevante é enfatizar os possíveis pressupostos editoriais que nortearam as coberturas de denúncias e dos quais temos indícios nas palavras registradas do falecido Evandro Carlos de Andrade, antigo editor-chefe do telejornal: “Assim como contribui para a unidade da língua portuguesa, (o *JN*) deve contribuir para uma noção de cidadania. Nós acabamos com o “‘blábláblá’ da política” (p. 300). Pressupostos estes que ganham outros contornos à luz da hipótese da “*cobertura adversária*”.

Motta e Guazina (2008), por exemplo, analisam a cobertura feita pelo telejornal em um período inicial do Escândalo do Mensalão, onde as denúncias do ex-deputado federal Roberto Jefferson levaram à queda do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. No estudo, foi possível identificar como o conjunto do noticiário do *Jornal Nacional* privilegiou o conflito entre os personagens do governo e da oposição estruturando a narrativa sobre o mensalão, e aumentando a dramaticidade e a tensão dos acontecimentos.

Já Mesquita (2008) enfrenta o desafio teórico-metodológico de investigar a correlação entre a cobertura política do *Jornal Nacional* durante o segundo semestre de 2005 (entre agosto e dezembro), portanto, sobre boa parte do mensalão, e as atitudes políticas dos cidadãos, a partir de dados sobre a desconfiança na política (obtidos em *survey* sobre a desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas realizado pela USP em 2006).

Em sua tese, o autor faz um levantamento da cobertura do telejornal, por meio da análise de conteúdo, e chega à conclusão que houve uma predominância de abordagem negativa em relação à política. Apesar de não ter como foco discutir a cobertura do ponto de vista jornalístico, pois o objetivo do trabalho é estudar a relação dos cidadãos com o sistema político de uma forma geral, Mesquita mostra a intensa cobertura do escândalo no telejornal. De todas as edições analisadas (três meses) apenas uma edição do telejornal no mês de setembro de 2005 não apresentou nenhuma notícia relativa ao tema.

O autor mostra que, junto à notícias de corrupção em âmbito federal, foram apresentadas denúncias relativas a outros atores políticos de nível regional, como por exemplo, as que envolveram Paulo Maluf, em São Paulo. Desta forma, foi possível apurar que 70% da cobertura do telejornal no período estudado foi de notícias negativas sobre o campo político. Mesquita também aponta, com base em outros estudos, que o contato que a audiência do telejornal tem com a política não se dá de maneira constante, mas principalmente em momentos singulares, como os de escândalos ou de eleições.

Além disso, o estudo tenta fazer uma correlação entre o que é mostrado na cobertura e o que pensam os cidadãos sobre política, a partir dos dados do *survey* sobre desconfiança na política realizado em 2006 (que confirmaram a desconfiança como traço característico da nossa cultura política). Porém, ao contrário da hipótese proposta, os resultados não confirmaram um efeito direto da cobertura na audiência, isto é, o autor não encontrou indícios de que a audiência do *Jornal Nacional* torne os cidadãos mais desconfiados ou insatisfeitos com as instituições. No entanto, como o próprio Mesquita reconhece, os resultados podem ter sido inconsistentes pela escolha do uso do *survey*, e não de uma pesquisa qualitativa de recepção.

Apesar de conter perguntas específicas sobre o *Jornal Nacional*, o *survey* foi realizado seis meses após a cobertura e outras variáveis têm de ser levadas em conta, tais como a programação de toda a televisão, não somente do telejornal, para se analisar com mais rigor os resultados (p. 134). Portanto, é necessário mais estudo sobre o tema para efetivamente ter-se uma perspectiva consolidada a respeito dos efeitos de uma cobertura negativa na audiência.

Fizemos, até aqui, um levantamento dos principais estudos sobre a cobertura de escândalos de corrupção nos últimos anos, especialmente sobre o Escândalo do Mensalão, como forma de contextualizar nosso estudo dentro desta trajetória de pesquisas. Como apontam Aldé e Vasconcelos (2008), o excesso de visibilidade negativa foi uma das principais características da cobertura de escândalos ao longo dos anos, especialmente nos mais recentes. Justamente a ênfase nos aspectos negativos da política e dos políticos – isto é, em sua desqualificação – indicam as condições nas quais pode se realizar nossa hipótese de *cobertura adversária*. A seguir, no próximo capítulo, desenvolveremos o escopo teórico que fundamenta nossa pesquisa.

Capítulo V – Construção da realidade

Esta pesquisa insere-se dentro da perspectiva teórico-metodológica dos estudos sobre a construção da realidade e da notícia (*Newsmaking*) (BERGER e LUCKMAN, 1974; TUCHMAN, 1976/1993) e a teoria do Agendamento (*Agenda-Setting*). Utilizamos a contribuição de autores norte-americanos, portugueses e brasileiros no estudo da cobertura jornalística realizada pelo *Jornal Nacional* durante a crise, a partir do conceito de enquadramento. Em outro momento, vamos explorar o conceito de campo, de P. Bourdieu, na tentativa de compreender melhor a interação entre a política e o jornalismo, com vistas à possibilidade de verificação de nossa hipótese.

a) Definições conceituais de enquadramento

O conceito de enquadramento é chave para que possamos articular como se constituíram os valores da política, *vis-à-vis* os valores jornalísticos de quem produziu as notícias sobre a política; isto é, os valores da subcultura profissional – dos jornalistas do *Jornal Nacional* que cobriram as denúncias durante o chamado Escândalo do Mensalão.

Deste modo, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para uma Teoria do Jornalismo ou das Notícias, uma vez que pretende compreender esse campo complexo, dinâmico e contraditório que é o jornalismo a partir de sua relação com a política. Nosso entendimento é que esta relação está na raiz da definição do papel do jornalismo na sociedade.

A perspectiva construcionista colocou em xeque o paradigma da objetividade e do profissionalismo, que professa a “crença” do jornalista isento, objetivo, imparcial e que busca apenas o “interesse público”. Por outro lado, de uma maneira geral, enfatiza o poder do jornalismo e o papel do jornalista como participante ativo no processo de construção simbólica da realidade (TRAQUINA, 1993, p. 168) e, ao mesmo tempo, identifica inúmeros aspectos relacionados à subcultura profissional, que é o que mais nos interessa aqui. Estes estudos chamam a atenção para a relação intrínseca entre a organização produtiva do jornalismo e a imagem da realidade social fornecida pela mídia (WOLF, 2003).

Utilizamos o conceito de enquadramento em nossa pesquisa uma vez que ele possibilita a verificação dos conteúdos dos textos jornalísticos a partir do

acompanhamento de longo prazo da cobertura até que se possa identificar um padrão a respeito de determinado tema, que ao final, revela a representação dominante, isto é, o conjunto de valores associados ao tema⁵³. Exatamente por isso é considerado um salto qualitativo na análise de conteúdo.

Historicamente, o conceito de enquadramento foi definido por Goffman (1986) como “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles” (pp. 10-11). Estes princípios de organização norteariam de maneira inerente as escolhas que fazemos em nosso modo de ver e pensar o mundo.

Após mais de vinte anos de estudos, o conceito de enquadramento utilizado nas pesquisas sobre mídia se caracteriza por sua variedade de abordagens e métodos de aplicação. Tradições distintas têm se apropriado do conceito, que fundamenta desde estudos sobre a construção de enquadramentos de fontes na relação com os jornalistas, passando por pesquisas sobre audiência, organizações de mídia, textos noticiosos, e até sobre culturas nas quais os enquadramentos são construídos. Por outro lado, não somente se estuda os enquadramentos em si, como também existem pesquisas sobre os efeitos dos enquadramentos a partir de diferentes coberturas de mídia (D'ANGELO & KUYPERS, 2010).

Tal situação, para muitos críticos norte-americanos, demonstra uma falta de articulação teórica mais consistente – o que impediria de se tratar enquadramento como uma teoria devidamente ordenada. Maher (2001), por exemplo, discute se o enquadramento é uma nova teoria ou apenas uma fase avançada da teoria do agendamento.

No Brasil, a diversidade de abordagens também é uma característica relevante das pesquisas sobre enquadramentos da mídia. Porto (2007), por exemplo, analisa, em sua tese de doutorado, o conteúdo e a recepção do *Jornal Nacional* e da telenovela *Terra Nostra*, ambos da Rede Globo de Televisão. Para tanto, ele desenvolve um modelo de controvérsias interpretativas com base em enquadramentos que oferecem uma interpretação específica sobre eventos ou temas, especialmente em termos de definição de problema e de atribuição de responsabilidades (conforme define Entman, 2004). O autor afirma que quando o *Jornal Nacional* mostra um enquadramento

⁵³ Cf. Bezerra (2006), ao propor o conceito de “enquadramento adversário”, e Porto (2001, 2004 e 2005). Atualmente, o conceito de enquadramento é utilizado em pesquisas norte-americanas de diferentes campos como os estudos sobre *management*, relações públicas ou movimentos sociais.

interpretativo, adotando uma forma restrita, mais membros da audiência entendem os eventos ou temas políticos de acordo com a interpretação adotada no enquadramento.

Por outro lado, o estudo também comprova, a partir da análise dos resultados dos grupos focais sobre Terra Nostra, que a telenovela é um orientador importante para a audiência interpretar a realidade política contemporânea. Para tanto, Porto dividiu os enquadramentos em categorias que variavam de plural a restritas (passando por estágios intermediários), sendo plural a que possibilitava uma maior gama de interpretações e a restrita a que estabelecia uma única interpretação dominante sobre determinado tema. A análise do conteúdo dos dois programas foi feita com base nestas categorias.

Importante destacar que Porto, ao aplicar o conceito de enquadramento em seus estudos, está particularmente preocupado em estabelecer formas de identificar interpretações tanto dominantes quanto divergentes e/ou plurais sobre determinado tema. Desta maneira, ele decompõe o conceito em categorias menores ou subcategorias aplicáveis a trechos de matérias. Assim, para o autor, a questão-chave da diversidade de vozes presentes nas coberturas jornalísticas poderia ser melhor apreendida nos estudos. Tal preocupação está presente em artigo que discute justamente o princípio da diversidade no jornalismo, a partir da análise da cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* nas eleições presidenciais de 2002.

Neste estudo, Porto (2005) parte da ideia de que é necessário discutir os valores da mídia em um mundo marcado pela abundância das informações. O fato de haver hoje em dia muito mais possibilidade de escolha de canais de informação não significa que existe diversidade no campo simbólico que é constantemente construído, mediado e circulado pela mídia (p. 135). E a predominância de determinadas vozes em detrimento de outras pode não só aumentar a distância entre os meios de comunicação e a sociedade, uma vez que não dialoga com os diferentes atores, como também, no limite, pôr em xeque a própria democracia. Isto poderia acontecer na medida em que as interpretações presentes na mídia impactam na formação da percepção e interpretação que os cidadãos fazem do mundo político.

A diversidade como princípio jornalístico, diz o autor, pode ser avaliada a partir de dois aspectos principais: a habilidade da mídia de refletir as diferentes culturas, opiniões e condições sociais da população e a habilidade da mídia de tornar público enquadramentos representativos de grupos sociais e organizações relevantes.

A partir deste entendimento, Porto analisou um total de 602 matérias do *Jornal Nacional* que foram ao ar entre os meses de junho e outubro de 2002, durante a campanha presidencial. O objetivo era investigar o nível de diversidade em termos de enquadramentos interpretativos e em termos de vozes (fontes) ouvidas. O estudo mostrou que, especialmente no caso das notícias sobre economia, o *Jornal Nacional* tendeu por construir notícias a partir de um enquadramento restrito, isto é, com um único ponto de vista dominante, o que equivalia a 74,5% das matérias produzidas. Além disso, as principais fontes ouvidas foram membros da elite e do *establishment* político (tanto os candidatos quanto fontes oficiais ou especialistas), sem que representantes de sindicatos e outros atores tivessem vez para expressar suas opiniões.

Motta (2010), por seu turno, em artigo sobre os chamados enquadramentos lúdico-dramáticos do jornalismo, utiliza o conceito a partir da abordagem de Entman (2004). Para Motta, enquadramentos devem ser compreendidos como uma característica do processo de reportagem. Os jornalistas se utilizam dos enquadramentos presentes nas narrativas políticas constituintes da cultura como forma de organizar, de maneira mais fácil e rápida, a complexidade do mundo.

Assim, os enquadramentos lúdicos-dramáticos, que, na maioria das vezes, utilizam-se de recursos e situações presentes no senso comum, como disputas tipo corrida de cavalos, jogos de xadrez, batalhas, etc., são formas acessíveis de delimitar, para a audiência e para os próprios jornalistas, os enfrentamentos políticos, além de facilitar a compreensão dos conflitos de poder da política.

O autor argumenta que os enquadramentos podem ser entendidos como molduras que definem as situações vividas e estabelecem os significados e os modos de participação na vida política. Ele defende que o enquadramento lúdico-dramático é predominante na mídia porque está enraizado na sociedade, "incrustado na cultura popular, no senso comum" (p. 147). É, ainda, a forma natural de jornalistas e as pessoas perceberem a si mesmos e aos outros, de enquadrarem compreensivelmente o transcorrer das coisas e da política. Ele dá estabilidade ao ato de comunicação jornalística, torna a realidade mais fácil de ser compreendida pelos receptores porque põe o mundo em perspectiva, estabelece ordens temporais e causais, antecedentes e consequentes (idem).

Assim, para Motta, os enquadramentos que enfatizam a disputa e o conflito decorrem do próprio compartilhamento de visão de mundo entre jornalistas e

sociedade, ordenando a complexidade e o caos em molduras pré-existentes que facilitam o entendimento de ambos, e estabelecendo a comunicação jornalística.

Em proposta semelhante, Bezerra (2006 e 2008) utiliza o conceito de enquadramento adversário ao estudar as coberturas jornalísticas sobre eleições majoritárias no Brasil. A autora parte da ideia de que as coberturas acompanham a principal característica da política: a competição entre grupos políticos, isto é, o dissenso constituinte das democracias. Bezerra acredita que a lógica que domina a política é a mesma que se reproduz nas notícias sobre a política.

Como duas faces da mesma moeda, de acordo com a autora, o adversarismo político fundamentaria a cobertura sobre a política e a própria política. Assim, as narrativas sobre a política (e os enquadramentos nelas contidos) seriam sempre baseadas na competição, na disputa de poder e de credibilidade entre as partes contendoras, sejam partidos, grupos divergentes, governo e oposição, etc.

Em outro estudo, Lima e Guazina (2004) utilizam a definição de Entman (1993), baseada na verificação de ênfases e omissões no conteúdo das notícias, em combinação com as teorias do agendamento (*agenda setting*) e da construção da notícia (*newsmaking*) para analisar comparativamente a cobertura eleitoral do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* durante as eleições presidenciais de 1998. A combinação do conceito de enquadramento com o levantamento dos temas agendados pelos telejornais permitiu mostrar que os dois telejornais expressaram enquadramentos oficialistas, isto é, favoráveis ao então presidente da República e candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa também demonstrou que houve uma banalização do noticiário do *Jornal Nacional* no período estudado, com menos tempo dedicado à política.

Em nossa pesquisa de mestrado (GUAZINA, 2001), decorrente do artigo acima mencionado, tentamos estabelecer uma correlação entre os enquadramentos dominantes para cada tema de política abordado pelo *Jornal Nacional* e pelo *Jornal da Record* no mesmo período com os critérios de noticiabilidade utilizados em cada telejornal. Ao fim, analisando as ênfases e omissões expressos no conteúdo dos telejornais, pudemos observar quais os critérios mais utilizados na seleção das notícias dos dois principais telejornais da televisão brasileira na época.

Como demonstra a literatura corrente, os estudos que se fundamentam no

conceito de enquadramento no Brasil podem abranger diferentes perspectivas⁵⁴. Porém, compartilham de algumas características comuns: são dedicados a pesquisar as relações entre mídia e política, especialmente o jornalismo e a política, a partir de suas tensões, conflitos e disputas. Além disso, em grande parte, fundamentam-se nas pesquisas norte-americanas, e em autores como E. Goffman e R. Entman.

Apesar dos questionamentos, nos Estados Unidos, o enquadramento já é considerado a teoria mais utilizada nos estudos mais avançados sobre comunicação desde o início deste século (D'ANGELO & KUYPERS, 2010). Portanto, independentemente de ser considerada como teoria, abordagem, técnica analítica, uma perspectiva ou mesmo um paradigma que consegue unir estudos dos mais diferentes campos teóricos de uma forma transversal, como apontam os autores, o fato é que o conceito de enquadramento tem conseguido se manter como um caminho teórico e metodológico produtivo para aqueles que se dedicam especialmente ao estudo de coberturas jornalísticas.

Tal resultado acontece na medida em que o conceito de enquadramento consegue fazer a ponte entre as estruturas que norteiam o pensamento individual e as que guiam o pensamento coletivo sobre o mundo. Em outras palavras, o enquadramento consegue operar como a ponte entre a esfera social e cultural e os entendimentos cotidianos de interação social (Friendland & Zhong's, 1996, apud JOHNSON-CARTEE, 2005, p. 24.)

Mas o enquadramento não somente consegue evidenciar, nas coberturas jornalísticas, o compartilhamento de valores e ideias entre indivíduos ou grupos, como permite que se compreenda melhor a própria prática jornalística. Sob este aspecto, um dos pontos mais interessantes é destacado por McCombs e Shaw (1993), em artigo sobre os vinte anos dos estudos sobre Agendamento. Neste texto, os autores afirmam que a maneira como um comunicador enquadra uma questão estabelece uma agenda de atributos e pode influenciar o modo como pensamos sobre uma questão.

É exatamente este pressuposto que toca em uma das questões que preocupavam Goffman. Uma vez que um enquadramento guia a representação da realidade, na verdade, a própria realidade, ao ser representada, é inerentemente constituída por partes selecionadas, isto é, visões de mundo enfatizadas por quem conta a narrativa

⁵⁴ Cunha (2009), por exemplo, estuda os enquadramentos dados às narrativas históricas em três livros reportagens sobre a Operação Condor, uma organização de terrorismo de Estado que atuou nos países do Cone Sul durante os anos de 1975-1981.

sobre o mundo. Como afirma Schudson (1995, 2003), as notícias são uma forma da cultura; fazem parte dela enquanto produto de instituições culturais (televisão, jornais, etc). E o modo como são enquadradas revela valores morais, éticos, julgamentos políticos e a própria concepção do que seja o jornalismo para a audiência.

No papel de narradores da realidade do mundo, os jornalistas teriam, portanto, o poder de influenciar como pensamos sobre os mais diversos assuntos do dia a dia. E não somente influenciariam suas audiências, como também mutuamente, em seu próprio ambiente de trabalho, compartilhando ideias e representações sobre si mesmos e seus adversários – os políticos. É particularmente este aspecto que nos interessa compreender melhor neste estudo.

Quando Gitlin (1980) analisou o modo como a rede de televisão CBS trivializou o movimento estudantil nos anos 60, ele mostrou que os atributos enfatizados na cobertura jornalística detinham o poder de influenciar de modo direto a orientação da opinião pública. Gitlin vinculou o ato de enquadrar às rotinas produtivas da prática diária. Enquadramentos, segundo o autor, são “padrões existentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão pelas quais os profissionais da comunicação (*symbol handlers*) organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (op. cit., p. 7).

Pouco antes, Tuchman (1978) aplicou as definições pioneiras de Goffman (1986) sobre enquadramento na análise de notícias. Para Tuchman (1976/1993), o enquadramento pode ajudar no estudo dos princípios de organização que estão na base da seleção e da definição das notícias. Expressam, portanto, as ideias organizadoras das notícias. Este aspecto será particularmente relevante em nossas definições metodológicas, como desenvolveremos no próximo capítulo.

Gamson e Modigliani (1989), por exemplo, fazem referência ao que eles chamam de “pacotes interpretativos” presentes no discurso da mídia que dão significado a um tema. Esses “pacotes” têm uma estrutura interna, em cujo núcleo se encontra uma ideia organizadora, um marco, que vai dar sentido aos feitos importantes.

Estes autores destacam o que seria uma característica inerente ao próprio ato de noticiar: ao definir o ponto de vista da matéria e ao hierarquizar as informações, selecionando algumas em detrimento de outras, o resultado do trabalho jornalístico é eminentemente enquadrado, isto é, organizado a partir de princípios culturais

compartilhados que estão na base da decisão de selecionar.

Estes princípios ou ideias organizadoras podem ser dadas tanto pela cultura geral compartilhada – e aqui chamamos a atenção para a cultura política compartilhada –, quanto pela subcultura profissional que permeia as relações e as práticas cotidianas dos jornalistas.

Traquina (1993, p. 141), por exemplo, diz que o ato de enquadrar faz parte do processo de trabalho dos jornalistas e acontece de forma inerente, dentro do pano de fundo da atuação profissional, isto é, dentro das negociações a que os jornalistas e suas fontes se deparam na luta simbólica em torno do processo de significação e dentro dos valores e da subcultura profissional. Em outras palavras, portanto, seguindo o autor, podemos dizer que a narrativa sobre o mundo político contada pelos jornalistas é sempre uma narrativa que parte do compartilhamento dos valores sobre a política e o jornalismo.

O aspecto de seleção é primordial para a definição já clássica de Entman (1993, p. 52), que diz

“enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem”.

Esta definição aponta para características mais importantes do conceito, segundo Entman: a *seleção*, a *omissão* e a *saliência* de determinados fatos ou informações em um texto jornalístico (idem, p. 52). Quando uma determinada informação é salientada em um texto, ela se torna mais significativa e memorável para a audiência, indicando um *modelo de interpretação dominante* a ser seguido, em detrimento de outras informações disponíveis relativas ao tema (omissão).

Assim, um enquadramento dominante, ao salientar de forma construída e coerente alguns aspectos da realidade em detrimento de outros, fornece uma orientação de interpretação do real para a audiência, que o negocia de acordo com sua vivência pessoal (como nos mostram os estudos desde Hall, 1980).

Tanto a saliência quanto a omissão de informações em um determinado texto

noticioso podem revelar o enquadramento dado ao tema pelo jornalista, seja de forma voluntária (resultante de uma decisão editorial deliberada, imposta ou não), seja de forma involuntária (quando realizada no âmbito das rotinas produtivas da profissão em nível inconsciente⁵⁵).

Segundo Entman (1993), o conceito de enquadramento pode ser aplicado em quatro locais no processo de comunicação:

a) o comunicador, b) o texto, c) o receptor (a audiência) e d) a cultura.

O autor explica que "os comunicadores fazem, consciente ou inconscientemente, julgamentos de enquadramento na decisão do que dizer, guiados pelo esquema que organiza seus próprios sistemas de crenças" (op. cit., p. 52). Já o texto contém "enquadramentos que são expressos pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que reforçam tematicamente conjuntos de fatos ou julgamentos" (idem).

Em qualquer dos quatro locais, alerta, ocorrem as mesmas funções de selecionar e destacar certos elementos, e com eles, construir um argumento sobre os problemas e suas causas, avaliando (isto é, julgando) e apontando soluções.

Entman (2004) mostra ainda que é possível identificar nos textos jornalísticos cada elemento apontado: 1. definição do problema, 2. a avaliação do problema (isto é, o julgamento moral sobre a questão), 3. as causas e 4. as possíveis soluções nos textos. Esta identificação é feita a partir de três objetos de análise: o evento, a questão (ou tema da matéria) e os atores envolvidos. As conexões que se estabelecem entre estes elementos constituem a interpretação dominante, isto é, o enquadramento.

Em seu estudo, ele descreve como depois dos ataques às torres gêmeas do World Trade Center, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, definiu, em seu discurso, todo o evento de maneira simples e emocional, qualificando-o como ato de terror e de guerra, praticado por inimigos do mal (p. 1).

Estas palavras, para Entman, funcionaram como uma forma clara de enquadramento dado pela Casa Branca aos acontecimentos. Ele chama de modelo de ativação de Cascata (*Cascading activation model*) o modo como o enquadramento dado pelo governo norte-americano atravessou todo o resto do sistema de comunicação

⁵⁵ Cf. Wolf (2003).

(elites como o Congresso e especialistas no tema, organizações de mídia, o público, etc.), determinando o evento, suas causas (o terrorismo), os atores (Al-Qaeda, Talibã) e a solução (a guerra contra o terrorismo).

Ao longo do livro, Entman mostra como a presidência dos Estados Unidos tentou manter o controle do enquadramento dado às relações exteriores naquele momento de crise e como os jornalistas tiveram fortes motivações profissionais para incluir leituras de oposição (ao governo) aos acontecimentos. Além disso, o autor discute o papel do Congresso e da opinião pública na disputa pelos enquadramentos sobre o tema.

Importante levarmos em consideração dois aspectos neste trabalho de Entman: o primeiro é a possibilidade metodológica de identificar os elementos de maneira a conseguir desvendar, em cada texto ou situação, o enquadramento dado. O segundo é como o autor consegue mostrar, a partir da análise de enquadramento, as relações entre as figuras da alta Administração do governo norte-americano, os jornalistas e as elites.

Destacamos este último aspecto na medida em que, no caso do Escândalo do Mensalão aqui estudado, as relações entre o *Jornal Nacional* e os membros do governo brasileiro responsáveis pela Comunicação também não ocorriam somente no âmbito das trocas de informações diretamente relacionadas com a produção de matérias. Desenvolveremos melhor este tópico nos capítulos de análise, mais à frente.

A partir do conceito de Entman e da definição de Tuchman de enquadramento como ideia organizadora das notícias, mencionados anteriormente, consideramos, para fins desta pesquisa, que:

enquadramentos são formas de organizar o pensamento, e expressam ideias organizadoras que revelam modelos de interpretação sobre a política. Estas ideias derivam, de um lado, dos valores compartilhados da subcultura e do ethos profissional, e de outro, dos valores associados à cultura política brasileira.

Estes modelos expressam também a dualidade própria da simplificação jornalística, a chamada visão bipolar (TRAQUINA, 2005) presente no noticiário: bem x mal, herói x bandido, verdade x mentira, oposição x governo, que leva à dramatização e à tensão características das coberturas, principalmente as de denúncias e de crise – neste caso, aliás, como pretendemos demonstrar, oposição (e bipolaridade)

também entre jornalismo e política.

Em toda matéria jornalística é possível identificar o enquadramento dominante, isto é, mapear a ideia organizadora e os elementos que a constituem. Mas chamamos a atenção para dois aspectos: o primeiro diz respeito ao caráter de longo prazo na construção de um enquadramento dominante, pois somente no conjunto de uma cobertura é que podemos, efetivamente, verificá-lo. O segundo refere-se à aceção de dominante: ao dizermos que um enquadramento é dominante, está subentendido que outras interpretações também estão presentes na cobertura ou matéria sobre um tema.

Outro ponto importante é que na construção de enquadramentos das notícias televisivas, a imagem também deve ser levada em consideração. Não faremos uma análise específica das imagens, mas consideraremos elementos visuais como postura corporal, gestual e entonação de voz de apresentadores e repórteres como indicadores de enquadramento, conforme veremos adiante no capítulo dedicado às escolhas metodológicas.

b) O conceito de campo: jornalismo *versus* política

Trazemos o conceito de campo, de Bourdieu, para nossa reflexão na tentativa de articular como se estabelece a relação entre o jornalismo e a política no âmbito do que nos interessa estudar: a *cobertura adversária*. Não é nossa intenção trabalhar com o conceito de forma ortodoxa. Tampouco entrar em debates teóricos transcendentais do ponto de vista de nossos objetivos, tendo em vista que este é um dos conceitos mais utilizados na literatura sociológica contemporânea, passível de inúmeras críticas e apropriações.

Assim, pensamos o conceito de campo de maneira aberta, como ponto de referência para a reflexão sobre a autonomia entre jornalismo e a política, respeitando a *doxa*, mas também livre para relacioná-lo com as noções de cultura política e subcultura profissional, desenvolvidas em capítulo anterior, e com os conceitos de enquadramento e escândalo político midiático.

Para isso, vamos destacar dois aspectos relacionados ao conceito que importam neste momento. O primeiro diz respeito à sua própria definição e sua implicação para nosso estudo. Campo pode ser definido como um conjunto de saberes e práticas que se estabelecem ao longo do tempo e que vão se constituindo em propriedades cada vez mais específicas e particulares que a distinguem de outras.

Caracteriza-se, portanto, pela distinção. Bourdieu (2007, 2006) estuda, por exemplo, o campo da moda, das artes, da política, da economia como instâncias autônomas de conhecimento.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que, segundo o autor, campo é um microcosmo de produção e de lutas simbólicas e objetivas entre seus agentes dentro de um espaço social estruturado e hierarquizado, mas, ao mesmo tempo, dinâmico. A noção está fundamentada nas relações de poder internas e externas que se configuram, em uma espécie de jogo em que os agentes – indivíduos, grupos, instituições – disputam prestígio, reconhecimento, competência, capital intelectual ou político, mas principalmente, o monopólio da autoridade sobre o próprio campo e o mundo social. As lutas acontecem entre aqueles que querem conservar sua posição e os que querem alterar a configuração dominante dentro de regras consideradas legítimas, que assim, tendem a reproduzir-se, mantendo-se o próprio campo indefinidamente.

Em sua definição mais conhecida, campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (1997, p. 57).

Assim, a contribuição de Bourdieu nos permite pensar no jornalismo e na política como campos de saberes estruturados e específicos, que detêm suas próprias regras, disputas internas e formas de funcionamento. São, portanto, instâncias autônomas de conhecimento sobre o mundo, ainda que estejam, cada vez mais, em constante interação, conflitos e tensões, e que esta autonomia seja relativa (uma vez que é dada sempre em sua relação dinâmica com outros campos).

Campos possuem fronteiras porosas e nenhum detém o monopólio da explicação dos fenômenos sociais, como bem lembra Ortiz (2003). Assim como as Ciências Sociais tiveram de se constituir como entidade separada da Filosofia ou da Arte, tornando-se donas de um discurso reconhecível como seu, em um percurso histórico cheio de altos e baixos, também o jornalismo se configura como um dos terrenos de interpretações disponíveis sobre o mundo. Para isso, enfrenta a concorrência da própria política e de outros campos na delimitação de sua atuação.

Como pontos principais na constituição da autonomia, Ortiz (2003) enumera, com base na obra de Bourdieu, (1) a emancipação do senso comum, (2) o controle da língua na produção do discurso científico e (3) a elaboração de conceitos. Tanto o

jornalismo como a política podem ser considerados um universo próprio de conhecimento, uma vez que dispõem de códigos específicos e instâncias de legitimação características. A consolidação de estudos e teorias que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos e a própria delimitação de um *ethos* jornalístico (com hierarquias definidas, rotinas, espaços de legitimação, etc.) que caracteriza a profissão sinalizam para a constituição de um campo de conhecimento⁵⁶.

O segundo aspecto se refere à própria constituição dos dois campos. Bourdieu dedica-se particularmente a descrever e problematizar o campo da política em *O Poder Simbólico* (2007). De outro lado, também tenta compreender o jornalismo televisivo contemporâneo a partir da noção de campo em *Sobre a Televisão* (1997). Em ambos, fica claro o esforço do autor em estabelecer as distinções entre os *campi*. No entanto, nem mesmo o tempo histórico que separa as duas obras (cerca de sete anos) nem os objetivos absolutamente diferentes que fundamentam as reflexões podem diluir certas similaridades que compõem os campos do jornalismo e da política.

Não vamos nos ater às descrições de cada campo até mesmo porque tentamos caracterizar as relações fundamentais entre os dois a partir do ponto de vista da cultura política e da subcultura profissional no capítulo II. Porém, destacamos alguns elementos importantes para a compreensão destas relações dentro dos limites deste capítulo, sem perder de vista nossos objetivos de trabalho.

Para Bourdieu (2007), em política, dizer é fazer crer. Particularmente, fazer crer de que se pode fazer o que se diz (p. 185). Isto significa que o discurso é verdadeiro na medida em que é uma previsão que pode se tornar historicamente verdadeira a partir da ação dos políticos. Todo o campo está baseado, portanto, no crédito e na crença de que o que foi dito será realizado. O capital político – forma de capital simbólico –, fundamenta-se na confiança de que o que foi dito pelo político se tornará realidade concreta. Em outras palavras, "o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele"(p. 188).

⁵⁶ Considerar o jornalismo como campo autônomo de conhecimento sobre o mundo não é algo consensual. Lembramos, por exemplo, da discussão sobre a necessidade do diploma para exercício da profissão, onde o Supremo Tribunal Federal decidiu a não obrigatoriedade com base no entendimento de que a liberdade de expressão é valor da sociedade, não somente dos profissionais que trabalham no jornalismo. Tal decisão foi marcada pelo desconhecimento da produção científica e das especificidades que norteiam este tipo de produção cultural. Por outro lado, o jornalismo se utiliza do senso comum na construção das notícias como estratégia para ser compreendido, e até mesmo, como forma de manutenção do *status quo*. Tal uso, no entanto, não implica necessariamente na falta de um discurso próprio que o diferencia de outros campos.

Por isso mesmo, o ser político é vulnerável a suspeitas, calúnias e aos escândalos, sendo permanentemente colocado sob um tribunal de opinião, uma vez que depende da constante renovação da crença em sua capacidade de representar e ser desinteressado (em relação a seus próprios interesses). O poder simbólico advém do fazer crer, que pode mobilizar mais ou menos grupos e pessoas ao redor de seus interesses e/ou ideologia.

De outro lado, o campo político é caracterizado pela tendência em organizar-se em torno da oposição entre dois polos: esquerda-direita, progressistas-conservadores, etc. Esta propriedade interna de se polarizar e de obter sentido a partir do jogo de oposições e de distinções é que torna a estrutura do campo algo que pode ser reproduzido, pela mesma lógica, de grupos maiores a grupos cada vez menores e específicos de pensamento ou atuação. Portanto, para o autor, o campo da política é constituído pela contradição lógica entre tomadas de posição que podem se alternar o tempo todo na disputa pelo poder, mas que sempre será dada pela oposição.

Assim, temos aqui dois elementos de íntima relação com o campo jornalístico, uma vez que os discursos políticos e a ação política que implicam no fazer crer não podem ser pensados no mundo contemporâneo sem a mídia. Como já argumentamos em capítulos anteriores, a definição do que é pensável politicamente – para usar termos do autor – depende em grande parte do que o jornalismo e a mídia dizem que é. Depende, inclusive, dos jornalistas profissionais que fazem a cobertura política – mais ainda daqueles que, muitas vezes, constituem-se parte do jogo político.

De outro ponto de vista, se o capital político fundamenta-se na confiança (e como mostramos anteriormente, um dos principais elementos da cultura política dominante e da subcultura jornalística é a desconfiança na política e nos políticos profissionais), é cada vez mais compreensível que a política esteja embebida em uma lógica externa à sua – a do campo jornalístico – mas que, ao mesmo tempo, torna-se sua na prática cotidiana midiática. Portanto, o valor da desconfiança também desempenha papel fundamental na relação entre os campos jornalístico e político.

O campo jornalístico age sobre outros campos, ressalta Bourdieu (2007). Suas limitações advindas das disputas de mercado e da lógica comercial, por exemplo, passam a interferir na lógica da política. Se a visibilidade dos políticos passa pela lógica do jornalismo em uma dinâmica constante, então a construção da confiança – isto é, do fazer crer – passa também pelo campo jornalístico.

O campo jornalístico deve sua importância no mundo social, nas palavras de Bourdieu (1997, p. 65), ao fato de que detém o monopólio sobre os instrumentos de produção e de difusão de informações para o mundo. O autor não problematiza, mas se o “fazer crer” do político é o fundamento de seu poder, o “fazer crer” dos jornalistas, para usar sua nomenclatura, pode ser dado também pela confiança: não em um discurso que tornará algo realizado, mas no discurso que se fundamenta na credibilidade (autoridade de quem testemunhou/viu/é isento/objetivo, etc.)⁵⁷.

O campo jornalístico, para Bourdieu (2007), é o lugar entre dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares e o reconhecimento pela audiência. Em ambos está fundamentada sua credibilidade. Ao mesmo tempo, sua lógica específica se impõe aos profissionais por meio de restrições e controles (critérios de mercado, concorrência pelo furo, vigilância permanente dos concorrentes, o que acaba por uniformizar as pautas, etc.). E esta lógica interfere no campo político.

De outro lado, a política também influencia o campo jornalístico. Destacamos aqui, por exemplo, a dependência dos jornalistas que cobrem política das fontes oficiais e de governo, as relações nem sempre profissionais entre as fontes políticas e os próprios jornalistas, além do alinhamento ideológico entre ambos os agentes, independentemente de seu campo. Gomes (2004) aponta, inclusive, para a dificuldade que os jornalistas teriam na realização de seu trabalho, particularmente na busca de furos (e do prestígio advindo deles), se fontes dotadas de informações privilegiadas se recusassem a participar deste sistema de produção informativo (p. 158).⁵⁸

E se a oposição é uma característica intrínseca do campo político, também é do campo jornalístico, uma vez que estrutura grande parte das narrativas sobre a realidade (como vimos no capítulo I, definida no velho lema de ouvir os dois lados, como se a realidade complexa pudesse se reduzir a opostos)⁵⁹. Além do mais, podemos pensar que é ainda uma característica da relação entre os dois campos, nos termos de uma *cobertura adversária*, como veremos mais à frente.

Para dar conta da relação entre os conceitos até agora trabalhados de cultura política, subcultura jornalística, campo político e campo jornalístico na perspectiva do escândalo político-midiático e da busca de comprovação de nossa hipótese,

⁵⁷ Sobre esta questão, cf. Berger (1998).

⁵⁸ Cf. também Miguel e Biroli (2010), Hall et al (1993).

⁵⁹ Ver Motta e Guazina (2010).

adaptamos uma figura utilizada por Thompson (2002, p. 138) para explicar o escândalo no campo político (cf. Figura 1, a seguir):

Figura 1

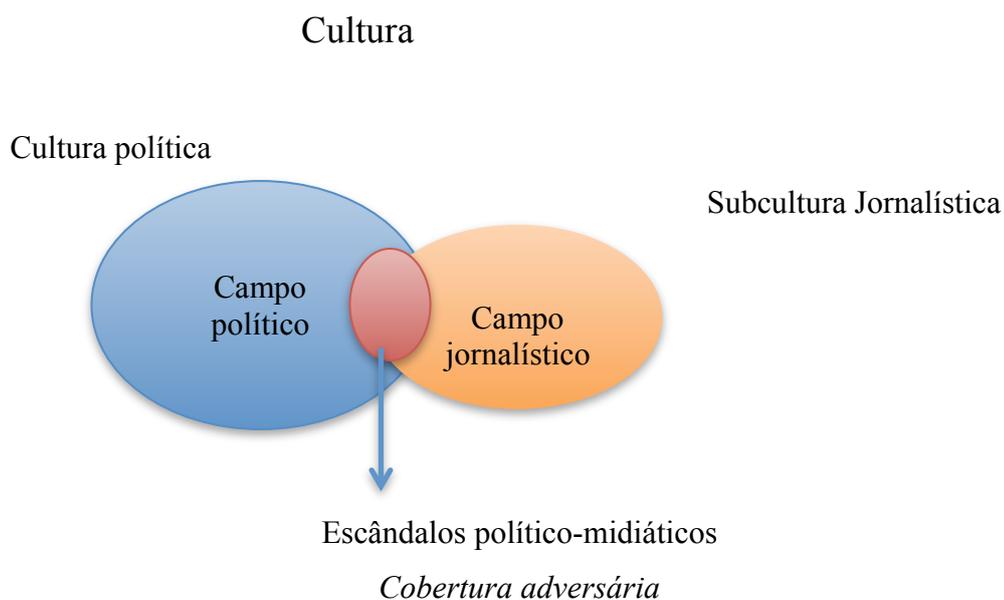


Figura 1: A cobertura adversária no contexto intra-campi e sob o âmbito da cultura política e da subcultura jornalística.

Entendemos que se os valores compartilhados no âmbito da cultura – entre a cultura política e a subcultura profissional – nos mostram as bases da relação entre o jornalismo e a política, o conceito de campo nos permite entender as disputas, tensões e conflitos entre ambos. Assim como está presente na cultura política dominante e na subcultura profissional, a desconfiança na política também se estabelece dinamicamente entre o campo da política e o campo do jornalismo.

Estes paradoxos – valores compartilhados, similaridades intrínsecas e disputas por oposição – se expressam nos enquadramentos característicos de uma *cobertura adversária*. É na confluência entre os dois campos em determinadas condições de

escândalo que podemos entender melhor como pode se estabelecer esta cobertura deste tipo.

Apesar de origens diferenciadas dentro do universo teórico (o enquadramento vem do interacionismo simbólico, de um ponto de vista que parte do indivíduo; já as elaborações de Bourdieu são caracterizadas por seu diálogo com autores eminentemente preocupados com as questões sociais e econômicas – Weber e Marx, por exemplo), as concepções convergem para a compreensão do fenômeno que nos propomos estudar. Como estas conexões se estabelecem na prática, é o que veremos a seguir, a partir das definições metodológicas e das análises propriamente ditas da amostra.

Capítulo VI – Escolhas metodológicas no caminho de pesquisa

a) Contextualização: refazendo o percurso de uma ideia

Quem acompanhou sistematicamente o Escândalo do Mensalão sabe que as notícias relacionadas a denúncias de corrupção dominaram a cobertura dos meios de comunicação – inclusive os canais públicos como *TV Câmara* e *TV Senado* – por cerca de um ano (entre maio de 2005 e abril de 2006)⁶⁰.

O chamado Escândalo do Mensalão começou com uma denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – vulgarmente conhecida como Correios – feita por gravação de vídeo divulgada pela revista *Veja*, edição 1905, com data de capa de 18/05/2005⁶¹. Mas só ganhou dimensão e impacto nacional quando o *Jornal Nacional* veiculou a imagem correspondente. Feita por câmera escondida por Joel Santos Filho⁶², a gravação do então chefe do Departamento de Administração e Contratação dos Correios, Maurício Marinho, recolhendo das mãos do interlocutor o valor de R\$ 3 mil e colocando o dinheiro no bolso foi repetida à exaustão no telejornal e ficou marcada como símbolo da corrupção no poder público.

Maurício Marinho, à época, era ligado a grupo político indicado pelo PTB para ocupação de cargos nos Correios e seria um dos indicados pelo partido na empresa. O vídeo de Marinho levantou suspeitas sobre a negociação de cargos entre governo e os partidos da base aliada, especialmente a influência e atuação do então deputado e presidente do PTB, Roberto Jefferson nas indicações de nomes para os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil - IRB⁶³.

⁶⁰ Em abril de 2006, o Procurador Geral da República, Antonio Fernando Barros e Souza, ofereceu denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF), dando início ao processo judicial ainda sem conclusão em 2011. Quarenta pessoas foram indiciadas, entre elas, figuras importantes do primeiro governo Lula, como o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno. A Polícia Federal continua trabalhando em investigações suplementares. Em abril de 2011 foi divulgado pela revista *Época* relatório produzido pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado da PF sobre o funcionamento do chamado “Valerioduto” (edição 672, de 02/04/2011. Cf. <http://revistaepoca.globo.com>. Último acesso em 11/04/2011). Tal relatório foi encaminhado ao relator do processo sobre o mensalão no STF, ministro Joaquim Barbosa (Cf. também reportagem sobre o tema em Carta Capital, edição 641, em www.cartacapital.com.br. Último acesso em 11/04/2011).

⁶¹ Conferir Sinopse e Cronologia, em ANEXO.

⁶² Advogado curitibano que se fez passar por empresário durante as conversas com Maurício Marinho.

⁶³ Roberto Jefferson foi acusado de solicitar dinheiro aos nomeados a cargos públicos por indicação do PTB. O dinheiro seria recolhido por meio de “doações” de empresas fornecedoras dos órgãos e, então, repassado ao partido.

As suspeitas de corrupção em relação ao PTB desencadearam uma série de denúncias contra o Partido dos Trabalhadores - PT e o governo, levadas à público por Roberto Jefferson em entrevistas concedidas à colunista Renata Lo Prete, do jornal *Folha de S. Paulo* nos dias 06/06/2005 e 11/06/2005⁶⁴. Jefferson denunciou o pagamento, pelo PT, de “mensalidades” ou propina (o chamado “mensalão”) a deputados federais de partidos da base governista para conseguir aprovação de projetos de interesse do Executivo no Congresso.

Também foi denunciado por Jefferson o uso de “caixa dois” (ou “dinheiro não contabilizado”, no termo utilizado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares) na campanha presidencial de 2002 por parte do PT, o chamado “Valerioduto”, caracterizado pela mídia como um esquema do empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza de arrecadação de recursos ilegais para campanhas eleitorais. Marcos Valério era dono de várias empresas; entre elas, duas agências de comunicação em Minas Gerais (DNA Propaganda e SMP&B), onde passou a prestar serviços para as campanhas do PSDB mineiro. De lá, começou a trabalhar com o PT para a campanha presidencial de 2002.

Sob a retranca de mensalão, denúncias relativas a personagens e períodos diferentes do governo Lula (e do Congresso) foram agrupados. Em alguns momentos, denúncias sobre assassinatos, tráfico de influência e até festas de políticos com prostitutas foram incluídas em uma mesma cobertura, causando uma sensação de que tudo na política se resumia a denúncias de um mesmo escândalo.

Três CPIs foram instaladas no Congresso: CPMI dos Correios (em 08/06/2005), CPI da Compra de Votos (mais conhecida como CPI do Mensalão, iniciada em 20/07/2005), e CPI dos Bingos (em 29/06/2005)⁶⁵. Os trabalhos das CPIs, incluindo as sessões de depoimentos dos envolvidos, como Roberto Jefferson, José Dirceu, o empresário Marcos Valério e sua mulher Renilda de Souza, a ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Sommaggio, o publicitário Duda Mendonça, entre outros, foram transmitidos ao vivo por canais de televisão da rede aberta, inclusive os do Parlamento, e também por *blogs* e *sites* de notícias na internet em tempo real (a

⁶⁴ As entrevistas de Jefferson à Lo Prete renderam um prêmio Esso de jornalismo à colunista.

⁶⁵ Todo o trabalho da CPMI dos Correios, inclusive com os depoimentos e relatório final, está disponível em <http://www.cpmidoscorreios.org.br/>. O relatório completo da CPI dos Bingos pode ser encontrado em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cpibingos.pdf> (último acesso a ambos os links em 18/02/2011). As negociações para a instalação das CPIs já estavam em curso antes da entrevista de Jefferson. No entanto, as condições políticas para que as investigações começassem de fato foram dadas pela divulgação da denúncia pelos meios de comunicação.

Rede Globo transmitiu a maior parte dos depoimentos pelo canal *GloboNews*).

Além das comissões parlamentares de inquérito, investigaram as denúncias o Conselho de Ética e a Corregedoria da Câmara dos Deputados, a Polícia Federal (PF), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público da União (MPU).

Ao longo do processo de investigação, as disputas políticas entre oposição e governo foram levando a denúncias sucessivas, de maior ou menor impacto, que não se relacionavam diretamente com a denúncia original do mensalão, como por exemplo⁶⁶:

(1) corrupção em administrações petistas no interior de S. Paulo, envolvendo o ex-ministro Antonio Palocci, após a prisão por denúncia de lavagem de dinheiro de um antigo assessor, Rogério Buratti⁶⁷;

(2) caso dos dólares na cueca, em que José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado estadual do PT cearense, José Nobre Guimarães⁶⁸, foi preso no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, pela Polícia Federal, carregando grande quantidade de dinheiro, inclusive em dólares, presa em seu próprio corpo;

(3) caso de denúncias de ingerência do então Secretário de Comunicação da Presidência da República, Luiz Gushiken, em fundos de pensão de estatais para captação de recursos para pagamento de dívidas de campanhas, episódio investigado pela CPMI dos Correios e que levou à queda de Gushiken. Meses depois, também levou ao depoimento do empresário Daniel Dantas;

(4) caso da morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, que envolveu o chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho. Daniel, segundo denúncias de seus irmãos, e suspeitas do Ministério Público de São Paulo, teria sido morto por saber da existência de corrupção na prefeitura;

(5) uso de "caixa dois" para financiar a campanha de Eduardo Azeredo, do PSDB, para o governo do estado de Minas Gerais. A partir das investigações sobre a

⁶⁶ No entanto, como veremos a seguir, incluímos na análise as matérias referentes a essas denúncias sempre que mencionavam explicitamente o mensalão.

⁶⁷ As denúncias levantadas por Buratti levaram a investigações sobre o envolvimento do ministro com a chamada República de Ribeirão Preto, grupo que mantinha uma casa no Lago Sul para *lobby*. Em março de 2006, o vazamento das informações bancárias do caseiro Francenildo Costa acabou por derrubar Palocci do Ministério da Fazenda. Costa afirmou, em depoimento, ter visto o ex-ministro na casa do Lago Sul, local onde seriam realizados negócios suspeitos. Palocci negou publicamente o fato. Na sequência, o caseiro teve seu sigilo bancário quebrado e informações sobre depósitos que seriam pagamentos feitos pela denúncia foram publicados na mídia. No entanto, como se descobriu mais tarde, os depósitos eram do pai de Costa e não tinham relação com o caso.

⁶⁸ Irmão do então presidente nacional do PT, José Genoíno. Em seguida às notícias da prisão do assessor, Genoíno renunciou ao cargo.

atuação de Marcos Valério como operador em campanhas eleitorais, foram feitas denúncias de que o uso irregular de dinheiro teria começado com a candidatura de Azeredo (o chamado “mensalão mineiro”);

(6) negociação suspeita de representantes do PT e do PTB e de Marcos Valério com a empresa Portugal Telecom, supostamente a mando do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, para liberação de fundos para pagamento de dívidas dos partidos em campanhas eleitorais. A denúncia foi feita por Roberto Jefferson durante depoimento de Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados;

(7) pagamento dos serviços do publicitário Duda Mendonça, que atendeu à campanha do PT durante as eleições de 2002 e de 2004, em paraíso fiscal no exterior, a partir de solicitação de Marcos Valério. Mendonça depôs na CPMI dos Correios, em um dos momentos de maior tensão do escândalo, em agosto de 2005;

(8) caso do empréstimo do PT ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de ele assumir a presidência da República. O partido teria informado à Justiça Eleitoral o empréstimo de R\$ 30 mil para Lula. Na época, denúncias que circularam na mídia levantaram a possibilidade de que, se o dinheiro tivesse vindo do fundo partidário, teria havido irregularidades na prestação de contas do PT. Em depoimento à CPI dos Bingos, o então presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Paulo Okamoto, informou ter ressarcido pessoalmente o partido, sem cobrar reembolso do presidente Lula por isso.

O Escândalo do Mensalão relegou ao ostracismo político o então presidente nacional do PT, José Genoíno, levou à queda do ministro da Casa Civil, José Dirceu, à cassação do deputado federal Roberto Jefferson, um dos denunciadores, e a recomendação de cassação, pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, de 19 deputados federais. Destes, 11 foram efetivamente cassados em votação em plenário, quatro foram absolvidos e quatro renunciaram antes da votação⁶⁹.

Também levou ao afastamento de parte da cúpula administrativa do PT, especialmente do tesoureiro Delúbio Soares, que assumiu publicamente a decisão de ter feito financiamentos com as empresas de Marcos Valério para utilizar o dinheiro para pagamento de dívidas de campanha eleitoral; do secretário geral, Silvio Pereira,

⁶⁹ A lista completa com os resultados de cada processo está disponível em <http://www2.camara.gov.br/a-camara/eticaedecoro/balanco2006.pdf> Último acesso em 18/02/2011.

que assumiu ter recebido um carro da empresa GDK para uso pessoal, e do secretário de comunicação, Marcelo Sereno⁷⁰.

O escândalo levou ainda ao ataque cerrado dos partidos de oposição (principalmente o PSDB e o então PFL, atual Democratas) ao governo Lula e a seu partido, com o levantamento de todo tipo de acusação que pudesse envolver auxiliares do presidente da República durante as investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Com o aprofundamento das investigações pelas CPIs, o foco das denúncias passou a ser a fonte dos recursos que teriam sido utilizados para pagamento dos parlamentares para votação no Congresso e de membros do PT e dos partidos da base aliada durante e após a campanha presidencial de 2002.

Esta sequência de acontecimentos fragmentados e, muitas vezes, incompletos ou confusos se desenrolou aos olhos dos telespectadores do *Jornal Nacional* por meio de reportagens, manchetes, comentários, e entrevistas exclusivas (por exemplo, com o próprio empresário Marcos Valério, com a ex-secretária dele, Fernanda Karina Somaggio, e com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares).

Diferentemente da intensa cobertura, não houve grande mobilização popular nas ruas à semelhança ao período Collor, por exemplo, com passeatas e a unificação de um discurso contrário ao governo por parte dos movimentos sociais e outros setores organizados da sociedade, à exceção da OAB⁷¹. Os setores financeiros continuaram apoiando a política econômica de juros altos praticada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e, após sua queda (em 2006) em decorrência das denúncias envolvendo o caseiro Francenildo Costa, por seu substituto, Guido Mantega⁷².

⁷⁰ Delúbio Soares foi reintegrado ao PT em maio de 2011.

⁷¹ Ainda que o *Jornal Nacional* tenha apresentado matérias sobre protestos nas ruas, como no dia 16/08/2005 (a favor de Lula e contra a corrupção), no dia 17/08/2005 (contra o governo Lula e contra a corrupção) e no dia 18/08/2005 (passeata de sindicalistas contra a corrupção e contra a política econômica do governo), o próprio telejornal veiculou matérias sobre a popularidade do Presidente mostrando que, nos meses de junho e julho, segundo o IBOPE, o índice de confiança manteve-se estável, de 56% em junho para 53% em julho. Somente em agosto cai para 43%. E volta a se recuperar a partir de março de 2006, atingindo a 53%. De março em diante, até o final do mandato, não volta a cair. Cf. séries históricas em <http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/ibope/lula.popularidade.jhtm> (último acesso em 22/04/2011) e p. 145.

⁷² A manutenção da estabilidade econômica é uma preocupação que transparece em várias matérias que foram ao ar no período analisado, como veremos adiante. Na edição do dia 11/06/2005, por exemplo, o então ministro da Economia, Antonio Palocci, garantiu que a crise política não iria assustar os investidores estrangeiros.

Neste período, a necessidade de um debate público a respeito do papel da mídia foi incentivada pelo presidente da República e por ministros e ex-ministros, além de dirigentes do PT, alguns inclusive envolvidos nas denúncias, em discursos e declarações críticas à imprensa e acusações de que a “crise” era, na verdade, fruto da cobertura jornalística, e a mídia, portanto, era “falsa” ou “golpista”. Na edição do dia 03/08/2005, por exemplo, o *Jornal Nacional* destacou discurso crítico do presidente à imprensa logo na escalada. Em seu pronunciamento, em Garanhuns (PE), Lula afirmou "*que a imprensa brasileira divulgue e peça desculpas àqueles que foram acusados injustamente*".

Em outro exemplo, ainda em agosto, no dia 26/08/2005, Lula também declara, em viagem para lançamento de um programa de desenvolvimento regional no Ceará, que "*eu ando chateado, sofrendo muito quando vejo denúncias e mais denúncias, insinuações e mais insinuações e nenhuma prova até agora que possa condenar uma pessoa*".

Diversas explicações foram dadas aos acontecimentos relativos ao Escândalo do Mensalão, desde as razões da denúncia de Jefferson até as conexões entre empresas públicas e privadas em uma rede de financiamento que abasteceria o PT para os supostos pagamentos. No entanto, não é objetivo de nosso estudo reconstruir a sequência de fatos nem tentar explicá-los (até porque muitos já se lançaram a este esforço e a Justiça está julgando com base em investigações oficiais)⁷³.

Destacamos aqui os principais fatos a fim de contextualizar a cobertura do *Jornal Nacional* sobre o escândalo, objeto de nosso interesse, e indicar nossa primeira escolha metodológica: o recorte da amostra. Para tanto, tínhamos em mente nossos dois objetivos principais, conforme mencionamos na Introdução: identificar os enquadramentos dominantes/ideias organizadoras presentes na cobertura feita pelo *Jornal Nacional* e quais valores/ideias organizadoras sobre jornalismo, *vis-à-vis* os valores da política, são expressos pelos jornalistas do *Jornal Nacional* que estiveram envolvidos de alguma forma na cobertura, e pelos principais jornalistas assessores do

⁷³ Além dos estudos sobre a cobertura do mensalão, foram publicados diversos livros relacionados ao tema (Nervos de Aço, do próprio Roberto Jefferson; O Chefe, de Ivo Patarra; Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter, de Ricardo Kotscho, O Operador, de Lucas Figueiredo, A CPI que abalou o país, de Ricardo Atuch, entre outros). Também está disponível no site Wikipedia uma série temática com levantamento abrangente, links para as páginas das CPIs, listas de autoridades derrubadas, cronologia e páginas sobre as principais pessoas envolvidas. Obviamente, os textos contêm opiniões e contradições ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Escândalo do mensalão](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escândalo_do_mensalão)).

governo Lula à época.

Assim, para darmos conta de nossos objetivos, iniciamos a primeira etapa de nosso trabalho a partir da definição da amostra, como mostraremos a seguir.

b) Definições metodológicas

b.1) Primeira etapa

Definimos como amostra 75 (setenta e cinco) edições do *Jornal Nacional*, que foram ao ar entre os meses de junho (22 edições), julho (26 edições) e agosto (27 edições) de 2005 - de 6 de junho a 31 de agosto - e que configuram a fase em que as denúncias do mensalão dominaram a cobertura política (cf. Sinopse e a Cronologia, em Anexo)⁷⁴. Escolhemos este período por concentrar a denúncia original que nomeou o escândalo.

Primeiramente, fizemos um levantamento exploratório de toda a cobertura política do período da amostra para termos uma ideia da abrangência das notícias sobre o escândalo no noticiário. Assim, verificamos as matérias de política de todas as edições escolhidas para o estudo (ao todo, identificamos 636 matérias, entre notas, reportagens, entrevistas, etc., divididas em 174 em junho, 213 em julho e 249 em agosto)⁷⁵.

Em seguida, observamos que a cobertura política foi quase toda dedicada às denúncias de corrupção, majoritariamente relativas ao mensalão, mesmo que tivesse também abordado temas como greves no INSS, a morte de Miguel Arraes, no dia 13/08/2005, e reforma ministerial, entre outros (no caso da reforma ministerial, como foi uma espécie de reação do governo frente à crise, as matérias que explicitamente vinculavam com o tema do mensalão foram incluídas na análise de enquadramento).

Assim, separamos as matérias relativas a denúncias de corrupção em geral, inclusive as que se referiam a casos regionais e locais, sem nenhum vínculo explícito com o mensalão (ou quaisquer um de seus episódios correlatos). Verificamos, por

⁷⁴ Por motivos técnicos, a edição do dia 20 de julho de 2005 não foi incluída na amostra. Além disso, houve falhas na inclusão de algumas matérias no *clipping* utilizado como fonte. A contagem do número de matérias seguiu a definição do *clipping* (em algumas edições, por exemplo, houve separação de uma nota sobre mesmo assunto em duas ou mais).

⁷⁵ Além disso, pudemos observar que a cobertura sobre as denúncias de corrupção deixou menos espaço para outros assuntos tais como a cobertura internacional, à exceção das notícias sobre as bombas no metrô de Londres, na Inglaterra, no dia 07/07/2005 e o assassinato de Jean Charles de Menezes, pela polícia de Londres, no dia 23/07/2005.

exemplo, que o telejornal veiculou denúncias de corrupção no governo de Rondônia, na prefeitura de João Pessoa (Paraíba) nos dias 29/06/2005, 21/07/2005 e 23/07/2005. Foram ainda veiculadas matérias sobre outros casos de fraudes em licitações, malas de dinheiro, etc., em uma verdadeira “avalanche” de denúncias de corrupção em todas as esferas de governo, partidos e outras instituições, inclusive organizações religiosas. Ganharam destaque, por exemplo, matérias sobre corrupção na Igreja Universal do Reino de Deus – IURD na edição do dia 12/07/2005, em que foi veiculada reportagem sobre flagrante no aeroporto de Brasília, quando um deputado do PFL e bispo da Universal carregava mais de R\$ 10 milhões em malas sem qualquer documentação.

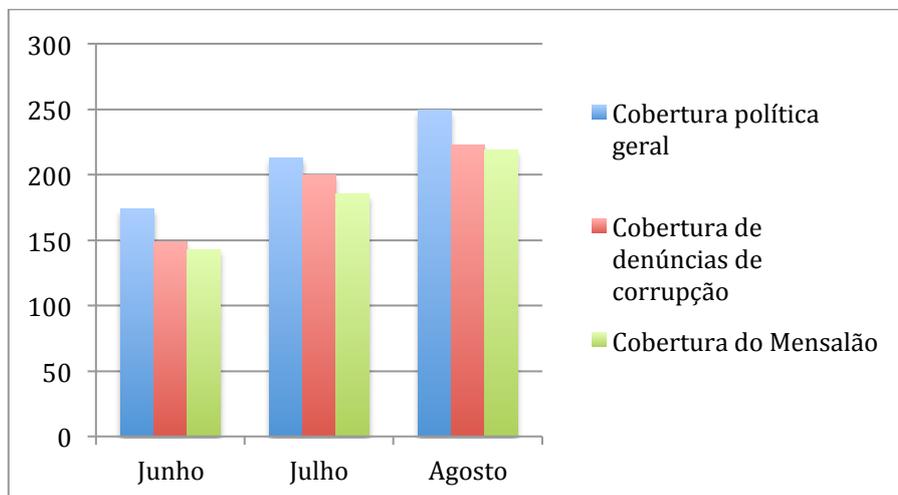
Ao final, do total de matérias relativas à cobertura política do período, 572 eram relativas a casos de denúncias de corrupção em geral (149 em junho, 200 em julho e 223 em agosto). Em seguida, para efeito deste estudo, focamos a análise apenas nas denúncias relacionadas ao mensalão: identificamos todas as notícias de episódios de corrupção que foram explicitamente vinculadas ao Escândalo do Mensalão.

Assim, excluímos da amostra as notícias sobre outros temas da política e a cobertura relativa a denúncias de corrupção em nível regional e estadual que não havia sido vinculada explicitamente com o tema de nosso estudo (como o caso das denúncias envolvendo o governo de Rondônia, por exemplo). No entanto, mantivemos matérias que se referiam a outros temas políticos conexos ao escândalo sempre que foi expressa relação explícita com as denúncias do mensalão, inclusive as mencionadas anteriormente.

Levamos em conta, ainda, as notícias sobre a reforma ministerial (após a queda do ministro José Dirceu), e os reflexos na economia (com declarações do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci) e repercussões das denúncias no PT, por exemplo.

Ao final, obtivemos uma amostra de 547 matérias relativas ao Escândalo do Mensalão (143 em junho, 185 em julho e 219 em agosto, em um total de 21 horas, 33 minutos e 50 segundos de cobertura). A partir desta definição, começamos a realizar a análise de enquadramento propriamente dita.

A seguir, o Gráfico 6 ilustra a abrangência das notícias sobre o mensalão na cobertura política geral (a contagem foi feita por número de matérias):

Gráfico 6

O período da amostra – entre o dia 6 de junho e o dia 31 de agosto – compreende parte do funcionamento das três CPIs e os desdobramentos das investigações sobre o suposto pagamento de mensalão. Começa com a veiculação, no telejornal, da denúncia do deputado federal Roberto Jefferson, conforme mencionamos anteriormente. A partir do dia 18/08/2005, a cobertura no *Jornal Nacional* passa a destacar as denúncias de corrupção na administração da prefeitura de Ribeirão Preto, o que envolvia o então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e as denúncias “originais” sobre pagamento do mensalão se misturaram às que vieram na sequência temporal.

No entanto, mantivemos o acompanhamento das edições até o dia 31/08/2005, pois é neste período que são veiculadas matérias com cobranças de resultados das investigações nas CPIs, até que no próprio dia 31/08/2005, o *Jornal Nacional* veiculou, com exclusividade, reportagem sobre o relatório que pede a cassação de 18 parlamentares. Também neste período final da amostra, a cobertura concede destaque às declarações do presidente Lula (normalmente realizadas durante viagens, muitas vezes, tratadas pelo telejornal como campanha eleitoral⁷⁶), rebatendo críticas, denúncias da oposição e até o posicionamento da mídia.

Analisamos tanto o conteúdo considerado factual do telejornal quanto o explicitamente opinativo, expresso nos comentários de Franklin Martins (antes de

⁷⁶ Um exemplo ocorre em matéria do dia 26/08/2005.

exercer o cargo de ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) e de Arnaldo Jabor e nos editoriais (não identificados como tal) lidos por William Bonner e outros apresentadores⁷⁷. Porém, desconsideramos as videocharges de Chico Caruso.

O material utilizado (gravações em vídeo e transcrições) tem como fonte o *clipping* do Banco de Notícias da Empresa Brasil de Comunicação - EBC na internet (site de acesso restrito a *clippings* diários dos quatro principais telejornais da Rede Globo e de outros canais de televisão aberta para acompanhamento de mídia).

Depois de escolhida a amostra, tomamos a terceira decisão metodológica: sistematizar todo o material relativo ao Escândalo do Mensalão para estabelecermos com base na pesquisa empírica e em nossas referências teóricas (1) os dados quantitativos em termos de número de matérias, tempos das matérias, e outros dados relevantes para a análise do enquadramento, inclusive as categorias de análise e (2) e os tipos de enquadramentos dominantes apresentados⁷⁸.

A partir desta sistematização, construímos um roteiro de análise com as principais categorias, a partir do conceito de enquadramento proposto por Entman (2004), em que ele define enquadramento como uma interpretação específica sobre eventos ou temas, especialmente em termos de definição de problema e de atribuição de responsabilidades, e por Tuchman (1976/1993), quando compreende enquadramento como princípios de organização que estão na base da seleção e da definição das notícias, isto é, como ideias organizadoras das notícias⁷⁹.

No roteiro de análise, foi definida a abordagem que seria feita ao material sobre o escândalo (vídeo e respectivas transcrições). Nosso objetivo principal foi de identificar os enquadramentos – como ideias organizadoras – que nortearam a cobertura sobre as denúncias do mensalão. Assim, fizemos uma nova leitura do material empírico, a partir das seguintes categorias de análise:

(1) **ideia organizadora**: expressa na estrutura da notícia, neste caso, entendida

⁷⁷ Os comentários de Franklin Martins e Arnaldo Jabor costumavam ir ao ar em edições de sextas e quintas-feiras, respectivamente.

⁷⁸ Obviamente, levamos em consideração, na análise, que enquadramentos dominantes não excluem a presença de enquadramentos divergentes em uma mesma matéria. No entanto, como estamos trabalhando com enquadramento como princípios de organização que se expressam na estrutura das notícias, a ênfase e a hierarquização de determinadas informações e fontes em detrimento de outras, a partir da observação das categorias escolhidas, foram os elementos orientadores da classificação. Em casos de dúvidas em relação à classificação, esses também foram os critérios para decisão.

⁷⁹ Ver modelo de Roteiro de Análise em Anexo.

como o lugar hierárquico que determinada informação ou notícia ocupa na estrutura do telejornal. Neste caso, os elementos mais importantes para nossa análise foram:

- a) as manchetes (escalada) e
- b) as aberturas de matérias (primeiro parágrafo), que podem indicar pistas sobre a lógica sob a qual a notícia foi organizada.

(2) **a atribuição de responsabilidade e o julgamento moral**, aqui entendido como

- a) o conteúdo propriamente dito, em especial as palavras-chave, o uso de verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases, e
- b) as ênfases⁸⁰;
- c) os elementos sonoros e visuais que sinalizam o entendimento do sentido: as expressões faciais de apresentadores e repórteres, o arquear das sobrancelhas, os gestos com as mãos, os olhares, a forma de interação com os entrevistados.

(3) **a indicação de solução**, aqui entendido a partir da fala do repórter, dos apresentadores ou das fontes, dando um “fechamento” de sentido à matéria.

Em seguida, partimos para a análise de enquadramento propriamente dita, a fim de mapearmos os detalhes da cobertura e identificarmos as ideias organizadoras expressas. Numa primeira análise de enquadramento das 75 edições do *Jornal Nacional* (547 matérias) foi possível observar que em todas as edições, as denúncias sobre o Escândalo do Mensalão estiveram presentes e com destaque na escalada do telejornal. À exceção dos dias 07/07/2005, 23/07/2005, 28/07/2005 e 31/08/2005, em que as manchetes sobre as denúncias do mensalão ficaram por último ou no meio da escalada, todas as outras edições (72) destacaram, logo no início das manchetes, o tema das denúncias.

Também constatamos que as matérias relativas às denúncias do mensalão costumavam ser mais longas do que normalmente são as matérias do *Jornal Nacional*, inclusive em casos de cobertura de eleições presidenciais⁸¹. No caso das edições relativas aos dias de depoimentos nas CPIs, por exemplo, quando Delúbio Soares, Duda Mendonça ou Marcos Valério falaram por várias horas aos parlamentares, as

⁸⁰ Para análise das omissões, contamos com a Mídia Impressa, *clipping* dos principais jornais nacionais para comparação complementar de informações.

⁸¹ Guazina (2001).

matérias chegaram a alcançar 5, 6 ou 7 minutos, e entrevistas como a de Delúbio Soares (no dia 16/07/2005), chegaram a quase 11 minutos.

Em algumas edições, como no dia 14/06/2005, por exemplo, em que Roberto Jefferson reforçou as denúncias de mensalão na segunda entrevista à *Folha de S. Paulo* e mencionou, pela primeira vez, as famosas malas de dinheiro, praticamente toda a cobertura política do telejornal foi dedicada ao caso. Registramos ainda que a cobertura política, ao contrário de outros momentos históricos, como em 1998, teve grande destaque no conjunto do telejornal e alcançou tempos de até 30 minutos consecutivos, mais da metade da média diária de 45 minutos, o que levou a um “esticamento” da edição em alguns dias mais tensos. O número de matérias relativas às denúncias chegou a 12 em uma única edição, por exemplo, como na do dia 19/07/2005, quando houve o depoimento do ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira, e o resultado da pesquisa Ibope sobre o que os brasileiros pensavam sobre o mensalão⁸².

A cobertura em questão também foi caracterizada pelo uso de trechos de gravações de conversas telefônicas, recursos de imagem para destaques de trechos de frases em documentos que poderiam comprovar ou fazer relação entre acusações, repetições de imagens e acompanhamento de depoimentos dos envolvidos nas CPIs, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e na Polícia Federal.

As matérias sobre as denúncias raramente partiam de fontes externas aos parlamentares ou aos partidos envolvidos com as investigações nas CPIs, exceto no caso de matérias que envolviam o trabalho da Polícia Federal e Polícia Civil, Ministério Público ou instâncias da Justiça. Claramente havia uma vinculação entre os trabalhos das CPIs e as matérias, e grande parte das notícias eram estruturadas em cima de declarações de parlamentares da oposição ou de fontes do próprio governo, inclusive do presidente da República, ou ainda do PT, e de outros envolvidos diretamente nas acusações.

A cobertura sobre as denúncias também não seguiu uma história em sequência narrativa linear – início, meio, fim – que favorecesse o entendimento da audiência, mas, muitas vezes, constituíam-se em matérias com fragmentos de histórias, que

⁸² Segundo dados do IBOPE, 38% dos brasileiros responderam que o PT era a entidade mais denunciada nas últimas semanas, seguida dos Correios (30%), Câmara dos Deputados (14%) e Governo Federal (4%). Sessenta e cinco por cento consideraram que Roberto Jefferson estava totalmente envolvido nas denúncias de corrupção, assim como 46% consideraram que o ex-ministro José Dirceu também estava totalmente envolvido. Na lista dos envolvidos apontados pelos ouvidos na pesquisa estavam ainda Delúbio Soares (56%), a maioria dos deputados do PTB (35%), do PL (30%) e do PP (29%).

poderiam se completar ou não no dia seguinte, na semana seguinte ou no mês seguinte⁸³.

Um dos fios condutores da cobertura foi a palavra mensalão, que foi sendo repetida, no início de forma tímida, alternando com suposto mensalão, ou esquema, mas depois como escândalo, e acabou por se tornar uma forma de identificar o tema. De outro lado, o tom de voz grave dos apresentadores e dos repórteres, aliado ao semblante sério, e muitas vezes a movimentos de sobrancelhas ou muxoxos, foram importantes sinalizadores visuais e sonoros que ajudaram a estabelecer os enquadramentos, principalmente em casos de ironia ou de reprovação – indicando, muitas vezes um julgamento moral⁸⁴.

Em geral, as imagens reforçavam o sentido do texto (como, por exemplo, quando se falava em "dinheiro", apareciam imagens de pilhas de notas, ou quando se mencionava no texto um documento, a imagem deste aparecia na tela. Ou ainda, quando se mencionava uma assinatura comprometedoras em um documento, aparecia a imagem da assinatura conferindo "autenticidade" à prova). O uso de gravações telefônicas e de fotos identificando os acusados também davam um sentido de gravidade e tensão à cobertura.

As principais denúncias sobre o mensalão se concentraram, no mês de junho, nas acusações de Jefferson e nas negações de representantes do PT, como o então presidente José Genoíno, o tesoureiro Delúbio Soares, e, a partir da segunda entrevista de Jefferson, de José Dirceu, que negava ter conhecimento ou ser o chefe de um “esquema” de pagamento a parlamentares.

Também neste mês, houve acompanhamento das disputas entre governo e oposição para a instalação da CPMI dos Correios (o que ocorreu em 09/06/2005), e para a escolha do presidente e do relator dos trabalhos (em 13/06/2005). Ainda em junho, no momento mais tenso da cobertura, o *Jornal Nacional* deu destaque à queda do então ministro da Casa Civil (em 16/06/2005).

No final do mês, com os depoimentos dos envolvidos nas CPIs, aparecem na cobertura o publicitário Marcos Valério, a ex-secretária dele, Fernanda Karina Sommaggio, e as denúncias de saques de dinheiro do Banco Rural, advindos das empresas de Valério, para parlamentares da base aliada ao governo ganham destaque.

⁸³ Ver Motta (2010).

⁸⁴ Sobre o papel destes aspectos na construção da narrativa sobre o mensalão, cf. Lima (2006), Motta (2010) e Motta e Guazina (2010).

Naquele momento, a cobertura se concentrou nas investigações sobre a origem do dinheiro que teria abastecido o “Valerioduto”. No dia 29/06/2005, a oposição conseguiu a instalação da CPI dos Bingos.

No mês de julho, a cobertura das denúncias foi dominada pela acusação de que o dinheiro utilizado pelo PT para pagamento de parlamentares teria vindo das empresas de Marcos Valério, e teria origem em empréstimos negociados entre o partido e Valério. Os empréstimos, por sua vez, seriam abastecidos com dinheiro de “caixa dois” de empresas privadas, públicas e fundos de pensão. Neste mês, o *Jornal Nacional* veiculou duas grandes entrevistas, uma com Marcos Valério (15/07/2005) e outra com Delúbio Soares (16/07/2005), e acompanhou os depoimentos dos envolvidos nas CPIs.

Também destacou nas manchetes de escalada denúncias relativas ao caso Waldomiro Diniz e ao caso do veículo dado pela empresa GDK ao então secretário geral do PT, Silvio Pereira, como “presente”. Entre o final de julho e início de agosto, Delúbio Soares confirmou em depoimento à CPMI dos Correios o uso de “caixa dois” pelo PT e o então presidente do PL, Waldemar Costa Neto, que havia sido denunciado por Roberto Jefferson de receber dinheiro, renunciou.

Ainda neste período, o *Jornal Nacional* veiculou três grandes matérias, com base em levantamento feito pelo então PFL, sobre parlamentares e assessores que teriam ido a uma agência do Banco Rural, em Brasília, para retirar dinheiro das contas das empresas de Marcos Valério para pagamento de débitos de campanha nos estados, o que gerou polêmica por envolver homônimos, assessores e familiares de políticos, inclusive, um assessor do próprio partido que organizou a lista não checada antes da reportagem⁸⁵.

Em agosto, com o depoimento de Duda Mendonça, a temperatura política foi a seu momento mais alto, com a veiculação em vários dias de matérias com declarações do presidente Lula condenando a corrupção ou defendendo seu governo, até o dia do pronunciamento à Nação, em que afirmou ter se sentido traído (12/08/2005).

Ainda no mês de agosto, a cobertura foi “migrando” do tema mensalão original para as denúncias envolvendo Rogério Buratti, o então ministro Antonio Palocci, e as repercussões e investigações do caso do assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel (neste caso, selecionamos apenas as matérias que apresentaram

⁸⁵ Sobre este episódio, conferir Lima (2006) e o próximo capítulo.

vinculação explícita para análise).

Já a partir do dia 20/08/2005, cada edição do *JN* subsequente veiculou matéria com o presidente Lula discursando ou se manifestando sobre a crise, reconhecendo a gravidade do escândalo, respondendo às críticas da oposição e criticando a mídia. No próprio dia 20/08/2005, por exemplo, o *JN* destacou em manchete declaração de Lula de que estava sendo feito “*jogo rasteiro*” (na política), e em momento de tensão em discurso, o presidente chegou a invocar a memória da mãe para dizer que “*a verdade vencerá*”.

No dia 26/08/2005, por exemplo, matéria de mais de 3’ enfatiza como o presidente Lula se declarou chateado com a crise, e afirmou que mesmo que os jornais impressos não registrassem suas palavras, ele continuaria falando para o “*povo*”, no estabelecimento de uma relação “*direta*” entre o presidente e a audiência. Na edição do dia anterior, matéria de 4’20” também destacava discurso do presidente e mostrava manifestações de apoio a Lula em Salvador.

No final de agosto, o *Jornal Nacional* também veiculou sequência de matérias cobrando o esclarecimento das denúncias e a punição dos culpados, principalmente no Congresso Nacional. Matérias deste tipo tiveram destaque nas edições do dia 22/08/2005, 27/08/2005 (a ameaça de “*acórdão*” foi a principal manchete) e 30/08/2005.

Vale destacar, por fim, que, no período da amostra, houve uma espécie de “*diálogo*” entre as principais personagens das notícias, como o presidente Lula, Roberto Jefferson e José Dirceu e o telejornal, que respondia, como um personagem em conflito com os demais, por meio de editoriais (não identificados como tais) ou notas às críticas dos atores políticos sobre sua própria cobertura, reafirmando a missão jornalística das Organizações Globo de “*informar*”⁸⁶.

Tais situações expressaram de maneira clara as tensões entre o jornalismo e a política subjacentes à cobertura. Um exemplo ocorreu no dia 22/08/2005, quando foi veiculado editorial em que o apresentador William Bonner rebateu críticas feitas pelo deputado José Dirceu ao *Jornal Nacional* (como veremos no capítulo VIII).

A partir da análise das matérias, foi possível identificar os cinco (05) principais enquadramentos que nortearam a cobertura em diferentes momentos da amostra, a

⁸⁶ Cf. Sinopse e Cronologia, em Anexo.

saber⁸⁷:

- 1) A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos "perus bêbados"
- 2) O mensalão existiu
- 3) É preciso investigar e punir
- 4) Jornalismo *versus* política
- 5) Explicadores do mundo da política

A seguir, vamos fazer uma breve descrição de cada um.

1) A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos “perus bêbados”

Este enquadramento está presente em todo o período, desde as denúncias de Jefferson, que é tratado com desconfiança pelo telejornal nas edições do dia 06/06/2005, passando pelas notícias sobre a queda de Dirceu (16/06/2005), até o tratamento dado aos políticos do Congresso, especialmente os da base aliada.

É constituído por um conjunto de 142 matérias e corresponde a 26% de toda a cobertura sobre o Escândalo do Mensalão. Caracteriza-se por uma desconfiança *a priori* da política, seja dos políticos ou das instituições políticas como o governo Lula ou os partidos, como o PT. De maneira predominante, parte-se da ideia de que a política é um jogo de cena ou de estratégias, em que não se sabe o que é falso e o que é verdadeiro. Neste enquadramento é possível perceber certas características negativas que são expressas em relação ao Congresso Nacional (NOLETO FILHO, 2009) e aos principais personagens das denúncias, como Roberto Jefferson e José Dirceu⁸⁸.

2) O mensalão existiu

Este enquadramento perpassa o período, mas torna-se mais evidente a partir das edições do mês de julho, chegando ao ápice em 12/08/2005, com o pronunciamento em que o presidente Lula pede desculpas à nação. Corresponde ao conjunto de 224 matérias ou a 41% da amostra sobre o Escândalo do Mensalão analisada.

Caracteriza-se predominantemente pela ênfase nas denúncias de corrupção, seja como mensalidade paga pelo PT ou pelo governo Lula para os parlamentares da base

⁸⁷ Desconsideramos as matérias que expressaram outros enquadramentos não agrupados ou que foram construídas a partir de múltiplos enquadramentos.. Estas matérias atingiram 1% da amostra.

⁸⁸ A desconfiança não se estendeu ao então ministro da Economia, Antonio Palocci, como veremos no próximo capítulo.

aliada votarem a favor de projetos do Executivo no Congresso, seja como financiamento ilegal de campanhas eleitorais ou uso de “caixa dois” pelos partidos. Pode ser compreendido a partir das premissas do jornalismo investigativo, que busca a verdade e as provas.

3) É preciso investigar e punir

Este enquadramento pode ser observado principalmente a partir do mês de agosto, quando o *Jornal Nacional* apresentou sequência de reportagens, em edições de dias diferentes, destacando que as denúncias precisavam ser esclarecidas. Corresponde a 18,1% da amostra (ou 99 matérias).

Além disso, o clamor pela punição dos culpados pela corrupção aparecia nas declarações de políticos da oposição, do próprio governo e da sociedade civil. No dia 25/08/2005, por exemplo, o apresentador William Bonner abriu reportagem afirmando que *“desde a divulgação das primeiras denúncias de corrupção nos Correios, o Brasil tem acompanhado com atenção os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. A cada semana, as CPIs anunciam decisões sobre novos depoimentos e quebras de sigilo. Mas pouco foi esclarecido”*.

Caracteriza-se, no conjunto da cobertura, pelo tom de cobrança de resultados das investigações no Congresso (especialmente apontar os culpados e cassá-los) e de ações por parte do governo Lula e do PT. Também se constitui por matérias que expressam, de forma predominante, o papel de vigilância e fiscalização do telejornal em relação ao trabalho de investigação das denúncias e dos políticos (e seus respectivos partidos, especialmente o PT). Neste enquadramento, pode ser observado o papel de *watchdogs* desempenhado pelos jornalistas do telejornal.

4) Jornalismo versus política

Este enquadramento corresponde a 2 % da amostra (ou 11 matérias). Constitui-se, basicamente, por matérias (reportagens, notas, comentários e editoriais) que expressam, de forma explícita, a oposição (ou bipolaridade) entre os principais atores políticos (especialmente José Dirceu, Roberto Jefferson e o presidente Lula) e o próprio telejornal ou a mídia. Também apresenta matérias em que foi enfatizada a relação contraditória com a mídia, especialmente por meio de informações de bastidores (vazamentos) ou de interlocução direta (e explícita) entre políticos e os

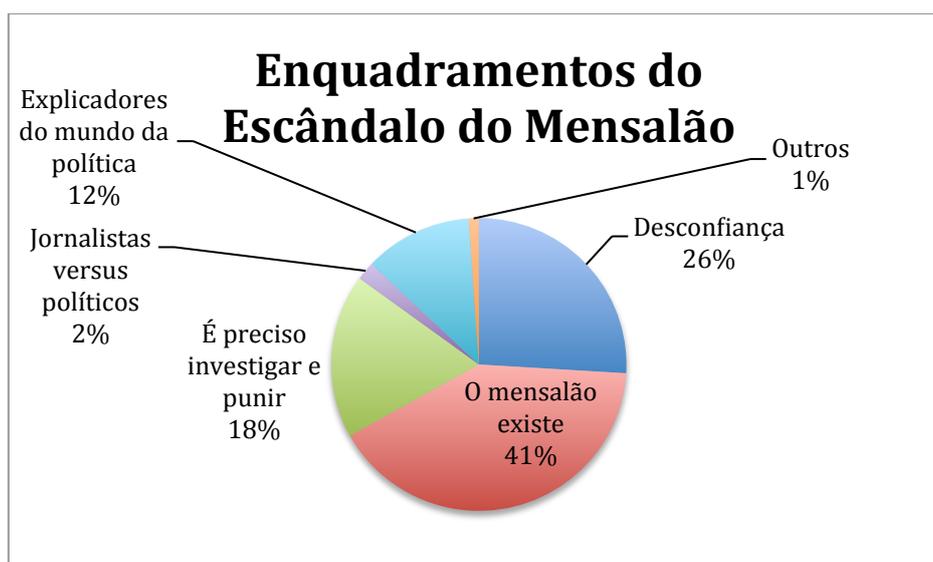
jornalistas. Ao enfatizar a oposição entre o jornalismo e a política, este enquadramento configurou-se como a base de legitimação para a desconfiança presente nos enquadramentos mencionados anteriormente.

5) Explicadores do mundo da política

O último enquadramento observado, no período estudado, corresponde a 11,9% da amostra (ou 65 matérias). Constitui-se por noticiário cujo objetivo principal é contextualizar, esclarecer, dar sequência ou apenas informar o desenvolvimento dos acontecimentos. Para tanto, parte-se de um enfoque pedagógico ou, muitas vezes, de explicação do funcionamento do mundo da política. Pode ser encontrado em reportagens, por exemplo, que mostram o que representam – em termos da vida concreta – os valores em dinheiro mencionados pelos principais personagens das denúncias ou como funcionam os bastidores das CPIs. Este enquadramento corresponde ao aspecto pedagógico presente no trabalho dos jornalistas.

Os cinco principais enquadramentos observados totalizam 99% da amostra pesquisada. No Gráfico 7, podemos ver o peso de cada enquadramento ao longo de todo o noticiário do *Jornal Nacional* no período estudado (em 100% da amostra). Sessenta e sete por cento da cobertura foi dedicada aos enquadramentos que enfatizaram a desconfiança na política e nos políticos e as denúncias de existência do mensalão.

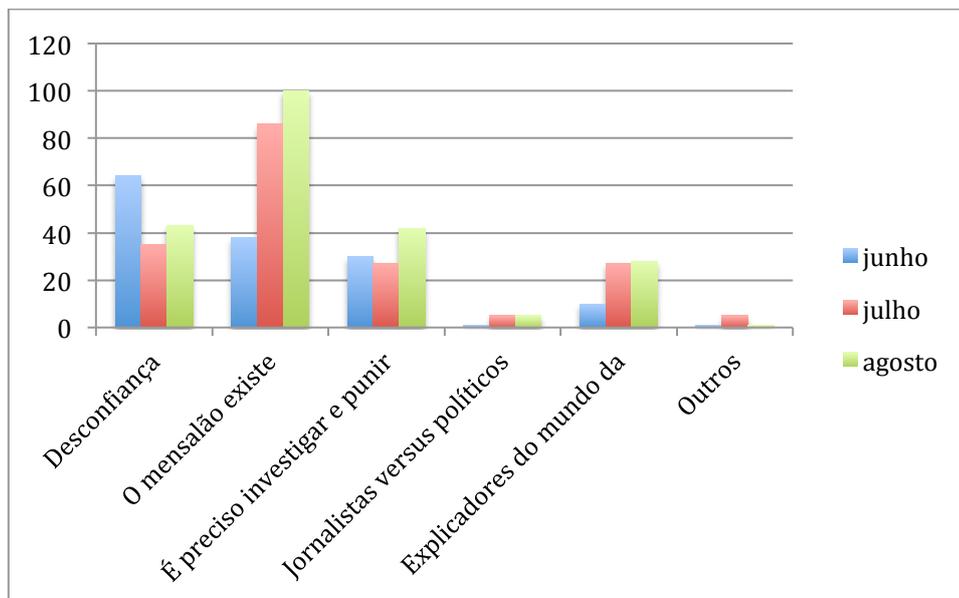
Gráfico 7



Já o Gráfico 8 mostra a presença dos cinco principais enquadramentos ao longo dos três meses de cobertura (por número de matéria/mês).

Gráfico 8

Presença dos enquadramentos por mês



Após a sistematização, identificação e análise dos enquadramentos predominantes na cobertura do *Jornal Nacional* durante os três meses de nossa amostra, passamos para a segunda etapa de trabalho: a realização de entrevistas qualitativas com os jornalistas que participaram da produção das notícias do telejornal e dos assessores que responderam pela comunicação do governo Lula no período.

b.2) Segunda Etapa

Nesta etapa, nossa intenção era traçar um breve perfil destes profissionais e identificar, em seus discursos, os valores e ideias a respeito do jornalismo e da política. Também queríamos acompanhar um dia de produção do telejornal no Rio de Janeiro, a fim de apreender as interações entre os repórteres, produtores e os editores, e termos mais elementos para compreender como os valores e ideias se relacionam na prática de produção da cobertura política. Entendemos que a abordagem qualitativa das entrevistas poderia nos ajudar a observar o significado que os jornalistas atribuíam

às suas atividades (como grupo social específico), e aos políticos, em particular (JENSEN e WESTER, 1993).

Os resultados da primeira etapa foram utilizados para traçar um roteiro orientador das entrevistas (Roteiro de Entrevista, em Anexo), instrumento que, posteriormente, auxiliou no momento de organizar um mapeamento das ideias e valores presentes nos depoimentos.

Nossa ideia era comparar, a partir da análise do enquadramento (isto é, da identificação das ideias organizadoras), o conteúdo das matérias com o conteúdo das entrevistas e as observações *in loco* do processo de produção. No entanto, conforme fomos avançando nas negociações com a Rede Globo, por meio da equipe da Globo Universidade, foi possível perceber que não seria rápido conseguir entrevistas com os principais responsáveis pela cobertura e uma visita aos estúdios de jornalismo da Globo⁸⁹.

Iniciamos nossas negociações para obter permissão para a realização das entrevistas e visita ao *Jornal Nacional* no Rio de Janeiro em 24/09/2009 com a responsável pela Globo Universidade em Brasília, Arlete Milhomen. Em seguida, entramos em contato com Vivianne Tanner, também da Globo Universidade, a fim de conseguirmos a autorização para a visita aos estúdios da Globo no Rio. Também tivemos contato com Max de Freitas Muniz, da equipe de Brasília. De setembro até 26/03/2010, entabulamos as negociações, que renderam entrevistas com:

- 1) Cristina Serra, repórter de política;
- 2) Delis Ortiz, repórter especial de política;
- 3) Zileide Silva, repórter de política.

As entrevistas foram feitas, individualmente, na Rede Globo Brasília, após o envio do Roteiro de Entrevistas e de um resumo da pesquisa. A solicitação para acompanhamento do telejornal no Rio foi aprovada em outubro de 2009, mas depois, suspensa por questões de agenda, e por fim, negada pela Direção Geral de Jornalismo, em março de 2010. De acordo com Tanner, em e-mail de 26/03/2010, todos os pedidos precisavam ser avaliados caso a caso, pois o ano de 2010 era bastante atípico, com cobertura da Copa do Mundo e eleições presidenciais, que sobrecarregaria

⁸⁹ Nossa lista original de entrevistados incluía: o diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, o editor-chefe do telejornal, William Bonner, a chefe da sucursal de Brasília, Silvia Faria, e os repórteres de política nacional que trabalharam na produção de matérias em Brasília: a repórter Zileide Silva, a repórter especial Delis Ortiz, a repórter Cristina Serra, o repórter especial Haroldo Pereira e o então comentarista político da Rede Globo, Franklin Martins.

bastante o jornalismo. Por este motivo, o pedido não foi aprovado.

Ao fim desta etapa, não foi possível entrevistar o repórter Haroldo Pereira, a chefe da sucursal Silvia Faria e o comentarista Franklin Martins⁹⁰. Também não houve possibilidade de entrevista com Ali Kamel e William Bonner (seriam entrevistados no dia da visita ao estúdio no Rio de Janeiro). De qualquer maneira, pudemos utilizar declarações dos dois últimos publicadas nos livros editados pela própria Globo e em outros trabalhos de pesquisa, além de cópias de palestras, e anotações feitas durante o Seminário sobre os 35 anos do *Jornal Nacional* promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política - NEMP, em 30/03/2005, na Universidade de Brasília, e do material em vídeo do DVD *JN*.

Diante das dificuldades em obter informações mais detalhadas e *in loco* a respeito do processo de produção da cobertura política, entramos em contato com profissionais que haviam trabalhado na Rede Globo, como Marco Aurélio Mello, editor de economia por 12 anos no telejornal e que participou da cobertura sobre o mensalão, e Rodrigo Vianna, repórter em São Paulo, que cobriu a repercussão das denúncias do mensalão nos rumos do PT, em São Paulo⁹¹. Eles concordaram em conceder entrevistas por e-mail.

Além disso, entrevistamos os principais assessores da Secretaria de Comunicação da Presidência da República - SECOM/PR que faziam a interlocução com a mídia e que participaram da elaboração das estratégias de comunicação do governo Lula no período estudado.

Estas entrevistas tiveram como objetivo mostrar o outro lado das relações entre o *Jornal Nacional* e o governo – ou entre o jornalismo e a política – dentro de um pano de fundo das tensas interações entre a mídia e um governo do PT. Queríamos também mais detalhes a respeito de possíveis negociações de matérias e informações para o *Jornal Nacional*.

⁹⁰ Martins, já ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em 2009, de acordo com sua assessoria, não teve espaço na agenda, assim como os demais citados. Após a cobertura do Escândalo do Mensalão, Martins foi destituído da função de comentarista do *Jornal Nacional* e demitido da Globo (em 2006). Como ele próprio afirmou, os executivos da empresa teriam ficado desconfortáveis com suas análises mais cuidadosas sobre as denúncias do mensalão. Além disso, enfrentou denúncias de comportamento antiético, veiculadas pela revista *Veja*, a partir da coluna de Diogo Mainardi (cf. LIMA, 2007a e PORTO, 2011).

⁹¹ Vianna saiu da TV Globo após ter se recusado a endossar um abaixo assinado interno de apoio à cobertura do telejornal nas eleições presidenciais de 2006. Sobre este episódio, ver Guazina (2006), Salles (2006) e Lima (2007a e 2007b).

Para tanto, foram entrevistados:

- 1) André Singer, ex-Secretário de Imprensa e Porta-Voz - SIP;
- 2) Bernardo Kucinski, ex-assessor da Presidência da República, ligado à Secretaria de Comunicação Social - SECOM (à época instância em separado da SIP);
- 3) Carlos Tibúrcio, também ex-assessor da Presidência da República, chefe da equipe de discursos do presidente da República, vinculado diretamente ao ministro Secretário Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e
- 4) Denise Mantovani, ex-assessora da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz - SIP.

Nossos critérios de escolha de entrevistas foram basicamente (1) a participação no episódio (na cobertura, caso dos jornalistas da Globo, ou na assessoria de comunicação da Presidência, caso dos assessores) e (2) a disponibilidade em falar sobre o tema. As repórteres Cristina Serra, Delis Ortiz e Zileide Silva, por exemplo, foram responsáveis por boa parte da cobertura política do período produzida em Brasília.

Ao final da etapa de entrevistas, obtivemos a participação dos seguintes profissionais ligados à cobertura do *Jornal Nacional*:

- (1) Cristina Serra (entrevista realizada em 26/11/2009),
- (2) Delis Ortiz (entrevista realizada em 17/11/2009),
- (3) Marco Aurélio Mello (entrevista por e-mail entre os dias 02/10/2009 e 04/12/2009),
- (4) Rodrigo Vianna (entrevista por e-mail nos dias 28/10/2009 e 17/11/2009),
- (5) Zileide Silva (entrevista realizada em 17/11/2009).

Já a realização das entrevistas com os profissionais que trabalharam na Presidência da República foi feita em duas fases. A primeira envolveu uma viagem a São Paulo para ouvir os depoimentos de

- (6) André Singer e
- (7) Bernardo Kucinski, ambos no dia 23/10/2009. As duas outras entrevistas, com
- (8) Carlos Tibúrcio e
- (9) Denise Mantovani, foram realizadas nos dias 29/09/2009 e 26/11/2009, respectivamente, em Brasília.

Ao longo do processo de entrevistas, fomos percebendo que a relação entre jornalismo e política, do ponto de vista de quem está envolvido na produção de notícias, era mais complexo do que supúnhamos, e que coberturas políticas em tempos de escândalo constituem-se assunto em aberto para reflexão. No caso do Escândalo do Mensalão, os entrevistados mostraram-se ainda mais cuidadosos em emitir julgamentos definitivos. Em parte porque corre um processo judicial sem conclusão, em parte porque informações novas sobre o tema são publicadas na mídia com frequência.

De outro lado, a impossibilidade de visita aos estúdios para acompanhamento da produção levou-nos a focar também, nas entrevistas, em questões relativas às rotinas produtivas. Ainda que não tenha sido possível reconstruir com mais riqueza de detalhes a produção da notícia na cobertura política como pretendíamos no início, pudemos identificar aspectos relativos aos valores do jornalismo e da política compartilhados no universo cultural de cada campo.

Naquele momento, foi possível compartilhar da reflexão dos entrevistados sobre os valores que permearam as relações entre jornalismo e política durante o período estudado, a partir do contexto da democracia e de um governo do PT, como se verá mais adiante.

Durante o caminho de pesquisa, tivemos de fazer escolhas. Neste capítulo, mostramos como definimos a amostra e realizamos os demais passos metodológicos: da sistematização dos dados à análise de enquadramentos predominantes na cobertura, até chegar à realização das entrevistas com os profissionais do *Jornal Nacional* e com os assessores de comunicação do governo Lula.

Procuramos contextualizar os principais acontecimentos do Escândalo do Mensalão no período estudado e as características definidoras da cobertura do telejornal da Globo. Delimitamos nossas categorias de análise e agrupamos nossas observações iniciais sobre o noticiário do mensalão em cinco enquadramentos predominantes. Também trouxemos alguns detalhes a respeito do processo de negociação das entrevistas a fim de ilustrar as razões de nossas escolhas metodológicas.

Nossa intenção, neste capítulo, foi construir as bases metodológicas para atingir nossos objetivos de identificar os valores/ideias organizadoras presentes nos enquadramentos da cobertura e no discurso dos jornalistas e assessores envolvidos na

cobertura, a partir de suas reflexões sobre os acontecimentos.

A seguir, vamos ver como o *Jornal Nacional* tem procurado adaptar sua linha editorial às mudanças sociais, com foco nas *hardnews*, mais espaço para coberturas políticas e defesa pública da adesão ao profissionalismo. É a partir desse cenário de transformações que podemos compreender melhor a ocorrência de uma *cobertura adversária*.

Capítulo VII – As transformações do *Jornal Nacional*

A maior parte dos estudos sobre o comportamento editorial do *Jornal Nacional* é dedicada aos períodos eleitorais, especialmente os presidenciais (1989, 1994, 1998, 2002, 2006). Em comparação, ainda são poucas as investigações sobre o papel do jornalismo praticado pelo *Jornal Nacional* no processo político em períodos não marcados por regras eleitorais⁹².

Do ponto de vista daqueles que estudam sistematicamente o *Jornal Nacional* há mais tempo, é preciso considerar que a apresentação de matérias que expressam enquadramento adversário ao Governo Federal é fato inusitado, dada a característica marcante da história do telejornal de alinhamento a diferentes governos ao longo dos últimos anos de nossa história política (ALBUQUERQUE, 1994, FIGUEIREDO, 1997, COLLING, 2000 e 2004; GUAZINA, 2001, PORTO, 2007, PORTO et al, 2004, LIMA e GUAZINA, 2004 e 2006, entre outros).

É impossível deixar de lembrar do *Jornal Nacional* e da Rede Globo em episódios recentes da história do país, desde o período de autoritarismo; passando pelo escândalo do Pro-Consult, na eleição para o governo do Rio de Janeiro ou pela polêmica da não cobertura do comício de São Paulo da Campanha das Diretas Já em 1984. Registre-se ainda o famoso debate entre Lula e Collor, nas eleições presidenciais de 1989, em que a Globo foi acusada de manipulação e a influência na escolha de ministros do governo, como no caso da escolha do Ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, no governo Sarney⁹³.

Um exemplo de como o *Jornal Nacional* manteve-se alinhado ao Governo Federal está descrito em nossa dissertação de mestrado, "Alinhados com o poder: um estudo sobre a cobertura política do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* (março-agosto/98)" (2001), quando a reduzida cobertura política do *JN* durante a campanha presidencial caracterizou-se pelo enquadramento *oficialista*, que privilegiou o ponto de vista do Governo Federal e enfatizou, com enquadramentos negativos, o então candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em outro estudo mais recente, Cunha (2005) chega à conclusão que o *Jornal*

⁹² Neste caso, ver Gomes (2008).

⁹³ Para um panorama detalhado sobre isso, ver Lima (2006). A versão da própria Globo sobre os acontecimentos foi publicada em 2004 no livro **Jornal Nacional: a Notícia faz História**, que faz parte do projeto Memória Globo.

Nacional apresentou enquadramentos pouco críticos ao Governo Federal durante a cobertura das reformas previdenciária e tributária e do caso Waldomiro Diniz, já no primeiro governo Lula. Já Liedtke (2007) explica como o *Jornal Nacional* manteve sua vocação governista ao oferecer enquadramentos favoráveis à Reforma da Previdência, então primeiro projeto de grande envergadura apresentado pelo governo Lula ao Congresso Nacional. E Moreira (2007) mostra como o telejornal apresentou enquadramentos favoráveis à política econômica no primeiro governo Lula.

A exceção mais evidente deste *oficialismo* ocorreu durante a cobertura do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1990, quando o *Jornal Nacional* cobriu o processo de investigação no Congresso, transmitindo ao vivo tanto a leitura do relatório da CPI, que apontou as ligações do então presidente com um esquema de corrupção, quanto a votação em plenário do pedido de impedimento do presidente da República⁹⁴. No entanto, não há na literatura especializada análise sistemática da cobertura deste período histórico.

Por outro lado, desde as eleições presidenciais de 2002, os editores do *Jornal Nacional* vêm se declarando, publicamente, cada vez mais apegados aos valores jornalísticos e ao papel pedagógico do telejornal como explicador dos fatos à audiência. Basta conferir algumas afirmações do próprio editor-chefe, William Bonner, e de outros editores de telejornais da Globo⁹⁵.

Em 2002, por exemplo, a cobertura político-eleitoral caracterizou-se por dedicar mais tempo de cobertura à política (em comparação com 1998) e por abrir espaço aos principais candidatos, inaugurando uma série de entrevistas com cada um deles (em edições diferentes mas tempos iguais). Também realizou séries de reportagens especiais dedicadas a grandes temas nacionais, com foco na cidadania e na participação dos eleitores no processo eleitoral. Ainda naquele ano, ficou célebre a entrevista que o então recém-eleito presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedeu ao *Jornal Nacional* assim que o resultado das eleições presidenciais de 2002 foi divulgado. Lima e Guazina (2006), Porto et al (2004) e Colling (2004) discutem as

⁹⁴ A cobertura ao episódio está descrita **Jornal Nacional: a Notícia faz História**, p. 270. Diferentemente de 1992, quando o então presidente Collor foi alvo de processo de *impeachment*, durante o Escândalo do Mensalão, a oposição não conseguiu iniciar um processo semelhante contra o então Presidente da República. Também os índices de popularidade de Lula não chegaram a pontos irreversíveis, mesmo nos momentos mais agudos de bombardeio de críticas a que foi alvo e o PT, partido político que protagonizou a “crise” - na época de Collor era um dos acusadores, e não o acusado.

⁹⁵ Cf. Lima e Guazina (2004).

razões desta mudança, como veremos adiante.

Tanto nas eleições presidenciais de 2006 quanto nas de 2010 o telejornal dedicou espaço à política, planejando com antecedência a cobertura e negociando com os partidos políticos os moldes do tratamento dado aos candidatos⁹⁶. Em 2006, por exemplo, foram realizadas reportagens sobre os "desejos do Brasil", exibidas na série *Caravana JN*, em que repórteres percorriam o país para mostrar o que a população esperava do novo governo. O formato de entrevistas com os principais candidatos foi repetido e, em 2010, a primeira mulher eleita presidente do Brasil foi igualmente entrevistada pelo *Jornal Nacional* após a confirmação do resultado eleitoral.

Obviamente, a concessão de mais espaço à política não é indicador absoluto de jornalismo equilibrado, nem de que a Rede Globo abriu mão de seus princípios político-ideológicos. Dois episódios polêmicos marcaram a cobertura eleitoral do *Jornal Nacional* em 2006 e 2010. Em 2006, a divulgação, por meio de um delegado da Polícia Federal, às vésperas do primeiro turno, de imagens de pilhas de dinheiro que seriam utilizadas por membros da equipe da campanha do candidato do PT para a compra de um dossiê que incriminava o então candidato adversário Geraldo Alckmin foi apontada por muitos analistas como a grande responsável pela ocorrência do segundo turno da eleição⁹⁷.

Já em 2010, a cobertura do episódio em que o candidato da oposição, José Serra, teria sido agredido na cabeça por uma bolinha de papel (ou por uma fita crepe) jogada por militantes do PT em atividade pública foi alvo de intenso debate (outros telejornais mostraram imagens com versões diferentes da apresentada pelo *Jornal Nacional*. Nas edições subsequentes, o telejornal da Globo levou ao ar, inclusive, um perito em imagens bastante conhecido do público desde o caso PC Farias, Ricardo Molina, para referendar a existência do objeto, que estava sendo colocada em dúvida).

Por outro lado, é visível o esforço da Rede Globo em estabelecer formas de diálogo com sua audiência e, principalmente, com o público especializado (analistas de mídia, pesquisadores, professores e estudantes de Comunicação)⁹⁸. Esta

⁹⁶ Cf. Bonner (2009).

⁹⁷ Para mais detalhes sobre este episódio e sobre a discussão a respeito do papel da mídia (para muitos considerada como derrotada perante a vitória de Lula em 2006) e do jornalismo do *Jornal Nacional* nesta eleição, cf. Guazina (2006), Salles (2006) e Lima (2007a e 2007b).

⁹⁸ Note-se a constante presença de Fátima Bernardes e William Bonner em revistas de celebridades e outras mídias (HAGEN, 2008).

aproximação tem sido feita de maneira organizada. Uma das ações é o projeto Globo Universidade, que desde sua criação em 1999, fomenta cursos, palestras e outras atividades conjuntas com as universidades brasileiras (como forma de buscar novos profissionais nas escolas de comunicação, mas também de expressar seus pontos de vista para este público).

Outra ação é a consolidação em publicações impressas e em DVD do projeto Memória Globo, com especial destaque para a comemoração dos 35 anos do *Jornal Nacional*. O telejornal da Globo é objeto de dois livros (*Jornal Nacional faz história*, de 2004, e *Jornal Nacional: modo de fazer*, de 2009) e do DVD *JN* (uma coleção de séries especiais, reportagens, entrevistas com os apresentadores e bastidores da produção).

Registre-se ainda a decisão de responder diretamente às críticas de analistas de mídia ou de outros meios de comunicação por meio de respostas públicas. Isto aconteceu, por exemplo, no caso das eleições de 2006, quando Kamel publicou respostas às críticas da revista *Carta Capital* no site *Observatório da Imprensa* e no próprio jornal *O Globo* sobre o destaque dado à cobertura do vazamento de um delegado da Polícia Federal que divulgou imagens de pilhas de dinheiro que seria utilizado para comprar um dossiê contra o candidato Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (episódio já mencionado aqui).

O caso teria recebido uma superexposição em comparação com a omissão de notícias sobre o desastre aéreo que vitimou todos os passageiros do voo da companhia aérea Gol, depois de um choque com um jato da Embraer recém comprado por uma empresa norte-americana e dirigido por pilotos dos Estados Unidos⁹⁹.

Outro momento revelador desta nova política de defesa pública de suas opções editoriais foi a resposta dada por William Bonner ao professor da USP Laurindo Leal Filho no caso que ficou conhecido como o episódio Homer¹⁰⁰. Em artigo publicado na revista *Carta Capital*, Leal Filho questionou o fato de que Bonner tivesse comparado o espectador médio do *Jornal Nacional* com o personagem Homer, durante uma

⁹⁹ O acidente entre o avião da Gol e o jato *Legacy* em rota entre Manaus e Brasília ficou conhecido como um dos mais graves acidentes da história da aviação brasileira e levou a uma sucessão de questionamentos em relação ao sistema aéreo nacional, e à crise de órgãos como a Infraero depois do chamado Apagão Aéreo (constituído de atrasos e cancelamentos de voos e suspeitas sobre a credibilidade do sistema de monitoramento do espaço aéreo brasileiro).

¹⁰⁰ Em referência ao personagem Homer Simpson, do *cartoon* televisivo *Os Simpsons*. Homer é conhecido por ser um pai de família limitado intelectualmente.

reunião entre os editores do telejornal com a presença de alunos da USP na própria Rede Globo, (LEAL FILHO, 2006).

Em resposta, Bonner procura contextualizar a comparação Homer – telespectador médio a partir da necessidade de tornar os textos mais claros para a audiência, reforçando o papel pedagógico do telejornal como explicador do mundo. Ao mesmo tempo, porém, classifica o episódio como um ataque de cunho político e publica mensagens eletrônicas de apoio à sua posição (BONNER, 2009).

Além disso, o telejornal tem se caracterizado, desde 2002, por apresentar séries de reportagens sobre a diversidade cultural do país e sobre as iniciativas de cidadãos para melhorar a vida de comunidades ou grupos mais carentes de atenção do Estado. Um exemplo de aproximação do telejornal com sua audiência foram as séries *JN nas Estradas* (em que repórteres atravessavam o país a partir da BR-101, do Ceará ao Rio Grande do Sul e vice-versa, mostrando as condições das estradas e também de vida da população), *Identidade Brasil* (que mostrava as riquezas culturais regionais) e *Brasil Bonito* (sobre as iniciativas de desenvolvimento sustentável e inclusão social).

As modificações editoriais, o maior espaço à política e a preocupação em defender publicamente as decisões editoriais mostram uma tentativa de reposicionamento do telejornal com a audiência e o mercado. Esta tentativa de adequação aos novos tempos já havia sido identificada por Porto (1997) no discurso dos responsáveis pelo telejornal, mas de lá para cá, as mudanças nem sempre foram na mesma direção (vide o polêmico destaque dado para as estripulias sexuais de macacos no Zoológico de Brasília, em 1998, e para o nascimento da filha da apresentadora Xuxa, no mesmo ano). Em muitos momentos, a opção editorial foi por notícias de *fait divers* (LIMA e GUAZINA, 2004).

William Bonner explica este movimento de mudança da linha editorial em entrevista à pesquisadora Isabel Travancas:

(...) Nesse período de setembro de 1999 até 2004, nós reintroduzimos alguns temas no JN que estavam afastados, dado o foco prioritário do jornal na gestão anterior, que durou de 1996 a 1999. Essa gestão deu um foco muito grande ao fait divers, às variedades, à coisas mais leves. E, de 1999 para cá, eu procurei retomar alguns temas do hardnews que estavam muito diluídos no jornal. Num primeiro momento, economia, macroeconomia; num segundo, política, decisões políticas, negociações, discussões

políticas. Num terceiro momento, ano da eleição¹⁰¹, foi política partidária. Foi um ano eleitoral importante e a gente deu uma cobertura ampla. E, após a eleição, a gente começou a cobrir cultura, que estava meio esquecida no JN" (TRAVANCAS, 2007, p. 130).

Uma vez que também a sociedade brasileira tem se transformado nos últimos anos, com modificação, inclusive, das condições concretas de vida de boa parte da população (vide a ascensão da Classe C a um universo de acesso aos bens de consumo e aos bens simbólicos) e outros indicadores econômicos, a Rede Globo, como empresa, buscou se adaptar aos novos tempos, readequando-se aos novos cenários político-econômicos e tecnológicos.

Junte-se a isso a consolidação de importantes aspectos da democracia brasileira, como a realização sistemática de eleições legítimas ao longo dos últimos anos e maior organização e participação da sociedade civil nos rumos do país, inclusive por meios virtuais (blogs, sites e redes sociais na internet) (LIMA, 2007a e 2007b, PORTO, 2011).

Assim, a equipe responsável pela orientação editorial do *Jornal Nacional* também saiu em busca de um discurso organizado de reposicionamento do telejornal em termos de credibilidade e de identidade com os anseios da população. Este discurso foi fundamentado em torno da ideia de responsabilidade social da empresa e do telejornal (LIMA e GUAZINA, 2006).

Esta responsabilidade social viria da adesão ao profissionalismo e ao “bom jornalismo”, identificado como isento, correto, claro e plural. A nova concepção significava fazer um jornalismo “informativo” que serviria para que as pessoas “formem opinião”, mas claramente identificado com a noção de utilidade social ou utilidade pública, como pode ser observado nas palavras do editor-chefe William Bonner:

"O Jornal Nacional é um produto da Central Globo de Jornalismo, que é uma divisão, um núcleo de trabalho, de produção da Rede Globo de Televisão, que é uma empresa com grande percepção de sua responsabilidade social. Hoje (...) enxerga-se a Rede Globo de Televisão como uma empresa verdadeiramente engajada em produtos que contenham utilidade social e isso flui naturalmente porque este conceito de responsabilidade social está entranhado nos ossos dos profissionais da Globo,

¹⁰¹ Refere-se às eleições presidenciais de 2002.

sobretudo na área de jornalismo, que é uma área de utilidade pública por excelência (in LIMA e GUAZINA, 2006, p. 147).

O conceito de responsabilidade social, como lembram Lima e Guazina (*idem*), não é novo e vem sendo aplicado por empresas brasileiras há alguns anos. Ele surgiu no século XIX, nos Estados Unidos e Inglaterra, associado às ideias da filosofia do utilitarismo e a autores como Bentham e John Stuart Mill. De caráter normativo, baseia-se na crença de que qualquer indivíduo que goze de liberdade tem obrigações para com a sociedade.

Sob a ótica da responsabilidade social, a mídia pode servir ao sistema econômico e ao objetivo de obtenção de lucro, mas também deve promover o processo democrático e o esclarecimento do público. Um dos fenômenos decorrentes da adoção do conceito pela mídia norte-americana, por exemplo, foi a produção de códigos de comportamento para os jornalistas e de autorregulamentação para o rádio e a televisão¹⁰².

Esta visão também levou à constituição da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, presidida por Robert Hutchins, em 1947, nos Estados Unidos, cujo relatório foi a base do que ficou conhecido mais tarde como a teoria da responsabilidade social da imprensa. As normas constantes no relatório (tais como propiciar relatos fiéis e exatos, separar notícias de opinião, apresentar pontos de vista contrários, assumir um papel educativo, etc.) constituíram-se na origem dos critérios profissionais e do chamado “bom jornalismo” (regido pelos valores da objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões e interesse público). Tais critérios fundamentaram o jornalismo adotado nos Estados Unidos e em muitos países como o Brasil, tornando-se a concepção dominante do que seja a profissão.

Declarar-se adepto ao discurso do “bom jornalismo”, é claro, não significa colocá-lo em prática. De qualquer maneira, o que importa neste capítulo é destacar como o *Jornal Nacional* vem se transformando ao longo dos últimos anos a fim de garantir seu papel de centralidade na história brasileira e na política nacional. Pois é exatamente neste contexto que viria a se realizar a cobertura do Escândalo do Mensalão em 2005. Aliado às transformações decorrentes da busca por um novo posicionamento, o que estava em jogo era a credibilidade do telejornal como órgão eminentemente jornalístico – e, portanto, confiável.

¹⁰² Sobre a aplicação do conceito no Brasil e em outros países, ver Paulino (2008).

Bucci (2010), ao discutir a cobertura do *Jornal Nacional* na última campanha eleitoral de 2010, afirma que

"Num tempo que festeja o livro digital, celebra as redes sociais, reverencia o celular como prodígios tecnológicos e como realização de todas as utopias democráticas, a televisão, a velha, a manjada, a previsível televisão de todo santo dia ainda é o centro do espaço público nacional. Não tem jeito. E se a televisão é o centro de gravidade, a Rede Globo ainda é o centro do centro. Quanto ao JN, ele é o centro do centro do centro. Gostem ou desgostem, é assim".

No mesmo artigo, Bucci recupera dados de um levantamento realizado em junho de 2010 pelo Instituto de Pesquisa Meta, a pedido da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, sobre os hábitos de informação da população. Doze mil pessoas em 924 pontos do País foram entrevistadas e revelaram dados que impressionam. Para 73,6% dos entrevistados, os telejornais são o principal veículo informativo sobre atos do Governo Federal. De outro lado, para 33,7%, Bonner é o apresentador mais confiável. Depois dele, vêm Fátima Bernardes, com 18,15, e Boris Casoy, da Bandeirantes, com 4%.

É para obter resultados como este, mantendo seu lugar de referencialidade – e sua audiência – que o *Jornal Nacional* tem centrado seus esforços. Vamos ver, agora, como este novo *Jornal Nacional* é definido por seus principais responsáveis.

a) O *Jornal Nacional* por ele mesmo

No prefácio do livro *Jornal Nacional: a notícia faz história* (2004), João Roberto Marinho, então vice-presidente das Organizações Globo e presidente do Conselho Editorial, afirma que o *Jornal Nacional* é, ao mesmo tempo, herdeiro de uma tradição jornalística de sua própria família e do modelo norte-americano de se fazer jornalismo.

Para Marinho, o alcance da Rede Globo, presente em todos os estados brasileiros, e o tamanho de sua equipe de jornalistas, com 4.500 profissionais trabalhando no Brasil e no exterior, garantiria *um olhar brasileiro sobre o mundo*. Especialmente o *Jornal Nacional* seria esta vitrine, com suas décadas de liderança de

audiência, por aliar qualidade jornalística (identificada pelo autor como isenção, agilidade e correção) com a adaptação aos novos tempos tecnológicos.

Ao final do livro, no capítulo sobre os 35 anos do telejornal, faz-se uma análise sobre passado e futuro. Nela, afirma-se que se o telejornal faz sucesso é porque o *povo acredita nele* (p. 392). É a manutenção desta confiança que permeia o discurso dos jornalistas responsáveis pelo *Jornal Nacional*. A credibilidade advinda de um bom jornalismo (identificado como objetivo, isento, correto; isto é, com o *ethos* profissional, conforme vimos no capítulo I) está no cerne das explicações sobre o próprio telejornal.

Ainda na entrevista a Travancas (2007), William Bonner comenta que as transformações do telejornal e a opção pela *hardnews*, inclusive com coberturas de guerra, e indicações a prêmios internacionais, mostravam, naquele momento, que o *Jornal Nacional* não tinha de provar mais nada para ninguém¹⁰³: "Não temos de fazer esforço para mostrar que somos independentes porque somos independentes. Temos provado isso constantemente. Temos coberto todos os assuntos. Não há assuntos proibidos, não há favorecimento a ninguém" (p. 131).

Por outro lado, esta independência conquistada, segundo a avaliação de Bonner, era justamente o que possibilitava ser jornalista com a noção de responsabilidade social e de uso do poder de forma consciente (isto é, identificada com o papel de *watchdog*):

"Queremos dar furos. Somos um produto jornalístico e somos o produto jornalístico de maior importância hoje no Brasil e não adianta negar isso. Nós atingimos um público maior do que qualquer jornal de papel e nós falamos para um público que é iletrado. Infelizmente, nós somos a única fonte de informação. É o único ponto de contato. É uma responsabilidade brutal. Feliz do país que tem uma situação indesejável como essa sendo administrada por pessoas com as preocupações que nós temos aqui. Nós TV Globo. É uma empresa com grande noção de responsabilidade social. A gente sabe exatamente o poder que a gente tem. E usa isso para o bem. Como eu falo, às vezes, brincando: Não somos maniqueístas, mas se alguém tiver que

¹⁰³ Estas declarações estão em um contexto de resposta às críticas que o *Jornal Nacional* recebeu pela opção editorial de enfatizar as notícias leves.

ser bonzinho, nós somos os bonzinhos. Os outros não." (p.131).

Ainda que não mencione especificamente a relação com a política nem questione, por exemplo, as razões de tanto poder ao *JN* (por exemplo, decorrente historicamente de um monopólio nas comunicações), é possível notar no posicionamento do editor-chefe do *Jornal Nacional* a incorporação do *ethos* jornalístico e a sua defesa – não só do ponto de vista dos jornalistas, mas de toda a empresa.

Em seminário sobre os 35 anos do *Jornal Nacional* realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política - NEMP da Universidade de Brasília, em 30 de março de 2005, Bonner já havia definido sua equipe e o próprio telejornal, para uma plateia de estudantes e professores de jornalismo, com as seguintes palavras: "Não somos oposicionistas nem governistas, somos jornalistas". No entanto, como temos tentado problematizar neste estudo, e como fica evidente na brincadeira sobre ser "o bonzinho", ser jornalista implica sim em um posicionamento sobre o mundo, que, muitas vezes, é dado pela oposição.

Ali Kamel, ao defender a polêmica cobertura sobre o vazamento das fotos feito por um delegado da Polícia Federal que supostamente incriminava a campanha do PT nas eleições de 2006 e a omissão em relação ao acidente com o avião da Gol (episódio que já mencionamos aqui), dá indícios de que ser jornalista, no entendimento da equipe do *Jornal Nacional*, implica em assumir uma bipolaridade em relação à política, mesmo que seja a partir de uma negativa. Diz ele:

"Não sou movido por paixões políticas; meu compromisso é apenas com minha profissão: relatar os fatos, com correção e imparcialidade, não importando se beneficiam ou prejudicam esta ou aquela corrente política. (...) Políticos passam. Eleições chegam ao fim. Mas o nosso trabalho jornalístico é diário e avança nos anos" (LIMA, 2007a, p. 273)¹⁰⁴.

Não vamos retomar a polêmica sobre esta cobertura, apenas trazemos as declarações de Kamel na medida em que nos ajuda a compreender melhor de que

¹⁰⁴ Originalmente, a resposta de Ali Kamel às críticas à cobertura do *Jornal Nacional* no episódio (que rendeu várias matérias em *Carta Capital*) foi publicada como matéria paga na edição nº 416 da revista, de 25/10/2006, e reproduzida no site Observatório da Imprensa, edição nº 403.

forma os responsáveis pelo *Jornal Nacional* definem seu próprio papel. É, portanto, no contexto destas transformações do *Jornal Nacional* e do entendimento do que seja jornalismo que a cobertura do Escândalo do Mensalão foi produzida, onde a divulgação de denúncias de corrupção e a revelação de atividades suspeitas de políticos tornou-se o centro do noticiário.

O compromisso explícito com a responsabilidade social, expresso no foco pelas *hardnews*, na adoção dos valores de um jornalismo objetivo e, ao mesmo tempo, pedagógico, com a missão de utilidade pública, indicam como o telejornal da Globo buscou legitimar-se a partir da subcultura jornalística, reafirmando sua autonomia como jornalismo “de verdade”, não mais “chapa branca” ou voltado para o entretenimento (*fait divers*). É exatamente este movimento que permitiu a realização de uma *cobertura adversária*, impactando nas relações entre jornalismo e política durante o Escândalo do Mensalão. No próximo capítulo, vamos mostrar como esta cobertura foi realizada no período da amostra, a partir da análise de seus enquadramentos.

Capítulo VIII – Jornalismo *versus* política: a cobertura do *Jornal Nacional* ao Escândalo do Mensalão

Neste capítulo, vamos mostrar como se constituiu a cobertura sobre o Escândalo do Mensalão durante os meses de junho, julho e agosto de 2005, a partir da análise dos enquadramentos que expressam as principais ideias organizadoras do telejornal.

Ao longo dos quase três meses, a cobertura acompanhou de perto o trabalho das CPIs, especialmente da CPMI dos Correios (inclusive as diligências em outros estados para ouvir testemunhas e investigar *in loco*), do Conselho de Ética e da Corregedoria da Câmara dos Deputados, além das repercussões no governo (no Palácio do Planalto, nos ministérios e nas viagens do presidente Lula) e nos partidos (especialmente ao PT, que enfrentou divergências na Executiva Nacional e entre seus membros, com saída de vários dirigentes e nova eleição para a presidência).

O *Jornal Nacional* também cobriu as investigações feitas pela Polícia Federal, a ação da Justiça (em particular, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu vários *habeas corpus* aos depoentes nas CPIs) e deu destaque às denúncias publicadas em outros jornais e revistas, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *O Globo*, *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. Em várias edições, as denúncias divulgadas pela mídia estruturaram o telejornal. Em outros casos, o telejornal partiu do pressuposto de que a audiência já tinha conhecimento da denúncia e enfatizava o desenrolar dos acontecimentos.

Interessante observar que o telejornal buscou o furo de reportagem, utilizando, muitas vezes, a capacidade de mobilização de repórteres em vários lugares do Brasil para ir atrás de informações. Repórteres da Bahia, por exemplo, foram checar a informação de que Marcos Valério possuía fazendas no interior do estado. Já repórteres de São Paulo levantaram como a empresa GDK, que havia participado de licitações do governo, teria presenteado o então secretário do PT, Silvio Pereira, com um jipe Land Rover. No caso de Minas Gerais, sede das empresas de Marcos Valério, vários repórteres se alternaram no acompanhamento das investigações relativas às operações contábeis e ao possível descarte de documentos por parte de colaboradores do empresário.

De acordo com nossas escolhas metodológicas, analisamos a amostra de 547 matérias (entre reportagens, entrevistas, notas, editoriais e comentários) sobre as denúncias do mensalão. Baseado no conceito de enquadramento que adotamos em nossa pesquisa, procuramos identificar a lógica sob a qual as matérias foram produzidas, avaliando o destaque dado pelo telejornal a cada matéria na estrutura da edição do dia (na escalada) e a ênfase das informações na abertura ou no fechamento (pé) das matérias.

Também buscamos identificar as possíveis atribuições de responsabilidade e o julgamento moral, expressos, principalmente, pelo uso de palavras-chave, frases-chave, verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre as frases. Além disso, mapeamos as ênfases no conteúdo nas matérias (texto e imagem) e a indicação de solução nas falas dos repórteres, apresentadores ou mesmo das fontes. Neste caso, as falas funcionavam como um fechamento de sentido da matéria ou uma explicação do fato noticiado, reforçando a ideia organizadora dominante.

Durante a análise, pudemos observar, por exemplo, como palavras-chave como "mensalão", "malas", "dinheiro" (neste caso, também as imagens) foram utilizadas como fios condutores de significado das matérias. As palavras foram usadas, inclusive, em casos de denúncias de corrupção que não tinham relação direta com a acusação de Roberto Jefferson de pagamento de mensalão a deputados (como, por exemplo, no caso das denúncias de transporte de malas de dinheiro por deputado do PL e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD), mas serviram como uma espécie de sinônimo de corrupção.

Também foi possível mapear como o uso de repetições de imagens (especialmente de trechos de entrevistas e de fotos dos acusados) e de palavras contribuiu para conduzir as matérias ao longo das edições. Muitas vezes, as reportagens dos dias seguintes retomavam as declarações mais fortes dos depoentes das CPIs ou dos entrevistados como forma de demonstrar as contradições dos personagens ou de reforçar o sentido das matérias.

Foram utilizados ainda verbos e expressões que denotavam suspeição com relação aos principais acusados, tais como "jurou", "quis mostrar", "usou como estratégia". Na maioria das vezes, os acusados "negavam", "confirmavam" ou "confessavam". O uso de gravações de câmeras escondidas e de áudio das entrevistas também contribuiu para reforçar um tom de gravidade à cobertura.

Por outro lado, também foi utilizada a reprodução de documentos com trechos destacados (especialmente, os que se referiam a valores, nomes de pessoas e assinaturas). Tal recurso conferiu "autenticidade" às provas documentais apresentadas e complementou o tom de gravidade da cobertura.

A maior parte das matérias que mostraram os trabalhos das CPIs partiu de declarações dos depoentes (acusados ou testemunhas) ou de declarações dos parlamentares que faziam parte das Comissões, em particular, da CPMI dos Correios - o presidente, senador Delcídio Amaral (PT), e o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB). Também foram ouvidos, com frequência, os presidentes dos partidos envolvidos nas denúncias (PL, PP, PTB, PT), os líderes da oposição (PSDB e PFL) e do governo (PT), e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

A seguir, vamos analisar os enquadramentos que constituíram o conjunto da cobertura do *Jornal Nacional* durante o Escândalo do Mensalão. É preciso ressaltar que a suspeição – isto é, a desconfiança – foi o fio condutor do noticiário no período. A maioria das edições caracterizou-se pela ênfase nas denúncias, com destaque nas manchetes e na abertura da maioria das reportagens. A partir delas é que os atores envolvidos se posicionavam como fontes, defendendo-se ou acusando, confirmando ou negando, avaliando ou julgando os acontecimentos.

Ao longo da cobertura, foi possível identificar que a confiança/desconfiança na política foi um fator orientador na produção das notícias, perpassando a organização do noticiário. A desconfiança fica clara na desqualificação da política e dos políticos, a partir dos seguintes enquadramentos:

a) A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos "perus bêbados"

Logo no início do período estudado, no dia 06/06/2005, primeiro dia de nossa análise, o telejornal abriu com a manchete de que Jefferson, “*acusado de corrupção, parte para o ataque e agrava a crise política em Brasília*”. A acusação em destaque no telejornal foi de que o PT estaria pagando mesada a deputados para votar com o governo. Para o telejornal, Jefferson agravou a crise, decidindo "atacar" depois de ter sido, ele próprio, “*acusado de usar apadrinhados em postos-chave do governo para arrecadar dinheiro para o partido dele*”.

No dia 06/06/2005, referindo-se Jefferson, o uso da expressão “*partiu para o ataque*” demonstra como a política foi delineada como conflito, um dos aspectos centrais da cobertura¹⁰⁵. No dia seguinte (07/06/2005), o telejornal enfatiza, na manchete de abertura, que o governo e o PT resolveram apoiar a instalação da CPI dos Correios, alterando, então, de “*estratégia*”, pois antes estariam tentando evitá-la. Em outras edições também são utilizadas palavras como “defesa”, “recuo” (do governo), “ofensiva”, “trégua” ou “capitulação”.

Esta ideia de política como estratégia, recuos e ofensivas, fica mais evidente nas matérias que mostram as disputas entre o governo e a oposição durante os trabalhos das CPIs. As matérias ressaltam as tensões, os bate-bocas, os jogos de cena (inclusive o aspecto folclórico de Roberto Jefferson cantando em casa, após fazer as denúncias) e as estratégias dos atores políticos envolvidos, no sentido de que nem sempre estão interessados que a verdade apareça. Os enquadramentos aparecem, por exemplo, em matérias dos dias 09, 10, 11, 15 e 20/06/2005 e nos dias 10 e 25/08/2005.

Na edição do dia 09/06/2005, o *Jornal Nacional* enfatizou a falta de acordo entre governo e oposição para instalar a mesa da CPMI dos Correios. Logo na abertura da reportagem (de 3'15"), o repórter anuncia que as negociações começaram cedo e os partidos de oposição escolheram um candidato, que não foi aceito pelo governo. Em seguida, duas fontes (o vice-líder do PT, deputado José Eduardo Cardoso, e o líder do PFL, senador César Borges, revezam-se, confirmando os posicionamentos de um e outro. O repórter, porém, caracteriza a negociação política por parte do governo como não seguidora de regras (no caso da tradição do Senado):

REPÓRTER: Pela tradição do Senado, governo e oposição se alternam na presidência e relatoria das CPIs. Se fosse seguir a regra, caberia à oposição a relatoria. Mas os governistas querem ficar com os dois cargos.

Ainda nesta matéria, o repórter caracteriza a primeira reunião da CPI como “*marcada pela disputa*” e “*com bate-boca*”. Uma fonte da oposição, o líder do PFL, Senador José Agripino Maia reafirma o nome indicado por seu partido para a relatoria (o senador César Borges), uma vez que, se não o fizesse, “*poderia parecer à sociedade que nós capitulamos, que estamos participando de uma farsa*”.

¹⁰⁵ Esta análise está presente em Motta e Guazina (2010).

Na edição do dia 10/06/2005, por exemplo, foi veiculada matéria (de 3'37") sobre as discussões entre o governo e a oposição na disputa pelo comando da CPMI dos Correios. Logo na abertura, o apresentador enfatiza o aspecto da formulação de estratégia para garantir o protagonismo político:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: No Congresso, houve uma trégua hoje nas discussões entre oposição e governo. Deputados e senadores preparam estratégias para as disputas sobre investigações na CPI dos Correios e sobre o mensalão.

Uma das fontes, no início da reportagem, afirma que o governo adota a estratégia da manipulação:

REPÓRTER: Tudo em compasso de espera. Oposição e governo têm até terça-feira para um entendimento. Senão, a disputa pelo comando da CPI dos Correios vai ser no voto. E a outra proposta do governo de criar uma CPI para investigar o mensalão retroativo à 97, foi publicada hoje no Diário da Câmara com 200 assinaturas de aliados. Mas ainda depende de aprovação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Quando você amplia demais, se perde e não chega a lugar algum. De um lado, o governo adota a estratégia da manipulação, tentando impor o comando, tanto com relatoria, quanto com presidência, e de outro lado, a estratégia da obstrução.

Na sequência, a reportagem traz a fala de uma fonte do PT, que reclama das acusações de Jefferson terem mostrado o Parlamento como se estivesse podre, sem responder, no entanto, à fala da fonte da oposição:

REPÓRTER: Até agora, foram apresentados 11 requerimentos contra o deputado Roberto Jefferson acusado de comandar um esquema de cobrança de propina nos Correios e autor da denúncia de pagamento de mesada pelo PT para deputados do PL e do PT. A expectativa é o depoimento dele.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Ele vai ter que trazer à luz do dia aquilo que está insinuado, como se o Parlamento estivesse podre. Eu acho que se tem uma banda podre, que se corte a banda podre. Agora, que se respeite as pessoas de bem.

REPÓRTER: Hoje, o vice-presidente da República, José Alencar, defendeu a apuração das denúncias.

JOSÉ ALENCAR / VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Eu acho que deve ser objeto de uma investigação muito dura, porque isso não pode acontecer.

Em seguida, o repórter informa que Jefferson voltou a cantar em seu apartamento, destacando o aspecto teatral do político.

REPÓRTER: O PFL pediu, mas Roberto Jefferson não quis a proteção pessoal da polícia da Câmara. Preferiu segurança no prédio onde ocupa apartamento funcional.

Lá, o único morador não tem vizinhos. Três agentes vão se revezar 24 horas por dia. E seis agentes deverão acompanhar o deputado no depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, na terça-feira. Hoje, ele voltou a cantar. O deputado Roberto Jefferson continua trancado em casa. Ele vai passar o fim de semana preparando a defesa e diz que vai ser minuciosa, cheia de provas documentais, mas não revela o que realmente tem. Para alguns deputados, ele deu a entender que tem fitas gravadas e para outros, disse que não é araponga. Ministros e líderes trabalham para convencer especialmente o PSDB da necessidade de poupar o governo de ataques políticos. O presidente Lula fez ontem um apelo aos presidentes da Câmara e do Senado para que mantenham as votações, apesar da CPI.

Nesse mesmo trecho, é possível identificar como há desconfiança em relação a Jefferson ao longo do noticiário. No entanto, se Jefferson é mencionado como uma fonte contraditória e nem sempre digna de confiança (pois também foi denunciado), suas acusações acabaram por nortear a cobertura (como veremos adiante). Ao final, a reportagem traz o presidente do Senado, Renan Calheiros, falando sobre as ações do presidente Lula, e nota do apresentador sobre o pedido do PFL para investigação do tesoureiro Delúbio Soares no Ministério Público Federal.

Já em edição de 14/07/2005, no auge das investigações pela CPMI dos Correios, a política aparece como espaço da discussão, da tensão, da briga, do conflito¹⁰⁶ (que nem sempre é verdadeiro, mas pode ser criado artificialmente conforme os interesses dos atores nas investigações). Em matéria de 2'10", por exemplo, a política é caracterizada na fala das fontes como um jogo de ação e reação entre governo e oposição, onde o governo não é digno de confiança (note-se a fala do repórter que enfatiza a desconfiança da oposição):

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: A CPI dos Correios aprovou hoje a nova convocação do empresário Marcos Valério e a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de funcionários dele. A discussão sobre o sigilo de ex-dirigentes petistas provocou discussões na CPI.

REPÓRTER: O dono da empresa Skymaster, responsável pelo Correio aéreo noturno, reconheceu que tratou de interesses comerciais com o ex-secretário do PT, Silvio Pereira.

LUIZ OTÁVIO GONÇALVES / EMPRESÁRIO: Pedi a ele que tentasse colocar isso numa instância superior - no caso seria o ministro -, para que eu tivesse uma audiência, para que levasse isso a uma instância superior porque eu estava me sentindo prejudicado.

REPÓRTER: Hoje os parlamentares aprovaram o que era consenso, como a nova

¹⁰⁶ Cf. mais detalhes sobre o conflito como categoria estruturante das narrativas na cobertura do *Jornal Nacional* sobre o Escândalo do Mensalão em Motta e Guazina (2010).

convocação do empresário Marcos Valério, prevista para agosto. Mas na hora que a oposição quis antecipar a votação de pontos considerados críticos pelo governo, o PT não aceitou e a oposição reagiu.

ONYX LORENZONI / DEPUTADO FEDERAL (PFL-RS): Na verdade, há em ação uma operação abafa do governo. Ele não deseja, por exemplo, que a gente traga aqui o Gushiken e sua equipe da Secom.

MAURÍCIO RANDS / DEPUTADO FEDERAL (PT-PE): Não tememos qualquer requerimento polêmico, o que não aceitamos é que a CPMI seja transformada em jogo de cena político.

REPÓRTER: O desentendimento aumentou no debate sobre informações sigilosas. O PT, por meio de uma carta, abriu mão dos dados bancários dos ex-dirigentes do partido para evitar a quebra do sigilo pela CPI. A oposição disse que o documento não tem valor legal. O senador petista Sibá Machado, que trouxe a carta de José Dirceu, e o deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, que duvidou da validade, se enfrentaram. A sessão teve que ser encerrada.

DELCÍDIO AMARAL / PRESIDENTE DA CPI DOS CORREIOS: Agora é tomar um suco de maracujá porque na próxima semana tem mais.

REPÓRTER: A CPI vai montar três subcomissões para analisar contratos, documentos fiscais e tributários e movimentação financeira. Amanhã, o comando da CPI vai finalmente ao Banco Central cobrar pressa na liberação de documentos dos envolvidos. Na semana que vem, vão depor os ex-dirigentes do PT, Delúbio Soares e Silvío Pereira.

Ao longo do noticiário sobre o escândalo, a política foi caracterizada como o espaço da manobra, bate-boca, confusão e do tumulto, ações deliberadas que pretendiam dificultar as investigações (em uma superexposição dos atores políticos). No dia 05/07/2005, por exemplo, em matéria de 4'34" sobre os acontecimentos durante o depoimento de "arapongas que participaram das gravações que mostram o ex-funcionário da estatal, Maurício Marinho, recebendo dinheiro" e a concessão de *habeas corpus* pelo STF para que Marcos Valério não corresse o risco de ser preso em depoimento no dia seguinte, na CPMI dos Correios, o repórter vai logo afirmando que "o rumo das investigações da CPI gerou um bate-boca na sessão de hoje". Na edição do dia 10/08/2005, houve ênfase a este aspecto tanto na escalada (manchetes) quanto na abertura da matéria (de 3'51").

A reportagem mostrava como uma nova lista de pessoas que teriam recebido dinheiro das empresas de Marcos Valério (parlamentares e assessores incluídos) provocou tumulto na sessão conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão, onde o publicitário Cristiano Paz, então sócio de Marcos Valério na agência de comunicação SMP&B, prestava depoimento sobre os empréstimos que Valério teria feito ao PT, por meio de suas empresas, para pagamento de dívidas de campanha, e sobre a existência ou não do mensalão.

Outras listas já haviam sido divulgadas no decorrer das investigações. A matéria enfatiza, porém, que a lista teria sido falsificada e colocada, ilegalmente, nos documentos enviados pelo Supremo Tribunal Federal – STF às CPIs. O deputado Paulo Pimenta, do PT, seria o responsável pela confusão, ao tentar "jogar lama em todos" (nas palavras do deputado Rodrigo Maia, do PFL).

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: O publicitário Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério, está depondo nas CPIs dos Correios e do Mensalão. No início da sessão conjunta das CPIs uma nova lista de pessoas que teriam recebido dinheiro das empresas de Valério provocou tumulto.

REPÓRTER: A confusão começou antes mesmo das primeiras perguntas ao depoente. O deputado Paulo Pimenta, do PT, disse que se reuniu ontem à noite, na garagem do Congresso, com Marcos Valério, após o depoimento do empresário à CPI do mensalão. Ficaram sozinhos dentro do carro, quando Valério teria, então, repassado ao parlamentar o documento que o empresário se recusou a entregar à CPI: a lista de políticos de Minas Gerais que teriam sacado dinheiro das contas da SMP&B, mas que não deixaram recibo.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Eu fui até o carro do Marcos Valério porque o advogado me entregou um documento. Consta uma lista com mais nomes, além dos 79 nomes que ontem foram divulgados.

REPÓRTER: A sessão foi suspensa e na reabertura o deputado voltou atrás. Disse que pegou a lista na mesa da CPI.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Não partiu nem do sr. Marcos Valério nem de seus advogados, o envio dessa lista. A lista estava na mesa.

REPÓRTER: A lista tem os nomes de integrantes de vários partidos que disputaram as eleições em Minas, em 1998. Mas do PT, só aparecem a data e o valor dos saques, nenhum nome de parlamentar. A suspeita é de que a lista tenha sido anexada, ilegalmente, aos documentos enviados pelo Supremo Tribunal Federal. O PSDB pediu a cassação do mandato do deputado Paulo Pimenta por ter mentido à CPI.

ALBERTO GOLDMAN / DEPUTADO (PSDB-SP): Nós vamos fazer uma representação junto ao código de ética para que ele seja penalizado. A pena que é configurada quando o deputado mente é perda de mandato.

RODRIGO MAIA / DEPUTADO (PFL-RJ): Eu acho que é falta de respeito do deputado com os seus pares, falta de respeito dele com a sociedade, porque tenta jogar lama em todos. De fato, a situação dele fica complicada.

REPÓRTER: No depoimento, Cristiano Paz, presidente da SMP&B, disse que sempre esteve ligado à área de criação de publicidade e que nunca administrou a empresa, função exercida por Marcos Valério. Cristiano disse que Marcos Valério informou a ele sobre os empréstimos ao PT e que ele assinou porque confiava no empresário.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Chegavam muitos cheques. Era uma pilha desse tamanho, às vezes até me incomodava. Para mim foi colocado claramente que esses empréstimos seriam pagos.

REPÓRTER: O sócio da SMP&B disse que esteve duas vezes no Palácio do Planalto com o ex-ministro José Dirceu. Em uma vez, também estavam diretores do BMG e na outra do Banco Rural. Os dois bancos que liberaram os empréstimos repassados ao PT. Mas ele negou que soubesse da existência do mensalão.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Não vinha cheque nominal a ninguém eu não me

lembro de ter assinado nenhum cheque com nome de deputado, isso teria me chamado a atenção.

REPÓRTER: Cristiano também negou que conhecesse o policial Davi Rodrigues Alves, que sacou mais de R\$ 6 milhões das contas da SMP&B e que disse à CPI que parte do dinheiro foi entregue a ele na sede da empresa.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Tomei o maior susto da minha vida. Chamei o outro sócio meu, Ramon. Que história é essa? Quem é esse David que sacou R\$ 5 milhões para mim. Onde está esse dinheiro?

REPÓRTER: E como o empresário Marcos Valério, Cristiano também disse estar arrependido.

CRISTIANO PAZ / PUBLICITÁRIO: Hoje eu vejo que foi um erro.

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: O presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando, disse há pouco que a nova lista apresentada hoje é falsa. O depoimento de Cristiano Paz ainda não terminou.

Em alguns momentos da cobertura, a política também foi caracterizada como se fosse uma telenovela ou série de ficção, em que a dramatização é o elemento mais importante. No entanto, é um drama com cargas de ironia e suspense para a audiência. Um dos exemplos é no dia 11/06/2005, quando o apresentador Alexandre Garcia anuncia matéria sobre novas denúncias de Roberto Jefferson. Neste dia, o então presidente do PTB havia acusado o PT, em entrevista na *Folha de S. Paulo*, de distribuir o mensalão em malas de dinheiro. Ao se referir às informações sobre as novas acusações, Garcia diz que: "*os detalhes do mais recente capítulo da crise política e as reações ao que disse Roberto Jefferson você vai ver daqui a pouco*".

Outro exemplo eloquente é o comentário de Arnaldo Jabor na edição do dia 24/06/2005. Para Jabor, a crise "*é uma novela: heróis, vilões, e a mão de Maurício dos Correios embolsando os três contos*".

COMENTARISTA ARNALDO JABOR: Estamos aprendendo sobre o Brasil com esta crise! Que maravilhosos fatos, gestos, caras, diante de nossos olhos. É uma novela: heróis, vilões, e a mão de Maurício dos Correios embolsando os três contos? E os shows de teatro de Jefferson? E as caras trêmulas dos acusados sob seu dedo em riste e seu olho duro? É a viagem pelos intestinos da Pátria, como isso é bom!

O PT caindo na real, o Lula livre das babás leninistas. E a revoada dos anjos? Os anjos do mensalão, negando tudo? Oh, Deus, como temos aprendido. E os aumentos de patrimônio, os carrões, os iates, as piscinas, as malas pretas, que aulas de Brasil! As estatais arrombadas, as calúnias, injúrias e difamações, os xingamentos solenes: "vossa excelência é um canalha!"

(O comentarista aponta o dedo, como se estivesse xingando).

E motoristas com sacos de grana, e laranjas, "enrolations". E o melhor: a certeza da urgência da reforma do Judiciário. Essa crise é o verdadeiro espetáculo do nosso crescimento político.

Se a política foi caracterizada como disputa, jogo, bate-boca, drama e conflito,

muitas vezes, ligada à ação em nome de interesses suspeitos (para dificultar as investigações do mensalão, por exemplo), os políticos em geral – sujeitos dessas ações – tornaram-se objeto de caracterizações predominantemente negativas.

No conjunto da cobertura analisada, também ficou evidente a predominância de caracterizações negativas a respeito dos políticos do PT e de partidos da base aliada (PL, PP, PTB), seja pela repetição de adjetivos, seja pela ênfase nas contradições das declarações das fontes, ou ainda pela ênfase na desconfiança entre os próprios atores políticos (em um jogo de acusações e versões, falsidades e mentiras).

A desqualificação dos políticos foi possível de ser observada na definição de que seriam incompetentes, na medida em que, aparentemente, ficavam perdidos ao se defender das denúncias a partir de diferentes versões, sempre com medo de serem acusados por Jefferson. Arnaldo Jabor, por exemplo, define os políticos como "*perus bêbados*", à exceção de Antonio Palocci, como veremos mais à frente. Neste caso, os políticos foram definidos como contraditórios e falsos, uma vez que suas ações ou declarações não correspondiam à verdade na avaliação de seus próprios pares e do telejornal.

A edição do dia 04/07/2005, por exemplo, enfatiza as contradições de políticos acusados de estarem envolvidos com o mensalão. Uma das manchetes da escalada, que destaca a gravidade da crise política após a revelação de que empréstimos teriam sido feitos por Marcos Valério ao PT (como fonte de recursos ao partido, suspeita de ser utilizada para pagamento de mensalão, como veremos mais adiante), destaca que: "*o deputado do PMDB suspeito de envolvimento no mensalão muda a explicação sobre saque no Banco Rural*". O deputado mencionado é José Borba, então líder do partido na Câmara dos Deputados. Seu nome havia sido descoberto em uma das listas de pessoas que teriam sacado dinheiro das contas de Marcos Valério.

A reportagem de 2' 39" enfatiza que o deputado estava sendo pressionado a deixar o cargo em virtude das acusações. E que havia apresentado "*nova versão*" para a visita que fez ao Banco Rural ainda em 2003, "*tudo após a denúncia de ligação entre o PMDB e o esquema do mensalão exibida ontem no Fantástico*". No decorrer da matéria, fica explícita a desconfiança dos companheiros de partido (até como estratégia para não se contaminar com as acusações) e as contradições do deputado. A repórter parte da suspeição em relação a Borba, mencionando que o próprio presidente do PMDB, deputado Michel Temer, "*não coloca a mão no fogo por*

ninguém".

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: O líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba, está sendo pressionado pelo partido a deixar o cargo. Hoje, ele apresentou uma nova versão para a visita que fez ao Banco Rural no fim de 2003. Tudo após a denúncia de ligação entre o PMDB e o esquema do mensalão, exibida ontem no Fantástico.

REPÓRTER: O presidente do PMDB conversou hoje com o líder do partido. O deputado José Borba disse que não está envolvido com mensalão, mas Temer afirmou que não coloca a mão no fogo por ninguém.

MICHEL TEMER / PRESIDENTE DO PMDB: Isso ninguém pode colocar. Você sabe que nessas questões o que é correto é a apuração. A apuração tem que ser feita. Combinei com ele que, na verdade, o ideal seria o eventual afastamento dele até que isto se resolvesse.

REPÓRTER: O nome de José Borba aparece no controle de entrada do Banco Rural, em Brasília. O deputado esteve lá no dia 3 de dezembro de 2003, mesmo dia em que, segundo o relatório do Coaf, houve um saque de R\$ 200 mil na conta da SMP&B, empresa de Marcos Valério. Essa agência do Banco Rural foi apontada por Roberto Jefferson como o lugar onde parlamentares e assessores sacavam o dinheiro do mensalão. Ontem, no Fantástico, a ex-secretária de Marcos Valério informou que o empresário tinha encontros com o líder do PMDB em Brasília e, na véspera, fazia grandes saques de dinheiro.

FERNANDA KARINA SOMAGGIO / EX-SECRETÁRIA DE MARCOS VALÉRIO: Uma vez eu me lembro que ele pegou e saiu com uma mala e foi para Brasília em um avião do Banco Rural. E eu sabia que nessa mala tinha uma quantia, tinha dinheiro.

REPÓRTER: O próprio Marcos Valério confirmou, em depoimento à Polícia Federal, o relacionamento com o deputado José Borba. O líder negou qualquer relação com Marcos Valério.

JOSÉ BORBA / LÍDER DO PMDB NA CÂMARA: Eu conheço Marcos Valério igual o Brasil e a Casa conhecem: en passant.

REPÓRTER: Hoje, José Borba não apareceu no gabinete, nem na liderança do PMDB. Ele já estava em Brasília, mas as secretárias diziam que ele estava viajando. O deputado José Borba procurou o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do partido, Ney Suassuna, e diante das contradições acabou confirmando que conhece Marcos Valério e que trocou algumas informações com ele. Mas disse que não fez nada errado. José Borba apresentou outra versão para a visita que fez ao Banco Rural em dezembro de 2003.

NEY SUASSUNA / LÍDER DO PMDB NO SENADO: Ao Banco Rural ele foi em uma época em que não era líder, era só deputado, e ele foi acompanhando só uma pessoa. Não sei quem era.

No dia 05/07/2005, nova matéria, de 5'19", enfatiza que o líder do PMDB, José Borba, "jogou hoje o partido na fogueira do mensalão. Numa nota em que pretendia se defender das acusações de envolvimento no suposto esquema de corrupção na Câmara, Borba admitiu que se reuniu com o empresário Marcos Valério". Ao longo da reportagem, a repórter afirma que a nota "caiu como uma bomba no já tumultuado

clima do Congresso" e que nem os próprios colegas de partido e da liderança do governo entenderam onde estava a verdade. Nas palavras da repórter, *"o líder do governo leu a nota do aliado e ficou sem saber quem diz a verdade"*.

Na edição do dia 06/07/2005, matéria sobre a crise na cúpula do PMDB gerada pelas negociações com o governo para preenchimento de cargos nos ministérios (durante a reforma ministerial após a queda de José Dirceu) menciona explicitamente a discussão entre os governadores do partido sobre o envolvimento do deputado José Borba com Marcos Valério. Para a repórter, *"os governadores se disseram surpresos e indignados com a atitude do deputado, que negou ter recebido dinheiro do empresário, mas afirmou que discutiu com Marcos Valério e a direção do PT nomeações para cargos do governo. O próprio Marcos Valério desmentiu Borba na CPI dos Correios"*.

Na reportagem, os companheiros do PMDB, como o ex-governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcellos, classificam o quadro político como de *"degradação"*, onde *"um líder de um partido com a história que tem o PMDB estar mentindo publicamente pega muito mal"*. Já o então governador do Paraná, Roberto Requião, afirma que o debate político no Congresso *"é uma questão de polícia"*. Ao final da reportagem, a repórter informa que o deputado Borba entregou a liderança do PMDB na Câmara e *"não apareceu no Congresso"*.

A desqualificação dos políticos se estende ao deputado Roberto Jefferson, personagem principal da cobertura, que detonou o escândalo com suas acusações contra o PT e o governo (principalmente o ex-ministro José Dirceu). Como demonstramos em Motta e Guazina (2010), o caráter ambíguo de Jefferson (como acusado e acusador) foi bastante explorado no telejornal, a partir da ênfase em suas contradições e no fato de que teria agido sob pressão (06/06/2005). Em comentário do dia 07/06/2005, Franklin Martins justifica a ação do presidente do PTB, destacando justamente seu caráter contraditório: *"Acusado pelas denúncias, o deputado Roberto Jefferson acusou uma boa parte da Câmara de receber uma mesada, um mensalão para apoiar o governo. Pode ser verdade, mas também pode ser uma manobra desesperada"*.

Apesar de o telejornal assumir as denúncias de Jefferson como verdadeiras (veremos mais adiante na análise do enquadramento sobre a existência do

mensalão)¹⁰⁷, o então deputado foi caracterizado, muitas vezes, como um político irônico, agressivo e teatral (no sentido de folclórico). Em reportagem do dia 18/06/2005, de 1'51", Jefferson, foi definido logo na abertura pelo apresentador Heraldo Pereira como "*pivô da crise política*", que não compareceu à acareação com Arlindo Molina, um dos envolvidos na gravação "*que mostrou o esquema de propinas nos Correios*".

Segundo o repórter, "*o deputado acusou Molina de tentar chantageá-lo com a gravação. A polícia queria fazer uma acareação entre os dois, mas Roberto Jefferson não apareceu. Estava em casa e foi irônico ao dizer por que não atendeu ao chamado do delegado da Polícia Federal, Luiz Flávio Zamprogna*". Em seguida, aparece a declaração de Jefferson ironizando o delegado por presidir um inquérito político: "*O inquérito do delegado Zé Bronha é um inquérito político. Eu não vou, não. Vou agora usar minhas prerrogativas*".

O aspecto folclórico de cantar em público ou em casa também não passou despercebido na cobertura. Na edição do dia 20/06/2005, por exemplo, reportagem menciona que: "*Roberto Jefferson não perdeu a chance de cantar em público*".

Nas edições dos dias 13/06/2005 e 14/06/2005, a cobertura enfatizou as disputas sobre o comando da CPMI dos Correios e o depoimento de Jefferson no Conselho de Ética da Câmara. Nas matérias sobre o tema, o ex-deputado aparece falando de forma agressiva, acusando outros deputados, como Sandro Mabel, de ter oferecido dinheiro para que uma deputada trocasse de partido, e Waldemar Costa Neto, de ter recebido dinheiro do mensalão. O deputado também enfatiza a distribuição de malas de dinheiro, e acusa Dirceu de ter conhecimento do esquema e ameaça implicar o presidente da República, caso o ministro da Casa Civil não deixe o cargo. Toda a edição do telejornal do dia 14/06/2005 foi editada com recursos de dramaticidade para elevar a tensão, como o destaque dado aos trechos mais performáticos de Jefferson, seus gestos e expressões, intercalados com manchetes temáticas.

¹⁰⁷ Em matéria do dia 03/08/2005 (de 4'44") sobre denúncias de que o empresário Marcos Valério teria tido contato com representantes da empresa Portugal Telecom para obter dinheiro para o PT e o PTB, conforme denúncia feita por Jefferson, o deputado Flávio Martinez, presidente do PTB, uma das fontes ouvidas na matéria declara (mesmo ao se esquivar de responder sobre detalhes de viagem de um representante do PTB a Portugal, Emerson Palmieri) que "*tudo o que Roberto Jefferson vem afirmando durante esse tempo, todas as colocações, a imprensa tem ido atrás e localizado que isso tem sido batido como verdade*".

Na edição do dia 01/07/2005, o comentarista Arnaldo Jabor enfatiza o "momento inesquecível" em que "o deputado e grande ator Roberto Jefferson olhou a plateia e declarou: *ninguém aqui é melhor do que eu. Vamos ver se as práticas daqueles que querem levantar a voz contra mim são diferentes. Eu não sou melhor do que ninguém, nem pior, eu sou igual. Dava para ouvir o silêncio (...)*". Ao mesmo tempo em que definiu Jefferson como um grande ator, Jabor enfatizou as declarações do deputado do PTB de que era igual a todos os políticos (isto é, de que todos são corruptos).

Como ator que tem seus interesses, Jefferson também é caracterizado por acusar sem provas. A edição do dia 11/06/2005 trata de novas denúncias de Jefferson. A reportagem enfatiza, logo no início, que: "*Uma nova entrevista do deputado federal Roberto Jefferson no jornal Folha de S. Paulo traz novas acusações a membros do governo, do PT e de partidos da base aliada. Ele mesmo, acusado de corrupção, o presidente do PTB fala agora em malas de dinheiro oriundo de estatais e de empresas particulares entregues a parlamentares. Na conversa, Jefferson diz que não tem provas*".

De outro lado, o então ministro José Dirceu também foi caracterizado, predominantemente de forma negativa e, mesmo quando foi mostrado como alguém forte, o fato de ser poderoso corroborava a suspeição de ser mandante do mensalão, como denunciou Jefferson.

Se no início do mês de junho, Dirceu quase não aparecia como fonte, a partir da notícia sobre sua queda, foi aumentando também sua participação na cobertura e várias investigações que extrapolaram a denúncia original de Jefferson de que o articulador da campanha presidencial de Lula e então ministro da Casa Civil teria sido o mandante do "esquema do mensalão" foram enfatizadas pelo *Jornal Nacional*, a ponto de o próprio Dirceu duelar explicitamente com o telejornal (veremos este ponto na análise do enquadramento "Jornalismo *versus* política", mais à frente).

Dirceu só ganha maior destaque quando sua saída do governo foi anunciada na edição do dia 16/06/2005, justamente na primeira manchete da escalada: "*Um dos nomes mais fortes do governo do PT pede demissão depois de trinta meses*". As matérias enfatizaram que Dirceu "*pediu demissão*" porque vinha sendo "*alvo dos ataques*" de Jefferson. O ex-ministro é caracterizado, em biografia de 3' como: "*poderoso*", "*principal arquiteto da campanha vitoriosa do candidato Lula à*

Presidência em 2002”, “o articulador da aliança de partidos da chapa”, “coordenava também os principais programas de diversos ministérios”.

A biografia também caracterizou Dirceu como um ex-presos político, exilado e que fez plástica para poder voltar ao país. Ironicamente, foi no noticiário sobre sua queda que Dirceu foi sendo mostrado no telejornal como um homem forte, capaz de tudo. Alvo de constantes acusações de Roberto Jefferson e depois de outros políticos, Dirceu passou a ser um dos personagens mais frequentes do telejornal – mas quase sempre sob suspeição ou ironia, defendendo-se das mais variadas acusações (que buscavam mostrar algum tipo de conexão direta ou semelhança com as práticas descritas por Jefferson para o mensalão).

Na edição do dia 03/08/2005, por exemplo, sobre o depoimento de Dirceu e de outros ex-dirigentes petistas (Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno) ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, a repórter enfatiza que somente Sereno apareceu e *"negou tudo: mensalão, caixa dois e compra de votos. A mesma linha de defesa do deputado José Dirceu no Conselho de Ética. O ex-ministro da Casa Civil jurou que não tinha conhecimento das negociações ilícitas do PT com partidos aliados. Apesar de ter sido coordenador político do governo"*.

A desqualificação de Dirceu fica mais evidente nas matérias que tentam mostrar sua participação em um esquema de corrupção na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN. A denúncia foi destaque em três edições do telejornal, nos dias 11, 12 e 13/07/2005. Na edição do dia 11/07/2005, a ênfase da cobertura foi *"nova suspeita"* de que Dirceu teria mantido a prática de arrecadação de dinheiro na FIRJAN (que havia começado no período Fernando Henrique Cardoso).

Baseada em uma única gravação de um telefonema da ex-auditadora fiscal do INSS, Maria Auxiliadora de Vasconcelos, presa após ter sido acusada de participar de *"esquemas de extorsão de empresários em troca de um fraudulento perdão das dívidas"*, a matéria de 6'07" destaca que o *"Ministério Público Federal investiga denúncias de um esquema de corrupção que envolveria a alta cúpula do PT e a FIRJAN"* e que *"o esquema envolveria o ex-ministro José Dirceu"*. Na conversa, a ex-auditadora denuncia que o ex-ministro da Previdência, Amir Lando, teria falado sobre o esquema e que o dinheiro seria recolhido pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a mando de Dirceu.

Apesar das negativas dos envolvidos na edição do dia 11/07/2001, no dia seguinte, novamente o telejornal destaca trechos novos da mesma gravação como se fossem novas gravações (logo na primeira manchete da escalada: "*Novas gravações sobre o suposto pagamento de mensalidades de indústrias do Rio ao PT*"). No decorrer da matéria, no entanto, o próprio repórter afirma que são novos trechos da mesma gravação.

De acordo com a abertura da matéria, de 7'07", que destacava as repercussões das denúncias no Congresso, "*auditores do INSS revelaram a existência de uma mensalidade para que empresas do estado do Rio de Janeiro não fossem fiscalizadas pelo INSS*". Novamente, a reportagem foi fundamentada em gravação de voz da ex-auditores, que desta vez, afirma: "*o José Dirceu é sabedor de tudo isso*". Ao longo da reportagem, fontes da oposição reforçam a suspeição e o repórter afirma que o próprio deputado Roberto Jefferson "*telefonou hoje ao procurador da República no Rio e disse que tem provas sobre os fatos denunciados*". Já o vice-presidente da FIRJAN, Carlos Bittencourt, e do presidente da entidade, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, negam envolvimento. Dirceu, principal acusado, foi apenas mencionado ao pé da matéria, a partir de informações de uma nota oficial do dia anterior.

No terceiro dia, as denúncias continuaram em destaque, inclusive na escalada do telejornal, enfatizando "*novas revelações*". No entanto, desta vez, Dirceu já não é mais mencionado. Porém, fica o tom, expresso por Arnaldo Jabor na edição do dia 16/06/2005, de que Dirceu "*usou as mãos sujas de outros em nome de uma ideologia superada desde Waldomiro até o Delúbio*":

COMENTARISTA ARNALDO JABOR: (...) *Dirceu entrou nesse governo como uma espécie de tutor do Lula. Ele chegou a dizer: "o PT é maior que o Lula", quando nós sabemos que não haveria PT sem o Lula. Dirceu no governo foi o símbolo da divisão esquizóide entre democracia burguesa e socialismo. Dirceu e outros subestimaram a vida real e acharam que podiam usar os políticos do atraso para o bem do povo. De quem? Deu nisso. As cobras criadas do Jefferson e do mensalão provaram que os fins não justificam os meios. E que malandro petista acaba de gaiato no navio. Dirceu saiu de mãos limpas, sem dúvida, mas usou as mãos sujas de outros em nome de uma ideologia superada desde o Waldomiro até o Delúbio.*

Mas, se Jefferson e Dirceu foram enquadrados de maneira predominantemente negativa, sendo este último sempre colocado sob suspeição, o telejornal reservou uma cota de confiança, no início da cobertura, ao presidente Lula. Em junho, o noticiário sobre o presidente enfatiza seu papel de autoridade última da nação e de condutor da

economia. O presidente Lula, assim como o ex-ministro Antonio Palocci, aparecem nas reportagens como fiadores do funcionamento das instituições, do governo e da economia, e da seriedade das investigações¹⁰⁸.

No caso do presidente Lula, contribui para esta caracterização a forma como o acusador Roberto Jefferson conta sua história, inocentando-o, descrevendo em detalhes o encontro entre os dois, em que ao saber do pagamento de mensalão, o presidente teria ficado “*indignado*” (06/06/2005), “chorado” (fato que foi negado pelos líderes do governo) e mandado imediatamente que a prática acabasse.

Em reportagem do dia 11/06/2005, apesar das novas denúncias, a repórter afirma que “*Roberto Jefferson voltou a dizer que o presidente Lula não tinha conhecimento do mensalão e que o esquema parou de funcionar depois que o próprio Jefferson contou ao presidente o que acontecia*”.

Por outro lado, as personagens das matérias que fazem a defesa do PT e do governo também se esforçam para distanciar o presidente do centro dos conflitos, particularmente do próprio partido e de Dirceu¹⁰⁹. O telejornal não só possibilita que se faça referência repetidamente à parte da história de Jefferson que inocenta Lula, como abre espaço para que o presidente fale, como no dia 07/06/2005, em que Lula, ao participar do Fórum Global de Combate à Corrupção, afirma que “*Independentemente do uso político e eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que o meu governo levará as investigações até as últimas consequências*”.

Nesta matéria, de 1'25", o repórter afirma que o presidente “*mencionou fatos recentes envolvendo integrantes do governo em esquema de corrupção*”. O repórter também enfatiza que o presidente disse que “*se preciso for, o governo cortará na própria carne. Ele lembrou que tem uma biografia dedicada à ética na política e que por ser o guardião das instituições do país, não acobertará ninguém no governo*”.

No dia 08/06/2005, outra reportagem de quase 4' enfatiza que o presidente “*respondeu pela primeira vez às denúncias contra o governo*”, ainda fazendo referência à fala de Lula no Fórum Global de Combate à Corrupção. Segundo a

¹⁰⁸ Sobre as diferenças entre a cobertura política (voltada para os cidadãos) e a cobertura econômica (voltada para os investidores), cf. Schudson (1995).

¹⁰⁹ Gomes (2004) descreve como, em situações de escândalo que envolvem partidos da base, diante da vigilância do jornalismo político e das acusações da oposição tentando enfraquecê-lo, o governo tenta afastar de si a responsabilidade pelo escândalo, procurando um isolamento sanitário do seu centro de poder e atribuindo ao indivíduo ou a seu partido as responsabilidades pelo desvio de conduta, ou ainda tentando impedir a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

reportagem, o presidente disse que “o governo vai investigar todas as denúncias até as últimas consequências”, que “ele tem uma história de vida a defender” e que “o que está em jogo é a respeitabilidade das instituições do país”. Ainda nas palavras escolhidas pelo repórter, “o presidente reconheceu que a corrupção é uma doença crônica, mas foi enfático: não vai adotar medidas pirotécnicas para acabar com o problema”.

Na mesma matéria, Lula sugere a necessidade e urgência da reforma política, pautando o tema, que aparece em outras edições a partir de então. No dia 13/06/2005, quando o assunto principal das matérias passa a ser a mudança de posição do PT e do governo em relação à CPI dos Correios, reportagem de dois minutos e 36 segundos enfatiza, logo na abertura:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: *O presidente Lula disse hoje que as investigações sobre as denúncias de corrupção nos Correios e do mensalão não vão deixar pedra sobre pedra.*

Ao longo da narrativa, a repórter afirma que o presidente, em reunião com ministros e líderes, “está apenas ouvindo e avaliando todas essas opiniões”. Em várias matérias, ficou expressa a preocupação em torno do risco da crise política afetar a economia (tanto no início da cobertura das denúncias de Jefferson, a partir do dia 06/06/2005, quanto no mês de agosto, final da amostra).

A relação de causalidade entre a crise política e uma possível crise econômica foi, inclusive, utilizada como estratégia do governo de tentar acalmar os ataques da oposição (esta estratégia foi denunciada pela própria oposição em diversos momentos da cobertura). Mesmo assim, quando se relacionava com a política econômica, o telejornal manteve o alinhamento editorial. Um exemplo pode ser encontrado no destaque dado à fala do presidente Lula na escalada do dia 28/07/2005: *“o presidente Lula diz que a economia é vulnerável e pede cautela”*.

Porém, se no início, o presidente Lula não foi vinculado diretamente às denúncias de Jefferson, ao longo dos meses, o tratamento começou a mudar. Na mesma edição do dia 28/07/2005 que destaca a fala de Lula sobre a vulnerabilidade da economia (e o apoio de empresários e até políticos da oposição de que o país não pode parar), é enfatizado que o presidente enfrentou protestos e tumulto durante sua visita ao Rio Grande do Sul.

Ainda que tenha espaço na cobertura para expressar seu ponto de vista¹¹⁰, à medida que "*a sombra do mensalão*" (cf. definido em manchete no dia 05/07/2005) vai se espalhando pelos partidos, o telejornal passa a cobrar de Lula um posicionamento mais duro de punição aos acusados e de explicação dos acontecimentos.

Quando ele não se pronunciava sobre as denúncias, inclusive, o telejornal tornava o silêncio uma informação importante. No dia 15/07/2005, por exemplo, em matéria sobre a viagem do presidente a Paris (1'41"), o repórter afirma, logo no início da reportagem, que o presidente teve uma agenda cheia "*e preferiu falar apenas dela*". Já quando Lula condena a corrupção, durante o mês de julho, ora definindo como "*uma desgraça do continente*", ora prometendo que o "*combate a ela será implacável*" (dia 02/07/2005)¹¹¹, recebe destaque.

A pressão em relação a Lula aumenta em agosto, com as acusações de uso de "caixa dois" para financiamento da campanha eleitoral presidencial de 2002 (vinculando diretamente Marcos Valério como o pagador do trabalho do publicitário Duda Mendonça, por meio de transferências em contas do exterior). Em 11/08/2005, o telejornal concedeu ampla cobertura ao depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios, com ênfase na escalada que "*a oposição eleva o tom e cobra explicações do presidente*".

Em uma das matérias desta edição, o repórter enfatiza que o publicitário Duda Mendonça confessou que recebeu dinheiro de Marcos Valério em bancos fora do Brasil e que os recursos eram para pagar dívidas do PT. No mesmo dia, as matérias enfatizam a cobrança em relação a um pronunciamento de Lula, não somente feita pela

¹¹⁰ Como veremos à frente, no enquadramento sobre Jornalismo *versus* política, o presidente Lula se utilizou das viagens pelo país e ao exterior para fazer pronunciamentos e discursos, condenando a corrupção, mostrando seu sentimento de tristeza pela crise e, muitas vezes, questionando a oposição e sua relação com a mídia. Em matéria da edição do dia 08/08/2005, que destaca declarações de Lula no programa de rádio Café com o Presidente, ele afirma que vai continuar viajando e inaugurando obras. Neste caso, ele explicita a estratégia do governo de mostrar que não estava parado pelas denúncias. Sobre os discursos de Lula, cf. análise de Porto (2003).

¹¹¹ Durante os meses analisados, o telejornal veiculou informações sobre as pesquisas de popularidade de Lula realizadas pelo IBOPE. A princípio estáveis, mesmo com o noticiário dominado pelas denúncias de corrupção, a aprovação e o índice de confiança no presidente caem em agosto, o que configura destaque na cobertura do dia 23/08/2005, com tempo dedicado de 2'29" e manchete na escalada. De acordo com o IBOPE, o índice de aprovação do presidente em junho era de 55%. Em julho, manteve-se em 54%. Já em agosto foi para 45%. Já o índice de confiança passou de 56% em junho, 53% em julho, para 43% em agosto. Interessante notar que, ao final da notícia, Fátima Bernardes informa os dados apontados pelos entrevistados sobre quem é o principal responsável pela crise: 29% responderam que o PT é o maior responsável, 28% culpam os deputados federais, 22% culpam o presidente Lula, 19% culpam os partidos aliados (PL, PP e PTB) e 16% culpam o sistema político eleitoral. Na sequência, o telejornal apresenta dados, também do IBOPE, sobre as futuras eleições presidenciais, destacando que Serra e Lula (30% a 29%, respectivamente) estariam tecnicamente empatados em um primeiro cenário eleitoral simulado.

oposição, mas também por deputados da "esquerda do PT" (que protagonizaram o episódio do choro em plenário), pelo então presidente interino do partido, Tarso Genro, e pelo comentarista Franklin Martins.

De acordo com o apresentador William Bonner, *"o presidente interino Tarso Genro afirmou que a crise é muito grave e disse que o presidente Lula deveria fazer um pronunciamento à nação"*. Adiante, o comentarista Franklin Martins dá o tom do enquadramento:

COMENTARISTA FRANKLIN MARTINS: O depoimento de Duda Mendonça, deixando no ar a ideia de que seu trabalho na campanha de Lula pode ter sido pago com caixa 2 caiu como uma bomba no Congresso. Excitados com a notícia, setores da oposição voltaram a mirar diretamente no presidente. Abatidos com o depoimento, 20 deputados e quatro senadores decidiram se desligar da bancada do PT. A temperatura política voltou a subir e fortemente. Está na hora de o presidente falar à nação. Não em palanque, em comício, de improviso, porque o momento é grave e exige serenidade. Não radicalização. É preciso que Lula diga claramente ao país o que aconteceu no governo e no PT. Se se sente traído, que diga por quem e com todas as letras. Se errou na escolha de colaboradores, que peça desculpas. Que fale, olho no olho de cada brasileiro e não de olho nas urnas de 2006. Quanto à oposição, é bom botar os pés no chão e a cabeça na geladeira. Tudo bem que queira desgastar o governo, é do jogo. Mas apostar no "quanto pior, melhor" ou fazer demagogia às custas da economia, como na votação do salário mínimo, é brincar com o fogo.

Ao mesmo tempo, o telejornal destaca as cobranças da oposição em relação a um suposto empréstimo que o PT teria dado a Lula antes de sua eleição em matéria de 2'37". O empréstimo, pago pelo presidente do SEBRAE, Paulo Okamoto, foi alvo de suspeita por constituir-se em dinheiro do fundo partidário, portanto, dinheiro público que teria sido usado para despesas não previstas para este fim.

No dia 12/08/2005, toda a edição enfatizou o discurso de Lula em que ele pede desculpas ao povo brasileiro e diz que *"está indignado"* e *"foi traído"*. Logo na escalada, o telejornal enfatiza as declarações de Lula: *"Nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. Onde o governo errou tem que pedir desculpas"*.

A edição destacou as falas do presidente (durante 7'05") em que ele começa enfatizando o bom desempenho da economia para depois afirmar que a crise *"compromete todo o sistema partidário brasileiro"*. Nas declarações, Lula defende o capital político do PT e seu passado de ética na política, além de ressaltar que grande parte do que foi descoberto tinha como origem as investigações da Polícia Federal, pois havia determinado que ninguém fosse poupado.

A mesma edição, porém, também destacou novas acusações do ex-deputado pelo PL, Waldemar Costa Neto, publicadas na revista *Época*, de que Lula teria participado do acordo financeiro para a campanha de 2002¹¹². Na matéria, (de 5'08") o telejornal destaca que o PT teria acordado pagar R\$ 10 milhões ao PL na montagem da chapa para as eleições e que este dinheiro iria custear as despesas de campanha do partido de Costa Neto. A reportagem menciona que Costa Neto, em entrevista posterior à publicação das denúncias em *Época*, reafirmou as acusações e "*enfatizou a participação do presidente Lula nas negociações*".

Em outras duas matérias sobre a repercussão do pronunciamento, ainda na edição do dia 12/08/2005, entre os parlamentares da oposição no Congresso e os membros do PT, fica expressa a avaliação de que o discurso não foi suficiente. Mesmo afirmando que governistas haviam elogiado o pronunciamento, na reportagem da repercussão entre os políticos no Congresso, por exemplo, é enfatizado que o presidente "*ainda deve explicações*", logo na abertura e na sequência de fontes ouvidas (sete parlamentares, entre PSOL, PSDB e PFL). Apenas o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, avalia o discurso como correto.

Já em reportagem sobre a repercussão entre os dirigentes do PT, de 3'59", é enfatizado que houve divisão de opiniões. Se os líderes do partido e do governo elogiaram, deputados, como Ivan Valente (PT-SP), cobraram mais do presidente. Valente afirmou que "*se ele se sente traído, ele tem que dar o nome aos bois*".

A dúvida se o presidente sabia ou não das transações para financiamento da campanha eleitoral com dinheiro ilícito (vindo das negociações entre o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o empresário Marcos Valério) é uma das marcas características da cobertura no mês de agosto (edição do dia seguinte, por exemplo, traz a gravação da entrevista de Costa Neto à *Época*). As declarações de Costa Neto, no entanto, não necessariamente envolveriam o presidente em um esquema de corrupção, mas sim indicam a participação do então candidato Lula no fechamento de uma aliança com o PL (cf. LIMA, 2006).

É importante mencionar, por fim, que a desconfiança da cobertura em relação aos políticos não se aplica, no conjunto da cobertura, a um personagem específico: o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, considerado o garantidor da condução da política econômica.

¹¹² Em agosto, Costa Neto já havia renunciado após as denúncias de Jefferson de que recebera dinheiro do mensalão.

Em 10/06/2005, o comentarista Arnaldo Jabor defende o ministro e o presidente Lula, em oposição aos demais políticos. Para Jabor, "os políticos correm como perus bêbados com medo do que Jefferson ainda vai cantar", mas Palocci "é competente e calmo".

COMENTARISTA ARNALDO JABOR: Em toda crise, o PT e outros acusam o Palocci e sua equipe de serem a herança maldita de Fernando Henrique, como se fossem culpados pelos juros altos da economia. Os juros estão altos porque a "parte maldita" do governo, os bolchevistas trapalhões, não conseguem conter gastos públicos, nem fazer reformas, nem furar a burocracia, nem tomar medidas urgentes e nem negociar limpamente com o Congresso. Hoje temos essa crise espantosa detonada pela herança maldita do Collor, o incrível Roberto Jefferson que canta. (Jabor cantarola um trecho de ópera). Enquanto isso, os políticos correm como "perus bêbados", com medo do que Jefferson ainda "vai cantar". Quem reclama de juros altos devia chiar com os trapalhões bolchevistas e suas más companhias. Palocci é uma ilha de bom senso no governo, que segura a barra sozinho. Se não fosse ele, estaríamos batendo panela. Ele é competente e calmo. Parece um Lexotan. Tomem Palocci, três vezes por dia. O Lula sabe disso. Ainda bem.

Em nota do mesmo dia (de 1' 02"), veiculada momentos antes do comentário de Jabor, o apresentador William Bonner mostra a preocupação do ministro com o risco de a crise política "paralisar as reformas na área social e econômica". Ao final, no entanto, o próprio Bonner informa que não haverá mudanças, como que para tranquilizar o telespectador.

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: Para o ministro Antonio Palocci, o recuo da inflação em maio mostra o acerto da política monetária. Em Londres, onde teve encontros com o presidente do Banco Central inglês e com o secretário do Tesouro americano, Palocci voltou a manifestar preocupação com o risco de a crise política paralisar as reformas na área social e econômica.

ANTONIO PALOCCI / MINISTRO DA FAZENDA: É lógico que quando há uma tensão política em cima de uma série de questões que não ficam muito claras, a preocupação não é apenas na área econômica. Cria-se um clima de preocupação e de apreensão no país. Mas eu sou daqueles que confiam fortemente nas instituições brasileiras: no Congresso Nacional, nos tribunais de Justiça, na Promotoria da República, no Executivo. O que seria muito ruim para o crescimento econômico seria que esse processo de tensão política parasse a agenda do país.

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: O ministro Palocci disse ainda que não haverá mudanças nem na equipe nem na política econômica.

O tratamento predominantemente cauteloso em relação a Palocci continua, inclusive em agosto (20/08/2005), quando a cobertura passa a dar destaque às acusações feitas por Roberto Buratti, um ex-assessor dos tempos em que Palocci foi

prefeito de Ribeirão Preto. Buratti denunciou que havia um esquema de corrupção na prefeitura. Na escalada de manchetes do dia 20/08/2005, por exemplo, o então ministro é logo livrado da suspeita de participação ou conhecimento do esquema, *a priori*: "*O Ministério Público encontra documentos que comprovariam o esquema de propina na prefeitura de Ribeirão Preto. Mas os promotores e a polícia dizem que nos papéis não há referência ao ministro Antonio Palocci*".

Ao final de agosto, as denúncias de Buratti começam a constituir-se elemento relevante da cobertura, e algumas matérias críticas ao ministro foram apresentadas. No entanto, nossa amostra não contempla os acontecimentos que levaram à queda de Palocci, em março de 2006, depois de acusações de envolvimento na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Analisamos, até aqui, de que maneira a política e os políticos, especialmente Roberto Jefferson e José Dirceu, foram enquadrados de forma predominantemente negativa na cobertura do *Jornal Nacional*. No caso do presidente Lula, o enquadramento começou mais cauteloso e se tornou mais desconfiado ao longo dos meses, chegando a cobrar explicitamente um posicionamento de Lula diante das denúncias. A exceção no tratamento foi dada a Antonio Palocci, que, no período de análise, recebeu uma cobertura predominantemente favorável.

A seguir, vamos analisar como o telejornal cobriu as denúncias relativas ao pagamento de mensalão.

b) O mensalão existiu

Ainda que, ao longo do noticiário, a palavra mensalão tenha sido definida de várias formas, o significado-chave que perpassa o período analisado foi o de sinônimo de corrupção – seja de partidos ou de pessoas (políticos ou não), realizada por meio de práticas ilegais do PT e do governo (numa relação causal).

O telejornal acompanhou de perto os trabalhos das CPIs, especialmente da CPMI dos Correios, assim como as discussões no Conselho de Ética e na Corregedoria da Câmara dos Deputados (inclusive as divergências em relação às competências de cada instância de investigação e as tensões decorrentes disso) em notas, reportagens, comentários e entrevistas.

A maioria das informações reveladas durante as investigações no Congresso foi dada em depoimentos dos envolvidos (Roberto Jefferson, Maurício Marinho, João Cláudio Genu, Marcos Valério, José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Renilda de Souza, Fernanda Karina Sommaggio, Duda Mendonça, entre outros) e por meio do recebimento de documentos dos órgãos públicos e empresas privadas citadas (Correios, Banco Central, Conselho de Controle das Atividades Financeiras – Coaf do Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Rural, Banco BMG, Polícia Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, etc.)¹¹³.

Para se compreender o enquadramento dado à cobertura sobre o pagamento do mensalão, é necessário voltar a ter presente as várias fases de denúncias que permearam o noticiário¹¹⁴. Em 06/06/2005, Roberto Jefferson denunciou à *Folha de S. Paulo* o pagamento de mensalidades a parlamentares da base aliada por parte do PT com o conhecimento de membros do governo. Com esta denúncia, a CPMI dos Correios passa a investigar a corrupção na empresa pública, a partir da gravação do recebimento de propina por parte de Maurício Marinho.

Em seguida, no dia 11/06/2005, Jefferson faz novas denúncias, desta vez envolvendo o empresário Marcos Valério como "*o operador do mensalão*", juntamente com o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A partir daí, as matérias sobre as investigações têm como foco estabelecer uma conexão entre os dois e identificar quem dos parlamentares da base aliada teria recebido dinheiro.

Em julho, o noticiário destaca a busca pelas fontes de recursos do mensalão. O *JN* vai atrás de informações sobre a propriedade de fazendas de Marcos Valério, enfatizando na escalada e em reportagens as contradições dessa explicação do empresário, ao mostrar uma série de irregularidades na titulação da propriedade das terras em cartório (e ao mostrar que só havia terra sem beneficiamento).

O telejornal também noticia que a Receita Federal investiga a evolução patrimonial de Valério, destacando a suspeita de lavagem de dinheiro e o alto volume de saques em contas bancárias das empresas do publicitário. Ainda neste mês, o *JN* enfatiza as informações sobre listas de parlamentares e pessoas ligadas a

¹¹³ A mídia, inclusive o próprio *Jornal Nacional*, também foi uma fonte relevante de novas informações e denúncias, como veremos adiante, na análise do enquadramento "Jornalismo *versus* política". A Polícia Federal – PF e o Ministério Público da União - MPU foram fontes de investigação bastante mostradas nas matérias do *JN*.

¹¹⁴ Cf. Sinopse e Cronologia, em Anexo.

eles que teriam ido ao Banco Rural no Brasília Shopping, em Brasília, para sacar dinheiro em espécie (vamos tratar deste episódio mais adiante, no enquadramento "Jornalismo *versus* Política"). Também em julho são enfatizadas informações sobre empréstimo feito pelo PT com Marcos Valério (e as várias contradições entre Valério, Delúbio Soares e José Genoino sobre a quantidade de empréstimos, a legalidade e a real finalidade dessas transações).

À medida que novos personagens eram citados e diferentes acusações de corrupção tomavam corpo contra dirigentes do PT e do governo, a cobertura foi apresentando matérias produzidas em outros locais, como São Paulo e Minas Gerais. No dia 08/07/2005, o telejornal destaca a prisão de um assessor do deputado estadual pelo PT-CE, José Nobre, irmão do então presidente nacional do PT, José Genoino, que tentava viajar com dinheiro em espécie¹¹⁵. No mesmo dia, o *Jornal Nacional* enfatizou, em escalada, que Valério mentiu em depoimento à CPMI dos Correios ao negar que tivesse avalizado mais de um empréstimo ao PT.

Ao longo do noticiário, foi-se intensificando a cobertura sobre a intrincada rede de informações financeiras que poderiam indicar a origem do dinheiro do mensalão, envolvendo o uso de empresas de fachada, suspeita de atuação de doleiros (como Toninho da Barcelona, que chegou a ser ouvido na CPMI dos Correios) para envio de dinheiro ao exterior, transporte de dinheiro de maneira ilegal (em malas ou junto ao corpo), além de acusações de corrupção de outros personagens secundários¹¹⁶.

A sequência de investigações paralelas, nem sempre conclusivas, foi mostrada dentro do telejornal sob uma mesma organização lógica – a da suspeita em relação

¹¹⁵ O telejornal narra a prisão "*de um dirigente do PT*" (como destacou a primeira manchete da escalada), e enfatiza na matéria que o assessor José Adalberto Vieira da Silva ocupava o cargo de secretário de Organização do PT no Ceará. O episódio levou à queda de José Genoino da presidência do partido. Em dias subsequentes, as reportagens destacaram as diferentes versões que Silva e outros envolvidos deram para explicar a origem do dinheiro.

¹¹⁶ Tais como o Procurador da Fazenda, Glênio Guedes, acusado de receber dinheiro de Marcos Valério; ex-mulher de José Dirceu acusada de ter sido favorecida por Valério para conseguir um emprego no Banco BMG e na compra de um apartamento; denúncias de tráfico de influência, como na suspeita de que o empresário teria ido a Lisboa e se apresentado como representante do PT ou do governo para a Portugal Telecom, ou que a empresa Telemar teria se tornado sócia da *Gamecorp*, uma empresa que produz videogames para a companhias de telefonia e emissoras de TV, porque era de propriedade (em conjunto com outros sócios) do filho do presidente Lula, Fábio Luis Lula da Silva); ou ainda em denúncias de corrupção passiva, em que o então Secretário Geral do PT, Silvio Pereira, teria recebido um jipe da empresa GDK como troca de favores, entre outras. No caso de Pereira, o recebimento do carro foi comprovado e ele deixou o cargo. Também foram investigadas denúncias de fraudes em licitação pública, sonegação de impostos, superfaturamento e desvio de dinheiro público.

aos acusados e ênfase nas denúncias de que o mensalão existiu. O *Jornal Nacional* também procurou estabelecer uma conexão entre as denúncias, seja enfatizando a similaridade das práticas acusadas de serem ilegais, seja destacando "*coincidências suspeitas*", como na edição do dia 08/07/2005. Na matéria de 2'32", o apresentador William Bonner destaca:

"um documento que chegou à CPI revelou uma coincidência suspeita: um depósito feito na conta de uma das empresas ligadas a Valério tem o mesmo valor de um empréstimo ao Partido do Trabalhadores. E o depósito foi feito no mesmo banco que emprestou ao PT".

Na mesma matéria, é possível perceber o uso de fontes (principalmente da oposição e dos responsáveis pelas CPIs) como forma de enfatizar as suspeitas, um recurso de organização da narrativa das matérias utilizado pelo telejornal em várias edições. Depois de o repórter narrar o empenho dos membros da CPMI dos Correios em decifrar a pilha de documentos sobre as transações financeiras de Valério, duas fontes da oposição (deputado Carlos Sampaio, do PSDB-SP e senador Álvaro Dias, do PSDB-PR) expressarem sua suspeição sobre o crescimento do patrimônio do empresário, a matéria termina com a fala do relator da CPMI, deputado Osmar Serraglio, PMDB-PR, citando Shakespeare, de que "*há algo de podre no reino da Dinamarca*":

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: Um documento que chegou à CPI revelou uma coincidência suspeita: um depósito feito na conta de uma das empresas ligadas a Valério tem o mesmo valor de um empréstimo ao Partido dos Trabalhadores. E o depósito foi feito no mesmo banco que emprestou ao PT .

REPÓRTER: A CPI dos Correios está empenhada em decifrar uma pilha de documentos. A prioridade é analisar a movimentação financeira do empresário Marcos Valério, da mulher dele, Renilda de Souza, e das empresas do casal, que prestam serviços para empresas públicas. Em 2001, as empresas movimentaram juntas R\$ 119 milhões. Em 2002, foram R\$ 185 milhões e o dinheiro que circulou nessas contas mais que dobrou no primeiro ano do atual governo: subiu para R\$ 443 milhões em 2003.

CARLOS SAMPAIO / DEPUTADO FEDERAL (PSDB-SP): É um acréscimo substancial e até mesmo de origem duvidosa, porque mesmo com as contas públicas que ele adquiriu não se justificaria uma movimentação de R\$ 1,6 bilhão em um período de aproximadamente cinco anos.

REPÓRTER: A CPI já descobriu pelo menos um depósito suspeito: a empresa Grafitti, que está em nome da mulher de Marcos Valério, recebeu R\$ 2,4 milhões do Banco de Minas Gerais - mesmo valor do empréstimo feito pelo banco ao Partido dos Trabalhadores. Marcos Valério, além de ter sido o principal avalista do empréstimo, pagou a primeira parcela, de R\$ 350 mil, segundo integrantes da CPI, no mesmo mês em que o depósito foi feito na conta da empresa. A CPI quer desvendar o confuso caminho que o dinheiro percorre entre as contas do empresário.

ÁLVARO DIAS / SENADOR (PSDB-PR): Parte do dinheiro era depositado na mesma agência em nome de outras pessoas, supostamente laranjas, com o objetivo de fazer com que o destino do dinheiro não seja conhecido.

REPÓRTER: O patrimônio pessoal de Marcos Valério também cresceu rapidamente. O empresário declarou à Receita Federal este ano que é dono de 11 cavalos de raça, muitos imóveis, carros de luxo e outros bens que somam mais de R\$ 18 milhões. Hoje, está quase cinco vezes mais rico do que em 2002.

OSMAR SERRAGLIO / RELATOR DA CPI DOS CORREIOS: Não temos explicação, ainda, de onde é que tem tanto dinheiro. Que há algo de podre no reino da Dinamarca, há. É muito complicado o que está posto no histórico desse Marcos Valério.

Também em reportagem do dia 27/06/2005 (de 3'10"), em que se mostra o trabalho de investigação da CPMI dos Correios e a possibilidade de alteração da ordem dos depoimentos em virtude de novas denúncias envolvendo Marcos Valério, as fontes ouvidas – relator e presidente da CPMI e representantes da oposição – reforçam as suspeitas, a ponto de o relator Osmar Serraglio, do PMDB-PR, afirmar: *“Há o direito de defesa, só que, a meu ver, inverte-se o ônus da prova. Agora, quem tem que provar que isso era lícito é o Marcos Valério”*.

No contexto da maioria das matérias, restava aos acusados, ao longo da cobertura, defender-se, seja apresentando explicações, negando, ou mesmo admitindo, confirmando, confessando¹¹⁷. Em 16/07/2005, após entrevista de Marcos Valério no dia anterior, o telejornal destaca as contradições do empresário e reafirma, em sua cobertura, que as novas revelações, *"na avaliação de políticos e especialistas"*, *"não devem mudar os rumos das investigações sobre corrupção"*.

A reportagem, de 3' 11", enfatiza que a versão de Valério de que todo o dinheiro sacado das empresas dele (e distribuído a políticos de vários partidos e do PT) teria sido obtido legalmente por meio de empréstimos seria *"uma estratégia do empresário para tentar reduzir a gravidade dos crimes que estão sendo investigados"*.

Na mesma edição, é ressaltado que Delúbio Soares, já fora do cargo de tesoureiro do PT, *confirma* um esquema de arrecadação de dinheiro para o partido (o

¹¹⁷ Interessante observar o tratamento dado às denúncias de um "mensalão mineiro", em que o PSDB foi acusado, em notícia publicada no jornal O Globo do dia 26/07/2005, de utilizar o suposto esquema de financiamento de campanha de Marcos Valério na campanha para o governo de Minas Gerais em 1998. O telejornal cobriu e destacou em manchete. No entanto, os acusados não negaram, mas *disseram desconhecer* (cf. abertura de matéria do dia 27/07/2005). Na mesma reportagem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defende as investigações, mas aponta para o PT, ao final da matéria: *"não vamos descaracterizar que o grave de hoje é haver algo sistemático, uma organização com apoio político de um partido, o próprio partido reconheceu isso, tanto que caiu toda a direção do partido"*.

próprio PT havia admitido que Marcos Valério teria sido avalista de um segundo empréstimo, de acordo com matéria da semana anterior, no dia 08/07/2005, de 5'18". Manchete da escalada e reportagem enfatizaram a admissão da informação. Logo no início desta matéria, o repórter afirma que "*o Partido dos Trabalhadores passou o dia dando explicações*").

Em várias edições, são enfatizadas as notícias sobre triangulações financeiras descobertas ao longo das investigações da CPIs como fonte do dinheiro que abastecia o esquema de "caixa dois" do PT (Valério teria contraído empréstimos em bancos, que seriam garantidos por contratos de serviços em estatais como os Correios. Na sequência, o PT receberia o dinheiro arrecadado por Valério, conforme explicação do telejornal enfatizada na edição do dia 18/07/2005).

Ainda na edição do dia 18/07/2005, por exemplo, o *Jornal Nacional* destaca, na escalada de manchetes, o que seria a comprovação para a origem do dinheiro ilegal, ao mesmo tempo em que põe sob suspeita a explicação dada por Marcos Valério, Delúbio Soares e o próprio presidente Lula para a origem ("caixa dois") e o uso deste dinheiro.

"Um documento comprova uma triangulação contestada por juristas. Marcos Valério contraiu empréstimo em bancos... Contratos com os Correios foram usados como garantia... e o PT recebeu dinheiro de Marcos Valério. Depois da entrevista de Valério, depois da entrevista de Delúbio... depois da entrevista do presidente Lula... integrantes da CPI estranham as coincidências na nova versão para o dinheiro."

Quatro reportagens tratam do tema. Na primeira matéria, o foco é estabelecer que fere a ética (como define uma fonte especializada ouvida na reportagem) haver uma ligação direta entre o dinheiro tomado de empréstimo pelo PT com empresas de Marcos Valério e o dinheiro conseguido pelo empresário em um contrato de publicidade com os Correios.

Mesmo que, após a reportagem, o apresentador William Bonner informe que é normal, em operações de crédito a empresas, estas receberem do tomador do empréstimo a apresentação do que tem a receber de estatais como garantia, o enfoque da matéria e da própria nota que a contextualiza para o telespectador é de que há problemas nesta operação, pois o dinheiro foi destinado ao "*partido do governo*". Nas palavras de outra fonte ouvida (deputado Eduardo Paes, do PSDB-RJ), "*não se tratava de uma operação privada*".

Em seguida, as outras três matérias põem sob suspeita a explicação fornecida por Marcos Valério e Delúbio Soares (em entrevistas ao *Jornal Nacional* concedida em 15/07/2005 e 16/07/2005) e pelo presidente Lula (em entrevista concedida a uma repórter *free-lancer* em Paris, que depois vendeu o material para a Rede Globo, que o veiculou no *Fantástico* no dia 17/07/2005) para a finalidade do dinheiro. Nas entrevistas, os três haviam mencionado o uso de "caixa dois" para financiar campanhas do PT e da base aliada (a partir da distribuição do dinheiro via saques no Banco Rural).

Na segunda reportagem, tanto na abertura lida pelo apresentador quanto na própria matéria, é ressaltado (em tom de ironia) a informação de que os argumentos usados por Delúbio Soares, Marcos Valério e o presidente Lula "*coincidem*". E as declarações de Valério e Soares de que as ações de "caixa dois" eram de responsabilidade exclusiva do PT, sem envolvimento do governo ou do presidente Lula são igualmente postas em tom de dúvida. Quanto ao mensalão, o próprio repórter afirma que "*tanto Marcos Valério quanto Delúbio Soares tentaram descartar a existência do mensalão, pagamento mensal a deputados para votarem a favor do governo*".

Além do próprio telejornal suspeitar de uma versão combinada que não confirmava a existência de um mensalão, a matéria seguinte (de 4'03") enfatiza a suspeita da oposição, ao destacar que "*a oposição está intrigada. Suspeita de uma versão combinada. Três entrevistas e uma versão comum: foi caixa dois*". Ao longo da reportagem, a própria repórter rebate a versão de Soares, Valério e do presidente Lula, tendo em vista que assumir o "uso de caixa dois" poderia ser interpretado como algo menos grave (uma vez que foi dito na entrevista de Lula divulgada no *Fantástico* que "*o que o PT fez no Brasil do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente*"):

(...)

REPÓRTER: A tentativa de resumir tudo a um crime eleitoral é rejeitada pela oposição.

JUTAHY JÚNIOR/DEPUTADO (PSDB-BA): é uma trilogia. Inacreditável que o presidente Lula tenha se introduzido numa tese que é insustentável, de crime eleitoral, quando está caracterizado corrupção e formação de quadrilha.

REPÓRTER: Pela lei, financiar campanha eleitoral com dinheiro de caixa dois caracteriza, pelo menos, quatro crimes: contra a ordem financeira, falsidade ideológica, sonegação fiscal e formação de quadrilha. A oposição vai entrar na justiça contra o PT".

(...)

Ainda que a reportagem traga fontes com interpretações divergentes, o sentido de suspeita da existência do mensalão é ressaltado ao longo de toda a matéria. Ao final, o jurista Torquato Jardim dá seu parecer, reforçando a resposta à versão governista¹¹⁸: "*o 'caixa dois' é um fato ilícito. Se muitos praticam, ele não fica legalizado por causa disso. É ato ilícito em qualquer circunstância*". Já na última reportagem (de 3'25"), onde representantes do PT são ouvidos, a ênfase foi dada na reação indignada dos membros do partido às entrevistas de Valério e Soares, e nas cobranças de que era preciso esclarecer o que estava acontecendo (uma vez que deveria se evitar generalizações, pois nem todos do PT utilizavam "caixa dois").

De acordo com o repórter, "*deputados e senadores negam que tenham recorrido ao 'caixa dois' nas suas campanhas, mas reconhecem que é uma prática no país*" (como havia afirmado Lula na entrevista). No entanto, se a matéria mostra a "indignação" de membros do PT por serem suspeitos de usar o "caixa dois", não faz contraponto em relação ao sentido das reportagens anteriores (de reafirmação de suspeita de mensalão).

Outro exemplo de uso de fontes no telejornal para reforçar as denúncias de existência do mensalão aparece em uma reportagem do dia 05/08/2005. O destaque da matéria (de 01' 51") é de que o relator da CPI dos Correios "*está convencido do envolvimento do deputado Roberto Jefferson com o esquema de corrupção nos Correios*". A matéria enfatiza a informação, citada pelo relator, deputado Osmar Serraglio, do PMDB-PR, de que "*já existe um elo entre Roberto Jefferson e a corrupção nos Correios*".

Também em julho, a suspeita de que o mensalão existiu perpassa o noticiário, especialmente quando o telejornal enfatiza as denúncias, investigadas nas CPIs, de que fundos de pensão estatais estariam provendo o dinheiro para Marcos Valério. Este fornecimento de recursos ocorreria por meio de aplicação nos bancos Rural e BMG, onde o empresário teria conta e influência.

Em agosto, o telejornal destaca as denúncias da CPI dos Correios de que a movimentação financeira das empresas de Valério indicava lavagem de dinheiro no exterior. A partir do depoimento de Duda Mendonça em 11/08/2005, o telejornal passa a ressaltar as acusações de uso de "caixa dois" para pagamento de campanhas

¹¹⁸ Em outros momentos da cobertura, a confissão de "caixa dois" foi tratada como "*versão dos governistas*" pela reportagem (cf. edição do dia 23/08/2005).

eleitorais do PT, inclusive com dinheiro vindo de bancos no exterior. Neste último período, cresce a suspeita de envolvimento do presidente Lula, como vimos na análise do enquadramento anterior.

No decorrer da cobertura, o telejornal também enfatizou as suspeitas de que os principais responsáveis seriam o PT e o governo. Tal interpretação predominou inclusive em algumas reportagens em que os membros do partido foram ouvidos, na medida em que havia divergências entre a Executiva Nacional e outras tendências minoritárias, e as fontes do PT não alinhadas com o então corpo dirigente, muitas vezes, suspeitavam dos companheiros de legenda.

Reportagem do dia 18/07/2005, por exemplo, traz declarações de vários membros do partido, em reação à entrevista de Delúbio Soares ao *Jornal Nacional*, ressaltando que as críticas dos petistas que fazem oposição ao comando da Executiva Nacional foram duras:

VALTER POMAR/ CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO PT: É revelador do modus operandi que o grupo que hoje controla a direção nacional do PT tratou o tema das finanças, ou seja, como um assunto privado. Decisões privadas, benefícios privados e prejuízos públicos.

Uma das estratégias de defesa do partido foi a de tentar isolar os acusados de praticar irregularidades como Delúbio Soares, que foi expulso, mesmo depois de ter pedido afastamento do cargo de tesoureiro. Após a saída de José Genoíno da presidência em 09/07/2005, uma pesada disputa interna foi mostrada aos telespectadores, com deputados do partido pedindo desfiliação, defendendo punição aos acusados e cobrando mais investigações¹¹⁹.

Na edição de 09/07/2005, em reportagem sobre as articulações da oposição para ampliar as investigações na CPMI dos Correios, após as imagens do dinheiro pego com o assessor do irmão do então presidente do PT, José Genoíno, serem veiculadas, a repórter destaca que até mesmo o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, do PT-MS, assume que "*o momento é complicado para o partido*".

A culpa do PT aparece, por exemplo, em comentário (de 1'06") de Arnaldo Jabor do dia 15/07/2005: "*o PT teceu um sistema corrupto em nome de um socialismo imaginário*". Já em comentário do dia 26/08/2005, Jabor destaca a culpa não somente do PT, mas também do governo:

¹¹⁹ Sobre o papel de defensor da legenda frente às acusações desempenhado por José Genoíno, ver Motta e Guazina (2010).

COMENTARISTA ARNALDO JABOR: Ontem, em seu discurso, Lula repetiu que a verdade prevalecerá. O problema, presidente, é que a verdade já apareceu e querem impedir que ela prevaleça. O seu governo, o PT e seus arreglos no Congresso querem matar a verdade a pontapés feito uma ratazana. E a verdade está clara: o PT no poder armou um esquema de corrupção de estatais, com empresários, em agências de publicidade, e arrecadou muitos milhões usados para comprar congressistas e para um grande "caixa dois" geral para reeleger Lula e Dirceu em 2010. Essa é a verdade. Querem nos servir a pizza de que tudo foi apenas uma trapalhada de Delúbios e Valérios para pagar dívidas de campanha, crimezinho que não engana ninguém. Essa é a verdade. E Lula cozinha essa pizza também. Ontem ele falou no Getúlio que se matou, no Jânio que renunciou de porre e, cuidadosamente, pulou o Collor que foi impichado. Falou que queria ser o JK, pela paciência. Só que paciência não é embromação, nem empurrar a verdade com a barriga. JK fez 50 anos em 5. Quanto tempo regredimos nesses dois anos e meio?

Ainda no dia 15/07/2005, o telejornal enfatiza na escalada que "o homem acusado de operar o mensalão confessa que armou um esquema de financiamento do Partido dos Trabalhadores". Na abertura da entrevista com Marcos Valério, de 7'58", Bonner afirma:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: Você vai ver agora uma entrevista exclusiva com o homem que está no centro da crise política deflagrada há 39 dias pelas acusações do deputado Roberto Jefferson. O empresário Marcos Valério Fernandes confessou hoje que montou um esquema milionário de financiamento do PT e apresentou hoje uma nova versão sobre as relações dele com o Partido dos Trabalhadores. Valério disse que as empresas dele contraíram empréstimos bancários vultosos e que o dinheiro foi repassado integralmente ao PT.

Em outra edição (11/08/2005), reportagem de 2'23" ressalta que Marcos Valério, ao se defender das acusações feitas por Duda Mendonça em depoimento na CPI do Mensalão, de que teria sido responsável pela remessa de dinheiro para o exterior (como forma de pagamento dos serviços de Mendonça na campanha de Lula em 2002), teria afirmado que não poderia ser apontado como o único responsável pelos *erros do PT*.

Na busca por culpados, de acordo com as reportagens do telejornal, os próprios membros do PT assumiram que houve erro na condução do partido, principalmente de dirigentes como José Genoíno e José Dirceu (por exemplo, na edição do dia 02/08/2005).

Ainda em julho, no dia 09/07/2005, em matéria sobre a saída de Genoíno da presidência do PT e sobre balanço de demissões após as denúncias de Jefferson

(2'38"), o repórter ressalta, logo na abertura, que "*o PT amargou hoje a queda de um de seus símbolos*". Ao assumir a defesa do partido, prossegue o repórter, Genoino foi "*engolido*" pelas denúncias.

Depois de traçar um perfil biográfico de Genoino e de repetir as imagens de Jefferson acusando José Dirceu de ser o responsável pelo mensalão, o repórter continua, agora a respeito do ex-ministro: "*José Dirceu era o homem que dominava a máquina do partido. É visto como o responsável pela estrutura política, profissional e financeira que deu a vitória ao presidente Lula. Ele arquitetou a montagem do castelo de cartas. (...)*".

Em 09/08/2005, a edição ressalta, na escalada, que Valério reafirma na CPI do Mensalão que José Dirceu teria dado aval para os empréstimos do PT e que parte do dinheiro arrecadado teria sido utilizado para pagar o publicitário Duda Mendonça. Na mesma matéria, Valério apresenta lista com beneficiários do PSDB nas eleições de 1998 para, segundo a reportagem, "*provar que era prática antiga*". Ainda nesta data, reportagem denuncia que a CPMI dos Correios "*descobriu que Marcos Valério cobrava comissão de fornecedores por serviços para estatais*" e que o "*dinheiro de estatais alimentava um esquema de corrupção*".

Ainda em agosto, com as cobranças cada vez mais presentes após o depoimento de Duda Mendonça e o pronunciamento do presidente Lula (no dia 12/08/2005), também o PT fez um *mea-culpa* na tentativa de reestabelecer a confiança de seus eleitores e militantes, defendendo a punição dos culpados (na edição do dia 17/08/2005). O episódio recebeu ampla cobertura. E em 27/08/05, o telejornal destacou matéria em que militantes do PT diziam sentir vergonha do partido.

E se o erro foi do PT e do governo, como ressaltaram as matérias, os demais partidos acusados de terem recebido dinheiro, entre eles, PL, PP, PTB e PMDB, praticaram tais atos porque o sistema partidário é fraco – isto é, passível de corrupção (este aspecto pôde ser constatado em comentários, por exemplo).

No conjunto do noticiário, também foi possível constatar o uso de repetições de imagens de dinheiro (como no caso da prisão do assessor do irmão de Genoino) e de imagens de trechos de entrevistas e depoimentos (como no caso da entrevista da ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Sommaggio, em junho), reforçando os sentidos do enquadramento.

Outro recurso utilizado foi a repetição de frases-chave de identificação dos principais personagens, tais como Marcos Valério, na maioria das matérias definido como "*operador do mensalão*" ou "*acusado de ser o operador do mensalão*". Já Delúbio Soares é identificado como acusado de "*oferecer dinheiro em troca de apoio ao governo*" (cf. edição do dia 05/07/2005). Ou então Maurício Marinho, definido como "*aquele que foi pego pegando propina*". Por outro lado, José Dirceu foi apontado como mandante, arquiteto ou articulador, uma vez que era "*o chefe de governo*", nas palavras do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, do PMDB-PR.

Ao final da amostra, no dia 31/08/05, por exemplo, o *Jornal Nacional* ressaltou em manchete na escalada (e no fato de que a informação era exclusiva), que o relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão "*vai sugerir a cassação de 18 deputados. O documento antecipado pelo Jornal Nacional afirma que há provas do pagamento do mensalão*". Sobre o mensalão, a matéria enfatizava que "*o texto diz que o pagamento a parlamentares existiu, não importando se mensal ou não*".

É necessário mencionar, porém, que se a tendência de enquadrar a cobertura foi de reafirmar a suspeita da existência do mensalão, houve também, no decorrer do noticiário, matérias e comentários divergentes, em que o ponto de vista predominante não foi seguido, ou pelo menos, foi relativizado com a contraposição dos denunciados (por exemplo, no dia 25/08/2005).

Este olhar criticamente equilibrado sobre a crise e o processo político ficou mais evidente em matérias e comentários que enfatizaram o escândalo como possibilidade de discutir a reforma política, o sistema partidário, o funcionamento das instituições e também garantir a governabilidade (como oportunidade para o governo fazer uma reforma ministerial)¹²⁰. Tal interpretação dos acontecimentos pode ser observada no comentário de Franklin Martins do dia 07/07/2005, de 1'02", em que ele critica a demora na mudança ministerial, mas aponta para caminhos de fortalecimento do governo, como instituição, ao "*acertar o passo com a sociedade*":

(...)

¹²⁰ Reportagem do dia 07/06/2005 (de 2'33") traz fontes do Judiciário cobrando investigações, mas destacando que "*a crise deve ser resolvida dentro da democracia*". Na matéria, tanto o então Procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles, quanto o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, ressaltam que a crise política faz parte da democracia. Para Fontelles, a imprensa "*hiperavalia*" a crise e faz um "*manchetismo danado*".

COMENTARISTA FRANKLIN MARTINS: O presidente vai aumentar a presença no governo de outros partidos, como o PMDB e o PP. Com isso, ele pretende reorganizar sua base parlamentar, atualmente em frangalhos. Faz todo o sentido, mas seria ótimo se o presidente aproveitasse também a reforma para acertar o passo com a sociedade. Nos últimos meses, em meio a tropeços, crises e escândalos, o governo envelheceu rapidamente e a melhor forma de ele ganhar energia é montando uma equipe capaz de conversar com os diferentes setores da sociedade. Gente que olhe para fora do Palácio, para as ruas, para as empresas, para as escolas, para o país e não para o próprio umbigo, para o seu partido ou mesmo para a sua ala no partido. É hora de abrir as janelas. O governo está precisando mesmo de ar fresco e luz.

Vimos, até aqui, como o *Jornal Nacional* enquadrrou predominantemente sua cobertura, no período da amostra, de maneira a reforçar a suspeita de que o mensalão existiu. Este enquadramento foi enfatizado a partir de alguns elementos observáveis durante a análise, especialmente (1) o destaque dado às denúncias, isto é, à suspeição dos acusados de envolvimento, incorporando as acusações como ponto de partida das matérias; (2) a utilização de fontes da oposição como estruturadoras das matérias; (3) a busca de ligação direta entre denúncias de corrupção ou transporte de dinheiro ilegal (em malas) com a denúncia original de Roberto Jefferson, numa espécie de raciocínio baseado na similaridade; (4) o julgamento moral de atribuição de culpa ao PT, ao governo e a membros tanto de um quanto de outro; (5) a repetição constante de imagens das gravações ocultas ou de trechos de entrevistas ou depoimentos, e de documentos que provariam a existência do mensalão e (6) na utilização de frases-chave identificadoras dos envolvidos.

A seguir, vamos analisar o enquadramento "É preciso investigar e punir", procurando identificar de que forma o telejornal assumiu o papel de vigilância sobre os acontecimentos políticos.

c) É preciso investigar e punir

Além de ressaltar as denúncias de corrupção em sua cobertura, o *Jornal Nacional*, no decorrer dos quase três meses de análise, também enfatizou em notas, reportagens e comentários a necessidade de se vigiar e cobrar que as investigações tivessem resultado e que tudo não "acabasse em pizza". Esta cobrança foi perceptível em matérias e comentários sobre o processo de investigação das CPIs, e sobre a atuação do governo, do presidente Lula e do PT.

Na edição do dia 29/07/2005, o telejornal destacou, em manchete da escalada, a declaração do relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, do PMDB-PR, de que *"a investigação não vai acabar em pizza"*. A abertura da matéria lida pela apresentadora Sandra Annenberg e a própria reportagem (que também mostra o recebimento, pela CPMI, de documentos com informações financeiras de pessoas e do PT), enfatizam que o relator ficou *"irritado com as especulações sobre um possível acordo entre PL, PP e PTB para evitar a cassação de deputados envolvidos com o mensalão"*.

A possibilidade de acordo para não se cassar os parlamentares acusados foi um dos principais temas do enquadramento. Na mesma edição, reportagem de 2'01" ressalta que oposição e até mesmo o PT reagiram contra a *"suposta manobra política"*, sugerida pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para salvar os mandatos de parlamentares que estavam sendo investigados.

Já a falta de foco foi apontada como um problema nos trabalhos das CPIs, na medida em que poderia atrapalhar os resultados. Em comentário do dia 30/06/2005, de 1'06", Franklin Martins afirma que a cada dia que passa surge uma coisa nova e isso atrapalha as investigações:

COMENTARISTA FRANKLIN MARTINS: CPI dos Correios, CPI do Mensalão, CPI da Compra de Votos, CPI dos Bingos, CPI do Cartão SUS, Conselho de Ética, Comissão de Sindicância... A cada dia que passa surge uma coisa nova. Evidentemente, é um excesso. Tem muita gente disputando a luz dos holofotes e fazendo força para aparecer. E o pior que isso não ajuda nas investigações, ao contrário, atrapalha. Primeiro, porque não há senadores e deputados com experiência em investigação em número suficiente para tocar tantas frentes ao mesmo tempo. Segundo, porque desvia a atenção do que é importante e abre espaço para os "vivaldinos" lançarem cortinas de fumaça e encobrirem suas malandragens. Numa investigação, o fundamental é não perder o foco. Tomar conhecimento, detectar contradições, estudar depoimentos, reunir provas, fechar o cerco em cima dos culpados, e não atirar para tudo que é lado para ver se acerta alguma coisa. Todas essas denúncias que estão poderiam ser investigadas por uma só CPI, ou duas. Mas cinco ou seis é um convite à pirotecnia. Ou seja, numa CPI o importante não é a largada; é a corrida. Com a imprensa marcando em cima e a sociedade acompanhando tudo, o que pesa mesmo são os fatos, as revelações, as provas. Portanto, vamos às investigações. E o que tiver de ser, será.

No comentário, também é possível observar que a definição do papel de fiscalização e vigilância sobre as investigações das denúncias cabe à "imprensa marcando em cima". Já a sociedade, afirma o comentarista, "acompanha tudo".

Na edição do dia 21/07/2005, Franklin Martins volta a cobrar respostas das CPIs:

COMENTARISTA FRANKLIN MARTINS: Foram 14 horas de falação e nenhuma revelação. O depoimento de Delúbio Soares deixou claro que a CPI tem que mudar a forma de trabalhar. O essencial agora é investigar as caixas e mais caixas de documentos com a movimentação bancária das empresas de Marcos Valério. O foco deve estar na entrada e na saída de recursos do chamado "Valerioduto". De onde veio a dinheirama ainda sem explicação? De contratos com o governo ou de contribuições por fora de empresas privadas? Para onde foi a grana? Que tipo de despesas ela pagou? Que partidos ou políticos se beneficiaram dela? Por último, desde quando esse mega esquema de lavagem de dinheiro está em operação? As perguntas são essas e as respostas estão na papelada em poder da CPI. Os primeiros nomes já começaram a aparecer e haverá muitas novidades nos próximos dias. Se o trabalho for bem feito, em duas ou três semanas o país poderá ter um raio X razoavelmente completo dessa história toda. É só puxar o fio da meada e seguir o dinheiro: para a frente e para trás.

No dia 18/08/2005, o comentarista novamente cobra foco nas investigações após o depoimento de Duda Mendonça e do doleiro Toninho da Barcelona (referenciado como preso comum):

COMENTARISTA FRANKLIN MARTINS: Fora a confissão de Duda Mendonça, de que recebeu dinheiro numa conta no exterior, faz um bom tempo que não há novidades na CPI. Depoimentos são tomados todos os dias, mas e daí? É tudo conversa fiada. A falta de foco é gritante, tão gritante que a CPI chegou ao cúmulo de armar o palco para um preso comum, que está fazendo tudo para sair de trás das grades, se apresentar ao país como preso político e acusar um monte de gente sem prova alguma. De onde veio o dinheiro que alimentou o "Valerioduto"? Essa é a questão-chave a ser respondida agora. E a resposta está na documentação em poder da CPI, mas, entra semana e sai semana, e os parlamentares, preocupados em aparecer, não encontram tempo para fazer o dever de casa e analisar a papelada. Ou a CPI muda a forma de trabalhar, ou corre o risco de não conseguir desmontar a tese de que o dinheiro veio de empréstimos legais. Já imaginaram se isso acontecesse?

Em edição do dia 30/08/2005 a cobrança por resultados aparece novamente, desta vez como destaque na escalada e em matéria sobre o assunto. Manchete ressalta que "as CPIs decidem trabalhar em conjunto para apressar investigações, mas atrasam o processo contra suspeitos de receber o mensalão". Em reportagem do

mesmo dia (de 2'30"), a ênfase é dada no atraso que a articulação das CPIs causou à divulgação do relatório sobre os acusados.

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: As CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos vão trabalhar em conjunto para responder as cobranças de resultados. Mas a primeira consequência da cooperação foi o atraso no relatório sobre acusados de receber o mensalão.

No decorrer da reportagem, que mostra que o comando das CPIs foi chamado para "evitar acordos capazes de salvar políticos envolvidos na crise", o repórter novamente ressalta que a decisão de unificar as investigações acabou atrasando a divulgação do relatório com os nomes dos envolvidos "na compra de votos e no esquema de corrupção nas estatais". Ainda na reportagem, o repórter narra que consultores privados cuidariam da análise dos sigilos bancários e telefônicos (dos investigados), que estavam sendo examinados "a passo de tartaruga no Congresso" (o repórter frisa as sílabas e pronuncia lentamente a frase para enfatizar a "lentidão"). Mesmo assim, o presidente do Senado, Renan Calheiros, um dos ouvidos na reportagem, ressalta o compromisso em apresentar respostas:

RENAN CALHEIROS/ PRESIDENTE DO SENADO: Precisamos concluir as investigações, agilizar os procedimentos para que tenhamos num curto espaço de tempo essas respostas que cobram insistentemente de todos nós.

Ao final, o repórter informa que o relator da CPMI dos Correios já havia relacionado 18 nomes de parlamentares para pedir a cassação, mas havia *desistido*, apesar de ter afirmado que faria tal ação. Para a audiência, mais uma vez, os políticos não cumpriram o que haviam prometido.

Os atrasos no processo de cassação também são apontados, desta vez, em edição do dia 29/08/2005. Ao anunciar a reportagem, de 1'30", o apresentador William Bonner afirma que "uma decisão da presidência da Câmara vai atrasar o processo de cassação dos deputados denunciados pela CPI dos Correios". Na sequência, a matéria ressalta que haverá atraso no julgamento dos parlamentares pois a presidência da CPMI não pode enviar os pedidos de cassação por quebra de decoro diretamente para o Conselho de Ética da Casa (em virtude das normas do Parlamento). Somente a Mesa Diretora poderia pedir as cassações. No entanto, para fazer este pedido, seria necessário passar pela Corregedoria da Câmara dos

Deputados, que ainda não havia concluído as investigações. Ao final da reportagem, a única fonte ouvida é a do líder do PSDB, deputado Alberto Goldman (SP), cobrando pressa no andamento dos processos.

Além de fiscalizar os trabalhos das CPIs e de outras instâncias de investigação como o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o telejornal também cobra ação do governo Lula ao apontar a falta de declarações ou esclarecimentos sobre as denúncias. Reportagem do dia 04/07/2005, de 2'44", que trata da reforma ministerial, enfatiza logo na abertura o silêncio do governo:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: O governo manteve o silêncio hoje. Não se manifestou sobre a crise política. Durante o dia, o presidente Lula teve encontros com ministros.

REPÓRTER: Mais um dia de silêncio aqui no Palácio do Planalto sobre as denúncias envolvendo o Partido dos Trabalhadores e a suposta participação do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, nas negociações do empréstimo de R\$ 2,4 milhões para o PT. O Planalto também não comentou o fato de a agência de publicidade que presta serviços ao governo ter pago parte da dívida do PT. O presidente Lula se concentra agora na reforma ministerial. (...)

O telejornal também acompanha atentamente as ações do PT durante todo o processo de investigação pelo Congresso. Ao anunciar reportagem do dia 07/06/2005 (de 4'11"), por exemplo, Fátima Bernardes destaca que "*depois de três semanas tentando barrar a CPI dos Correios, o PT decidiu hoje apoiar a comissão. Mas o partido quer que as denúncias do mensalão para deputados sejam apuradas pela Corregedoria da Câmara*".

Na reportagem, é ressaltado que, apesar do recuo, o partido quer uma CPI restrita aos Correios como forma, segundo o deputado Rodrigo Maia, do PSDB-RJ, um dos ouvidos na matéria, de "*acalmar o fato*" (interessante notar que PT e governo são tratados como a mesma instância na reportagem – Maia, por exemplo, refere-se, na declaração, ao governo).

Fica evidente, na análise deste enquadramento, a pressão para que sejam definidas as culpas e, no caso de parlamentares, que sejam votadas as cassações de mandato. Além disso, a cobrança é expressa como uma demanda da sociedade (o que a sociedade espera que seja feito), à medida que a CPMI dos Correios vai chegando próxima a um relatório final e que as outras instâncias de investigação concluem os trabalhos.

Por outro lado, à exceção dos acusados diretamente, todos os outros atores políticos acabam por declarar urgência e apoio às investigações, seja o presidente Lula, membros do governo ou do PT, partidos da base aliada, e especialmente, os partidos de oposição. Estes, muitas vezes, são mostrados nas reportagens como os que lideram as investigações no jogo das negociações entre governo e oposição. Neste movimento, as personagens do campo político alinham-se publicamente ao discurso jornalístico, numa tentativa de reconfigurar o jogo político e recuperar as reputações atingidas.

d) Jornalismo *versus* política

A partir da análise de reportagens, notas e editoriais, foi possível perceber as íntimas e tensas relações entre o jornalismo e a política nos rumos do Escândalo do Mensalão. Ao mesmo tempo que a cobertura jornalística serviu de fonte de denúncias (em uma espécie de autorreferência, uma vez que as reportagens sobre as denúncias citavam e mostravam imagens de outras matérias de jornais, revistas e do próprio *Jornal Nacional*), o telejornal utilizou-se dos atores políticos para estruturar seus enquadramentos (a partir de informações de fontes em *on* ou *off*)¹²¹.

De outro lado, os políticos também aproveitavam a possibilidade de obter visibilidade não só para expressarem seus pontos de vista, mas também para alcançarem seus objetivos políticos – muitas vezes, tentar restaurar a confiança abalada. Um dos exemplos desta complexa relação foi o episódio da divulgação da lista de parlamentares (e seus respectivos assessores ou parentes) que teriam ido ao Banco Rural, em um *shopping center* de Brasília para sacar dinheiro nas contas das empresas de Marcos Valério.

O caso, que recebeu a cobertura durante três dias de telejornal no mês de julho (14, 15 e 19/07/2005), tornou-se um momento de questionamento do próprio trabalho jornalístico. No dia 14/07/2005, com destaque nas manchetes, e sob o selo de informação exclusiva, o telejornal sugeriu, na abertura da matéria, que o cruzamento

¹²¹ A começar pela denúncia de Jefferson à *Folha de S. Paulo*. Ao longo dos três meses de noticiário, ficou evidente como a mídia fundamentou o trabalho das CPIs. A *Revista IstoÉ*, por exemplo, publicou entrevista da ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio, na qual dizia ter visto malas de dinheiro saindo da agência do publicitário. Já a *Revista Época* publicou a entrevista de Valdemar Costa Neto denunciando acordo de “caixa dois” entre o PT e o PL para a campanha das eleições de 2002.

de dados comprovava o envolvimento no escândalo dos deputados citados por terem sacado ou mandado sacar dinheiro na agência:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: A agência do Banco Rural em Brasília que se tornou famosa no escândalo do mensalão não foi visitada apenas por integrantes do Partido Liberal, do Partido Progressista, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Um cruzamento de dados feito por um deputado – e obtido pela jornalista Cristiana Lobo – mostra que os petistas ou parentes ou assessores e funcionários de petistas, também estiveram na agência. Em quatro casos, as visitas se deram em dias em que as empresas de Marcos Valério fizeram saques volumosos. Em cinco casos, o relatório do Coaf não registra saques de R\$ 100 mil reais ou mais (sic).

Lima (2006) narra como este episódio da cobertura do *Jornal Nacional* foi objeto de polêmica na própria mídia, tendo sido discutido no *Correio Braziliense*, no *Blog do Ilimar*, do jornalista Ilimar Franco, e até mesmo em comentário da jornalista Claudia Bomtempo no telejornal *Bom Dia Brasil*, da mesma emissora, no dia 15/07/2005.

Bomtempo comentou que alguns nomes divulgados não estavam batendo: "Nestes momentos de avalanches de denúncias, é um perigo divulgar antes de investigar". Em edição do dia 16/07/2005, o *Correio Braziliense* relatou como o cruzamento teria surgido na assessoria de informática do PFL, feito por um repórter do próprio jornal, e abandonado porque a checagem das informações havia mostrado que a lista não era confiável. Entretanto, havia ficado na base de dados do PFL e sido aproveitado para o *Jornal Nacional* (pp. 26-27).

Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o próprio líder do PFL, deputado Rodrigo Maia, afirmou que fez o cruzamento a pedido da TV Globo, que "estaria querendo pegar o PT" e que teria avisado sobre a presença de homônimos. Em matéria do dia 15/07/2005, o telejornal teve de informar que até mesmo dois assessores do deputado Rodrigo Maia haviam ido à agência.

Apesar dos questionamentos e das informações contraditórias, no dia 19/07/2005, o telejornal voltou a apresentar matéria (de 5'52") sobre o tema, reforçando o enquadramento de que o cruzamento comprovava o envolvimento dos parlamentares no mensalão. Na edição, foi enfatizado que o empresário Marcos Valério entregou uma lista de 11 funcionários e assessores do PT que teriam feito saques nas contas das empresas dele a pedido de Delúbio Soares.

Mesmo que tenha ouvido a reação dos parlamentares acusados nas matérias, mais uma vez, às fontes coube o papel de se defender. Após descrever o episódio,

Lima (2006) aponta que dos nove parlamentares denunciados nas matérias, apenas três foram formalmente citados no Relatório Final da CPMI dos Correios como beneficiários do mensalão (pp. 27-28).

As relações entre jornalistas e políticos foram tão intrínsecas, que em determinados momentos da cobertura, ficou explícita a retroalimentação dos bastidores. Por exemplo, no dia 17/08/2005, matéria (de 3'50") veicula declaração do relator da CPMI dos Correios, Osmar Serraglio, do PMDB-PR, sobre o trabalho dos "arapongas" da imprensa.

Na realidade, a reportagem trata dos documentos apreendidos pela Polícia Civil e o Ministério Público Estadual com o contador de Marcos Valério, em Minas Gerais, além de enfatizar a informação de que a mulher de Valério, Renilda de Souza, recebera um *habeas corpus* para depor na CPMI dos Correios. Na matéria, o repórter também aponta a demora do Supremo Tribunal Federal - STF em liberar o acesso da CPMI aos documentos apreendidos em outro local, o Banco Rural, em Belo Horizonte. Depois de veicular uma declaração do deputado Onyx Lorenzoni, do PFL-RS, suspeitando da vontade do presidente do STF, Nelson Jobim, em colaborar com a CPMI, o relator confere aos vazamentos da imprensa a informação de que o conteúdo dos documentos seria "pólvora pura".

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)/ RELATOR DA CPMI DOS CORREIOS: Até onde, e aí o vazamento da própria imprensa, que é muito investigativa e traz as coisas antes que a gente tenha acesso, conseguem os arapongas da imprensa. Através deles, nós sabemos que realmente essas informações que virão serão pólvora pura".

Os vazamentos de denúncias e trocas de informação nos bastidores também foram alvo de investigação na própria Câmara dos Deputados, de acordo com nota irônica que foi ao ar no dia 17/08/2005 (de 26"). No texto, o telejornal informa que o Conselho de Ética da Câmara havia arquivado o processo de cassação contra o deputado doutor Francisco Gonçalves, do PTB, por ter "*declarado à imprensa que viu um homem com uma mala cheia de dinheiro no plenário da Câmara. Por esta declaração, foi denunciado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto.*" Na sequência, o apresentador informa que "*o Conselho vai sugerir à Mesa Diretora que o deputado receba uma censura, por escrito, por ter procurado a imprensa em vez de denunciar o caso.*"

Um exemplo de tensão na relação entre jornalismo e política foi o questionamento direto do presidente Lula quanto ao papel da mídia durante o período estudado, especialmente em julho e agosto. Na maioria das vezes, o telejornal destacava as falas de Lula. No entanto, também fazia o contraponto com a reação da oposição. Em 03/08/2005, o telejornal enfatizou o discurso do presidente na escalada: *"Um discurso inflamado. O presidente Lula critica a imprensa. Disse que se for candidato à reeleição, vencerá."* Ao mesmo tempo, destacou a cobrança da oposição: *A oposição quer que ele assuma responsabilidades pela crise".*

Na abertura da matéria, o apresentador *ressalta que "Lula criticou mais uma vez o trabalho da imprensa, atacou a oposição e disse que se for candidato à reeleição, vencerá. A oposição pediu que ele assuma responsabilidade pela crise"*. Em seu pronunciamento, em Garanhuns (PE), Lula afirmou que *"nós estamos vivendo uma crise política em que todo dia tem uma denúncia aqui, uma denúncia ali, outra denúncia acolá. Espero que o Ministério Público mova uma ação e quem deve pagar, pagará. Seja do PT, seja católico ou seja evangélico, seja do PMDB. Não tem cor, não tem raça, não tem sexo e não tem ideologia. Mas também eu peço que aqueles que não cometeram nenhum delito e que os seus nomes ocuparam as manchetes dos jornais, na hora que for provado que eles são inocentes, que pelo menos, a imprensa brasileira divulgue e peça desculpas àqueles que foram acusados injustamente"*.

Na mesma matéria (de 4'30"), porém, o então senador pelo PDT-AM, Jeferson Peres, rebateu o discurso de Lula, ironizando que o presidente deveria pedir desculpas à nação ao invés de culpar a imprensa. Ao final, o senador Aloizio Mercadante, líder do governo, afirma que é muito importante que tudo seja apurado.

Mas, o ponto alto de tensão (e oposição) entre o jornalismo e a política (e os políticos) ficou evidente em três episódios em que Jefferson (14/06/2005) e Dirceu (23/07/2005 e 22/08/2005) criticaram diretamente a cobertura do *Jornal Nacional*. Este, por sua vez, apresentou editoriais em defesa do jornalismo como resposta.

No dia 14/06/2005, por exemplo, os apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner revezaram-se em responder às críticas à imprensa. Fátima Bernardes começou resgatando as acusações de Jefferson contra a *Veja* (39"). Em seguida, Bonner destacou que o deputado Roberto Jefferson havia contado, durante o depoimento no Conselho de Ética da Câmara, ter pedido ajuda a José Dirceu para *"tentar barrar"* o noticiário contra ele. De acordo com a nota, de 1'20", inicialmente

Jefferson teria se referido à revista *Veja*.

Na sequência, Jefferson aparece, gesticulando enfaticamente e simulando o diálogo com Dirceu, no depoimento: “*e disse a ele: você tem como me ajudar na Veja? Ele falou: não! A Veja é tucana. Você tem como ajudar da Globo?... Esse eu tenho por cima* (imitando resposta de Dirceu)... *Esse eu seguro...(idem) E não segurou, não!*” (em voz alta).

Após esta última imagem, fica expresso o ar de reprovação de Fátima Bernardes, que sinaliza ao telespectador, com os olhos e as sobrancelhas, que o que foi dito não merece crédito. De acordo com a apresentadora, Roberto Jefferson demonstrou “*irritação*” com o prosseguimento do noticiário. Em seguida, Jefferson continua reclamando do tratamento da mídia, em particular do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Época*, que estariam tentando destruí-lo.

Na sequência do trecho de mais uma fala de Jefferson sobre *O Estado de S. Paulo* (que estaria tentando linchá-lo, e por isso ele teria escolhido a *Folha de S. Paulo* para dar suas entrevistas), Fátima Bernardes inicia um editorial (não identificado como tal) de 1’39” em resposta a Jefferson. Logo na abertura, afirma que o deputado “*em ataque às Organizações Globo, esqueceu-se de mencionar o que diziam as reportagens que tanto o irritaram*”. A apresentadora retoma o conteúdo da reportagem veiculada na revista *Época*, reafirmando que os principais jornais do país publicaram a denúncia da revista, como uma forma de confirmar que o conteúdo publicado era, por isso, verdadeiro.

Ao final, encerra o editorial ressaltando, em tom grave, que “*as organizações Globo entendem que o jornal O Globo e a revista Época cumpriram apenas com a sua missão de informar. Será sempre assim. Como o deputado Roberto Jefferson pode constatar, nas organizações Globo ninguém segura informação nenhuma. Aqui, para alguma coisa ser noticiada, basta ser verdade*”. Em seguida, Bonner informa que os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não quiseram se manifestar.

Já no dia 23/07/2005, o telejornal veiculou resposta às críticas de José Dirceu à imprensa brasileira e ao *Jornal Nacional*, em particular, na cobertura sobre o caso de suspeita de pagamento de caixinha na FIRJAN a partir de denúncias feitas por pessoas envolvidas com a máfia do INSS no Rio de Janeiro (mencionado aqui em análise de enquadramento anterior). Em nota de 2’34”, o telejornal apresenta as críticas de Dirceu: que estava sendo submetido a um linchamento moral – “*uma covardia jamais*

vista na história política deste país" – e que seu patrimônio moral havia sido "massacrado" em duas reportagens do telejornal da Globo. O então ministro se queixava também de, apesar de ter sido ouvido, suas afirmações seriam registradas apenas como "obrigação formal" nas reportagens.

Em seguida, o apresentador Renato Machado defende a cobertura do telejornal em editorial de 1'52". Logo no início, afirma que a TV Globo jamais discutirá o direito do deputado Dirceu ou de quem quer que seja criticar o trabalho da imprensa. Mas que é diferente "acolher as críticas como justas". Também relembra o conteúdo das matérias e justifica a importância do teor das gravações de duas ex-auditoras fiscais do INSS presas, que afirmavam haver recolhimento de caixinha na FIRJAN a mando de Delúbio Soares e com o conhecimento de Dirceu.

Ao final, o editorial critica a forma como o ex-ministro da Casa Civil se relacionou com a imprensa (o que tiraria a legitimidade de sua reclamação) e defende o "bom jornalismo" praticado pela TV Globo:

APRESENTADOR RENATO MACHADO: (...) Procurado na época, o ex-ministro limitou-se a divulgar uma curta nota negando as acusações. Aliás, este tem sido o comportamento dele, que vem sistematicamente se negando a falar com a imprensa. É um direito dele. Essa atitude, porém, tira dele a legitimidade para acusar a TV Globo de não lhe conceder o direito de defesa. A TV Globo continuará fazendo um bom jornalismo e procurando ouvir todos os lados que, de fato, queiram falar.

Em outro episódio de duelo explícito entre o *Jornal Nacional* e o ex-ministro da Casa Civil, no dia 22/08/2005, o telejornal destaca, em manchete, a entrega da defesa de Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e sua afirmação de que as acusações "são delírios e frutos de uma mente doentia". Após reportagens sobre a entrega da defesa, o telejornal responde, durante 1'21", ao protesto de Dirceu, enviado por e-mail, contra comentário de Arnaldo Jabor do dia 19/08/2005.

Neste dia, Jabor havia afirmado que o crime "que investigamos no Brasil hoje é a tentativa do PT de tomar o Estado e ficar no poder muitos anos. Para isso montaram uma rede de corrupção inédita na vida do Brasil". Ainda em seu comentário, Jabor defendia o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, das acusações feitas pelo ex-assessor Rogério Buratti, e procurava mostrar as denúncias contra Palocci como uma forma de encobrir um crime mais grave, "sistêmico", de Dirceu. Para o comentarista, "não é possível que o PT de Dirceu continue a comandar o espetáculo desse circo na

base do todo mundo é igual e do quanto pior, melhor".

Na crítica ao comentário de Jabor, Dirceu acusava o comentarista “*de transformar fantasias cinematográficas em comentários para jornais e emissoras de rádio e televisão e de apresentar o deputado como o personagem malvado do folhetim, responsável por tudo de ruim que acontece no país*”. Em resposta à crítica do ex-ministro da Casa Civil, o apresentador William Bonner afirmou, na edição do dia 22/08/2005, que “*o deputado Dirceu se queixa especialmente do comentário no Jornal Nacional da última sexta-feira. Ele diz que Jabor o acusa de querer destruir Palocci. O deputado afirma que são calúnias irresponsáveis transmitidas com o objetivo de desmoralizá-lo em favor de interesses obscuros. O deputado José Dirceu classifica as palavras de Jabor de leviandades sem fundamento na realidade, tipificadas como crime no código civil. Dirceu diz que elas extrapolam os limites da liberdade de expressão. E se declara admirado por terem sido acolhidas por uma empresa de comunicação respeitável como as Organizações Globo*”.

Ao final, Bonner encerrou, categoricamente, afirmando que “*o Jornal Nacional tem a convicção de que Arnaldo Jabor age sempre de acordo com os pilares da ética jornalística. Os mesmos que nos levam aqui a divulgar o e-mail do deputado José Dirceu, mesmo discordando dele*”.

Vimos, neste e em outros exemplos desse enquadramento, como as relações entre o jornalismo e a política foram expressas na cobertura. Ao mesmo tempo que houve uma interação evidente entre fontes e jornalistas, inclusive em episódios polêmicos e de bastidores, como o cruzamento de dados feito pelo PFL, foi possível perceber a tensão entre os campos e a disputa pela credibilidade.

Interessante observar como o *Jornal Nacional* respondeu às críticas de Dirceu e Jefferson, trazendo para dentro da cobertura um embate explícito e direto com os atores políticos. Ao fazer isso, o telejornal assumiu a defesa de seu jornalismo em oposição à política e aos políticos, e os atores políticos reconheceram o telejornal como um ator político relevante.

e) Explicadores do mundo da política

Este enquadramento esteve presente em reportagens, notas e comentários que tiveram como objetivo contextualizar, esclarecer, informar detalhes ou sequências de ações para que os telespectadores pudessem acompanhar os acontecimentos.

Um exemplo pode ser percebido em matéria da edição do dia 12/08/2005 (de 2'50"), em que o telejornal tenta mostrar, de maneira comparativa com a realidade do brasileiro comum, o que representam os valores em dinheiro citados nas reportagens sobre o mensalão:

APRESENTADOR WILLIAM BONNER: Os brasileiros têm acompanhado denúncias de corrupção e esquemas milionários de financiamento de campanhas políticas. E a cada depoimento nas CPIs do Congresso, as explicações dos acusados e das testemunhas revelam cifras gigantescas. Muitas vezes tão altas, que a maioria dos brasileiros tem até dificuldade de imaginar o que esse dinheiro poderia comprar.

MARCOS VALÉRIO / EMPRESÁRIO, À CPI: O valor é pequeno, se eu não me engano, R\$ 6,7 milhões, senador.

REPÓRTER: O que o empresário Marcos Valério considera "valor pequeno", daria para comprar 352 casas populares. Mas o empresário já falou de valores muito maiores. À Polícia Federal, ele entregou uma relação com vários beneficiários. E saques que passam de R\$ 55 milhões.

ENTREVISTADO: Não sei nem quantos zeros têm nesses R\$ 55 milhões, é muito zero, né?

REPÓRTER: Para este economista, quem vive de salário mínimo precisaria de muito tempo para juntar tanto dinheiro.

RICARDO DE SOUZA / ECONOMISTA DA PUC-RIO: A pessoa teria que trabalhar durante 184.057 meses sem gastar nada pra poder ter esse valor no final. São 14.158 anos. Não é nem uma vida, é uma eternidade.

REPÓRTER: E R\$ 55 milhões dariam para comprar 220 apartamentos de dois quartos em Copacabana, Zona Sul do Rio; 2.906 carros populares. Pouco mais de 300 mil cestas básicas, o suficiente para alimentar a população de Goiânia. Na caderneta de poupança, renderia mais de R\$ 440 mil por mês.

Tudo começou com R\$ 3 mil, um bolinho de dinheiro assim. Mas com a abertura das CPIs em Brasília, os números aumentaram, viraram milhões e se tornaram familiares aos ouvidos dos brasileiros. Valores que a maioria só vai ver mesmo pela televisão.

Pelas ruas do Rio, ao lado do economista Alexis Cavicchini, encontramos Anderson, um brasileiro que ganha R\$ 331. E está construindo a casa própria, com dois cômodos.

ENTREVISTADO: Já gastei mais de R\$ 7 mil e tenho que gastar mais R\$ 1 mil pra poder morar.

ALEXIS CAVICCHINI / ECONOMISTA: Você quer ver R\$ 55 milhões, quantos cômodos seriam? Você gastou R\$ 7 mil? Dariam 15 mil cômodos.

REPÓRTER: Todos os dias, pelas mãos de Marcelo, passam em média, R\$ 400. O cobrador é mais um brasileiro que fica espantado quando descobre quanto valem os R\$ 55 milhões. Para você conseguir botar a mão nesse dinheiro você vai ter que fazer 344 mil viagens.

Em outra edição, do dia 27/08/2005, o telejornal apresenta reportagem (de 2'59") explicativa sobre os bastidores do Congresso. A matéria enfoca a política a partir do olhar do cidadão comum que trabalha ou visita o Parlamento enquanto se desenrolam as atividades das CPIs. Interessante ressaltar como o mundo da política é

ênfatisado: distante da realidade cotidiana, fora do alcance da população e, de certa maneira, falso (no sentido de encenação para a plateia), alvo de desconfiança.

APRESENTADOR CHICO PINHEIRO: O país acompanha de perto a crise que atinge o governo e o Congresso. Ela tem feito muitos brasileiros assistirem atentamente aos depoimentos nas três CPIs que estão funcionando. Mas o que acontece nos corredores e bastidores do Congresso? É o que mostra o repórter Marcelo Canelas.

REPÓRTER: Nunca o país acompanhou tanto.

TAXISTA: Eu não perco um depoimento, acompanho tudo de perto.

REPÓRTER: E os deputados sabem muito bem disso.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Senhor presidente, senhores deputados, telespectadores.

REPÓRTER: Para consumo externo, a discussão é aos gritos.

(IMAGEM de parlamentares): Não, aqui não!

REPÓRTER: Mas o verdadeiro tom do debate é o sussurro. O cochicho é a língua do Congresso. De preferência, quase sem ouvir, de preferência, quase sem ver, até que apareça um enxerido. Estamos atrapalhando, deputado? Não pode ouvir não?

DEPUTADO SANDRO MABEL (PL-GO): Não. (risos)

REPÓRTER: Bem, se podemos, parece que não devemos ouvir a tal da verticalização. Mas o que atrapalha o deputado, atrapalha o funcionário. Gente demais, espaço de menos. A pessoa se estressa. Está querendo passar aí, companheiro?

(IMAGEM de mão na câmera impedindo a passagem)

REPÓRTER: Nervos à flor da pele contaminando os funcionários e causando desconfiança nos visitantes.

FABIANA VIEIRA/ESTUDANTE: Às vezes, a gente acha que eles falam a verdade, às vezes a gente acha que é mentira.

REPÓRTER: No fundo, é aprendizado para toda a família.

EMÍLIA SARAIVA / DONA DE CASA: O que a gente fala é para não seguir o exemplo.

REPÓRTER: São visitantes, turistas, manifestantes, funcionários, milhares de pessoas circulam diariamente aqui no Congresso Nacional. Quase todo mundo acompanhando bem de perto o que se passa em Brasília. A gente percebe, claro, o desapontamento, uma certa tristeza com os rumos da crise, mas também um comportamento tipicamente brasileiro: a imensa capacidade que temos de rir de nossas próprias desgraças. Rir, por exemplo, quando você traz para o Congresso algo para lá de suspeito.

MARCIO ROBERTO: Pois é, onde a gente trabalha é indispensável a gente trazer a mala. O risco da mala já existe há muitos anos. É o povo que ainda não tinha descoberto.

REPÓRTER: E o senhor tem o que aí dentro?

MARCIO ROBERTO: Tenho documentos de muita importância, de minha particularidade. O documento é meu!

REPÓRTER: Rir como fazem os garçons gêmeos das CPIs. Quem é quem?

GARÇOM: Ele. Eu com ele, ele.

REPÓRTER: Osmar e Osmair têm muito trabalho, mais de cinco mil cafezinhos, mais de quatro mil litros de água por dia.

OSMAIR SILVA/ GARÇOM: Se depender de mim, de sede eles não morrem, não, com certeza. Eu fico ali, correndo por fora, igual um zagueiro.

REPÓRTER: O enorme crucifixo pendurado no pescoço de Osmair dando sopa na CPI? Tem parlamentar apelando.

OSMAIR SILVA/ GARÇOM: Alguns deles ainda pedem e ainda beijam. São senadores que chegam e pedem e beijam. Rapaz, me dá isso aqui, posso beijar? Beija, rapaz, o negócio está feio mesmo, então...

(IMAGEM do crucifixo).

Neste enquadramento, fica evidenciado como o *Jornal Nacional* procurou exercer um papel pedagógico para a audiência. Ao assumirem explicitamente a missão de esclarecer (como um dos pilares da responsabilidade social a que estão comprometidos, conforme vimos no capítulo anterior), apresentadores e repórteres demarcaram sua diferença em relação à audiência, colocando-se diante das câmeras como membros de uma elite cognitiva capaz de, a partir de "um lugar de saber" dado pelo jornalismo, indicar o que se deveria pensar sobre a política naquele momento¹²².

Na mesma medida em que explicou o mundo da política para a audiência (como distante da realidade, fora do alcance da população, falso) legitimou-se como explicador autorizado a fazê-lo (jornalistas especializados em política).

Ao longo de toda a análise dos cinco enquadramentos apresentados pelo *Jornal Nacional*, pudemos observar o valor da desconfiança na política e nos políticos como ideia organizadora predominante da cobertura, perpassando todos os enquadramentos. Este valor ficou mais explícito, porém, no enquadramento específico sobre "a desconfiança na política: do jogo de cena aos perus bêbados", mas também no enquadramento "o mensalão existiu", onde foi mais claro o tratamento de desqualificação da política e dos políticos¹²³.

De outro lado, também ficou expresso como o telejornal organizou sua cobertura a partir da ideia de que o jornalismo é fiscalizador da política – não somente dos poderes, como o governo e a Câmara dos Deputados – mas de todas as instâncias que envolvem o campo político: partidos, políticos, assessores, dirigentes partidários. Este valor ficou evidente no enquadramento "é preciso investigar e punir".

Além disso, o telejornal também se colocou com ator da cena política, ao dialogar com os principais personagens, defendendo seu jornalismo diante das críticas, e assumindo uma oposição (bipolaridade) diante da política. Ao mesmo

¹²² Ver Aldé (2004).

¹²³ O tratamento negativo dado pela mídia aos políticos e à política, em particular ao Congresso Nacional, é discutido em Noletto Filho (2009).

tempo, como explicador da política, isto é, como intérprete da realidade política, constituiu-se em sujeito da cobertura, exercendo o papel de quem pode falar sobre o mundo da política para a audiência. Novamente, em oposição à desconfiança na política e nos políticos, é apresentado um jornalismo confiável (isto é, com credibilidade).

A seguir, vamos mostrar como os jornalistas do *Jornal Nacional* compreendem as relações entre jornalismo e política e seu próprio papel nas coberturas políticas, inclusive a do Escândalo do Mensalão.

Capítulo IX – Jornalismo *versus* política: a narrativa dos jornalistas

Neste capítulo, enfatizaremos como a subcultura profissional na qual os jornalistas do *Jornal Nacional* estão imersos como comunidade interpretativa¹²⁴ cria uma espécie de "caldo de cultura" de desconfiança na política e nos políticos que norteia a prática de fiscalização do governo (e da política, por extensão) – ao mesmo tempo que credencia o telejornal como legítima autoridade para falar sobre e com os atores políticos.

De acordo com nossos objetivos, vamos identificar, nos discursos dos profissionais, os valores e ideias organizadoras do jornalismo e da política que acabaram por consolidar a cobertura do telejornal sobre o Escândalo do Mensalão tal qual pudemos mostrar no capítulo anterior.

Para tanto, iniciaremos com um pequeno perfil dos jornalistas entrevistados. Após, teceremos algumas considerações sobre as rotinas produtivas do *Jornal Nacional*: suas principais características, critérios de noticiabilidade, condições e processo de produção. Buscaremos compreender como se estabelece o processo de produção no que diz respeito à estrutura e planejamento, seleção, edição e organização do conteúdo (*gatekeeping*) e os valores compartilhados. Na sequência, destacaremos as mudanças ocorridas na produção de notícias durante o período estudado.

a) Os jornalistas

Os jornalistas entrevistados são profissionais experientes, no auge de suas carreiras. Todos investiram suas vidas profissionais nas redações. A maioria tem em torno de 20 anos de profissão e trabalhou em vários órgãos de comunicação. Alguns começaram em jornal impresso, caso da paraense Cristina Serra que, após formar-se na Universidade Federal Fluminense - UFF, foi contratada pelo *Jornal do Brasil* em 1987, direto para a editoria de Política. Serra trabalhou também na *Tribuna da Imprensa* e na *Revista Veja*. Cobriu o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro na década de

¹²⁴ Cf. Traquina (2005).

1980, a campanha para presidente da República em 1989, e o governo Fernando Henrique Cardoso como setorista do Palácio do Planalto pelo *Jornal do Brasil* na década de 1990. Durante o Escândalo do Mensalão, Cristina Serra trabalhou cobrindo tanto o Congresso quanto o Executivo (Palácio do Planalto).

Cristina Serra conta que sua experiência com televisão começou quando foi contratada pela TV Globo no Rio de Janeiro, em 1990. Ela afirma que ser repórter de telejornalismo foi um aprendizado, pois achava que "não sabia fazer televisão, que nunca ia aprender". Tinha dificuldade com a necessidade de síntese de texto já que vinha do meio impresso e valorizava muito os detalhes de apuração e escrita. Ao mesmo tempo, no entanto, confessa ser fascinada pela espontaneidade e pela rapidez do meio.

Rodrigo Vianna, nascido em São Paulo, e formado pela Universidade de São Paulo - USP em Jornalismo e História, também começou a carreira na mídia impressa, na *Folha de S. Paulo* (1990). Depois, trabalhou na *TV Cultura*, de 1992 a 1995, e na *TV Globo*, entre os anos de 1995 e 2006. Atualmente, é repórter da *TV Record*, em São Paulo. Na *Globo*, foi repórter de diversos telejornais, como o *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje* e *Jornal da Globo*, além do *Jornal Nacional*. De 1999 a 2003, ficou focado em reportagens para o *Globo Repórter*. Em 2000, Vianna acompanhou a campanha de Marta Suplicy para a prefeitura de São Paulo. Em 2004, esteve no Equador para cobrir os desdobramentos do golpe contra o então presidente Lucio Gutierrez. Também participou da cobertura da viagem do então presidente Lula ao Uruguai, em 2005, e das eleições presidenciais de 2006¹²⁵. No período do mensalão, Vianna acompanhou as repercussões do escândalo no Partido dos Trabalhadores, em São Paulo.

Outros começaram a vida profissional diretamente nos meios audiovisuais. A paulista Zileide Silva, formada pela Faculdade Cásper Líbero e com curso incompleto em História, pela Universidade de São Paulo, iniciou a carreira em rádio. Silva narra que seu objetivo inicial era exercer a profissão em jornal, nunca havia pensado em ser repórter de televisão. Mas "caiu" no rádio por causa da voz, e de lá, passou para o telejornalismo.

Trabalhou em uma pequena emissora, *Rádio Jornal de São Paulo*, passou pela *Rádio Bandeirantes*, e então para a *Rádio Cultura*. Em seguida, foi trabalhar no *Jornal*

¹²⁵ Conforme já mencionamos em capítulo anterior, Vianna foi demitido da Globo por não ter assinado um abaixo-assinado feito pela direção da emissora em favor da cobertura eleitoral praticada naquele ano.

da *Cultura*, da *TV Cultura*, em São Paulo. Silva foi repórter de economia no *TJBrasil*, do *SBT*, onde cobriu o governo Collor, e em 1996, começou na *TV Globo*.

Na *Globo*, teve uma experiência internacional ao substituir a jornalista Ana Paula Padrão na sucursal de Nova York quando aconteceu "a grande oportunidade" de sua vida como repórter, o atentado às torres gêmeas do World Trade Center, em 2001. Como o espaço aéreo dos Estados Unidos ficou fechado por uma semana devido aos atentados, impedindo o deslocamento de mais repórteres da emissora para o local, Silva permaneceu por muito tempo no ar, pois era a única da equipe que tinha muita experiência em "vivos".

De volta ao Brasil, Zileide Silva trabalhou na cobertura da campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002. No caso do Escândalo do Mensalão, Silva acompanhou vários personagens, como o ex-deputado Roberto Jefferson.

Já a cuiabana Delis Ortiz, por sua vez, iniciou sua carreira como estagiária da TV Brasília, e, depois de formada pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – UniCEUB, passou a trabalhar para o *SBT*. Em 1991, começou na *TV Globo*, diretamente na cobertura política. Cobriu o escândalo de PC Farias, os trabalhos da CPI que levaram ao *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo e o governo Itamar Franco. Durante o período do Escândalo do Mensalão, Delis Ortiz acompanhou os trabalhos das CPIs no Congresso, especialmente a CPI do Mensalão.

Delis Ortiz conta que teve de conciliar o estudo na universidade, com a criação dos filhos e com o trabalho fora do jornalismo. Era funcionária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA quando fez vestibular para comunicação. E se interessou em trabalhar na televisão incentivada por um professor que considerava seu texto adequado para a linguagem da TV.

O paulistano Marco Aurélio Mello, formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, dedicou grande parte da carreira ao trabalho de edição em TV. Foi editor de economia do *Jornal Nacional* durante os anos de 2003 e 2007. Trabalhou na *TV Globo* por doze anos e, atualmente, é editor especial do *Jornal da Record*, da *TV Record*. Mello trabalhou durante a cobertura do Escândalo do Mensalão editando depoimentos em CPIs, como, por exemplo, o do empresário Daniel Dantas. O jornalista também trabalhou na imprensa especializada e sindical, e em produtoras de TV.

A partir das entrevistas com estes profissionais, procuramos delinear as principais características da subcultura jornalística que envolve a equipe que trabalhou durante a cobertura do Escândalo do Mensalão.

b) A subcultura profissional

b.1) As rotinas produtivas

Uma das principais características do *Jornal Nacional*, segundo o DVD *JN* (2004), William Bonner (2009) e Ali Kamel (2005), é a grande equipe de jornalistas espalhada pelo Brasil que pode ser acionada pelos editores a qualquer momento e pelos mais diversos meios tecnológicos. Os cerca de quatro mil profissionais vinculados às 121 emissoras da Rede Globo e suas afiliadas (que atingem mais de cinco mil municípios brasileiros) seriam uma das principais garantias da diversidade de pontos de vista nas pautas e reportagens diárias do telejornal. Esta diversidade ficaria evidente no próprio processo de produção, uma vez que este depende, em grande parte, do fornecimento de informações das praças locais e do exterior.

De acordo com Bonner (2009), um dia típico de trabalho para a equipe do *Jornal Nacional* começa, pela manhã, com a ronda dos produtores, via telefone, pelas principais praças: as emissoras do próprio Rio de Janeiro, de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, e Brasília, além das afiliadas de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Cuiabá, Goiânia, Fortaleza, Salvador e Belém. A ronda feita pela produção do telejornal tem como principal objetivo a confirmação ou não das previsões de cobertura local, além da verificação da necessidade de articular as informações dos mais importantes polos de produção com as demais localidades no Brasil ou no exterior.

A partir deste levantamento inicial é feito um roteiro, pela equipe de produção sob a responsabilidade de Mônica Barbosa, do que se tem de notícia factual e de matérias já produzidas, a ser apresentado para o editor-chefe e para ser discutido em reunião. Esta reunião conta com a participação dos editores ou representantes das diferentes praças, além de um produtor do canal *Globo News*, normalmente sob o comando de Bonner. Chamada de “reunião de caixa”¹²⁶, é realizada por

¹²⁶ O nome se deve, segundo Bonner, ao aparelho utilizado no início do telejornal, que se parecia com uma caixa de sapatos e permitia que somente um falasse por vez.

videoconferência, possibilitando que todos os participantes possam discutir e atualizar as previsões de pauta e de produção de VTs (*videoteipes*) para a cobertura do dia.

No entanto, segundo Bonner (*idem*), a reunião matinal serve mais "como um fórum para troca de ideias, o acerto de ponteiros e a chance de o núcleo de comando do *JN* ter uma noção do "clima geral da edição daquele dia" (p. 81). À medida que o tempo passa, qualquer informação pode derrubar as primeiras previsões de cobertura e alterar todo o espelho do telejornal.

O chamado espelho é a lista de matérias aprovadas, com suas respectivas retrancas e tempos, disponível para visualização no programa de computador utilizado pelos editores do telejornal para acompanhamento e fechamento do programa. Decidir o que entra e o que não entra no espelho - até o último segundo antes do fim do telejornal - é tarefa fundamental dos editores, especialmente do editor-chefe, William Bonner, e de seu chefe imediato, o diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel.

Além disso, a dinâmica de produção passa por vários momentos de atualização, readequação e reorganização ao longo do dia, como, por exemplo, a reunião de pauta da tarde – a chamada reunião do espelho. É neste encontro que editores recém-chegados ao trabalho – e já devidamente informados por meio dos demais produtos jornalísticos da Rede Globo – se atualizam, discutem os novos acontecimentos e sugerem novas pautas, que acabam por ser organizadas em uma lista para avaliação do editor-chefe. Em entrevista no DVD *JN*, a editora-executiva Fátima Bernardes explica que a reunião da tarde serve para a "venda do espelho" ao corpo de editores do telejornal. É a apresentação, portanto, do "cardápio do dia", quando os demais editores poderão opinar e, eventualmente, mudar algo.

A partir da descrição deste ponto do processo de produção, feita por Bonner (2009), é possível observar que toda a deliberação da equipe passa pelo filtro da hierarquia. Isto é, pelos editores, que vão finalmente selecionar, eleger, filtrar, cortar. Quando um tema ou uma reportagem consegue ultrapassar todos os momentos de seleção e hierarquização, ainda segue para avaliação durante o processo de fechamento, feita pelo próprio editor-chefe e pela chefia imediata. A avaliação do editor-chefe é a mais importante, pois é ele que responde pela edição final do telejornal, do formato ao conteúdo (p. 126).

Mesmo que os editores tenham afinado as matérias com os repórteres e editores das praças locais, como é mencionado no caso de reportagens de cobertura política vindas de Brasília, quem se responsabiliza pelo produto final é William Bonner (em conjunto com o editor-chefe adjunto, Luiz Fernando Ávila, e a editora-executiva, Fátima Bernardes). Este produto final ainda pode passar pela aprovação direta de Ali Kamel antes de ir ao ar, o que traz mais garantias para a direção de que as matérias de cada edição estão dentro dos parâmetros definidos previamente.

Nas palavras de Bonner (*idem*), "enquanto o editor-chefe se ocupa de avaliar os textos e o ordenamento de todas as páginas, são eles que observam não apenas a qualidade das reportagens do *Jornal Nacional* (clareza, pluralidade, isenção e correção), mas também quão fieis elas são às pautas aprovadas previamente" (p. 144). No topo da cadeia de decisão imediata de aprovação está o diretor-geral da Área de Jornalismo e Esporte, Carlos Henrique Schroder, que pode ser acionado pelo editor-chefe e o diretor-executivo a qualquer momento para decisão final – inclusive na aprovação da edição do dia.

O intrincado processo de produção de notícias no *Jornal Nacional* foi exposto no blog de Marco Aurélio Mello, ex-editor do *Jornal Nacional* e um dos entrevistados neste trabalho, de maneira mais enfática e, obviamente, mais livre do que a narrativa do editor-chefe William Bonner¹²⁷. Para Mello, um crítico mordaz da Rede Globo, é nas reuniões, por exemplo, que as definições sobre as matérias podem diminuir as possibilidades de pluralidade em qualquer cobertura, uma vez que busca-se planejar aos mínimos detalhes: qualquer repórter sai da redação com uma pauta definida.

No depoimento público de Mello no blog (postado no dia 11/10/2009), a definição da pauta (em particular de temas considerados mais sensíveis de política e economia) não abrange somente o tema, mas também "os tipos de matérias (se é a favor ou contra), que tipo de entrevistado terá (amigo ou inimigo), qual será a tese e se terá ou não contraditório".

E, segue ele em seu blog, "o que mais tem acontecido, para dar mais dinamismo à produção, é já trazer o 'prato pronto', o que reduz muito a participação intelectual do editor e sua capacidade de interferir no conteúdo. Ainda assim, é possível argumentar a respeito da tese pré-concebida e discutir um novo encaminhamento com o repórter na rua, caso a reportagem ainda esteja em produção".

¹²⁷ <http://maureliomello.blogspot.com> (último acesso em 20/03/2011).

Para Mello, o processo de produção de notícias para televisão é diluído e depende de muitas mãos. Por isso, os ideais de equilíbrio, isenção e imparcialidade seriam uma tarefa quase impossível de ser realizada.

Em outras ocasiões, os repórteres propõem pautas (e segundo os jornalistas entrevistados, são incentivados a fazer isso), mas o perfil de temas acompanhados pelos repórteres ao longo da carreira e o interesse da chefia são determinantes para que a pauta se concretize. A jornalista Cristina Serra, por exemplo, menciona a dificuldade em conseguir fazer reportagens com temas mais humanos em Brasília, na medida em que os editores avaliam que os núcleos de São Paulo e Rio de Janeiro podem fazer matérias melhores a partir deste aspecto¹²⁸.

É justamente o poder de escolha e montagem do espelho que transforma todo o trabalho de apuração feito nos mais diferentes lugares e por profissionais variados em um organizado roteiro sobre o mundo. Mais do que nos jornais impressos e nas notícias publicadas em sites de internet, onde a sinergia entre os vários meios de uma mesma empresa permite a constante publicação de notícias, muitas vezes sem uma organização nítida, a hierarquização das matérias é uma constante no trabalho de edição em televisão¹²⁹.

Fica evidente na descrição das rotinas produtivas que Bonner (2009) faz ao longo de todo o livro que o trabalho de edição de um telejornal passa por instâncias centralizadoras de decisão (os editores no topo da cadeia hierárquica exercem o papel de *gatekeepers*)¹³⁰. Mesmo que vários editores colaborem, critiquem, e façam-se ouvir, as informações apuradas e consolidadas em reportagens, notas cobertas (com imagens) ou peladas (sem imagens) são filtradas, avaliadas, hierarquizadas e organizadas de acordo com critérios subjetivos compartilhados pelos profissionais e pelo comando do telejornal.

Estas instâncias centralizadoras tornam-se mais perceptíveis no vídeo **Um dia no JN**, que faz parte do DVD *JN* (2004). O vídeo mostra um dia de produção do telejornal (03/06/2004), a partir do acompanhamento das reuniões, da rotina de trabalho e de entrevistas com editores, repórteres, produtores, equipes de coordenação e apoio (inclusive as responsáveis pela linguagem visual, áudio, luz, imagens e arte).

¹²⁸ De acordo com as entrevistas, Brasília é considerada pelos profissionais do *Jornal Nacional* como fonte de informações sobre o poder, não sobre o chamado "Brasil real", prerrogativa de Rio de Janeiro e São Paulo.

¹²⁹ Cf. Weaver (1993) e Hallin e Mancini (1989/1993).

¹³⁰ Ver White (1950/1993) e Wolf (2003).

No transcorrer do dia, a aprovação de Ali Kamel e de Carlos Henrique Schroder sobre as escolhas das manchetes, das notícias, dos repórteres e das fontes que farão parte da cobertura, após a reunião da manhã e após a reunião de editores à tarde, por exemplo, são fundamentais para o prosseguimento ou não dos rumos do telejornal naquela edição (considerada tranquila, inclusive, por Kamel e Bonner). Sobre isso, Bonner reconhece e defende, em sua entrevista no DVD, a participação frequente da direção de jornalismo da Rede Globo no processo de produção por uma questão de humildade e lealdade dele e dos profissionais da redação.

Por outro lado, como um produto diário de notícias que obrigatoriamente tem de ser levado ao ar, um telejornal depende, em grande medida, da capacidade de estruturação de suas equipes e condições de trabalho. Isto significa que quanto maior for a possibilidade de buscar informações (ou mobilidade, para usar um termo utilizado pelos entrevistados) e prever os acontecimentos – no sentido de acompanhar sistematicamente as agendas das principais fontes de informação –, maiores serão também as possibilidades de não se perder os principais fatos do dia.

Ainda que o factual seja o valor-notícia mais anunciado do telejornal (inclusive como característica do próprio jornalismo, segundo Bonner), ele tende a se encaixar no contexto de notícias já esperadas e formatadas. De acordo com Delis Ortiz, os fatos previsíveis são a base do trabalho jornalístico. E quando o imprevisível aparece pode trazer mais informações, mas também pode exigir uma produção maior¹³¹.

A necessidade de planejamento advém, em grande parte, da natureza das operações que caracterizam a própria televisão. Uma reportagem de TV demanda o envolvimento de equipe (repórter, cinegrafista e auxiliar - este último nem sempre), carro e equipamentos (câmeras, baterias, kit de iluminação e microfones). Também depende do trabalho de produtores, que muitas vezes são os que descobrem as notícias, checam e fazem entrevistas, antes de o repórter chegar ao local.

Ainda que trabalhe com o factual (previsível ou não), o jornalismo de uma grande emissora de televisão demanda estrutura e planejamento. No entanto, o planejamento também pode servir para formatar o enquadramento das notícias e definir o mais possível a matéria antes de o repórter sair à rua. Aliado ao planejamento, a hierarquização e centralização das decisões no editor-chefe e no

¹³¹ Molotch e Lester (1974/1993).

diretor-executivo sobre o que vai ao ar a cada edição constituem-se em duas das mais importantes características da produção de notícias no *Jornal Nacional*.

b.2) Os critérios de noticiabilidade

Na dinâmica de produção diária, conforme o próprio Bonner (2009) explicita em seu texto, importam mais os temas factuais, que são avaliados sob os critérios estabelecidos de relevância, abrangência, a gravidade das implicações, o peso do contexto, o caráter histórico, a importância do todo (definida como a apresentação de notícias sem seu contexto, organizadas numa sequência lógica, que facilite a compreensão pelo maior número possível de pessoas). Este último critério, inclusive, é apontado como uma orientação da direção de Jornalismo da TV Globo e uma obsessão de todos os jornalistas da casa (pp. 103-104). Além disso, são também mencionados no livro como critérios primários os clássicos: clareza, a correção, a isenção e a pluralidade.

De acordo com Bonner (*idem*) são levados em conta ainda, no processo de produção, dois critérios considerados secundários, mas que impactam em qualquer produção jornalística: o tempo e a complexidade do assunto. O tempo é fator determinante em televisão, uma vez que fundamenta o patrocínio dos anunciantes e a medição de audiência. Portanto, é um dos maiores objetos de disputa durante a produção de um telejornal entre repórteres e editores.

Para além do tempo, a complexidade de um assunto pode influenciar no espaço destinado a ele e na abrangência e detalhamento da cobertura. Assim, um tema muito complexo, como o do Mensalão, levou, por exemplo, a matérias com tempos de cinco ou sete minutos, impensáveis em épocas de coberturas típicas (com cerca de um minuto e trinta segundos).

Outro grande critério de noticiabilidade em jornalismo de televisão é a obtenção de imagens. Paradoxalmente, segundo Bonner (*ibidem*), o *Jornal Nacional* é considerado, em primeiro lugar, um programa jornalístico; depois, de televisão. Em decorrência, a possibilidade de se mostrar uma imagem não impede a veiculação de determinada informação; apenas define a maneira como será levada ao ar. A obtenção de imagens foi uma das dificuldades apontadas pelos repórteres entrevistados durante a cobertura do Mensalão, conforme discorreremos mais à frente. Muitas imagens

reproduziram apenas trechos de documentos ou incluíam trechos de gravações de áudio.

Entretanto, fica explícito para o telespectador do DVD *JN* (2004) que, na dinâmica de produção diária, a disponibilidade de boas imagens (um VT de impacto) faz diferença, por exemplo, nas matérias que não são consideradas *hardnews*. No exemplo em questão, a decisão de escolher duas reportagens para a edição do dia baseou-se na análise das imagens (uma reportagem mostrava um curso para fazer churrasco no Rio Grande do Sul. A outra discorria sobre a operação de afundamento de um barco no mar em Pernambuco com a finalidade de se tornar uma espécie de recife artificial).

A seleção por temas do chamado "primeiro time" (compreendidos como *hardnews* - aqueles que ajudam o telespectador a entender de forma mais completa o que aconteceu de impactante e urgente no mundo) é contraposta à busca por reportagens que complementam a edição e que podem dar um tom mais leve ao telejornal (isto é, as *softnews*, que oferecem uma perspectiva mais agradável da vida).

Bonner, por exemplo, afirma em entrevista no DVD *JN* (2004) que as reportagens mais leves fazem com que os telespectadores consigam "respirar" entre os temas áridos apresentados no telejornal¹³². Esta diferença de peso entre os temas *hardnews* e *softnews*, e a combinação com a disponibilidade técnica de imagens faz com que os editores tenham de avaliar subjetivamente cada edição para encontrar a "cara" do telejornal.

b.3) A "cara" do *Jornal Nacional*

A "cara" do *Jornal Nacional* é bem demarcada nas palavras de Bonner (2009): o telejornal é um programa de televisão que tem de agradar ao público (p. 105). Não à toa, em entrevista no DVD *JN*, o editor-chefe afirma que quando se tem mais de uma notícia importante no dia, costuma-se optar pela mais popular.

A "cara" ou o "pensamento" (termo utilizado por Bonner no DVD *JN*) do *Jornal Nacional* está sempre presente no discurso dos jornalistas entrevistados para este estudo e nos depoimentos de outros profissionais nas demais fontes citadas aqui, não importa o lugar ocupado na escala hierárquica. É possível perceber que a

¹³² Ele menciona, em seu depoimento, que a escolha por notícias leves ao final do telejornal tem de ser coerente com o "boa noite" que encerra a edição. Para Bonner, é preciso um bom motivo para desejar uma "boa noite".

definição desta "cara" está internalizada, constituindo-se parte fundamental da subcultura profissional e pairando sobre as decisões editoriais na dinâmica do dia a dia.

A forma mais recorrente de delimitação da "cara" do *Jornal Nacional* entre os profissionais, para além do dever de agradar a audiência, é mencionar o peso histórico do telejornal, seja por sua tradição consolidada (por estar há muito tempo no ar), seja por seu impacto (em termos de audiência e potencial influência) na vida de milhões de brasileiros. Os repórteres da Globo entrevistados, por exemplo, expressam orgulho e, ao mesmo tempo, apreensão em relação à responsabilidade de trabalhar para o *Jornal Nacional*.

Cristina Serra, em sua entrevista, mostrou preocupação com erros factuais em virtude da repercussão "assombrosa" que as informações noticiadas têm na sociedade. Vários editores, em seus depoimentos no DVD *JN* (2004), também demonstraram ter cuidado para não errar na dose de informação ou buscar não pensar muito sobre a responsabilidade enquanto estão editando como forma de aliviar a pressão. Em sua entrevista, Delis Ortiz afirmou que o "*Jornal Nacional* gosta de qualidade. Não é qualquer coisa que entra e não é de qualquer jeito que entra". O nível de exigência seria mais alto na apuração e no tratamento da informação pois é o telejornal do horário nobre.

Na mesma linha, Kamel, por exemplo, define o *JN* como um telejornal de "altíssima qualidade", resultado de um ambiente de grande liberdade (DVD *JN*, 2004). Já Bonner, afirma que a grande vocação do *Jornal Nacional* é o factual. Por outro lado, Carlos Henrique Schroder aponta para a credibilidade como o grande fator que está em jogo no telejornal. Para ele, o telespectador tem de *acreditar* que o que está sendo mostrado é verdade.

A "cara" de um telejornal passa pelas escolhas editoriais consolidadas ao longo dos anos, pelo conjunto de valores compartilhados pelos profissionais sobre jornalismo, o mundo e sobre o próprio telejornal, pelo trabalho dos inúmeros profissionais, e também pelo posicionamento que o comando do telejornal imprime à produção. As regras do que será veiculado podem, muitas vezes, perpassar sutilmente o processo de produção, sem que sejam consideradas critérios de noticiabilidade – ainda que, na prática, funcionem como tal. Na cobertura política, os chamados "temas sensíveis" são mais evidentes.

Rodrigo Vianna afirma em entrevista, por exemplo, que a cobertura política, desde 2003, tornou-se mais sutil, mais direcionada: "tudo passa pelo crivo da autoridade de Ratzinger, o guardião da fé do jornalismo global. Principalmente, nos seguintes temas: racismo, política de cotas, quilombolas, governo Lula, Serra"¹³³.

Para Vianna, durante o governo Lula, o *Jornal Nacional* cumpriu o papel de questionar, em nome da oposição conservadora, políticas importantes adotadas pelo governo, tais como o programa Bolsa Família e a opção pela independência na política externa. Sobre este aspecto, Vianna ressalta que sua afirmação não é esquemática, nem quer dizer que o que é produzido no *Jornal Nacional* é sempre manipulado: "há reportagens importantes, denúncias, serviços. Mas desde que não toquem no núcleo do que a direção da emissora considera decisivo defender".

Portanto, a "cara" do telejornal funciona da mesma maneira que estruturas pré-moldadas para a construção de uma casa. Como afirma Ladeira (2008), o movimento pendular de unir matérias com valores-notícia diferentes retira os acontecimentos de seu contexto social para reuni-los dentro do contexto do próprio telejornal.

Ao se referir ao trabalho exaustivo de tentar fazer caber as matérias mais importantes dentro do tempo pré-definido do telejornal, Bonner usou a expressão "fazer caber o elefante em uma casinha de cachorro" (DVD *JN*, 2004). Poderíamos utilizar a mesma metáfora para refletir a respeito do processo de seleção e produção das notícias. Toda a dinâmica de acontecimentos que envolvem as complexas relações entre o jornalismo e a política passa por um processo de enquadramento para caber na "cara" do *Jornal Nacional*. Isto é, dentro de um conjunto de valores sobre o mundo – especialmente, o da política.

Na corda bamba do cotidiano, compartilhar informações, trocando ideias entre editores, é mais uma maneira de reforçar uma subcultura profissional e minimizar erros do que proporcionar diversidade de pontos de vista, conforme vimos na cobertura sobre o escândalo do Mensalão. Assim, a estrutura do programa pode, com mais ou menos força, dependendo da situação e se o tema é sensível, emoldurar as informações dentro de um enquadramento anteriormente definido ao processo de produção.

¹³³ Referindo-se ao diretor-executivo Ali Kamel.

b.3.1) A busca de reconhecimento entre os pares

A disputa entre os profissionais e a pressão em busca da perfeição (entendido basicamente como uma matéria sem erros factuais) – e, consequente aprovação da chefia – foram outras duas características que ficaram evidentes durante as entrevistas com os jornalistas. Trabalhar para o *Jornal Nacional*, principal vitrine do jornalismo da Rede Globo, concede *status* e poder aos jornalistas da emissora e suas afiliadas¹³⁴.

A busca por reconhecimento e gratificação dentro do ambiente de trabalho (o que já foi considerado na literatura como parte de constrangimentos organizacionais)¹³⁵ atinge a todos os profissionais da escala hierárquica, inclusive o editor-chefe. O próprio William Bonner narra em seu livro (2009) episódio no qual teria corrido o risco de se tornar "um burocrata" ao não ter previsto, de imediato, uma ampla cobertura dos atentados praticados pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006, em São Paulo¹³⁶.

Bonner descreve como ficou "absolutamente arrasado" quando percebeu que a edição daquele dia estava presa ao planejamento anterior (dar destaque à convocação da Seleção Brasileira de futebol masculino) ao invés de enfatizar os atentados do PCC. O livro ainda narra como Bonner admitiu o erro pedindo desculpas à chefia e corrigiu o rumo do telejornal seguindo as instruções de Ali Kamel.

Por meio do contato com os profissionais da emissora e ex-funcionários, também foi possível perceber como os repórteres receiam ter de responder diretamente a questionamentos da chefia, do público ou das fontes, e almejam o reconhecimento interno, além do dado pelo público. Aqueles que normalmente entram no *Jornal Nacional* são reconhecidos como especialistas em determinadas coberturas ou em determinados temas. Na cobertura do mensalão, por exemplo, Delis Ortiz foi considerada por outros jornalistas da Globo entrevistados, como uma autoridade no tema, e foi referenciada várias vezes pelos colegas.

No caso da cobertura política baseada em Brasília, os repórteres do *Jornal Nacional* formam um grupo relativamente pequeno e especializado – que se pode nomear como a elite do jornalismo político do telejornal. Além disso, por serem mais

¹³⁴ Durante as entrevistas e em conversas particulares com os entrevistados, foi possível perceber que existem disputas entre as equipes dos diferentes telejornais. Como cada um tem um perfil definido de audiência, o *Jornal Nacional* paira sobre os demais por ser o mais antigo e também o que tem maior alcance nacional.

¹³⁵ Soloski (1989/1993).

¹³⁶ Interessante notar, no texto, a percepção que o autor tem do que seria um burocrata: alguém limitado pelo planejamento, incapaz de perceber e se adaptar ao fato novo.

experientes e terem uma rede de fontes estabelecida no Congresso, no Palácio do Planalto, no Supremo Tribunal Federal, etc., costumam ficar com as pautas mais importantes sobre os temas políticos. Repórteres, como por exemplo, Heraldo Pereira, Delis Ortiz, Cristina Serra e Zileide Silva (então no *Jornal Nacional* no período estudado) estão ligados à uma divisão interna da Rede Globo que define a cobertura de Brasília como eminentemente uma cobertura do poder, como já mencionamos.

Esta cobertura do poder se realiza nos gabinetes, e também nas relações cultivadas ano após ano entre os jornalistas e suas fontes fora do espaço de trabalho. Ainda que minada pela desconfiança (como mencionaremos em seguida), as relações entre estes jornalistas especializados e suas fontes são também fator determinante para um dia de trabalho bem sucedido no *Jornal Nacional*.

Neste caso, a busca pela informação nova depende exclusivamente do trabalho do próprio repórter ou da vontade da fonte. Muitas vezes, os repórteres propõem uma pauta a partir de uma informação privilegiada, dada por uma fonte antiga, sem passar pelos produtores e/ou editores. Assim, compartilham o menos possível a informação com os demais colegas, mesmo que tenham a orientação explícita da chefia de não guardar furos.

Em outros casos, as disputas podem envolver diferentes níveis de interação entre as equipes. Podem passar, por exemplo, pelas relações nem sempre amigáveis entre editores e repórteres, ou repórteres e produtores, ou ainda cinegrafistas e repórteres. E também por fatores de caráter empresarial. Mello (2009) comenta, em seu blog, a política de incentivo ao corte de gastos. Os profissionais que são gestores de recursos, por exemplo, ganham bonificação se cumprem as metas de produtividade ou se o orçamento fica abaixo do previsto, o que contribui para o aumento da pressão no ambiente de trabalho.

Todos estes elementos estão presentes na realização diária de uma cobertura no *Jornal Nacional* – um exercício sempre contraditório e dinâmico, moldado por inúmeros fatores e pelos próprios acontecimentos, mas que segue alguns critérios editoriais e uma estrutura de produção bem definidos.

Destacamos, até aqui, alguns aspectos relacionados à subcultura profissional compartilhada (incluindo os constrangimentos organizacionais, as pressões, a busca por reconhecimento) e as principais características do processo de produção do *Jornal Nacional* em termos de estrutura, rotinas produtivas, edição e organização do

conteúdo (o papel dos editores como *gatekeepers*), incluindo o planejamento como elemento estruturador do trabalho.

Também mencionamos a estrutura de captação de informação, que alcança o país inteiro e algumas cidades no exterior por meio de emissoras e afiliadas, e a enorme quantidade de profissionais espalhados pelo país. Não necessariamente vinculados à equipe do telejornal, eles podem sugerir e executar pautas a partir de seus locais de trabalho.

Mas, para além desta estrutura que pode ser articulada em rede por meio de inúmeros equipamentos tecnológicos, conforme a necessidade de informação, mostramos como o processo de produção é organizado de forma a selecionar o conteúdo em rotinas estabelecidas de reuniões e definições de pauta com editores, e a partir do planejamento prévio de toda a cadeia: desde a seleção dos temas do dia, sua hierarquização, até qual repórter produzirá que tipo de matéria e qual fonte será ouvida.

De forma resumida, descrevemos os critérios de noticiabilidade expressos pelos responsáveis pelo *Jornal Nacional* como elementos fundamentais de qualquer cobertura, em especial, a política, e as condições de trabalho do ponto de vista das pressões e disputas que marcam as equipes, especialmente os profissionais que produzem a cobertura política. Porém, como este processo de produção funcionou na cobertura do Escândalo do Mensalão? É o que tentaremos mostrar a seguir.

b.3.2) As rotinas produtivas durante o período do Escândalo do Mensalão

O aumento na equipe de profissionais, especialmente no número de produtores, foi uma das características mais marcantes da produção do telejornal durante o Escândalo do Mensalão. Os produtores apoiavam o trabalho de apuração, dando suporte aos repórteres na filtragem, seleção e sistematização da cobertura¹³⁷.

De acordo com os entrevistados, foi criado um núcleo especial de apuração em Brasília (núcleo do mensalão), com profissionais trazidos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que selecionavam o material que chegava aos repórteres e à redação, especialmente os documentos. Também foi criado um núcleo de investigação em São

¹³⁷ Para se ter uma ideia, apenas no mês de julho, 32 repórteres de diversas regiões do país apareceram no vídeo.

Paulo para apurar casos específicos paulistas. Segundo Rodrigo Vianna, os núcleos foram uma alteração operacional para lidar com o volume "brutal" de notícias.

Para Delis Ortiz, o período do Escândalo do Mensalão poderia ser definido como o de uma "guerra de informações". De acordo com a jornalista, a cobertura de escândalo dá muito mais trabalho, é mais tensa e desgastante, e tudo é mais complexo: as denúncias chegam a toda hora, existem reclamações de quem está sendo denunciado, pedidos de resposta, direito de defesa.

Para Zileide Silva, a cobertura de escândalos exige mais tempo e até esforço físico. Além disso, costuma demorar mais e é diferente da cobertura rotineira de política, onde uma matéria pode ser resolvida em um dia. Escândalos como o do mensalão, por exemplo, levam mais tempo para ter uma conclusão.

Tanto os profissionais de Brasília quanto os que foram deslocados de outras praças para a cidade trabalharam na análise e seleção de material numa espécie de "mutirão". Este "mutirão", como foi nomeado pelos jornalistas entrevistados, caracterizou-se por um acirramento do trabalho de apuração, o que incluiu um aumento também na jornada de trabalho.

A rotina de um dia típico de cobertura política em tempos de escândalos foi descrita pela repórter Zileide Silva, em depoimento sobre um episódio polêmico¹³⁸. Segundo Zileide Silva,

"tem uma primeira reunião das 11 horas da manhã, quando todas as praças levam as informações para o Bonner. Tudo o que você tem, o que pode vender, o que pode render matéria ou não, e o que você acha que é importante. E é batido um primeiro martelo (...). Às duas horas tem uma nova reunião. Essa é aqui, da praça de Brasília, onde a gente efetivamente conversa e decide por onde nós vamos trabalhar (...). Todo mundo dá palpite, todo mundo dá sugestão, e você fecha um caminho, uma rota por onde caminhar. Aí, são várias pessoas atuando nessa frente. Você tem um produtor no Palácio do Planalto, um produtor no Congresso Nacional e vários repórteres. Porque aí tem o repórter da Globo News, que está tocando a mesma pauta, tem o

¹³⁸ No caso, o episódio polêmico entre a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira. Na ocasião, Vieira teria dito à imprensa que havia encontrado a ministra reservadamente e que esta teria solicitado agilidade na investigação sobre Fernando Sarney, filho do então presidente do Senado, José Sarney. O exemplo foi utilizado por Zileide Silva para ilustrar o que também acontecia no caso do mensalão, uma vez que respondia a pergunta sobre este contexto específico.

repórter do Jornal Hoje, tem o do Jornal Nacional, tem o do Jornal da Globo. Aí, tem o editor aqui, a chefia e a direção".

Já segundo Marco Aurélio Mello, em época de escândalos políticos, especialmente no caso do Escândalo do Mensalão, o processo de produção "vira de cabeça para baixo", uma vez que o acompanhamento por parte da chefia no Rio de Janeiro se torna mais rigoroso. Para Mello, ao contrário da cobertura "clássica" de política e economia (que já é mais acompanhada pelos editores do que outras editorias, mas que começa com produtores e repórteres garimpando as notícias nos Três Poderes), os escândalos modificam a produção a ponto de, muitas vezes, a notícia chegar de cima para baixo. Além disso, outros interlocutores podem entrar em ação no momento de definir o que irá ao ar, em particular, os executivos da empresa, os colunistas e os repórteres especiais.

Esta definição também depende de um fator crucial: a relação com as fontes. Neste aspecto, é interessante observar como os jornalistas expressaram dois níveis de discurso. Ao mesmo tempo que mencionaram a desconfiança em relação aos políticos e a apreensão em serem manipulados por balões de ensaio lançados pelo governo, falaram sobre um fenômeno oposto: a proximidade de determinados repórteres do *Jornal Nacional* com fontes da oposição. Vamos detalhar melhor este ponto polêmico mais adiante, no tópico sobre as relações entre jornalismo e política.

O acirramento em busca do furo e da audiência foi, igualmente, um aspecto relevante no processo de produção de notícias durante o Escândalo do Mensalão. Nas palavras de Zileide Silva, "o furo é nosso grande alimentador". De acordo com os jornalistas entrevistados, não só houve um aumento na disputa entre os repórteres dos vários meios de comunicação e entre os profissionais da própria Rede Globo, como também entre as chamadas praças da emissora para ver quem apareceria mais no *Jornal Nacional*¹³⁹.

De acordo com a jornalista Cristina Serra, é corrente entre os profissionais a ideia de que a cobertura de Brasília é cíclica: "vem um governo novo, com toda aquela empolgação, aquela lua de mel com o governo. Daqui a pouco vêm as denúncias, aí daqui a pouco vêm os escândalos e isso vai moldando a cobertura de Brasília: o tempo das vacas magras e o tempo das vacas gordas".

¹³⁹ A disputa interna, no entanto, não pode prejudicar a disputa com os concorrentes. Esta é uma orientação expressa pela chefia, segundo Silva. A notícia não pode esperar até o *Jornal Nacional*. Em alguns casos, os repórteres pediam um plantão ou repassavam para o telejornal mais próximo para garantir o furo.

No "tempo das vacas gordas", isto é, quando tem escândalo (com muita denúncia), segundo Cristina Serra, "só dá Brasília no *Jornal Nacional*. Aí a gente abre o *Jornal Nacional*, faz vivo na abertura, encerra o jornal com vivo". Serra explica que Brasília aparece mais nestes casos porque o tema da política dá audiência quando "tem escândalo no meio. (...) e o povo adora isso, não só o povão, mas a sociedade em geral se interessa. (...) porque os poderes ainda são todos umas caixas pretas"¹⁴⁰.

A mobilidade das equipes que trabalharam para o *Jornal Nacional* também foi destaque no período. Várias reportagens foram realizadas em diversos pontos do país, à medida que os principais personagens envolvidos se deslocavam para outras cidades (parlamentares e membros do governo, por exemplo, reuniam-se em São Paulo na sede do Partido dos Trabalhadores - PT) ou que as investigações levavam a novos personagens ou fatos (como, por exemplo, em Minas Gerais, especialmente, Belo Horizonte, sede das empresas do publicitário Marcos Valério). Nestes casos, repórteres locais realizaram a maior parte do trabalho.

Outros aspectos que chamaram a atenção na análise de enquadramento e nas conversas com os jornalistas envolvidos com a cobertura do Escândalo do Mensalão foram a quantidade de informações apresentadas nas reportagens e o tempo de algumas matérias, muito acima dos típicos 1' e 30" dedicados a cada reportagem do *Jornal Nacional*. Como mostramos na análise dos enquadramentos, muitas reportagens tiveram como fonte as informações apresentadas nas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que funcionaram nos meses da amostra. Estas informações estavam em documentos fornecidos pelo próprio Governo, pelas empresas citadas, advogados e depoimentos dos investigados. Boa parte das imagens sobre as denúncias no caso do mensalão eram reprodução de documentos com trechos marcados em destaque, o que nem sempre ajudava o telespectador a compreender o conteúdo das notícias, como vimos no capítulo anterior.

Zileide Silva menciona esta dificuldade no caso da produção das notícias sobre o mensalão. Para ela, no caso de jornal, se o leitor não entendeu a reprodução de conteúdo de um documento, pode voltar a ler. O que não acontece no caso da televisão. Quando muitos gráficos e documentos são apresentados, como aconteceu na cobertura do mensalão, os jornais acabam ganhando porque na televisão, se o telespectador se distrair, pode perder a informação principal.

¹⁴⁰ No caso específico do mensalão, os dados de audiência do período mostram que, nem sempre, a cobertura de escândalo gera aumento de audiência (ver Gráfico 2, capítulo I, p. 34).

Discorreremos aqui sobre os aspectos mais característicos do processo de produção do *Jornal Nacional* no período do Escândalo do Mensalão. Mostramos, a partir dos depoimentos dos jornalistas entrevistados, que foram criados núcleos específicos para dar conta da cobertura e profissionais foram deslocados de outras praças. A rotina de produção foi alterada, com ainda maior acompanhamento da chefia no Rio de Janeiro. Se, como afirmaram Marco Aurélio Mello e Rodrigo Vianna, os textos sobre política são mais acompanhados e quase sempre são submetidos à revisão, no período do Escândalo do Mensalão esta característica tornou-se ainda mais marcante.

De outro lado, a busca pelo furo foi um fator relevante nas disputas com a concorrência e entre os próprios repórteres da Globo. E, do ponto de vista das imagens, houve dificuldades em traduzir informações de documentos em imagens. No próximo tópico, vamos analisar como os profissionais compreenderam as relações entre o jornalismo e a política.

c) As relações entre o jornalismo e a política

A definição, pelos entrevistados, do que é jornalismo, quais suas funções e quais valores regem a profissão foi caracterizada pela tentativa de separar o jornalismo praticado na realidade (aquele que é) do jornalismo ideal (aquele que deveria ser). Por um lado, permanece a definição clássica de informar e esclarecer a sociedade. Neste caso, os profissionais entendem que o jornalismo, ao apresentar temas para a sociedade, cumpre um papel de ajudar o país a debater a agenda pública. Para Zileide Silva, por exemplo, quando se mostra uma irregularidade ou quando se apresenta uma notícia sobre compra de votos no *Jornal Nacional*, está se ajudando a formar um cidadão.

Já para Delis Ortiz e Marco Aurélio Mello, o jornalismo precisa ser compreendido dentro do contexto da democracia. Segundo Mello, o jornalismo é a principal via de acesso à informação em um regime democrático. Delis Ortiz, por sua vez, entende que é um dos pés que sustentam a democracia, ao encarnar a voz dos que não têm voz, ainda que possa também ser um espaço para as autoridades, numa espécie de elo entre os mais fortes e os mais fracos. Segundo a jornalista, "no conceito normal e ético", o jornalismo poderia ser definido como uma construção e uma tradução dos fatos visíveis e invisíveis para o público.

Rodrigo Vianna define jornalismo a partir de outra abordagem. O repórter compreende a profissão dentro do contexto de se construir a narrativa do presente: história dos fatos políticos, econômicos, do cotidiano das pessoas e dos impasses da humanidade. É a possibilidade de oferecer ao público uma interpretação dos fatos. Em tese, a função do jornalista, segundo Vianna, seria frequentar os meandros do poder e contar o que viu ao público, uma vez que diante da complexidade da sociedade atual, é impossível o próprio cidadão fazer isso. Ainda no plano ideal, a principal função do jornalismo na democracia seria narrar a verdade factual para que o cidadão sintasse-se apto a tomar suas decisões e fazer suas escolhas.

No entanto, afirma Rodrigo Vianna, na prática, o jornalismo político serve para fazer política. As manchetes, os textos, as escolhas editoriais dos principais veículos de informação no Brasil indicam que a imprensa não "cobre" o poder, mas participa ativamente da luta pelo poder. Segundo o repórter, nos últimos anos (durante o governo Lula), a imprensa passou a pautar a oposição, tornando-se ela própria parte da oposição. Para Vianna, a chamada grande imprensa no país vende uma imagem de neutralidade, mas cumpre um papel político-partidário.

De maneira semelhante, Marco Aurélio Mello aponta para uma definição crítica do jornalismo político atual. Se o jornalismo seria aquele que atenta para os interesses da maioria da sociedade, no Brasil de hoje, é aquele "que se aproveita da notícia" para defender teses ideológicas ou comerciais.

Ao mesmo tempo, o jornalismo é cada vez mais um grande negócio, e no caso da televisão, está pautado pela audiência, afirma Cristina Serra. Assim, é necessário compatibilizar a preocupação social (que ela tem como jornalista e que o jornalismo tem como função) com a obtenção de sucesso no mercado, uma aspiração legítima de qualquer empresa.

A contradição entre o jornalismo que é e o jornalismo que deveria ser, do ponto de vista específico do jornalismo político, também aparece quando os entrevistados elencam os principais valores da profissão. Porém, todos apontam para a função social e para a possibilidade de transformação que o jornalismo carrega dentro da democracia. Para Rodrigo Vianna, os valores fundamentais do jornalismo são o apego à verdade factual, o compromisso com a transformação social e com a redução das injustiças. Para Delis Ortiz, a busca incansável da verdade (da informação

verdadeira) é o valor mais importante. Não qualquer verdade, ou a verdade individual, mas sim a que interessa ao público e à nação, de caráter comunitário e social.

Zileide Silva concorda com a definição de William Bonner (2009), ao afirmar que os principais valores que regem o jornalismo (inclusive o jornalismo praticado no *Jornal Nacional*, em sua opinião) são a imparcialidade, a clareza, a correção, a objetividade, a isenção, transparência e credibilidade. Na mesma linha, Marco Aurélio Mello aponta para a ética e a correção. Mas, adiciona o profundo conhecimento técnico, o rigor e a excelência (considerando, diz Mello, que o jornalismo ainda é a principal fonte de informação da sociedade brasileira).

Se o jornalismo é contraditório em sua prática e mais complexo do que as definições clássicas apontam, a percepção de que o jornalista ainda tem uma missão de transformação social permanece. Em vários momentos das entrevistas, os profissionais expressam orgulho ou até mesmo um certo desencanto (em caso de não corresponder às expectativas) em trabalhar em algo que necessariamente faz diferença nos rumos da vida política do país e na vida cotidiana da sociedade.

Quando incentivados a pensar o jornalismo político *vis-à-vis* a política, o elemento da fiscalização do poder aparece com mais clareza, na medida em que a percepção da política e dos políticos, para a maioria dos entrevistados, atualmente está relacionada a aspectos negativos de uma forma sistêmica. E os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ainda podem ser considerados pouco transparentes. Cristina Serra resume esta percepção ao afirmar que estamos muito longe do nível de transparência que uma sociedade moderna e democrática deve ter. E que, se houve mais abertura, foi por causa da pressão da imprensa e do Ministério Público.

Para Cristina Serra, o jornalismo tem um componente de guardião da democracia e tem de fiscalizar a corrupção, pois justamente a corrupção prejudica a própria democracia. Faz parte da profissão, portanto, a denúncia e a investigação. Para Marco Aurélio Mello, o jornalismo deveria ser o guardião da democracia e investigador e fiscalizador do governo, mas só cumpre sua missão quando há interesses econômicos das fontes ou de grandes grupos em jogo.

No entanto, pondera Serra, esta função também tem de ser exercida com senso crítico em relação aos próprios jornalistas. Em seu entendimento, o jornalismo não é constituído somente pelos profissionais, mas também pelas empresas e pelas

universidades, sindicatos, associações. E quanto mais claro ficarem estas distinções, mais a missão jornalística pode ser cumprida.

Já em relação à política, os jornalistas afirmaram que, cada vez mais, esta pode ser definida como um jogo de interesses em que não se sabe exatamente em quem confiar, e onde o poder está relacionado a dinheiro. Para os entrevistados, os atores políticos tentam enganar os jornalistas com *mise-en-scènes* que escondem a verdade dos bastidores. Segundo Delis Ortiz, o grau de checagem das informações tem de ser muito rígido, pois não se sabe até que ponto estão te manipulando: "às vezes, uma briga em plenário é acalorada e daí você vai no cafezinho e está todo mundo se abraçando".

Esta desconfiança em relação aos políticos e à política evidencia-se nas narrativas dos jornalistas sobre as negociações com as fontes. Para Zileide Silva, é preciso ficar atento pois todo mundo (referindo-se às fontes) "quer te usar". Como exemplo, ela cita que o governo (referindo-se ao Governo Federal) faz muito isso, joga balões de ensaio para ver se pega.

Particularmente no governo Lula, a desconfiança foi uma característica definidora das relações entre jornalistas e políticos que ocupavam o Poder Executivo, aumentando, muitas vezes, o nível de tensão em momentos de crise ou escândalos¹⁴¹. Segundo Cristina Serra, por exemplo, a relação do ex-presidente Lula com a imprensa era difícil. Não somente pela posição de cobrança muito forte que certos veículos adotam, mas também, de acordo com a jornalista, pela visão pré-concebida que o ex-presidente tinha a respeito da imprensa: às vezes, ao fazer uma pergunta em uma entrevista, o ex-presidente tinha a percepção de que havia "segundas intenções", confundindo a emissora com o profissional.

Já no Congresso, apontam Cristina Serra e Delis Ortiz, há uma enorme facilidade de conseguir declarações porque os políticos estão disponíveis para falar para os jornalistas, mas esta facilidade pode ser um complicador na medida em que os parlamentares também usam os jornalistas para divulgar suas versões e interesses¹⁴².

¹⁴¹ Vamos abordar este tópico com mais detalhes no próximo capítulo. Basta lembrar aqui um dos episódios polêmicos da relação entre governo Lula e mídia: a famosa matéria realizada pelo jornalista do *New York Times*, Rohter, sobre a suposta preocupação dos brasileiros sobre o hábito do presidente Lula de tomar bebidas alcoólicas, o que quase levou à expulsão do repórter do país. Ver Kotscho (2010) e Singer (2010).

¹⁴² Sobre a imagem negativa do Congresso e suas relações com a mídia, conferir Noleto Filho (2009).

Neste caso, se a informação vem de graça, pode ter "segundas intenções": por isso, é necessário entender "qual é o jogo".

E no jogo de desconfianças entre jornalistas e políticos, a relação com as fontes oficiais, aspecto relevante para uma cobertura política, é escorregadia e contraditória¹⁴³. Passa, muitas vezes, pelo uso do *off* e de vazamentos, elementos característicos de coberturas de escândalos (conforme vimos no capítulo III, a partir da discussão do conceito proposta por THOMPSON, 2002).

Cristina Serra, por exemplo, menciona a banalização do uso do *off* no Congresso, onde muitas fontes não falam às claras suas versões para se protegerem. Em outros casos, os atores políticos utilizam o chamado *off* coletivo (uma característica brasileira das relações entre jornalistas e políticos), em que a fonte conta para vários repórteres uma mesma versão quando quer "criticar uma estratégia ou contar uma fofoca". Segundo a repórter, só com o tempo é possível aprender em quem confiar.

Delis Ortiz, por sua vez, conta que há um clima generalizado de desconfiança que atinge a sociedade, mas especialmente, o mundo político. Para a repórter, estamos (referindo-se aos jornalistas) cercados de manipulação, mentiras, um jogo pesado, onde é muito mais difícil para os profissionais encontrar a verdade e onde as fontes estão sob desconfiança mais do que antes.

No caso do Escândalo do Mensalão, de acordo com Zileide Silva, a cobertura foi particularmente difícil porque as fontes forneciam informações contraditórias e ficava "palavra contra palavra". Foi o que aconteceu nas reportagens em que um deputado afirmava que tinha recebido dinheiro do governo e que o presidente Lula sabia. Ir além das declarações de fontes constituiu-se em desafio para a cobertura pois uma investigação demora a ser feita e não contempla o tempo da televisão.

Mas, a relação entre atores políticos, na qualidade de fontes, e os jornalistas também pode ser de proximidade quando os interesses editoriais se alinham aos interesses políticos. Quando as fontes em *off*, que fornecem informações mas não aparecem nas matérias (podendo nunca ser conhecidas pelos telespectadores), ajudam a estruturar e organizar o conteúdo, acabam por atuar como definidores primários (conforme definido por HALL et al, 1993) do enfoque do noticiário.

¹⁴³ Sobre a dependência do jornalismo político em relação às fontes oficiais, cf. Waisbord (2000).

No jogo de bastidores da produção de notícias do *Jornal Nacional* durante o Escândalo do Mensalão, esta proximidade dada por vazamentos (tanto da fonte para os jornalistas quanto dos jornalistas para as fontes) foi mencionada nas entrevistas e em estudos sobre o período (LIMA, 2006). Como descrevemos no capítulo anterior, por exemplo, a proximidade entre jornalistas da Globo e líderes da oposição definiram alguns dos principais acontecimentos do escândalo: a divulgação em 14 de julho de 2005, pelo *Jornal Nacional*, de uma lista de nomes de funcionários e familiares de deputados do PT à agência do Banco Rural, em Brasília.

Os jogos de interesses tornam-se particularmente mais complexos (assim como o trabalho jornalístico), à medida que a cobertura política transformou-se, segundo os entrevistados, em cobertura de escândalos de corrupção, desvios, irregularidades. De acordo com Delis Ortiz, tem horas que o conteúdo político tem sido dominado pelas CPIs. E não se sabe até que ponto se quer investigar, até que ponto o escândalo foi aquele mesmo ou é uma queda de braço entre governo e oposição, ou entre pretensos candidatos futuros. Em alguns momentos, afirma a jornalista, o Congresso parece uma "delegacia de polícia".

Se, antigamente, na percepção dos entrevistados, podia-se definir a política a partir da atuação de governo, das estratégias partidárias, e das negociações (alianças, acordos e conchavos) entre os atores políticos, agora, a própria definição de política passa pelo escândalo, pelo desvio. Esta concepção se traduziria em um novo conceito de cobertura política ligada às denúncias de corrupção. Cristina Serra aponta que, atualmente, para se fazer cobertura política é necessário ter fontes na polícia, em particular, na Polícia Federal. A cobertura de política, portanto, segundo Serra, está associada à cobertura de polícia. Em tempos de escândalos de corrupção, as duas editorias se entrelaçaram.

d) Compreendendo a narrativa dos jornalistas

Interessante observar que esta mudança no perfil da cobertura de política, que enfatiza o escândalo, não é percebida pelos entrevistados como decorrente do impacto do papel de centralidade que a mídia – e conseqüentemente do jornalismo – ocupa nas sociedades contemporâneas. Ainda que compreendam as diferenças no perfil de cobertura e estejam conscientes da repercussão do que fazem na vida política nacional, os jornalistas não estabelecem explicitamente, em suas narrativas, uma

ligação entre suas atuações pessoais, a lógica de produção jornalística e os significados que os enquadramentos de cobertura política podem ter nos rumos do processo político. Imersos nos acontecimentos e em condições estressantes de produção, sentem o peso da responsabilidade em relação a erros factuais, mas não em relação a escolhas editoriais, tampouco avaliam explicitamente como estão no nó da relação entre os campos da política e do jornalismo – isto é, são sujeitos desta relação.

As razões para que esta mudança na cobertura política esteja ocorrendo, segundo alguns dos entrevistados, ainda está na imaturidade de nossa democracia e de nossas instituições, que precisam ser aprimoradas, assim como na ainda pouca atuação da cidadania. A mudança – avaliada como para pior – é debitada no campo da política, não no campo do jornalismo. Não à toa, alguns repórteres mencionaram que a produção jornalística anda a reboque da política, ou seja, o ritmo da política acaba determinando o ritmo do jornalismo – não o contrário.

Marcada pela oposição, as relações entre ambos os campos não são percebidas explicitamente, pela maioria dos entrevistados, como fazendo parte de uma mesma cultura política mais ampla. Os valores expressos sobre a política, para a maioria, advêm prioritariamente de sua condição de jornalistas, não dos valores compartilhados de uma cultura política brasileira dominante.

Tampouco o jornalismo é avaliado pela maioria como uma forma de atuação política ou de poder. O único entrevistado que define explicitamente o jornalismo como integrante do poder é Rodrigo Vianna. Para ele, as corporações de mídia são partes interessadas no jogo do poder, não são neutras. E a função de guardião da democracia, defende Vianna, é do cidadão, não do jornalista. Ele entende que o jornalismo deveria fiscalizar todas as formas de poder, não somente o governo. Ao mesmo tempo, a política é definida por Vianna, "enquanto jornalista, mas antes como cidadão", como a maneira pela qual os atores resolvem seus conflitos. A política define as escolhas sociais, culturais, e também é definida por elas.

Para a maioria, no entanto, o jornalismo é percebido fora do contexto da luta política. As narrativas dos entrevistados tendem a enfatizar os aspectos positivos da profissão (em sua missão de transformação social, investigação e fiscalização do poder), mas não seus aspectos potencialmente estruturantes e contraditórios (o alinhamento com interesses políticos, a lógica do processo de produção interferindo na dinâmica dos acontecimentos políticos, etc.).

Em alguns casos, nem mesmo a possibilidade de influência do jornalismo na política foi adotada nos discursos. Preferiu-se definir que o jornalismo pode determinar como a política vai aparecer no telejornal, mas não influenciar seu conteúdo. No entendimento de Delis Ortiz, por exemplo, este seria apenas o "reflexo" dos acontecimentos do campo político¹⁴⁴. Daí a preocupação com os erros factuais. Assim, uma *cobertura adversária*, tal como a entendemos neste estudo, se reconhecida, seria decorrente, necessariamente, de fatores circunstanciais como os erros, não de fatores estruturantes – constituintes da relação entre jornalismo e política.

No entanto, mesmo que não haja uma elaboração explícita da maioria dos entrevistados sobre as relações entre jornalismo e política do ponto de vista do quanto o campo do jornalismo pode interferir no processo político, especialmente nos momentos de escândalo como o do mensalão, há o reconhecimento de que os jornalistas acabam atuando como juízes da reputação alheia, mesmo que não se sintam confortáveis em desempenhar este papel.

Se numa cobertura de escândalos políticos há guerra de informação e nunca se sabe onde está a verdade, pois paira um clima de desconfiança generalizado entre os principais atores envolvidos, os jornalistas entrevistados sabem que o julgamento da sociedade é realizado a partir da visibilidade a que estão expostos os denunciados. Como afirma Delis Ortiz, a punição vem na mesma hora em que cai a máscara: "você desvela um segredo, uma mentira, e isso tem impacto na vida dos indivíduos". Entretanto, defende, a punição advinda do risco da exposição a que a atividade política é inerente não teria o mesmo significado de uma acusação¹⁴⁵. Para Ortiz, o que os jornalistas fazem é contar a realidade.

Mostramos, até aqui, de que maneira os jornalistas que trabalharam na cobertura política do Jornal Nacional na época do Escândalo do Mensalão compreendem as relações entre jornalismo e política. A partir das entrevistas e da bibliografia, procuramos caracterizar a subcultura profissional do *Jornal Nacional*, enfatizando os valores expressos nas rotinas (de centralização do processo de edição

¹⁴⁴ Uma das exceções foi Marco Aurélio Mello que definiu as relações entre jornalismo e política como "um escândalo".

¹⁴⁵ Esta seria da alçada apenas do Ministério Público e pelas instituições competentes, na opinião de Ortiz. Por outro lado, se a atividade política é cheia de riscos, a atividade jornalística também é considerada pelos entrevistados como passível de erros. Porém, os erros são compreendidos predominantemente dentro da perspectiva individual, decorrente do excesso ou falta de informação ou ainda de informações erradas das fontes.

e dependência de estruturas definidas de produção, por exemplo), os critérios de noticiabilidade (que levam em conta o peso do contexto, o caráter histórico, etc.), os elementos de escolha editorial que constituem a "cara" do telejornal (sua tradição, a obrigação de agradar a audiência) e a busca de reconhecimento dos profissionais entre os pares.

Destacamos ainda a percepção dos jornalistas de que a cobertura política atual transformou-se em sinônimo de cobertura de escândalos, irregularidades e desvios, em uma associação à cobertura de polícia. Mostramos também como a desconfiança na política e nos políticos está presente no discurso da maioria desses profissionais, que se sentem cercados em uma espécie de jogo onde é difícil encontrar a verdade – especialmente pelo uso de *off* e vazamentos. Ao mesmo tempo, a maioria ainda pensa em si mesmo como profissional com uma missão de transformação social e de investigação do poder – ainda que diferenciem o jornalismo cotidiano do jornalismo ideal. É exatamente este "caldo de cultura", como mencionamos no início deste capítulo, que permite a ocorrência de uma *cobertura adversária*.

No próximo capítulo, vamos tentar delinear como as relações entre os jornalistas e a política (particularmente, o governo Lula) foram compreendidas do ponto de vista de quem trabalhou na comunicação do governo durante o Escândalo do Mensalão.

CAPÍTULO X - Jornalismo *versus* política: a narrativa dos assessores

Vamos começar, neste capítulo, traçando um breve perfil dos assessores que trabalhavam na Presidência da República no período estudado e que eram os responsáveis pela comunicação de governo, atuando na Secretaria de Comunicação Social – SECOM, na Secretaria de Imprensa e Porta-Voz – SIP e na Secretaria Geral – SG. Em seguida, de acordo com nossos objetivos, mostraremos o que esses assessores pensavam sobre as relações entre o jornalismo e a política, identificando os valores e ideias organizadoras presentes em seus discursos.

a) Os assessores

Assim como os jornalistas que participaram da cobertura política trabalhando para o *Jornal Nacional*, os assessores que estavam à frente da comunicação de governo também formam um grupo com muita experiência no jornalismo. Além disso, dedicaram grande parte de suas vidas à militância política. Todos integraram, de alguma forma, as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores - PT e/ou do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Alguns ocuparam postos-chave na campanha eleitoral que levou à vitória de Lula em 2002.

É o caso de André Singer, que exerceu o cargo de porta-voz do candidato Lula e, após a vitória nas urnas, foi escolhido para manter a mesma atividade no início do novo governo. Jornalista, professor de Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, André Singer possui experiência profissional em redação de grandes jornais.

Foi repórter especial e secretário de redação da *Folha de S. Paulo*. Durante o período do Escândalo do Mensalão, acumulou as funções de porta-voz com o de Secretário de Imprensa, consolidando o processo de reestruturação interna que fundiu os trabalhos dos dois órgãos. Exerceu os cargos de Porta-Voz e Secretário de Imprensa e Porta-Voz - SIP de 2003 a 2007¹⁴⁶. É autor de *Esquerda e direita no*

¹⁴⁶ No formato atual, a Secretaria de Imprensa faz parte do organograma da Secretaria de Comunicação Social - SECOM.

eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 89 a 94 (2002) e O PT (2001).

Bernardo Kucinski também fez parte da equipe de várias campanhas eleitorais do então candidato Lula. Paulista, graduado originalmente em Física pela Universidade de São Paulo - USP, onde é professor de jornalismo na Escola de Comunicação e Artes - ECA, Kucinski teve longa experiência em redação na imprensa tradicional e alternativa, trabalhando, por exemplo, nas revistas *Veja*, *Exame*, *Caros Amigos* e *Ciência Hoje*, e nos jornais *Movimento* e *Em Tempo*.

Durante exílio no período da ditadura militar, foi correspondente em Londres da *Gazeta Mercantil* e do *Opinião*, e também trabalhou no serviço brasileiro da *BBC (1971-1974)*. No período de 1975 e 1981, foi correspondente no Brasil do *The Guardian*, da revista *Euro Money* e do *Latin American Political Report*. Com vários livros publicados sobre jornalismo e mídia, como *Jornalismo Econômico (1996)* e *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética (2004)*, é especialista em temas como jornalismo econômico e imprensa alternativa. Kucinski também é conhecido por sua militância em defesa dos direitos humanos e em defesa das famílias de mortos e desaparecidos pela ditadura militar¹⁴⁷.

Na campanha eleitoral para presidência da República em 1998, Kucinski exerceu papel fundamental de analista da cobertura jornalística a partir do que depois foi reunido e publicado como *As Cartas Ácidas da campanha de Lula de 1998 (2000)*. Apesar de não fazer parte diretamente do comitê de campanha, tinha a atribuição de fornecer a análise da cobertura da mídia todas as manhãs ao candidato, trabalho que servia de referência para a definição das estratégias de comunicação de Lula e sua equipe direta.

Na corrida presidencial de 2002, Kucinski repetiu a experiência com a produção das análises, desta vez, intituladas de Cartas Críticas. Com a vitória eleitoral, passou a fazer parte da equipe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, como assessor especial vinculado ao então ministro Luiz Gushiken, com a atribuição específica de continuar o trabalho de análise da pauta da mídia com as Cartas Críticas¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Sua irmã, Ana Rosa Kucinski, e seu cunhado, Wilson Silva, foram presos em abril de 1974 e até hoje fazem parte da lista de desaparecidos políticos vítimas da ditadura.

¹⁴⁸ Para o trabalho de acompanhamento da mídia, Kucinski contava com o apoio de três jornalistas. Gushiken acabou perdendo o cargo na reforma ministerial de julho de 2005, sob denúncias de que havia ordenado, ao então diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato,

Logo no início de 2005, a comunicação institucional de governo estava sob responsabilidade da SECOM (inclusive as decisões sobre patrocínio e propaganda) e as relações com a mídia ficavam a cargo da Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID (cujo titular era o cientista político Fábio Kerche) e do Gabinete do Porta-Voz (comandado por André Singer)¹⁴⁹. Em seguida, a Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID e o Gabinete do Porta-Voz foram unificados após a saída de Fábio Kerche da SID, tornando-se a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz - SIP, quando esta acabou por englobar também os trabalhos da SECOM, sob o comando unificado de André Singer¹⁵⁰. Assim, no período do Escândalo do Mensalão, a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz - SIP era a principal responsável pela comunicação do governo.

Mesmo com as mudanças internas, Kucinski permaneceu com a atribuição de redigir suas análises que, eram restritas ao conhecimento do Presidente e a alguns nomes-chave do governo, produzindo diariamente as Cartas Críticas até julho de 2006, quando voltou para a Universidade de São Paulo - USP.

Diferentemente de Singer e Kucinski, vinculados a instâncias dentro da Presidência da República diretamente ligadas à Comunicação, o jornalista baiano Carlos Tibúrcio exerceu o cargo de Assessor Especial da Secretaria Geral, na época chefiada pelo ministro Luiz Dulci. Tibúrcio tinha a atribuição específica de liderar a equipe que redigia os discursos do Presidente, responsável direta por todos os pronunciamentos oficiais de Lula, mesmo os que serviram apenas como roteiro de improvisos. Com a carreira profissional desenvolvida em São Paulo, onde exerceu o jornalismo na imprensa tradicional, em *O Estado de S. Paulo* e na imprensa alternativa, no jornal *Em Tempo*, Carlos Tibúrcio fez parte do comitê de campanha em 2002 e em outras disputas eleitorais do candidato Lula, além de trabalhar no Instituto Cidadania.

Conhecido por sua militância em defesa dos direitos humanos, foi dirigente do grupo Tortura Nunca Mais, em São Paulo, e coautor (juntamente com Nilmário

repasso de dinheiro para uma empresa do publicitário Marcos Valério. Em seguida, Luiz Gushiken ocupou a chefia do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República até 2006, quando deixou o governo.

¹⁴⁹ Nos dois primeiros anos de governo Lula (2003-2004), o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação foi ocupado pelo jornalista Ricardo Kotscho.

¹⁵⁰ A unificação do Gabinete do Porta-Voz com a Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID foi realizada por avaliação interna de que havia sobreposição de trabalho (SINGER, 2010). Posteriormente, já sob o comando de Franklin Martins, em 2007, as duas Secretarias foram unificadas sob o nome da SECOM, ganhando o *status* de ministério.

Miranda) de *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado* (2008). Também foi ativo militante contra a ditadura militar, o que acabou por levá-lo à prisão nos anos 1973-1975.

O envolvimento com a política também é a marca da experiência da jornalista gaúcha Denise Mantovani. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, Mantovani começou sua vida profissional na assessoria de comunicação da prefeitura de Porto Alegre na gestão de Olívio Dutra (1989-1992), no momento em que, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores - PT conquistou a prefeitura da capital. Também trabalhou em campanhas eleitorais do partido no Rio Grande do Sul e na coordenação de jornalismo do governo do Estado após Olívio Dutra ser eleito governador (entre os anos de 1998 e 2002).

Em seguida, atuou na coordenação de jornalismo da Assembleia Legislativa do Estado. Em 2003, Denise Mantovani foi convidada para integrar a equipe do Gabinete do Porta-Voz, sob a liderança de André Singer, a quem assessorou até 2007. Neste cargo, e mais tarde, na Secretaria de Imprensa e Porta-Voz como assessora e Secretária-Adjunta, tinha como tarefa, entre outras atividades, lidar diariamente com as demandas dos jornalistas que cobriam o Palácio do Planalto e de produzir análises de mídia¹⁵¹.

b) A comunicação do governo Lula

A descentralização das decisões sobre a comunicação de governo e a falta de unidade de uma política de comunicação que pudesse enfrentar as denúncias que começaram a surgir no período do Escândalo do Mensalão foram as principais características da atuação das equipes de comunicação no relacionamento direto governo-jornalistas, segundo a maioria dos entrevistados e outros profissionais que trabalharam no governo. De acordo com Bernardo Kucinski, este foi um ponto fraco do governo Lula desde o começo. Não havia um comando único, apesar da estrutura

¹⁵¹ A Secretaria de Imprensa e Porta-Voz - SIP, nos anos 2005-2006, contava com uma equipe de assessores responsáveis pelo atendimento a jornalistas da mídia nacional, da mídia regional, e da mídia internacional. Também agrupava outras equipes, como a de fotografia e a de internet, que fazia a manutenção do site, com disponibilização de informações oficiais tais como pronunciamentos e entrevistas. Diariamente, era produzido um *briefing* coletivo das principais notícias do dia para ser apresentado ao secretário e ao presidente da República. Em 2006, foi implantado um Núcleo de Acompanhamento, Análise e Resposta à mídia, que auxiliava o trabalho da Secretaria na coordenação da comunicação com os ministérios e outros órgãos do Governo Federal.

oficial – e os diferentes setores (SECOM, SID/SIP, Radiobrás e outros)¹⁵² disputavam poder, inclusive vetando estratégias ou nomes.

Para Kucinski, a política de comunicação do primeiro governo Lula resultou da campanha eleitoral, não havia um conceito definido¹⁵³. As estratégias que tiveram impacto durante o período do escândalo, por exemplo, "foram intuição do próprio Presidente da República, que tem muita experiência com a mídia, e era quem estava no pelourinho, tendo que reagir" e do então ministro Luiz Gushiken, antes de sair na reforma ministerial, que nem tinha afinidade com a área da comunicação, mas pensava em termos do conjunto do governo.

As disputas internas marcaram a gestão da comunicação no primeiro governo Lula, não somente na definição de uma política, mas também no relacionamento direto com os jornalistas. O episódio Larry Rohter¹⁵⁴, um dos momentos emblemáticos da falta de unidade, é mencionado em entrevista por Kotscho (2010), então Secretário de Imprensa entre 2003-2004. Após a publicação da reportagem de Rohter no *The New York Times*, em 2004, em que o jornalista narra uma suposta preocupação da sociedade e de políticos brasileiros em relação ao hábito de beber do presidente Lula, os principais responsáveis pela comunicação acabaram tomando decisões opostas para responder à notícia. Kotscho narra o episódio na página 436:

"A matéria saiu num fim de semana, e os jornais brasileiros reproduziram um trecho. Eu tinha um acordo com o presidente de não ficar falando de problemas em fins de semana, porque não tinha como resolvê-los. Aliás, a frase é dele: 'os jornais já estão nas bancas, as revistas estão nas bancas, vamos falar sobre isso na segunda-feira. Cheguei cedo na segunda-feira e comentei com ele. 'Ah, isso é bobagem!' Só que, na noite anterior, o Gushiken e o André Singer tinham elaborado uma nota violenta contra o jornalista do *The New York Times*, o que deu maior

¹⁵² A Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação, atual EBC - Empresa Brasil de Comunicação, é a gestora pública de canais de TV (como a TV Brasil), emissoras de rádio (como a Rádio Nacional AM e Rádio Nacional FM) e portais de notícias na internet (Agência Brasil). Na época do escândalo, era dirigida pelo jornalista Eugênio Bucci, que enfrentou muitas críticas por ter escolhido uma linha editorial independente das orientações da Secretaria de Comunicação - SECOM, à qual era subordinada oficialmente. Para muitos analistas de mídia, inclusive Kucinski, o jornalismo da Radiobrás endossou a opção editorial da mídia tradicional, sem conseguir apresentar uma narrativa própria.

¹⁵³ Para Kucinski, o conceito de política de comunicação não está firmado no Brasil: nem dispõe de teorias consistentes que o apoiem nem de legitimação, ainda que permeie o discurso na academia e nas diferentes instâncias do poder público.

¹⁵⁴ De 1999 a 2007, o jornalista William Lawrence Rohter, mais conhecido como Larry Rohter, chefiou o escritório do jornal *The New York Times* no Rio de Janeiro.

dimensão ao assunto."(...) Já tinham divulgado a nota, mas o presidente não sabia (...). Ele ficou bravo com a nota, e eu disse: "Confesso que não sabia, também fui surpreendido. Foi uma decisão que eles tomaram no domingo". Na reunião das nove horas, eles defenderam a nota, mandaram traduzir a matéria na íntegra, leram para o presidente. O presidente ficou bravo não só com essa parte de que ele bebia, mas porque falava da família, do pai dele e aquele negócio todo. Foi ficando irritado e alguém lembrou que o visto do Larry Rohter estava vencendo; queriam tomar alguma providência contra o cara. Ai eu falei: 'não, vamos mandar uma carta para o jornal'. Tentava conciliar, porque sabia que não adiantava comprar uma briga. Mas fiquei em minoria, o chamado voto vencido. (...)".

Kotscho afirma que, após a discussão interna, a decisão final acabou levando em conta as ponderações do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do ex-governador do Acre, Jorge Vianna, e a opção de expulsão foi arquivada por uma carta do advogado do repórter dizendo que não quis ofender o presidente.

Já André Singer (2010) mostra outro lado dos acontecimentos:

"Foi um episódio desagradável. Nunca houve intenção do governo de expulsar o jornalista do país. O que houve foi uma ação para garantir que as informações contidas naquela reportagem fossem retificadas. Isso ficou claro a partir do momento que, tendo ocorrido uma retratação por parte do jornalista – que aconteceu menos de uma semana depois da publicação da reportagem –, o governo considerou o episódio definitivamente encerrado. Eu, pessoalmente, fiz questão de deixar claro para o jornal – que procurei em Nova York na pessoa do diretor de redação Bill Keller –, que o governo considerava que o episódio não tinha deixado qualquer tipo de sequela. Disse-lhe que gostaria que o jornal tivesse, como sempre teve, a mais ampla condição de cobertura das atividades da Presidência. Depois disso, convidei o próprio autor da reportagem para almoçar aqui em Brasília, de modo a também lhe deixar claro que o episódio não tinha deixado sequela. Na minha visão, o governo buscou uma retificação das informações e, assim que isso ocorreu, considerou o assunto encerrado" (p. 525).

Trazemos este episódio como um exemplo das divergências em que os principais responsáveis pela comunicação do governo enfrentavam no primeiro

governo Lula¹⁵⁵. Mas, se do ponto de vista da ação é possível observar diferenças de pensamento e disputas, do ponto de vista da avaliação das relações com a mídia, os profissionais envolvidos tendem a concordar em suas análises que havia um certo clima de beligerância entre os jornalistas e o governo, dado, em parte, pelo silêncio do presidente logo depois de assumir o cargo, e em parte, pelo "choque cultural" (ou preconceito de classe) dos jornalistas com a figura de Lula.

b.1) As relações entre jornalismo e política

Para Singer (2010), por exemplo, "se o presidente Lula tivesse maior frequência de contatos informais com os jornalistas, fora das situações de entrevista, ele teria a oportunidade de explicar melhor os pontos de vista dele e, também, certos aspectos das ações de governo que, certamente, ele sabe mostrar melhor do que ninguém" (p. 519). Não necessariamente haveria mudança no teor negativo do noticiário, prossegue o ex-secretário, mas propiciaria uma maior compreensão por parte dos jornalistas de por que o presidente tomou determinada decisão e qual foi a motivação.

Kotscho (2010) também avalia que a falta de atendimento dos pedidos de entrevista logo no início do novo governo marcou uma certa má vontade dos jornalistas para com o novo presidente: "na época de líder sindical, de deputado, de presidente do PT, de candidato, o Lula era muito acessível à imprensa. Era um líder popular, ia para o boteco com os jornalistas, bater papo. Não sei o que aconteceu, mas a partir do momento em que foi eleito e tomou posse, ele ficou mais reservado, se cuidava mais, falava menos. Então, era muito difícil colocar a imprensa na agenda" (p. 432).

Na avaliação de Kotscho (2010) e de Singer (2010), o presidente queria dedicar mais tempo e atenção para as ações de governo e não para responder aos jornalistas¹⁵⁶. Por outro lado, tinha a percepção de que poderia fazer uma comunicação direta com a população por meio de seus discursos e de programas de rádio para manter seus altos índices de popularidade¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Kotscho (2010) afirma que o presidente Lula e membros do PT reclamavam muito da falta de articulação da comunicação de governo. Sobre as relações do presidente Lula e seu governo e a mídia – inclusive sobre o episódio Rohter – ver Scolese e Nossa (2006) e Porto (2011).

¹⁵⁶ Kotscho também afirma que a análise crítica feita por Bernardo Kucinski em suas cartas diárias ao presidente contribuiu para que este tivesse uma pré-disposição negativa em relação aos jornalistas.

¹⁵⁷ Durante o governo Lula, foi produzido o programa Café com o Presidente, que ia ao ar todas as segundas-feiras às seis horas da manhã e era reproduzido por mais de duas mil emissoras de rádio em

Singer (2010) aponta ainda para uma tendência de comportamento entre os jornalistas que cobriam diretamente o presidente: estavam mais interessados no caráter anedótico da política, em sua desqualificação por meio de gafes, erros, e na busca de detalhes "miúdos" da vida presidencial. Em alguns momentos, afirma Singer, houve uma tensão excessiva, uma procura deliberada por situações de gafe, como se "uma pessoa que teve a origem do presidente Lula não poderia ter o desempenho exitoso que ele teve à frente do governo" (p. 514).

Já Kotscho (2010) menciona que houve um choque cultural com a chegada de Lula ao mais alto cargo do país. Para ele, os profissionais estavam acostumados com a postura de Fernando Henrique Cardoso, que atendia aos jornalistas por telefone, fazia graça, ironias, era simpático.

Havia também uma disputa muito grande entre os jornalistas que cobriam a presidência. O "mundinho da política", na expressão utilizada por Kotscho (2010) caracteriza-se por uma competição não somente entre os diferentes meios de comunicação, mas também entre os profissionais do mesmo meio, uma vez que as fontes são as mesmas: "as pessoas passaram a brigar por migalhas de informação, tinham que ter informação a toda hora e nem sempre podiam verificar direito" (p. 427).

Além disso, segundo Kotscho (idem), o ambiente de convívio entre políticos e jornalistas é o mesmo, o que colabora para que a relação direta entre ambos os atores não termine com o fim do expediente no Palácio do Planalto ou no *deadline* dos meios de comunicação: "as pessoas falam de política e você está cercado de jornalistas e de políticos o dia inteiro, em todo lugar" (p. 428).

Para Denise Mantovani, durante a cobertura do Escândalo do Mensalão houve uma luta desenfreada por todo e qualquer tipo de revelação. No entanto, a denúncia de Roberto Jefferson não surgiu da investigação ou de um furo de reportagem, mas de uma troca, onde a fonte buscou o jornal *Folha de S. Paulo* para dar destaque a um tema que faz parte da disputa política¹⁵⁸.

todo o país. Muitas vezes, o tema da entrevista com o presidente pautava a agenda jornalística do dia. Durante a maior parte dos dois mandatos de Lula, o programa foi produzido por uma equipe da Radiobrás.

¹⁵⁸ O próprio Jefferson indica as razões de ter escolhido a *Folha de S. Paulo* em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, como vimos na análise do enquadramento "Jornalismo *versus* política" no capítulo VIII.

De outro lado, continua Mantovani, o jornal se interessa pelo assunto porque vê aí a oportunidade de prestígio para o veículo. Deste episódio, cada veículo passa a tentar furar o outro em uma competição acirrada, mas todos com a mesma linha de que o mensalão, nos termos definidos na época (de pagamento por parte do PT de parlamentares da base para que votassem a favor de projetos enviados pelo Executivo).

Mas, se havia uma linha editorial abraçada pela maioria dos meios de comunicação, havia também muita confusão sobre as informações que apareciam nas matérias. De acordo com Mantovani, a partir do contato diário com os jornalistas que buscavam a posição do governo sobre os assuntos da pauta, era possível perceber que, individualmente, muitos profissionais não entendiam exatamente o que estavam cobrindo.

Neste ponto, prossegue Mantovani, o *Jornal Nacional* tinha um papel importante de ser uma espécie de "síntese": de todas as informações que corriam durante o dia, o telejornal da Globo construía uma narrativa para todo mundo de vinte ou quinze minutos diários. Então, lembra ela, "a gente brincava que percebia o tamanho da temperatura (da crise) pelo tempo do telejornal".

Mas outros aspectos também contribuíram para que houvesse um clima de tensão entre governo e jornalistas: a falta de preparo do próprio PT para entender a comunicação e os ritos que fazem parte do governo como instituição. Kucinski afirma, por exemplo, que a esquerda, em geral, não tinha quadros preparados para fazer comunicação e falar com os jornalistas. Segundo ele, a esquerda ainda é muito voltada para seu próprio universo de valores e, nem sempre, a comunicação é de responsabilidade de especialistas na área.

Como exemplo, cita o caso da Central Única dos Trabalhadores - CUT, cujo diretor de comunicação, em determinado período, era um militante da reforma agrária. Mesmo o PT nunca teve a comunicação como algo essencial, diz Kucinski. Foi criativo nas campanhas, na criação de símbolos, mas nunca possuiu instrumentos de comunicação (jornais, rádios, etc.).

Assim, quando o Partido dos Trabalhadores chega ao poder, completa, os petistas não estão preparados para governar, e também não valorizam os ritos da instituição Presidência da República. E, em momentos de escândalo, como o do

mensalão, não conseguem construir uma "narrativa dissonante", capaz de se contrapor à cobertura dominante dos principais meios de comunicação.

A tensão característica da relação entre jornalistas e o governo durante o primeiro governo Lula – e considerada mais exacerbada pelos entrevistados no episódio do Escândalo do Mensalão – também poderia ser explicada pelo fato de que o Partido dos Trabalhadores - PT sempre foi muito atuante em defesa da bandeira da ética nas denúncias de corrupção e desvios quando era oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso e a outros governos identificados com posições ideológicas mais conservadoras.

Tal conduta, ao longo dos anos de atuação partidária no Congresso, teria levado a uma maior cobrança por parte dos meios de comunicação em relação às denúncias de corrupção feitas por Roberto Jefferson. No entanto, os entrevistados, em sua maioria, não chegam a concordar com esta explicação.

Singer (2010), por exemplo, considera que a tensão entre a imprensa e as instituições políticas é estrutural e necessária. Faz parte da relação entre jornalismo e política. Para ele, de um lado, os veículos têm, legitimamente, suas opiniões, muitas vezes divergentes da opinião dos governos de esquerda. Deste ponto de vista, o que existe são divergências ideológicas.

Por outro lado, ele tende a concordar com a avaliação de Kucinski sobre a experiência da esquerda (nos vários níveis de governo, tanto federal, quanto estadual ou municipal) no trato com a imprensa ter sido um dos elementos característicos na relação entre governo e jornalistas: "talvez as dificuldades que tenham ocorrido sejam menos derivadas do fato de se tratar de agrupamentos mais à esquerda, mas sim, por se tratar de equipes que não tinham tanta experiência anterior de governo e que, portanto, tiveram que aprender como se relacionar com a imprensa" (p. 516).

Esta tensão – que expressa uma relação de oposição e desconfiança de ambas as partes – ficou mais evidente e exacerbada, do ponto de vista dos entrevistados, na cobertura do Escândalo do Mensalão. Mantovani, por exemplo, cita que, a certa altura da cobertura, não adiantava fornecer informações, pois o que se diria na notícia já estava previamente definido, e não se sabia exatamente se o governo tinha de responder a atos de sua responsabilidade ou sobre problemas de financiamento de campanha ou uso de "caixa dois" relativos à campanhas eleitorais do PT.

André Singer, por exemplo, menciona na entrevista que, no caso da cobertura do Escândalo do Mensalão, a estratégia de comunicação da Secretaria foi acompanhar a cobertura, dentro das limitações de uma equipe pequena, e dialogar com os jornalistas e com a mídia, na medida em que havia o reconhecimento de que o jornalismo tem de ser crítico e de que havia uma tensão inevitável, que já estava dada, de um certo ponto de vista, desde antes do mensalão.

Assim, para se lidar com a tensão, prossegue Singer, a opção foi reconhecer a legitimidade das partes e procurar dialogar: "nós reconhecemos o direito e até mesmo o dever dos veículos e achávamos que os veículos deviam reconhecer o direito do governo de dialogar a respeito, sem que isso fosse considerado qualquer tipo de intervenção, que nós nunca fizemos, em nenhuma hipótese".

O ex-secretário conta que conversou com a direção de todos os veículos mais importantes, inclusive com a Globo. E que a direção da *TV Globo* (assim como a do jornal *O Globo*) sempre foi acessível e atenta às ponderações: "nunca encontrei uma recusa em ouvir". De modo geral, explica ele, havia respostas às perguntas e observações que se colocavam. No entanto, em sua avaliação, dentro do contexto muito agudo de crise, o diálogo estabelecido ajudou topicamente, mas não alterou o curso maior dos acontecimentos.

Ao mesmo tempo, pondera Denise Mantovani em sua entrevista, a cobertura política do período era majoritariamente construída em cima de informações em *off*, sem fonte citada. Para ela, o uso do *off* é um instrumento da relação entre mídia e política, na medida em que preserva as fontes que atacam, sem mostrar de onde vem a denúncia que fundamenta o noticiário. Em um ambiente de volume brutal de informações (para usar a expressão de Rodrigo Vianna) e disputa pelo furo que vai levar um meio de comunicação à frente dos outros, as declarações acabam por estruturar a maior parte do noticiário político.

Assim, em tempos de Escândalo do Mensalão, o jornalismo político dependeu menos de investigação profunda, na avaliação de Mantovani, e mais de declarações de fontes nem sempre citadas nas matérias (fenômeno que já foi nomeado de jornalismo declaratório), que usaram o espaço na mídia para a luta política. Este uso pode ter sido facilitado, ainda de acordo com Mantovani, pelo alinhamento editorial de grande parte da mídia e dos jornalistas na tentativa de serem porta-vozes da "moralidade".

Para Mantovani, a relação entre o jornalismo e a política, expressa no jornalismo político, está fundamentada em um jogo estabelecido de poder: "hoje faço uma leitura daquilo que era a essência do escândalo que é o Roberto Jefferson reagindo a uma suposta ameaça de que seu curral estava para cair e ele não iria cair sozinho. (...) E o jornalismo investigativo não conseguiu ir ao cerne desta questão na época".

Sobre este aspecto, Carlos Tibúrcio também pondera sobre o papel de Roberto Jefferson como fonte principal das denúncias na cobertura, em geral, do Escândalo do Mensalão: "não interessa se o Jefferson é um réu confesso. O tempo inteiro ele é a fonte com credibilidade".

De acordo com Mantovani, a relação entre jornalismo e política é uma relação pouco plural e hierarquizada. Quem tem espaços de poder também tem mais espaço na mídia. Além disso, determinados atores políticos aparecem frequentemente como fontes e costumam agendar o noticiário enquanto outros segmentos do campo político não têm espaço ou são marginalizados.

Ao refletirem sobre o jornalismo, os entrevistados ponderam sobre a necessidade de se repensar a profissão *vis-à-vis* sua relação com a política a partir de escândalos como o do mensalão. Para Singer, o papel dos meios de comunicação é de ser crítico, porque sua formação vem dessa escola de jornalismo. Portanto, a formulação de que o jornalismo tem de ser necessariamente crítico é a que abraçou em sua vida profissional. Porém, ao mesmo tempo, percebeu que, se uma cobertura tem de ser assim, também deveria partir, tal como a justiça, da presunção de inocência, ainda que mídia e justiça sejam instituições com características e funções diferentes na sociedade.

Neste aspecto, os demais entrevistados concordam. Se o jornalismo tem de ser crítico para ser jornalismo, também deveria observar a presunção da inocência, e não partir somente da presunção da culpa no caso das coberturas políticas – especialmente as de denúncias. Para Tibúrcio, a desconfiança é um valor em si positivo, do ponto de vista do ceticismo, inclusive a desconfiança em relação aos políticos. A questão central no jornalismo político, diz ele, é que os jornalistas usam a desconfiança que os brasileiros têm como valor da cultura política para construir seu discurso.

Para Kucinski e Mantovani, os jornalistas não são meros narradores do processo político, são também protagonistas. Isso ocorre por diversos fatores, entre eles, os de estruturação interna, como os mecanismos de competição em busca do furo. No caso da cobertura do *Jornal Nacional*, lembra Kucinski, em determinado momento o telejornal dialogou diretamente com o ex-ministro José Dirceu por meio de editoriais (como mostramos no capítulo VIII), o que indica não uma cobertura sobre política, mas um diálogo entre atores paritários e igualitários na cena política. Neste caso, o espaço arbitral da luta política não é o Congresso ou um tribunal, mas o espaço midiático¹⁵⁹.

Já para André Singer, é necessário pensar as relações jornalismo e política sob o contexto da democracia: no modelo clássico da esfera pública, havia uma ligação entre a imprensa de opinião, uma certa classe média que formava opinião debatendo os artigos que saíam na imprensa e o parlamento, que ecoava o que a classe média pensava. A intercomunicação entre imprensa e parlamento viria, portanto, de longe. Há um vínculo de retroalimentação, o que explicaria o contexto de dependência das fontes.

Ainda segundo Singer, hoje em dia, a mídia é uma indústria e tem opinião a partir desta condição. O parlamento, por outro lado, lugar onde o debate público deveria ecoar, não cumpre mais plenamente a função. Assim, é necessário refletir na perspectiva de que a democracia precisa e depende de certos valores fundamentais como transparência e equilíbrio, e de mais participação da sociedade, de controle social (para separar o joio do trigo), independentemente de um ou outro partido. Quando estes elementos ficam ausentes, afirma o ex-secretário, o problema é para o conjunto do sistema democrático¹⁶⁰.

c) Compreendendo a narrativa dos assessores

Traçamos, até aqui, um panorama das ideias e valores sobre as relações entre o jornalismo e a política a partir do ponto de vista dos profissionais que participaram daquele período histórico na condição de assessores responsáveis pela comunicação do governo Lula.

Todos os entrevistados apontaram para a complexidade do tema e para a multiplicidade de variáveis que poderiam ter influenciado a cobertura do mensalão,

¹⁵⁹ Ver Gomes (2004).

¹⁶⁰ Sobre estas questões, ver Miguel e Biroli (2010).

desde o ponto de vista de questões mais estruturais (relativas ao processo de produção e à subcultura jornalística) até conjunturais (como a falta de experiência da esquerda, particularmente do PT, para lidar com a mídia, apontada por alguns entrevistados). Também fica evidente o cuidado com que todos os entrevistados procuraram expressar seus pontos de vista, na medida em que, em muitos casos, ressaltaram ter impressões sobre as questões levantadas, mas poucas certezas sobre relações de causalidade na dinâmica contraditória e tensa das relações entre os campos.

Porém, alguns pontos da reflexão se destacam. É claro para os assessores o papel de ator político que está implicado na atuação jornalística. No entanto, também é forte a percepção de que o jornalismo tem de ser necessariamente crítico para cumprir sua missão em uma democracia. Ao mesmo tempo, apontam para a urgência em se repensar a prática jornalística tal como ela aconteceu, de forma geral, no Escândalo do Mensalão – ligada a divulgação intensiva de acusações, presa a uma hierarquia de fontes pouco plural e submersa no *off*, e a uma narrativa dos acontecimentos definida *a priori* pela desconfiança na política e nos políticos – especialmente, o governo e o PT.

Por fim, fica também evidenciado no discurso dos assessores as contradições internas (como a falta de preparo) e divergências de pensamento sobre a atuação do governo na relação com a mídia, o que muitas vezes, dificultou o trabalho de se relacionar com os jornalistas e de compreender com mais clareza o impacto do Escândalo no processo político. Interessante observar como, individualmente, cada um – independentemente do cargo que ocupava no período estudado – ainda procura compreender as proporções do escândalo dentro do contexto de sua atuação.

A partir das entrevistas com os assessores, foi possível observar uma conexão entre a cultura política brasileira e a subcultura jornalística, na medida em que se reconhece (e um entrevistado menciona explicitamente) como uma questão central no jornalismo político o fato de que os jornalistas usam a desconfiança que os brasileiros têm como valor da cultura política para construir seu discurso de autonomia profissional – e conseqüentemente, de legitimidade perante a sociedade.

A seguir, vamos retomar o que discutimos até aqui para elaborar nossas considerações finais à luz de nossa hipótese de cobertura *adversária*.

Um fim de caminho, início de outros

Ao começarmos nossa trajetória de pesquisa, estávamos interessados em compreender melhor a relação entre o jornalismo e a política, a partir dos valores característicos da cultura política brasileira dominante, em particular a desconfiança na política e nos políticos, que também estão presentes na subcultura jornalística e na relação entre os campos do jornalismo e da política.

Nosso problema, expresso no início deste trabalho, tinha como aspecto central descobrir em que medida a desconfiança, presente tanto na cultura política quanto na subcultura jornalística, relaciona-se na prática profissional e na busca por credibilidade no jornalismo.

Na realidade, estávamos curiosos, enquanto sujeito-pesquisador, com a dupla funcionalidade do valor da desconfiança na política dentro do contexto do jornalismo político. Ainda sem um estudo sistemático, parecia-nos que, ao mesmo tempo que este valor funcionava de modo negativo em relação à política, servia à delimitação do campo jornalístico, possibilitando – como valor positivo – sua autonomia, ainda que relativa.

A escolha do *Jornal Nacional* como objeto de pesquisa deveu-se à nossa observação empírica e ao conhecimento acumulado em outros estudos. A cobertura do Escândalo do Mensalão no mais importante telejornal da Globo, à primeira vista, não diferia de outras que estavam sendo feitas pela maior parte dos meios de comunicação naquele período: com ênfase nas denúncias de corrupção.

No entanto, exatamente a naturalização por parte dos jornalistas do que deveria ser uma cobertura de escândalo é que nos chamou a atenção. Nosso olhar voltou-se para o *Jornal Nacional* não somente pelo inusitado de uma cobertura de oposição ao Governo Federal neste telejornal em específico, mas também pelo questionamento de como o próprio jornalismo assumia o papel do fiscalizador e investigador em missão a ser cumprida.

No caso do *Jornal Nacional*, este papel foi justificado, pelos próprios responsáveis pelo telejornal, como advindo do processo de profissionalização (focado na técnica e na identificação com o *ethos* profissional) e na adoção de uma responsabilidade social empresarial. Ao mesmo tempo, foi possível observar, nas narrativas dos profissionais do *JN*, uma naturalização das normas técnicas;

apresentadas, como sintetizou Biroli (2010) em outro estudo, "como dado natural e não como um conjunto de formas de organização e racionalização do trabalho em busca de efeitos determinados". Assim, a cobertura do Escândalo do Mensalão tal qual foi realizada era algo que se esperava que os jornalistas fizessem, como profissionais, para alcançarem ou manterem a credibilidade.

Como nos lembram Christofolletti e Laux (2008), a credibilidade é um dos conceitos basilares do jornalismo, está na essência da prática profissional. Assim como os políticos dependem da reputação e da confiança dos cidadãos-eleitores para continuarem a representar os valores coletivos, os jornalistas necessitam de credibilidade para continuarem a desempenhar o papel de representantes da chamada opinião pública.

Mas onde se apoia o conceito de credibilidade? Poderia ser equacionado como fiscalização e contraposição à política e aos políticos, isto é, pela oposição do jornalismo à política? Será que a questão central do jornalismo político é que os jornalistas usam a desconfiança que os brasileiros têm como um dos valores da cultura política para construir seu discurso?

Pensando a respeito dessas questões, chegamos à concepção que norteou este trabalho. Partimos da hipótese de que o *Jornal Nacional* praticou uma “cobertura adversária” à política e aos políticos (conjunturalmente adversária ao governo Lula e aos partidos que apoiavam o governo, em especial o PT), constituída pela oposição (bipolaridade) entre jornalismo e política, por meio da ênfase nas denúncias de corrupção e na desqualificação da política e dos políticos.

Tínhamos em mente que uma *cobertura adversária* se constituía em um momento de busca da credibilidade e de garantir um lugar de “autoridade” e de “legitimidade” ao telejornalismo da Globo. Isto seria possível uma vez que os jornalistas da emissora, ao praticarem esta cobertura, seriam reconhecidos como profissionais em acordo com o *ethos* jornalístico.

No processo de verificação de nossa hipótese, tivemos de seguir em trilhas nem sempre tranquilas e, às vezes, muito mais longas do que o imaginado. Foi necessário, por exemplo, discutir a própria constituição do jornalismo como campo e a subcultura profissional, mapear os valores compartilhados pela cultura política e pela subcultura jornalística, tentar compreender o que é corrupção dentro da história política brasileira e o que significam as ocorrências de escândalos políticos.

Atravessamos o caminho da teoria para a aplicação dos conceitos à análise da amostra e às entrevistas com os jornalistas e assessores, passado por inúmeras questões adjacentes à nossa pesquisa e que mostram o quão complexo é estudar o jornalismo *vis-a-vis* a política. Lembramos aqui, por exemplo, de outras dimensões importantes como a relação governo e oposição, entre fontes e jornalistas, entre partidos e governo, democracia e sistema político, representatividade, entre outros.

Ao longo do percurso, tentamos enfrentar os dilemas diante do surgimento de novos problemas, delimitando nossas escolhas teórico-metodológicas e procurando ser fiel a nossos objetivos anteriormente definidos. Assim, conforme estabelecido em nossa Introdução, analisamos o *Jornal Nacional* durante quase três meses (de 6 de junho a 31 de agosto de 2005), para identificarmos os valores/ideias organizadoras sobre política presentes nos enquadramentos predominantes da cobertura.

Após a identificação dos cinco principais enquadramentos ("A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos perus bêbados", "O mensalão existiu", "É preciso investigar e punir", "Jornalismo *versus* política" e "Explicadores do mundo da política"), pudemos observar, de maneira geral, que:

- os enquadramentos guardam relação com as principais funções do jornalismo contemporâneo (tais como o papel de *watchdogs*, de investigação de atos ocultos, de ser didático para a audiência) e com o *ethos* profissional, conforme definimos no capítulo I;

- a desconfiança na política e nos políticos perpassa os enquadramentos como valor/ideia organizadora predominante da cobertura;

- o valor da desconfiança ficou mais explícito no enquadramento específico sobre "A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos perus bêbados", mas também no enquadramento "o mensalão existiu";

- nos enquadramentos "A política e os políticos não são confiáveis: do jogo de cena aos perus bêbados" e "O mensalão existiu" ficou mais explícita a desqualificação da política e dos políticos (dos principais personagens como Roberto Jefferson, José Dirceu, Delúbio Soares, além do governo e do PT, e do próprio presidente Lula, ao longo da cobertura, mas com a exceção de Antonio Palocci)¹⁶¹;

¹⁶¹ No caso do presidente Lula, houve uma oscilação entre um tratamento mais favorável, no início, para uma desconfiança e cobrança explícitas ao final. Em relação a Palocci, o tratamento predominante foi positivo, apesar de algumas matérias mais críticas terem sido veiculadas ao fim do período da amostra. Cf. capítulo VIII. Gomes (2008) também mostra como o presidente é figura presente na cobertura do *JN* em outro período de análise. Aliás, uma característica do jornalismo político em vários

- a desqualificação se deu, de maneira predominante, por meio da associação a características, palavras ou imagens negativas como falsa, jogo de cena, manipulação, incompetência;

- no caso do enquadramento "O mensalão existiu", a desqualificação se deu, predominantemente, pela ênfase nas denúncias de corrupção – a partir do uso de fontes da oposição, da suspeição como estruturadora das matérias e da incorporação do ponto de vista da acusação, entre outros recursos (ainda que tenham sido apresentadas matérias divergentes deste ponto de vista);

- a desconfiança na política e nos políticos também se configurou no enquadramento "É preciso investigar e punir" na medida em que a cobertura passou a 'vigiar os passos' dos políticos para denunciar possíveis acordos e a cobrar resultados das investigações e punições para os culpados, inclusive, sugerindo a culpa do PT pelo mensalão;

- no enquadramento "É preciso investigar e punir" observa-se a fiscalização da política como valor norteador das narrativas sobre as ações dos atores e instâncias do campo político: governo, Congresso, partidos, políticos, assessores, dirigentes partidários.

De outro lado, se a desconfiança orientou, como valor, a cobertura do Escândalo do Mensalão, a confiança no próprio jornalismo do telejornal também esteve presente, sendo enfatizada nos enquadramentos "Jornalismo *versus* política" e "Explicadores do mundo da política".

No caso de "Jornalismo *versus* política" ficou expresso, no posicionamento do telejornal, como os jornalistas assumiram o papel de profissionais competentes e representantes do público (à maneira do que os jornalistas norte-americanos costumavam fazer, como apontam Halin e Mancini, 1984/1993), em oposição aos políticos ao responderem, diretamente, às críticas de José Dirceu e Roberto Jefferson.

Neste enquadramento, ficaram evidenciadas as tensões decorrentes da oposição entre os campos da política e do jornalismo, isto é, da bipolaridade, onde o telejornal da Globo utilizou um poder de autoridade decorrente do jornalismo para dialogar diretamente com os atores políticos, tendo o próprio telejornal como espaço de disputa política explícita.

países, como por exemplo, os Estados Unidos, é o destaque dados aos presidentes da República como fontes (cf. Schudson, 2003).

Pode-se observar, também, que houve um reconhecimento do poder do jornalismo por parte dos políticos, inclusive pelo presidente Lula, que usou como estratégia política de defesa comunicar-se por meio de discursos e pronunciamentos Brasil afora. Boa parte deles, inclusive, de crítica à atuação da mídia no desenrolar do Escândalo do Mensalão.

Já no enquadramento "Explicadores do mundo da política" foi possível observar o caráter didático do jornalismo, onde os apresentadores e repórteres constituíram-se predominantemente como narradores da realidade política. Em vários momentos, apresentaram-se como sujeitos da cobertura, membros de uma elite cognitiva – ou de um grupo especializado - capaz de explicar o que é a política para a audiência. Neste caso, mostrando que a política está distante da realidade cotidiana e pode ser caracterizada de maneira negativa, como falsa (não se sabe quem fala a verdade) e comprometida com desvios como a corrupção.

Ao longo da cobertura do Escândalo do Mensalão no período estudado, a relação desconfiança-confiança apareceu como duas faces da mesma moeda. No centro da oposição (ou da bipolaridade) entre jornalismo e política está a desconfiança na política e nos políticos em comparação com o jornalismo confiável (isto é, com credibilidade).

Já nas entrevistas com os jornalistas e assessores, a relação entre jornalismo e política é vista por ângulos diferentes. Ao buscarmos identificar os valores/ideias organizadoras sobre jornalismo, *vis-à-vis* os valores da política nas entrevistas com os jornalistas, observamos que:

- os valores expressos sobre a política advêm prioritariamente de sua condição de jornalistas, não dos valores compartilhados de uma cultura política brasileira dominante. De maneira geral, os profissionais não estabeleceram vínculo direto entre a desconfiança na política do ponto de vista da cultura política e do ponto de vista do jornalismo. Mas expressaram desconfiança em relação aos políticos (como fontes, inclusive ao governo e ao PT) e à política como jogo de cena;

- os jornalistas também avaliam que houve mudanças na cobertura política, e que esta está reduzida à cobertura de escândalos, onde há guerra de informações e nunca se sabe onde está a verdade;

- os entrevistados expressam ainda que, em casos de escândalos como o do mensalão, há um clima de desconfiança generalizado na política, especialmente nos

políticos como fontes, e uma certa confusão entre cobertura de política com cobertura de polícia. Além disso, apontam para uma exacerbação na corrida pelo furo que condiciona sobremaneira o trabalho de reportagem;

- a maioria percebe o jornalismo fora do contexto da luta política. As entrevistas enfatizaram, em geral, os aspectos positivos da profissão (em sua missão de transformação social, investigação e fiscalização do poder), em detrimento de seus aspectos negativos (como, por exemplo, o alinhamento com interesses políticos, a interferência da lógica do processo de produção nos acontecimentos políticos, etc.);

- a maioria pensa a relação entre jornalismo e política condicionada às demandas das rotinas produtivas e a partir da subcultura profissional. Está mergulhada nos afazeres estressantes da produção e, portanto, não vislumbra formas diferentes de produzir uma cobertura de escândalos, sem partir unicamente da ênfase nas denúncias, por exemplo, ou de pensar a credibilidade fora do contexto de fiscalização de governo. Assim, reconhece a importância de seu trabalho como jornalista político, mas não o compreende como forma de atuação política ou de poder;

- há o reconhecimento do peso histórico e da responsabilidade de ser jornalista do *Jornal Nacional*, especialmente no caso de escândalos, onde jornalistas acabam atuando como juízes da reputação alheia. Por isso, fica evidenciado um temor em relação aos erros de informação como comprometedores da credibilidade.

Já nas entrevistas com os assessores, pudemos constatar, de maneira geral, que:

- os entrevistados enfatizaram o papel de ator político que está implicado na atuação dos jornalistas;

- também apontaram para a desconfiança na política e nos políticos (especialmente ao governo e ao PT) como elemento característico das coberturas jornalísticas no Escândalo do Mensalão, inclusive a do *Jornal Nacional*. No entanto, a maioria considera que o jornalismo tem de ser crítico para cumprir sua missão em uma democracia;

- porém, a maioria enfatizou a necessidade de se repensar a prática jornalística fundamentada na divulgação de acusações, presa a uma hierarquia de fontes pouco plural e submersa no *off*, e a uma narrativa dos acontecimentos definida *a priori* pela desconfiança na política e nos políticos – especialmente, o governo e o PT;

- alguns entrevistados também apontaram as divergências de pensamento sobre a comunicação do governo e as contradições internas como fator importante na relação com os jornalistas;

- houve reconhecimento de que existe conexão entre a cultura política brasileira dominante e a subcultura profissional. Um entrevistado apontou explicitamente como uma questão central no jornalismo político o fato de que os jornalistas usam a desconfiança para construir seu discurso de autonomia profissional.

A partir dos resultados de nossa análise de enquadramento da cobertura do *Jornal Nacional* durante o Escândalo do Mensalão e das reflexões presentes nas entrevistas com jornalistas e assessores, confirmamos nossa hipótese de que o principal telejornal da Globo praticou uma *cobertura adversária*, durante o período estudado, na medida em que enfatizou as denúncias de corrupção e a desqualificação da política e dos políticos (inclusive do governo e do PT).

Ao praticar uma *cobertura adversária*, o *Jornal Nacional* ajudou a manter a desconfiança na política e nos políticos como um dos valores mais característicos da cultura política dominante, ao mesmo tempo que se constituiu legitimamente como um poder (reconhecido pelos políticos que dialogaram diretamente com o telejornal) e um lugar de autoridade (ao explicar a política para a audiência).

Equacionar credibilidade com fiscalização e contraposição à política e aos políticos, isto é, pela oposição do jornalismo *versus* a política, possibilitou ao *Jornal Nacional* utilizar este valor para construir seu discurso de legitimação como jornalismo.

Buscar a credibilidade, por óbvio não é prerrogativa dos jornalistas do *Jornal Nacional*. No entanto, estudar este processo, ocorrido em um momento e lugar específico, pode ajudar a pensar como o próprio jornalismo, enquanto campo, estabelece relações de confiança com a sociedade e com a própria política no mundo contemporâneo.

De certa maneira, como diria Bourdieu (1997), o campo político engloba o campo jornalístico, mas este não só exerce efeitos poderosos no outro, como, ao agir como expressão legítima da chamada opinião pública, enfraquece a autonomia do campo político. E, ao mesmo tempo, diríamos nós, para se constituir autônomo, o jornalismo acaba por invocar uma autoridade que se fundamenta em um dos valores característicos da cultura política dominante – isto é, do campo político – em um

movimento de tensão e retroalimentação. Interessante notar, como afirmou o autor em outros termos (2007), que a cultura que une também é a cultura que separa.

Mas o que representa a prática de uma *cobertura adversária*, por exemplo, para o próprio jornalismo no contexto da democracia? Vamos resgatar aqui a pergunta que ficou sem resposta no início destas considerações. Em que se apoia o conceito de credibilidade? Para alguns autores, apoia-se no testemunho, já dizia Peucer (2004), nos idos de 1690. Ou na veracidade (referencialidade em relação à verdade) e na precisão das informações, apontam outros autores, tais como Christofolletti e Laux (2008).

Acreditamos que, se a credibilidade é valor basilar do jornalismo, não deveria ser equacionada somente com oposição à política (isto é, na ênfase em denúncias), pois este é um recurso de delimitação de autonomia de campo que, potencialmente, pode levar ao enfraquecimento das instituições políticas em uma democracia. Em outras palavras, pode servir de instrumento na disputa pela confiança da sociedade já que, em uma *cobertura adversária*, o jornalismo coloca-se como defensor do interesse público em contraposição a uma política permeada de interesses privados e pessoais.

Se há, como afirma Miguel (2010), uma desconfiança generalizada a qualquer discurso de poder – não só o político – e um momento de expansão da democracia que deixa evidentes os limites da representação, isto é, das possibilidades formais de participação dos cidadãos nos rumos do país, tanto mais fica explícita a responsabilidade do jornalismo como ator político relevante neste processo.

O valor da credibilidade deveria, isto sim, estar atrelado à busca pela transparência e pelo esclarecimento, em um resgate do ideal iluminista adaptado às condições atuais. Assumir-se como ator político não é voltar aos tempos do tradicional jornalismo de opinião, mas reconhecer que, na sociedade contemporânea, a mídia desempenha papel privilegiado na construção do que é a política, abrindo caminhos para que a própria sociedade possa discutir sua atuação (e representação) tanto quanto qualquer outro ator. Isto é, incorporando a capacidade de reflexão crítica sobre suas próprias narrativas. Como aponta Aldé (2004), é preciso democratizar e discutir os critérios de seleção de notícias, os enquadramentos adotados e os recursos tecnológicos que conferem transparência e credibilidade aos meios para que a recepção da audiência seja cada vez mais informada (p. 205).

Por outro lado, a sociedade não mais acompanha os acontecimentos. Grupos cada vez mais diversificados participam da luta política por meio de movimentos

sociais; organizados, muitas vezes, em redes que usam novas tecnologias, ainda que os canais formais de representação política estejam em crise (ou talvez por isso mesmo). Portanto, não cabe mais ao jornalismo o papel exclusivo de fiscalizador do poder em nome da sociedade, pois esta pode fiscalizar a si mesma por meio de outras instâncias.

Ademais, como lembra Porto (2011), a superexposição de denúncias em uma cobertura não deveria implicar em deixar de lado outros temas e perspectivas relevantes para a política e a democracia. Por isso, acreditamos que encontrar o equilíbrio em uma cobertura de escândalos e um novo lugar em uma sociedade em constante transformação são desafios urgentes para o jornalismo político.

Estas e outras questões subjacentes à nossa pesquisa constituem-se como ponto de partida para novos estudos. No prefácio de *A Interpretação das Culturas*, Geertz (2008) confessa a tentação que todo pesquisador corre de tentar melhorar seu trabalho após chegar à conclusão de que aquilo que pretendia dizer, na verdade, ainda não havia sido expresso em sua obra. Tentar encontrar o desenho certo na tapeçaria de seus próprios escritos, escreveu ele, pode ser tão desanimador como tentar encontrá-lo na própria vida.

Nesta tapeçaria, certos elementos obrigatórios devem ser considerados. No caso de uma tese de doutorado, a confirmação das hipóteses e um olhar original para determinado problema são algumas das condições essenciais para o êxito. Mas também é necessário o reconhecimento dos limites do trabalho. Por certo, as análises aqui desenvolvidas não contemplam as possibilidades do que pode ser dito sobre a cobertura do *Jornal Nacional* no período estudado ou sobre a busca de credibilidade do jornalismo atual. É preciso levar em conta que em todo discurso há sempre outros dizeres possíveis.

No entanto, ao longo desta trajetória, percebemos que, assim como o jornalismo é uma prática que se realiza na vida cotidiana, a pesquisa é uma reflexão sobre a prática que está em contínua construção. Desta forma, acreditamos ter contribuído para que a complexa relação entre o jornalismo e a política na contemporaneidade seja melhor compreendida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. e LATTMAN-WELTMAN, F. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In ABREU, A. A., **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.
- ADGHIRNI, Z. **Routines Produtivas do Jornalismo em Brasília** in PORTO, S. e MOUILLAUD, M. O Jornal: da Forma ao Sentido. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- ALDÉ, A. **A construção da política**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2004.
- ALDÉ, A. e VASCONCELLOS, F. Ao vivo de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 39, n. 2, 2008. [online] Disponível em <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/> Último acesso em 15/02/2011.
- ALBUQUERQUE, A. As três faces do Quarto Poder. In MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, 2010, pp. 92-104.
- _____. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Comunicação & política**, n.s., vol. 1, n. 3, abril-julho, pp. 23-40, 1994.
- AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- AZEVEDO, F. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. In **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, pp. 14-19, mar. 2010.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1998.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2ª edição, 1974.
- BEZERRA, H. D. Meios de comunicação, política e democracia. In **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, vol. 18, n. 3/4, pp. 329-345, mar-abr. 2008.
- _____. **Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias: proposta de um modelo analítico**. Tese de Doutorado, IUPERJ, 2006.
- BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplina do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil. In MIGUEL, L. F. & BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, 2010, pp. 195-222.
- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsevier, 2000.
- _____. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. São Paulo, Paz e Terra, 5ª edição, 1992.

BOBBIO, N., MATTEUCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora UnB, 1994.

BOCAYUVA, P.C. e VEIGA, S.M. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro, Fase/Vozes, 1992.

BONNER, W. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro, Editora Globo, Memória Globo, 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A Distinção**. Porto Alegre, Editora Zouk/Edusp, 2006.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. A. Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles in STEPAN, A. (ed.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

CAPPELLA, J. e JAMIESON, K. H. **Spiral of Cynism: The press and the Public Good**. Nova Iorque, Oxford University Press, 1997.

CARVALHO, J. M. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. E STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

CHAIA, V. Escândalos políticos e mídia: casos na vida política brasileira. Artigo apresentado no GT de Comunicação e política do X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (**COMPÓS**), Brasília, 29/05/2001-01/06/2001.

CHAIA, V. e TEIXEIRA, M. A. **Democracia e escândalos políticos**. *São Paulo Perspectivas*. [online]. 2001, vol. 15, n. 4, pp. 62-75. <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10373.pdf> Último acesso em 15/02/2011.

CHAUÍ, M. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. e LAUX, A. P. F. Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. São Paulo, **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 31, n. 1. pp. 29-49, jan./jun. 2008.

COLLING, L. Os estudos sobre o *Jornal Nacional* nas eleições pós-ditadura e algumas reflexões sobre o papel desempenhado em 2002 in RUBIM, A.A.C. (org.) **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil. Ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo, Hacker Editores, pp. 53-67, 2004.

CUNHA, M. J. C. Um só fato, três enquadramentos: a narrativa jornalística da história. Artigo apresentado no X Congresso da **ALAIC** – Asociación Latinoamericana de

Investigadores de la Comunicación, Cartagena, 22-23 de setembro de 2010.

CUNHA, K. M. da. **Agora é Lula: Enquadramentos do Governo do PT pelo Jornal Nacional**. Dissertação de Mestrado, Unesp/Bauru, 2005.

DANGELO, P. e KUYPERS, J. A. **Doing News Framing Analysis: empirical and theoretical perspectives**. Nova York, Routledge, 2010.

DOMINGUES, J.M. “Patrimonialismo e Neopatrimonialismo” in AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. **Corrupção: Ensaios e Críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 187-192, 2008.

DUARTE, J. Gabinetes de Imprensa da Presidência: da Proclamação às vésperas do golpe. In SINGER, A. et al. **No Planalto, com a imprensa**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Presidência da República/Secretaria de Imprensa – SECOM, 2010.

EAGLETON T. **A ideia de cultura**. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

EAGLETON, T. e BEAUMONT, M. **A tarefa do crítico**. São Paulo, Editora Unesp, 2010.

ENTMAN, R. **Projections of Power**. Chicago, University of Chicago Press, 2004.
_____. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm in **Journal of Communication**, vol. 43, n. 4 (Autumm), 1993.

FECHINE, Y. “A Nova Retórica dos Telejornais: uma discussão sobre o *ethos* dos apresentadores”. Trabalho apresentado no GT Estudos de Jornalismo, XVII Encontro Nacional da **Compós**, em 03/06/2008.

FIGUEIREDO, L. R. A corrupção no Brasil Colônia. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, R. **Mídia e eleições: um estudo de caso sobre o noticiário da campanha presidencial de 1994**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 1997.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

_____. Marcos teóricos da corrupção. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

FLEISCHER, D. V. **Corruption in Brazil, past and presente: defining, measuring and reducing**. Washington, Center for Strategic and International Studies, 2002.

GANS, H. **Deciding What's News: a Study of CBS Evening News, NBC Evening News, Newsweek and Time**. Nova York, Pantheon Books, 1979.

GAMSON, W. A. **Talking Politics**. Cambridge University Press, 1992/1996.

GAMSON, W. e MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, n. 95, pp. 1-37, 1989.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GIRALDI, R. **Os instintos primitivos: o humor nos tempos do mensalão. Fatos inusitados e irônicos que ganharam destaque na editoria de política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo***. Dissertação, Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, 2008.

GITLIN, T. **The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left**, Berkeley, University of California Press, 1980.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern University Press, 1986.

_____. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GOMES, W. “Mapeando a audiosfera política brasileira: os *soundbites* políticos no Jornal Nacional”. Trabalho apresentado no GT de Comunicação e Política, XVII Encontro da **Compós**, São Paulo, junho de 2008.

_____. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GUAZINA, L. Desvendar a caixa preta do Jornalismo Político. **Observatório da Imprensa**, <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>, 24/10/2006.

_____. **Alinhados com o poder: um estudo sobre a cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Record (março-agosto/98)**. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2001.

HAGEN, S. “A emoção como complemento à subjetividade na imagem dos apresentadores de telejornal”. Trabalho apresentado no GT Estudos de Jornalismo, XVII Encontro Nacional da **Compós**, em 03/06/2008.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre revoluções do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 22 (2), pp. 15-45, 1997.

_____. Encoding and Decoding in HALL, S. et al. (eds). **Culture, Media, Language**. London/Birmingham, Hutchinson/CCCS, 1980.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Editora Vega, 1993.

HALLIN, D. **We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere**. New York, Routledge, 1994.

_____. **The Uncensored War**. Berkeley, University of California Press, 1986.

JENSEN, K.B. e WESTER, F. La tradición cualitativa en la investigación sobre las ciencias sociales: contribuciones a la investigación sobre la comunicación de masas.

In JANKOVISKI, N.W. (eds.) **Metodologias Cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona, Bosch Casa Editorial, pp. 57-91, 1993.

JOHNSON-CARTEE, K. **News Narratives and News Framing: construction political reality**. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

KAMEL, A. Rede Globo: os fatos. In LIMA, V. A. (org.) **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, Anexo, pp. 267-273, 2007a.

_____. Palestra. Mimeo (cópia cedida pelo autor), 2005.

_____. “A Globo não fez campanha. Fez bom jornalismo”. **O Globo**, Segundo Caderno, 24/09/2003.

KOTSCHO, R. Entrevista publicada em SINGER, A. et al (orgs.). **No Planalto com a Imprensa**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Presidência da República/Secretaria de Imprensa – SECOM, 2010.

KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo/Editora Unesp, 2004.

_____. **As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998**. Cotia, Ateliê Editorial, 2000.

LADEIRA, C. **Representações sobre a identidade nacional na notícia de TV**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

LAMOUNIER, B. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo, Augurium Editora, 2005.

LAVALLE, A. G. HOUTZAGER, P. e CASTELLO, G. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. **Lua Nova**, n. 67, pp. 49-103, 2006.

LEAL FILHO, L. “De Bonner para Homer”. **A TV sob Controle**. São Paulo, Summus Editorial, 2006.

LIEDTKE, P. Governando com a mídia: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional (maio-agosto de 2003). Artigo apresentado no **COMPOLÍTICA** - Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Belo Horizonte, 5-7 de dezembro de 2007.

LIMA, V. A. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo, Paulus, 2011.

_____. **Liberdade de expressão versus liberdade de imprensa**. São Paulo, Publisher Brasil, 2010.

_____. **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007a.

_____. Eleições presidenciais de 2006: vitória de Lula coloca mídia em questão. In MEJÍA, T. et al. **Se nos rompió el amor**. Colômbia, Documento n. 3/FES-C3, Friedrich Ebert Stiftung/Centro de Competencia em Comunicación para America Latina, 2007b.

_____. **Mídia: Crise Política e Poder no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Globo e Política: tudo a ver* in BRITTOS, V.C. e BOLAÑOS, C. R. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo, Paulus, 2005.

_____. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo, Perseu Abramo, 2ª edição, 2004a.

_____. Cenários de Representação da Política (CR-P) in RUBIM, A. A. C. **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador, Edufba/ Unesp, pp. 9-40, 2004b.

LIMA, V. A. e GUAZINA, L. Responsabilidade Social: nome novo para o velho oficialismo do Jornal Nacional in LIMA, V. A. **Mídia: Crise Política e Poder no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, pp. 147-164, 2006.

_____. *Jornal Nacional: a política simulada. Uma análise comparada com o Jornal da Record (março-agosto 1998)* in LIMA, V. A. **Mídia: Teoria e Política**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, pp. 269-339, 2004.

LOUREIRO, M. R., ABRUCIO, F. L. e PACHECO, R. S. **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.

LOUREIRO, M. R. OLIVIERI, C. e MARTES, A. C. B. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.

LUSTOSA, I. **Insultos Impressos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MACCOMBS, M. e SHAW, D. The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. **Journal of Communication**, volume 43, n. 2, Spring, 1993.

MACHADO, A. **A Televisão levada a sério**. São Paulo, Editora Senac, 2000.

MANIN, B., PRZEWORSKI, A. e STOKES, S. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, pp. 105-138, 2006.

MARCONI, N. Uma radiografia do emprego público no Brasil: análise e sugestões de políticas. In **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.

MARTINS, L. Imprensa e Cidadania: possibilidades e contradições in MOTTA, L. G. **Imprensa e Poder**, Brasília, Editora UnB, pp. 47-74, 2002.

MATTELART, A. e NEVEU, E. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

MESQUITA, N. C. **Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MIGUEL, L.F. A mídia e o declínio da confiança na política. In MIGUEL, L. F. & BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, pp. 223-240, 2010.

_____. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo in RUBIM, A.A.C. (org). **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil. Ensaio sobre mídia, cultura e política**. São Paulo, Hacker Editores, pp. 91-105, 2004.

MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, 2010.

MIGUEL, L. F. e COUTINHO, A. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, jun., pp. 97-123, 2007.

MOISÉS, J. A. “Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais-ANPOCS**, volume 23, n. 66, pp. 11-43, 2008.

_____. “Democratização e Cultura Política de massas no Brasil”. **Lua Nova**, n. 26, pp. 5-51, 1992.

MOLOTCH, H. e LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Editora Vega, 174/1993, pp. 34-51.

MOREIRA, B. L. **Mídia, economia e governo: o enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2007.

MORETZSOHN, S. ‘Profissionalismo’ e ‘Objetividade’: o Jornalismo na contramão da política in MOTTA, L.G. (org.) **Imprensa e Poder**. Brasília, Editora da UnB, pp. 199-216, 2002.

MOTTA, R. P. S. Corrupção no Brasil Republicano – 1954-1964. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MOTTA, L. G. The opposition between mediacentric and sociocentric paradigms. **Brazilian Journalism Research**, volume 1, n. 1, pp. 6-8, 2005.

_____. Enquadramentos lúdicos-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, pp. 137-161, 2010.

MOTTA, L. G. e GUAZINA, L. “O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional”. **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n. 1, edição online <http://www.sbpjor.org.br/ojs/>, 2010.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas**. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2010.

ORTIZ, R. (Org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo, Editora Olhos D'Água, 2008.

PAULINO, F. O. **Responsabilidade social da mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2008.

PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**. Vol. 1, n. 2, 2. Sem. de 2004, pp. 13-30.

PEREIRA, F. e MAIA, K. Liberdade de imprensa e identidade profissional no jornalismo: mito fundador ou discurso de autolegitimação. In SOBRINHO, A. et al. **Comunicação e Cidadania: conceitos e processos**. Brasília, Editora Francis, pp. 77-91, 2011 (no prelo).

PERSICI, B. **Imagem pública e escândalo político: o caso Roseana Sarney**. Disponível em <http://www.rrpponline.com.br/download.php?tipo=public&codigo=11> Último acesso em 16/02/2011.

PICCININ, F. “O processo editorial na TV: as notícias que os telejornais contam” in FELIPPI, A., SOSTER, D. A., e PICCININ, F. **Edição em Jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 139-154, 2006.

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, pp. 15-47, 2006.

PORTO, M. **Media Power and Democratization: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability in Brazil**. Manuscrito, 2011.

_____. **Televisão e Política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro, E-Papers Editora, 2007.

_____. The Principle of diversity in journalism. **Brazilian Journalism Research**, volume 1, n. 1, pp. 135-153, 2005.

_____. Enquadramentos da Mídia e Política in RUBIM, A.A. C. **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador, Edufba/Unesp, pp.73-104, 2004.

_____. New political strategies in brazilian television? Globo's Jornal Nacional in a comparative perspective. Trabalho apresentado no Congresso da **LASA** – Latin American Studies Association, Guadalajara, 1997.

PORTO, M. et al. A Televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: a análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral in RUBIM, A. A. C. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil - Ensaios sobre Mídia, Cultura e Política**, São Paulo, Hacker Editores, pp. 68-90, 2004.

PORTO, S. D. Os 100 dias do Presidente e o tom messiânico de seus discursos. Artigo apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (**INTERCOM**), Belo Horizonte, 02/09/2003-06/09/2003.

REIS, F. W. Dilemas da Democracia no Brasil. In MELO, C.R. e SÁEZ, M.A. (Org.). **A democracia brasileira: balanços e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte,

Editora UFMG, 2007.

RENNÓ, L. “Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes”. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45, 1º. Semestre, pp. 71-92, 1998.

RUBIM, A. A. C. In: LIMA, Venício A. de.(org.). **A mídia nas eleições de 2006**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Comunicação e Política**. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

RUIZ, F. Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina. In SORJ, B. **Poder político e meios de comunicação**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

SANTOS, W. G. Democracia. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M.M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SANTOS, S. e CAPPARELLI, S. “Coronelismo, radiodifusão e voto: A nova face de um velho conceito”. In BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S (orgs.) **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo, Paulus, 2005, pp. 77-101.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, Editora Vozes, 2010.

_____. **The Sociology of News**. Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2003.

_____. **The Power of News**. Cambridge, Harvard University Press, 1995.

SCHWARCZ, L. M. Corrupção no Brasil Império. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M. M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SCOLESE, E. e NOSSA, L. **Viagens com o Presidente**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

SENNE, F. J. **Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise de três escândalos políticos midiáticos a partir da perspectiva do enquadramento**. Dissertação, Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, R. B. Os determinantes dos pensamentos favoráveis ao “rouba, mas faz” no Brasil (2006). Artigo apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Recife, 04-07/08/2010.

SILVA, V. J. Mídia e corrupção: considerações sobre como os veículos de comunicação se relacionam com o poder. In **Polêmica**, Volume 8 (3) - julho/setembro, 2009. Disponível em [http://www.polemica.uerj.br/8\(3\)/contemp_2.htm](http://www.polemica.uerj.br/8(3)/contemp_2.htm) Último acesso em 16/02/2011.

SINGER, A. Entrevista publicada em SINGER, A. et al (orgs.). **No Planalto com a Imprensa**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Presidência da República/Secretaria de Imprensa – SECOM, 2010.

STARLING, H. M. M. Ditadura militar. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J. e STARLING, H. M. M. (Orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SOUSA, J. P. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó/Florianópolis, Argos Editora Universitária/Letras Contemporâneas, 2002.

_____. **As Notícias e seus Efeitos**. Coimbra, Minerva Editora, 2000.

THOMPSON, J. B. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis, Insular, vol. II, 2005.

_____. **O Estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Unisinos, 2001.

_____. (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Editora Vega, 1993.

TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

_____. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo, Summus Editorial, 1992.

TUCHMAN, G. Contando Estórias in TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’**. Lisboa, Vega, pp. 258-262, 1976/1993.

_____. Objetividade como Ritual Estratégico: uma Análise das Noções de Objetividade dos Jornalistas. In TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’**. Lisboa, Vega, 1972/1993.

_____. **Making News: a study in the construction of reality**. New York, The Free Press, 1978.

SOLOSKI, J. O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’**. Lisboa, Vega, pp. 91-100, 1989/1993.

VIZEU, A. **O Lado Oculto do Telejornalismo**. Florianópolis, Calandra, 2005.

WAISBORD, S. **Watchdog Journalism in South America - news, accountability and democracy**. New York, Columbia University Press, 2000.

WEAVER, P. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa, Vega, pp. 294-305, 1993.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 1968.

_____. “Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa”. **Lua Nova**, n. 55-56, pp. 185-194, 2002.

WHITE, D. M. O *gatekeeper*: um análise de caso na seleção de notícias. In TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’**. Lisboa, Vega, p. 142-166, 1950/1993.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de massa**, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

ZELIZER, B. Journalists as Interpretative Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, vol. 10, n. 3, setembro, pp. 219-237, 1993.

DVD

JN, Globo Vídeo/Som Livre, 2004.

ANEXOS

Sinopse

**COBERTURA DO ESCÂNDALO DO “MENSALÃO” NO
JORNAL NACIONAL
 Junho a Agosto de 2005**

DATAS	PRINCIPAIS NOTÍCIAS¹⁶²
06/06/2005	O deputado Roberto Jefferson denuncia à Folha de S. Paulo que o PT paga mesada a deputados para votar com o governo – denúncia de “Esquema de Mensalão”.
07/06/2005	PT e governo apoiam a CPMI dos Correios. Pedida a cassação de Roberto Jefferson.
08/06/2005	Delúbio Soares concede entrevista à mídia e nega pagamento de mesada a deputados.
09/06/2005	Congresso instala CPMI dos Correios, mas falta acordo para primeira sessão.
11/06/2005	Roberto Jefferson faz nova denúncia sobre mensalão à <i>Folha de S. Paulo</i> – diz que pagamento era distribuído em malas de dinheiro.
13/06/2005	Governo e oposição disputam comando da CPMI. Presidente Lula diz que investigação não deixará pedra sobre pedra
14/06/2005	Roberto Jefferson depõe no Conselho de Ética da Câmara e reafirma denúncia. Diz que avisou ministros e presidente Lula.
15/06/2005	Escolhidos os nomes para presidente e relator da CPMI dos Correios.
16/06/2005	Demissão do ministro da Casa Civil José Dirceu.
17/06/2005	Pesquisa Ibope mostra aumento de desaprovação ao governo Lula. Roberto Jefferson deixa a presidência do PTB.
22/06/2005	Depoimento de Maurício Marinho na CPMI dos Correios. Presidente do Senado marca data para a criação da CPI do Mensalão. Dirceu reassume mandato de deputado. Supremo autoriza instalação da CPI dos Bingos.
23/06/2005	Publicitário Marcos Valério concede entrevista ao <i>Jornal Nacional</i> . Empresário confirma na CPMI dos Correios que foi mandante da gravação do pagamento de propina de Maurício Marinho. José Dirceu rebate acusações de Roberto Jefferson.
25/06/2005	Documentos sigilosos revelam saques milionários de Marcos Valério. Presidente Lula convoca reunião para analisar crise política.
27/06/2005	CPMI dos Correios pede cópia de movimentação bancária de Marcos Valério. Ministério Público vai investigar saques.
28/06/2005	Secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio, desmente explicação sobre origem do dinheiro sacado do publicitário. Briga entre governo e oposição na CPMI dos Correios.
29/06/2005	Quebrado sigilo fiscal e bancário de Marcos Valério. Oposição instala CPI dos Bingos.
30/06/2005	Roberto Jefferson presta novo depoimento na CPMI dos Correios e

¹⁶² Compilação feita a partir do destaque dado na escalada (manchetes de abertura) do telejornal e do destaque dado na edição.

	compara esquema de corrupção do governo Lula ao do governo Collor.
01/07/2005	Fazendas de Marcos Valério são investigadas pelo <i>Jornal Nacional</i> . Polícia Federal suspeita de lavagem de dinheiro. Delúbio Soares nega a existência do mensalão e chora em discurso na Assembleia Legislativa de Goiás e diz que acusações são mentiras inventadas pela direita.
02/07/2005	Novos documentos revelam ligação entre Marcos Valério e PT. Delúbio admite que houve acordo. Presidente Lula promete ser implacável contra a corrupção. Lista revela presença de deputados e assessores no banco em que Marcos Valério tem conta.
04/07/2005	Empréstimo do PT avalizado por Marcos Valério agrava crise política. Secretário geral do PT, Silvio Pereira, pede afastamento.
05/07/2005	Denúncias de corrupção derrubam mais um integrante da cúpula do PT, Delúbio Soares. Novas denúncias atrasam reforma ministerial, com envolvimento do PMDB.
06/07/2005	Marcos Valério depõe na CPMI dos Correios e nega ser o operador do "mensalão".
07/07/2005	Quebrado sigilo fiscal, bancário e telefônico de Roberto Jefferson.
08/07/2005	Preso assessor de deputado do PT do Ceará. Documentos revelam que Marcos Valério mentiu à CPMI dos Correios ao negar que tivesse avalizado mais de um empréstimo ao PT. Presidente Lula decide manter Luiz Gushiken na Secretaria de Comunicação.
09/07/2005	Cai presidente do PT, José Genoíno. Justiça bloqueia contas bancárias de Marcos Valério. Assessor de deputado do PT é demitido do partido.
11/07/2005	Auditora do INSS acusada de corrupção denuncia que FIERJ dá dinheiro ao PT para evitar fiscalização da Previdência. CPMI dos Correios suspeita de corrupção em outros setores do governo. Presidente Lula defende punição para quem tiver errado. Deputado do PFL é flagrado com malas carregadas de dinheiro da Igreja Universal no aeroporto de Brasília.
12/07/2005	Denúncia de auditora do INSS repercute no Congresso. Luiz Gushiken perde <i>status</i> de ministro. Ex-diretores dos Correios dizem na CPMI dos Correios que desconhecem esquema de corrupção.
13/07/2005	CPI dos Bingos ouve empresário que diz ter pago propina a Waldomiro Diniz. Delúbio Soares confessa em depoimento à Polícia Federal que Marcos Valério organizava encontros entre empresários e integrantes do PT.
14/07/2005	Deputado da CPMI dos Correios cruza dados e revela que deputados do PT estiveram na agência do Banco Rural que se tornou famosa no escândalo do mensalão. Em Minas Gerais são apreendidos documentos de Marcos Valério.
15/07/2005	Entrevista do <i>JN</i> com Marcos Valério. Ele confessa que armou esquema de financiamento para o PT por ordem de Delúbio Soares. O tesoureiro depõe na Polícia Federal.
16/07/2005	Em entrevista ao <i>JN</i> , Delúbio Soares confirma esquema de arrecadação do partido para as campanhas políticas do PT.
18/07/2005	Documento "comprova" que Marcos Valério contraiu empréstimo em bancos e PT recebeu dinheiro do empresário. Oposição diz que vai entrar na justiça contra PT.
19/07/2005	Ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira, depõe na CPMI dos Correios.

	PT decide não expulsar Delúbio Soares e reconhece dívida de R\$ 39 milhões. Pesquisa IBOPE sobre a opinião dos brasileiros sobre o mensalão.
20/07/2005	Delúbio Soares confirma uso de "caixa dois" e assume responsabilidade por empréstimos a Marcos Valério.
21/07/2005	Vice-presidente da GDK assume que deu carro de presente a Silvio Pereira. CPMI dos Correios chama esposa de Marcos Valério para depor. Deputado do PFL confessa que usou dinheiro de Marcos Valério em campanha eleitoral. Polícia Federal prende presidente do PSDB na Paraíba, acusado de fraudar licitações quando era prefeito de João Pessoa.
22/07/2005	Silvio Pereira admite que errou ao aceitar carro da GDK de presente. Presidente Lula fala sobre ética e elite.
23/07/2005	CPMI dos Correios começa a investigar quem abasteceu contas de Marcos Valério. Presidente Lula declara que para governar o Brasil não é preciso diploma, mas coração. José Dirceu divulga nota criticando trabalho da imprensa brasileira. TV Globo replica.
25/07/2005	STF decide que esposa de Marcos Valério, Renilda de Souza, deve depor na CPMI dos Correios e a CPI investiga remessas do Banco Rural e de Marcos Valério para o exterior. Presidente Lula fala sobre corrupção.
26/07/2005	Mulher de Marcos Valério, Renilda de Souza, afirma em depoimento na CPMI dos Correios que sabia dos empréstimos ao PT. Denúncias envolvem PSDB de Minas Gerais no esquema de financiamento de campanhas via Marcos Valério.
27/07/2005	CPMI dos Correios recomenda prisão e bloqueio de bens de Marcos Valério. Presidente Lula diz que se sente indignado com as denúncias de corrupção. Governador de Goiás diz que avisou presidente Lula sobre o mensalão.
28/07/2005	Presidente Lula diz que economia é vulnerável. Procurador Geral da República quer mais provas para pedir prisão preventiva de Marcos Valério. Presidente Lula enfrenta protestos e faz balanço de governo.
29/07/2005	Relator da CPMI dos Correios diz que investigação não vai acabar em pizza. Um dos maiores sacadores das contas de Marcos Valério depõe na Polícia Federal.
30/07/2005	Homem acusado de movimentar conta de Marcos Valério concede entrevista ao <i>Jornal Nacional</i> . José Dirceu responde às denúncias da revista <i>Veja</i> de que um assessor seu teria sacado dinheiro do Banco Real.
01/08/2005	Presidente do PL, Waldemar Costa Neto, renuncia ao mandato depois da acusação de que recebeu dinheiro sem declarar à Justiça Eleitoral. Gerente das agências de Marcos Valério, Simone Vasconcelos, presta depoimento na Polícia Federal. Relator da CPMI dos Correios diz que assessor de Dirceu aparece em duas autorizações para saque em banco. Ex-mulher de Dirceu confirma que conseguiu emprego e empréstimo intermediado por Marcos Valério.
02/08/2005	Dirceu e Jefferson depõem no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Aparecem novos nomes na lista de saques das contas de Marcos Valério. Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, nega que

	tenha autorizado empréstimo de "caixa dois". Presidente Lula critica a imprensa.
03/08/2005	Presidente Lula volta a criticar a imprensa e diz que se for candidato à reeleição, vencerá. Diretora financeira da agência de Marcos Valério repete versão de que dinheiro pago a parlamentares vinha de empréstimos.
04/08/2005	Jefferson diz que esquema de corrupção teve origem no Palácio do Planalto, mas isenta presidente Lula. CPMI dos Correios aprova convocação de Duda Mendonça.
06/08/2005	Delúbio Soares pede afastamento do PT.
08/08/2005	Ex-sócio de Marcos Valério diz que pagava garotas de programa para festas em Brasília. Jefferson declara que ministros mandaram fazer saques. Presidente Lula avisa que vai continuar viajando para inaugurar obras e volta a dizer que espera que envolvidos em esquema de corrupção sejam punidos. PT dividido sobre destino dos envolvidos no mensalão.
09/08/2005	Presidente da Câmara encaminha ao Conselho de Ética processos que pedem a cassação de Dirceu. Marcos Valério reafirma na CPI do Mensalão que Dirceu deu aval aos empréstimos. Presidente Lula envia carta à CNBB reconhecendo a crise.
10/08/2005	Aberto processo de cassação de Dirceu. Parlamentares da oposição querem investigar empréstimo do PT a presidente Lula.
11/08/2005	Publicitário Duda Mendonça e sócia depõem na CPMI dos Correios. Deputados petistas choram no plenário e entregam cargos de vice-líderes. Waldomiro Diniz depõe na CPI dos Bingos. Oposição cobra explicações do PT e de Lula. Presidente interino do PT diz que Lula vai fazer pronunciamento à nação.
12/08/2005	Presidente Lula pede desculpas aos brasileiros e diz que foi traído. Nova denúncia envolve PT: Waldemar Costa Neto afirma à <i>Época</i> que PL cobrou R\$ 10 milhões para apoiar PT na campanha. <i>Datafolha</i> diz que Lula perderia em segundo turno as eleições.
13/08/2005	Doleiro preso diz que conhece segredos do "caixa dois" do PT.
14/08/2005	Presidente Lula e ministros discutem a crise. Parlamentares de oposição dizem que não é hora de <i>impeachment</i> . CPMI dos Correios vai ouvir doleiro preso. PFL e PSDB vão pedir reabertura das contas de campanha do PT.
15/08/2005	Doleiro fala à CPMI dos Correios e acusa PT de enviar dinheiro para o exterior. Homem que cuidava do dinheiro do PTB diz que Marcos Valério se apresentou em Portugal como representante do PT. Estudantes, sindicalistas e sem-terra fazem ato contra corrupção e pró-Lula. Mulher citada como agenciadora de garotas de programa para parlamentares nega ligações com prostituição.
16/08/2005	Brasília tem segundo dia de manifestações, desta vez contra a corrupção e contra o governo Lula. PT pede desculpas à nação. Rogério Buratti, acusado de tentativa de extorsão e destruição de provas pela CPI dos Bingos é preso. CNBB manifesta indignação com denúncias de corrupção.
17/08/2005	Senado aprova mudança nas regras das campanhas políticas e proíbe divulgação de pesquisas eleitorais quinze dias antes das eleições.

	Delúbio Soares negou que tenha enviado dinheiro ao exterior em depoimento à CPI do Mensalão. Sindicalistas fazem passeata contra a corrupção em São Paulo.
19/08/2005	Ministro Antonio Palocci é acusado de receber propinas de empresa para o PT quando era prefeito de Ribeirão Preto e nega a denúncia. Depoimento de Buratti provoca alta do dólar e no risco Brasil.
20/08/2005	O Ministério Público encontra documentos que comprovariam o esquema de propina na prefeitura de Ribeirão Preto. Mas os promotores e a polícia dizem que nos papéis não há referência ao ministro Antônio Palocci. O presidente Lula diz que o Brasil enfrenta um jogo rasteiro e que a verdade vencerá.
22/08/2005	O mercado financeiro reage bem às declarações do ministro da Fazenda. O dólar tem a maior queda em mais de dois anos. O presidente Lula elogia as respostas do ministro Palocci e fala sobre a crise. O deputado José Dirceu entrega sua defesa no Conselho de Ética da Câmara e diz que as acusações contra ele são delírios e frutos de uma mente doentia. A polícia reabre as investigações sobre a morte do prefeito petista de Santo André
23/08/2005	O presidente do PL depõe na CPI do Mensalão. Valdemar da Costa Neto diz que usou dinheiro do “caixa dois” para pagar a campanha eleitoral do presidente Lula. O ex-assessor da Casa Civil vai à CPI dos Bingos e admite que negociou campanhas do PT dentro do Palácio do Planalto. O advogado Rogério Buratti tenta adiar depoimento dentro da CPI. A oposição ataca o ministro Antonio Palocci. E uma pesquisa Ibope mostra a avaliação do governo em meio à crise.
24/08/2005	A CPMI dos Correios quebra o sigilo bancário de três fundos de pensão. O relatório do Conselho de Ética vai pedir a cassação do deputado Roberto Jefferson.
25/08/2008	O presidente Lula lembra o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio, a deposição de Jango e diz que vai enfrentar a crise com a paciência de Juscelino. Rogério Buratti reafirma denúncias de corrupção em Ribeirão Preto, quando o ministro Palocci era prefeito. Admite que não tem provas e fala sobre conversas telefônicas com o ministro. O presidente do PL, que renunciou depois das denúncias de mensalão, ganha aposentadoria. A CPI quebra sigilo de mais sete fundos de pensão.
26/08/2008	O presidente Lula diz que está chateado com a crise. Chama as denúncias de insinuações e faz críticas à imprensa. O ministro Ciro Gomes afirma que mentiram para o presidente, mas não disse quem.
27/08/2008	A ameaça do "acordão". O presidente do Conselho de Ética da Câmara diz que sofre ameaças para salvar o mandato de deputados. O relator da CPMI dos Correios também se queixa de deputados sob suspeita. O presidente do PT diz que o partido sente vergonha. Você vai ver o que acontece nos bastidores do Congresso durante as CPIs.
29/08/2008	Começa o julgamento que decide o destino do mandato de Roberto Jefferson. E o presidente do Conselho de Ética vê indícios fortes de pagamentos sistemáticos de deputados. Tarso Genro perde o duelo com José Dirceu. E o ex-ministro Berzoini será candidato à presidência do PT.

30/08/2008	As CPIs decidem trabalhar em conjunto para apressar investigações, mas atrasam o processo contra suspeitos de receber o mensalão. O presidente da Câmara defende punição mais branda para os acusados e recebe duras críticas de parlamentares. O sócio da empresa suspeita de mandar dinheiro de Marcos Valério para o exterior depõe e diz que tem medo de acabar como o prefeito assassinado de Santo André.
31/08/2008	O relatório das CPIs sugere a cassação de 18 deputados por quebra de decoro. E afirma que há provas de pagamento do mensalão. A Comissão de Ética do PT recomenda a expulsão de Delúbio Soares.

Cronologia

Junho de 2005

06/06/2005



O deputado Roberto Jefferson denuncia à Folha de S. Paulo que o PT paga mesada a deputados para votar com o governo – denúncia de “esquema de mensalão”.

07/06/2005



PT e governo apoiam a CPI dos Correios. Pedida a cassação de Roberto Jefferson.

09/06/2005



Congresso instala CPI dos Correios.

11/06/2005



Roberto Jefferson faz nova denúncia sobre “mensalão” à Folha de S. Paulo – diz que pagamento era distribuído em malas de dinheiro.

14/06/2005



Roberto Jefferson depõe no Conselho de Ética da Câmara e reafirma denúncia. Diz que avisou ministros e presidente Lula.

16/06/2005



Demissão do ministro da Casa Civil José Dirceu.

22/06/2005



Depoimento de Maurício Marinho na CPMI dos Correios.

29/06/2005



Quebrado sigilo fiscal e bancário de Marcos Valério. Instalação da CPI dos Bingos.

30/06/2005



Roberto Jefferson presta novo depoimento na CPMI dos Correios e compara esquema de corrupção do governo Lula ao do governo Collor.

Julho de 2005

04/07/2005



Empréstimo do PT avalizado por Marcos Valério agrava crise política.

05/07/2005



Delúbio Soares perde o cargo de tesoureiro do PT.

06/07/2005



Marcos Valério depõe na CPI dos Correios e nega ser o operador do mensalão.

09/07/2005



Cai presidente do PT, José Genoíno. Justiça bloqueia contas bancárias de Marcos Valério.

15/07/2005



Marcos Valério confessa que armou esquema de financiamento para o PT por ordem de Delúbio Soares.

16/07/2005



Delúbio Soares confirma esquema de arrecadação do partido para as campanhas políticas do PT.

19/07/2005



Ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira, depõe na CPI dos Correios.

20/07/2005



Delúbio Soares confirma uso de caixa dois e assume responsabilidade por empréstimos a Marcos Valério.

26/07/2005



Mulher de Marcos Valério, Renilda de Souza, afirma na CPI dos Correios que sabia dos empréstimos ao PT. Denúncias envolvem PSDB de Minas Gerais no esquema de financiamento de campanhas via Marcos Valério.

Agosto de 2005

01/08/2005



Presidente do PL, Waldemar Costa Neto, renuncia ao mandato depois da acusação de que recebeu dinheiro sem declarar à Justiça Eleitoral.

02/08/2005



Dirceu e Jefferson depõem no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, nega que tenha autorizado empréstimo de caixa dois. Presidente Lula critica a imprensa.

06/08/2005

Delúbio se afasta e PT adia punições



Delúbio Soares pede afastamento do PT.

09/08/2005



Presidente da Câmara encaminha ao Conselho de Ética processos que pedem a cassação de Dirceu. Marcos Valério reafirma na CPI do Mensalão que Dirceu deu aval aos empréstimos.

10/08/2005



Aberto processo de cassação de Dirceu.

11/08/2005



Publicitário Duda Mendonça e sócia depõem na CPI dos Correios. Deputados petistas choram no plenário e entregam cargos de vice-líderes. Waldomiro Diniz depõe na CPI dos Bingos.

<p>12/08/2005</p>  <p>Presidente Lula pede desculpas aos brasileiros e diz que foi traído. Waldemar Costa Neto afirma à Época que PL cobrou R\$ 10 milhões para apoiar PT na campanha.</p>	<p>16/08/2005</p>  <p>PT pede desculpas à nação.</p>	<p>17/08/2005</p>  <p>Testemunhas faltam ao depoimento, e Delúbio ganha sobrevida dentro do PT</p> <p>Delúbio Soares nega que tenha enviado dinheiro ao exterior em depoimento à CPI do Mensalão.</p>
---	---	--

<p>29/08/2008</p>  <p>Cassação de Roberto Jefferson.</p>	<p>31/08/2008</p>  <p>O relatório das CPIs sugere a cassação de 18 deputados por quebra de decoro.</p>
--	--

Fotos: Folha de S. Paulo e agências de notícias

Roteiro de Análise dos Enquadramentos
Cobertura do Escândalo do Mensalão em 2005

Jornal Nacional

(elementos observados)

Data da edição:

Escalada:

Número de matérias/tempo:

Tipo de matéria:

Categorias:

(1) ideia organizadora:

a) manchetes (escalada)

b) aberturas de matérias (primeiro parágrafo da nota de abertura ou da reportagem)

(2) atribuição de responsabilidade e o julgamento moral:

a) palavras-chave, verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases (repetições/definição de lógica de pensamento)

b) ênfases (uso de fontes/declarações)

c) os elementos sonoros/visuais

(3) indicação de solução

Observações:

Roteiro Básico de Entrevista

I. Para profissionais do *Jornal Nacional*

1. Perfil biográfico (dados sobre formação profissional, idade, origem, classe social, etc.)
2. O que é o jornalismo para você? Quais palavras você relaciona com jornalismo?
3. Quais as principais funções do jornalismo na democracia?
4. Quais valores você considera fundamentais para o jornalismo?
5. Quais valores você considera fundamentais para o *Jornal Nacional*?
6. Qual o conceito de jornalismo político para você?
7. Você poderia definir o que é bom jornalismo?
8. Você considera que a investigação é parte do exercício da profissão?
9. O que você pensa sobre as sequências de definições abaixo sobre o jornalismo:
 - guardião da democracia
 - investigador e fiscalizador do governo
 - influencia as decisões políticas
10. Existe diferença na cobertura política e na cobertura de outros temas no *Jornal Nacional*?
11. Como é o processo de produção das notícias sobre política? Este processo se altera em coberturas de escândalos políticos ou de denúncias?
12. Por exemplo, você lembra como foi realizada a cobertura do chamado Escândalo do Mensalão?
13. Houve algum momento marcante naquele período?
14. Quais valores fundamentais você relaciona com a política?
15. Como você definiria a relação entre jornalismo e política?
16. Como você avalia a atual política brasileira e as principais instituições que fazem parte do campo político?
17. Como você avalia o papel do *Jornal Nacional* nos processos políticos e em escândalos como o do mensalão?
18. Como você avalia a democracia brasileira? O que você pensa sobre a sequência de definições abaixo sobre política:
 - não é confiável
 - em geral, é corrupta
 - as instituições são fracas
19. O que você pensa sobre a sequência de definições abaixo sobre os partidos políticos:
 - não são confiáveis
 - em geral, são corruptos
 - no caso do escândalo do mensalão, o PT foi corrupto
 - é preciso punir os culpados
20. Qual sua avaliação sobre o governo Lula?

21. Qual sua avaliação sobre o papel do *Jornal Nacional* na cobertura do escândalo do mensalão?
22. Como a cobertura de denúncias pode influenciar o processo político? Por exemplo, no caso do mensalão?
(Caso necessário, perguntas específicas para repórteres)

II. Para assessores do governo

1. Perfil biográfico (dados sobre a formação profissional, idade, origem, classe social, etc.)
2. O que é o jornalismo para você? Quais palavras você relaciona com jornalismo?
3. Quais as principais funções do jornalismo na democracia?
4. Quais valores você considera fundamentais para o jornalismo?
5. Como você entende o conceito de jornalismo político?
6. Você poderia definir o que é bom jornalismo?
7. Qual sua avaliação sobre a cobertura da mídia em geral sobre o chamado Escândalo do Mensalão?
8. Qual sua avaliação sobre a cobertura do *Jornal Nacional* no mesmo caso?
9. Você lembra de algum episódio que tenha marcado?
10. Como descreveria a estratégia do governo em lidar com a cobertura da mídia, em geral, e do *Jornal Nacional*, em particular?
11. Como você avalia a relação entre política e jornalismo na democracia brasileira?
12. Como você avalia a relação entre a mídia – incluindo o *Jornal Nacional* e o governo durante o Escândalo do Mensalão?

(Perguntas específicas para cada entrevistado, dependendo da posição ocupada).